

**Revista do
Instituto Histórico
e Geográfico de Goiás**

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

**Revista do
Instituto Histórico
e Geográfico de Goiás**

Nº 35

GOIÂNIA-GO
KELPS, 2025

Copyright © 2025 by Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

Editora Kelps

Rua 19 nº 100 – St. Marechal Rondon

CEP 74.560-460 – Goiânia-GO

Fone: (62) 3211-1616

E-mail: kelps@kelps.com.br

homepage: www.kelps.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL PIO VARGAS

REV Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás /
Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. – n. 35 (2024) –
Goiânia: Kelps, 2025.

324 p.

ISSN: 2175-1269

1. Goiás – História. I. Instituto Histórico e Geográfico de
Goiás. I. Título.

CDU: 94(817.3) (05)

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito da instituição. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

2025

IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás
Rua 82, n. 455, Setor Sul, CEP 74083-010. Goiânia, Goiás, Brasil.
Telefone: +55 062 3224-4622 / 3224-4941

Portal de Periódicos Eletrônicos – Universidade Evangélica de Goiás, Avenida Universitária
Km 3,5 Cidade Universitária, CEP: 7583-515. Anápolis, Goiás, Brasil.
Telefone: +55 062 3310-6679

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE GOIÁS
(IHGG)

– EQUIPE EDITORIAL –

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Editor-chefe

Prof. Dr. Ricardo Assis Gonçalves,
Universidade Estadual de Goiás, Brasil

Editor-adjunto

Prof. Dr. Nilson Jaime
Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis
para os Povos do Cerrado (Icebe)

Editor-adjunto

Prof. Dr. Sandro Dutra e Silva,
Universidade Estadual de Goiás, Brasil
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

Editor-adjunto

Prof. Dr. Altair Sales Barbosa,
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

COMITÊ CIENTÍFICO

Abilio Wolney Aires Neto

Aidenor Aires Pereira

Bento A. A. Jayme Fleury Curado

Eguimar Felício Chaveiro

Elizabeth Abreu Caldeira Brito

Francisco Itami Campos

Giovana Galvão Tavares

Horieste Gomes

Itaney Francisco Campos

Nasr Nagib Fayad Chaul

Nilson Jaime

Pedro Nolasco de Araújo

Ubirajara Galli

EDITORES TÉCNICOS

Eduardo F. Souza,

Portal de Periódicos Eletrônicos da
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

Natasha Sophie Pereira,

Portal de Periódicos Eletrônicos da
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

Adriana Sodré de Assis,

Portal de Periódicos Eletrônicos da
Universidade Evangélica de Goiás, Brasil

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS
(IHGG)**

DIRETORIA 2021-2025

Presidente: Jales Guedes Coelho Mendonça

1º vice-presidente: Hélio Moreira

2º vice-presidente: Geraldo Coelho Vaz

3º vice-presidente: Elizabeth Abreu Caldeira Brito

Secretário-Geral: Rogério Arédio Ferreira (*in memoriam*)

1º secretário: Aidenor Aires Pereira

2º secretário: Itaney Francisco Campos

Tesoureiro: Pedro Nolasco de Araújo

1º tesoureiro: Waldomiro Bariani Ortencio (*in memoriam*)

2º tesoureiro: Giovana Galvão Tavares

1º orador oficial: Luiz Augusto Paranhos Sampaio

2º orador oficial: Nilson Gomes Jaime

1º bibliotecário (pinacoteca): José Peixoto da Silveira Júnior

2º bibliotecário (biblioteca): Iúri Rincón Godinho

Diretoria de Museu: Maria Terezinha Campos Santana

Diretoria de Arquivo: Eleuzenira Maria de Menezes

Diretoria de Revista: Ricardo Assis Gonçalves

Diretoria de Boletim: Bento A. A. Jayme Fleury Curado

Assessoria de História: Juarez Costa Barbosa

Assessoria de Geografia: Horieste Gomes

Conselho Fiscal

Antônio Teixeira Neto (*in memoriam*)

Getúlio Targino Lima

Nelson Lopes Figueiredo

Suplentes Conselho Fiscal

Ubirajara Galli

Eurico Barbosa dos Santos (*in memoriam*)

Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires

Conselho Consultivo

Nasr Nagib Fayad Chaul Wolmir Therezio

Amado Francisco Itami Campos Eguimar

Felício Chaveiro Ney Teles de Paula

Hélio Rocha (*in memoriam*)

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas (*in memoriam*)

Martiniano José da Silva (*in memoriam*)

Maria do Rosário Cassimiro

Jacira Rosa Pires

Sumário

Carta Editorial	11
Discurso de recepção ao sócio correspondente brasileiro do IHGB Jales Guedes Coelho Mendonça (dia 15/01/2025)	15
<i>Arno Wehling</i>	
Discurso de posse como sócio correspondente brasileiro do IHGB (dia 15/01/2025)	21
<i>Jales Guedes Coelho Mendonça</i>	
O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e um de seus fundadores, o professor Alcide Celso Ramos Jubé.....	33
<i>Antônio Celso Ramos Jubé</i>	
Resguardando o passado para manutenção do presente e sobrevivência do futuro	45
<i>Getúlio Targino Lima</i>	
Lena Castello Branco: educação, cultura e história	57
<i>Nancy Ribeiro de Araújo e Silva</i>	
Ana Braga: “Um hino ao trabalho”	71
<i>Nancy Ribeiro de Araújo e Silva</i>	
A cruz: do Anhanguera ou dos Bandeirantes?	83
<i>Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz</i>	
De José a Eugênio: trajetória genealógica da tríade “Rodrigues Jardim” em Goiás.....	103
<i>Victor Aguiar Jardim de Amorim</i>	
Parque Botafogo, a beleza que encerra a Av. Araguaia.....	161
<i>Jacira Rosa Pires</i>	

Anthropo + Logos: a diferença que a diferença faz	175
<i>Altair Sales Barbosa</i>	
Mudanças climáticas não são de hoje	183
<i>Altair Sales Barbosa / Emiliano Lobo de Godoi</i>	
Dimensões socioculturais da comida e do comer – do estômago aos impérios	189
<i>Eguimar Felício Chaveiro / Benjamim Pereira Vilela / Ângelo Silva Cavalcante</i>	
Os camponeses na literatura regionalista universalista de Bernardo Élis.....	197
<i>Ricardo Assis Gonçalves</i>	
O cronista e historiador Bernardo Élis: arquétipo de um cidadão geral que adotou a erma Goiânia	205
<i>Nilson Jaime</i>	
Humberto Crispim Borges – importante escritor goiano.....	231
<i>Geraldo Coelho Vaz</i>	
Prefácio - <i>Seminário Santa Cruz: berço da cultura goiana</i>	241
<i>Jales Guedes Coelho Mendonça</i>	
Prefácio - <i>O Velho Cacique</i>	247
<i>Jales Guedes Coelho Mendonça</i>	
Prefácio - <i>Notáveis Vilaboenses</i>	251
<i>Jales Guedes Coelho Mendonça</i>	
Antecedentes cronológicos do comício presidencial de Jataí, 4 de abril de 1955.....	257
<i>Pedro Nolasco de Araújo</i>	
Resumo das ações do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) entre maio de 2021 e dezembro de 2024	263



Carta Editorial

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás nº 35 (2024)

Nesta edição da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG)* são apresentados vinte textos produzidos por escritores, pesquisadores e profissionais de diversas áreas dedicados às pesquisas histórica, geográfica e literária produzidas em Goiás. Isso faz da *Revista do IHGG* um importante instrumento de divulgação da produção intelectual dos sócios ou parceiros do Instituto. Ademais, a publicação anual da *Revista do IHGG* demonstra o compromisso da gestão desta instituição com a divulgação e a democratização dos conhecimentos que interpretam a formação social, econômica e política de Goiás. Isso se evidencia através dos textos apresentados neste volume, de número 35, referente ao ano de 2024.

Após os discursos de posse no IGHB, o primeiro texto é “O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e um de seus fundadores, o professor Alcide Celso Ramos Jubé”, de Antônio Celso Ramos Jubé. A apresentação deste texto na *Revista do IHGG* é uma contribuição à história da instituição através da atuação de um de seus sócios fundadores, o professor Alcide Celso Ramos Jubé.

A seguir o texto “Resguardando o passado para manutenção do presente e sobrevivência do futuro”, de Getúlio

Targino Lima, refere-se ao seu discurso de posse no IHGG e agradecimento em nome de outros empossados naquela instituição, em 2008. Com efeito, publicá-lo na presente edição deste periódico contribui com a história do IHGG e ressalta a atuação de seus sócios.

A historiadora e sócia emérita do IHGG, Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, apresentou dois textos nesta edição. O primeiro, “Lena Castello Branco: educação, cultura e história” é um texto biográfico e de homenagem *post mortem* à historiadora Lena Castello Branco, professora, pesquisadora e também sócia do IHGG. O segundo, intitulado “Ana Braga: “um hino ao trabalho”” evidencia a trajetória da historiadora e política e sua relevante contribuição à fundação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (Aflag).

O sexto texto é de autoria do Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz e intitula-se “A cruz: do Anhanguera ou dos bandeirantes?”, onde o autor apresenta resultados de pesquisa documental e as distintas versões sobre o objeto pesquisado, contribuindo, assim, com o estudo da história da formação de Goiás. Na sequência, destaca-se o texto “De José a Eugênio: trajetória genealógica da tríade “Rodrigues Jardim” em Goiás”, de Victor Aguiar Jardim de Amorim. Com esse texto o pesquisador colabora com as pesquisas genealógicas realizadas em Goiás e fortalece os estudos publicados na *Revista do IHGG*.

Ao escrever “Parque Botafogo, a beleza que encerra a Av. Araguaia”, a doutora em Arquitetura e Urbanismo Jacira Rosa Pires contribui com a pesquisa focada em elementos da paisagem urbana de Goiânia. O oitavo e nono textos contam como primeiro autor o pesquisador Altair Sales Barbosa. No primeiro deles, intitulado “Anthropo + Logos - a diferença que a diferença faz”, o autor demonstra seu exímio saber em

campos como o da Antropologia. Na sequência, Altair Sales Barbosa, em parceria com Emiliano Lobo de Godoi, abordam o tema das mudanças climáticas através do texto “Mudanças climáticas não são de hoje”.

O décimo texto apresentado na *Revista do IHGG* intitula-se “Dimensões socioculturais da comida e do comer – do estômago aos impérios” e foi escrito pelos pesquisadores Egui-mar Felício Chaveiro, Benjamim Pereira Vilela e Ângelo Silva Cavalcante. Nele, os autores apresentam importantes resultados de pesquisas fundamentadas na abordagem territorial da alimentação.

A obra do escritor Bernardo Élis, por sua vez, é objeto das pesquisas apresentadas pelos sócios do IHGG – e do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado –, Ricardo Assis Gonçalves e Nilson Jaime. O primeiro, através do texto “Os camponeses na literatura regionalista universalista de Bernardo Élis”, explicita a relação entre a obra do escritor regionalista e a questão agrária em Goiás. Por sua parte, Nilson Jaime, no trabalho “O cronista e historiador Bernardo Élis: arquétipo de um cidadão geral que adotou a erma Goiânia” colabora de maneira abrangente e fundamentada com as pesquisas sobre a obra de Bernardo Élis como fonte de interpretação de Goiás e, particularmente, sobre a fundação e a construção de Goiânia, ocorrida na primeira metade do século XX.

Em “Humberto Crispim Borges – importante escritor goiano”, o escritor e sócio do IHGG, Geraldo Coelho Vaz, apresenta a contribuição da obra de Humberto Crispim Borges à literatura produzida em Goiás. Por fim, o presidente do IHGG, historiador, promotor e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Jales Guedes

Coelho Mendonça, contribui com três textos escritos para prefiar os livros *Seminário Santa Cruz: berço da cultura goiana*, de Ronaldo Silva; *O velho cacique*, do escritor Luiz Alberto de Queiroz; e *Notáveis vilaboenses*, de Antônio Celso Ramos Jubé.

Por fim, o “Resumo das ações do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) entre maio de 2021 e dezembro de 2024” é uma reveladora síntese do trabalho engajado e comprometido de Jales Mendonça, frente à gestão do IHGG nesse período.

Em resumo, espera-se que este novo número da *Revista do IHGG* cumpra seu papel de divulgação e democratização do conhecimento produzido no âmbito deste instituto, fortalecendo, assim, a compreensão da história, da geografia e dos elementos culturais que constituem a construção de Goiás.

Boa leitura!

Ricardo Assis Gonçalves, D.Sc.
Editor-chefe

Nilson Jaime, D.Sc.
Editor-adjunto

Sandro Dutra e Silva, D.Sc.
Editor-adjunto

Altair Sales Barbosa, D.Sc.
Editor-adjunto



Discurso de recepção ao sócio correspondente brasileiro do IHGB Jales Guedes Coelho Mendonça (dia 15/01/2025)

Arno Wehling
Presidente de Honra do IHGB
Da Academia Brasileira de Letras

A entrada de Jales Guedes Coelho Mendonça no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro faz justiça à presença de Goiás na Casa da Memória Nacional e preenche a lacuna deixada por José Mendonça Teles, antigo presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e grande colaborador dos encontros nacionais de Institutos Históricos, que o IHGB promoveu desde 1998. Antes dele deve ser registrada também a presença entre nós de outra grande expressão da cultura goiana, Colemar Natal e Silva, aqui recebido em 1976 pelo vice-presidente Américo Jacobina Lacombe, posse a que assisti.

As atividades de Jales Mendonça o recomendam sobejamente a estar entre nós. Promotor de Justiça, desde 2015 atuando na comarca da capital, é mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás é autor ou coautor de 15 livros, aí incluído *A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*, sua tese de doutoramento.

Deve também ser destacada a vibrante gestão que Jales Mendonça imprime ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás desde 2021, como seu presidente. A remodelação da sede, os eventos científicos, a relação com a sociedade goiana, as publicações e a articulação com a atividade empresarial, de modo a evitar a dependência ao poder público, que tão frequentemente ocorre nessas instituições, são realizações que devem ser registradas. Podemos dizer que o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, neste último aspecto, inaugura um novo modelo de gestão institucional, que merece nossa admiração e aplauso.

As obras de Jales Mendonça têm como foco privilegiado o estado de Goiás, que o autor vê, pleno de razão, como uma experiência singular desenvolvida ao longo dos últimos 300 anos.

Com efeito, apesar de sua história mais recente em relação a outras capitanias fundadas pela administração portuguesa desde 1534, a sociedade ali constituída soube diferenciar-se cedo das demais, inclusive das limítrofes de Minas Gerais, Mato Grosso, Maranhão e Bahia.

Costumamos lembrar no estudo da história colonial a observação de Alceu Amoroso Lima, para quem no Brasil o Estado antecedeu a sociedade, com os municípios e as capitanias sendo instituídos e só então seguindo-se o povoamento. Meia verdade, porém. Sem ser exaustivo, podemos lembrar que regiões como Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso ou Rio Grande do Sul, tiveram sua colonização iniciada por movimentos de expansão populacional, atrás dos quais veio o Estado metropolitano. No primeiro caso, as capitanias, vilas e seu aparelho institucional foram preenchidos por gente. No segundo, os acampamentos e arraiais geraram as vilas e capitanias.

Em seus anos iniciais, a terra ocupada pelos goiases e outros povos indígenas foi fruto da expansão bandeirante, primeiro com expedições que visavam escravizar as populações existentes e em seguida, já no século XVIII, com a busca pelas riquezas minerais, repetindo quase simultaneamente o processo ocorrido de que foi o arquétipo a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, logo depois de Minas Gerais. As ações assim desenvolvidas a partir da expedição do segundo Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, tiveram desdobramentos políticos administrativos após conflitos entre os governos paulista, do Maranhão e do Pará, de modo que somente em 1748 foi instituída a capitania de Goiás, precedida em três anos pela criação, por Bento XIV, da prelaia de Goiás. O fato foi devidamente consignado na *Corografia Brasílica* de Aires do Casal, ao comentar que “quase todas as povoações desta província existiam já quando ela foi criada e entregue ao governo do conde dos Arcos”.

Os conflitos entre as autoridades regionais e as medidas político-administrativas do governo de Portugal atestam a importância assumida pela região de Goiás em meados do século XVIII, como verdadeiro eixo territorial da colonização portuguesa, até então dispersa por unidades que em geral só se articulavam por via marítima. Quando, nas últimas décadas do século XVIII o ouro já declinava, a produção agrícola e pecuarista a substituiu, notando-se não apenas a conversão de atividade econômica como a penetração pelo Norte, a partir do Maranhão, de fazendas, o que reforça a ideia da contribuição de Goiás para a integração territorial e em última análise para a unidade política do Brasil.

No início do século XIX, Goiás aparece com destaque nos cronistas e viajantes. Além do próprio Casal, Saint Hilaire

menciona o bom gosto e a habilidade dos goianos e a importância da estância termal de Caldas Novas, atestando, como o fez Eschwege, seu papel para longevidade dos centenários que encontrou. Também Spix e Martius fornecem informações importantes sobre a região, além do indispensável vigário geral do bispado Luís Antônio da Silva e Sousa, autor das primeiras *Memórias Goianas*, de 1812.

Mas é a um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o marechal Raimundo José da Cunha Matos, que devemos os mais completos trabalhos até então feitos sobre Goiás, como o *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás* e a *Corografia histórica da província de Goiás*, esta publicada em 1874 e 1875 na *Revista do IHGB*. Profundo conhecedor da geografia, da história e das potencialidades econômicas de Goiás, Cunha Matos tinha ciência de tudo o que de relevante existia publicado ou em arquivos sobre a então província do Império, que aliás lhe coube representar na primeira e na segunda legislatura, como deputado geral. Seu envolvimento com a terra goiana compreendeu inclusive uma polêmica com o periódico *Matutina Meia-Pontense*. Ainda existem, a propósito, textos inéditos de Cunha Matos doados pela família ao Instituto, inclusive sobre Goiás, que talvez pudessem ser objeto de pesquisa e publicação por nosso novo sócio.

Já a face histórica de Goiás segundo Jales Mendonça corresponde a experiências mais recentes, que consubstanciou em dois trabalhos acadêmicos, a dissertação de mestrado, sobre *A Assembleia Constituinte Goiana de 1935 e o mudancismo condicionado* e a tese de doutoramento, publicada com o título *A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança da capital de Goiás*.

Nesses trabalhos é estudado o processo que levou ao estabelecimento da nova capital, desde as primeiras sugestões até a escolha do local e as dificuldades inerentes a uma situação na qual uma cidade perde status e a nova se estabelece. Nosso novo confrade procurou ângulos diversos dos já conhecidos sobre a questão e as razões pelas quais triunfou, entre os grupos antimudancista, que procurava manter a capital em Vila Boa, de um lado e os mudancistas de outro, uma terceira solução, a do mudancismo condicionado.

Essa solução, como bem assinala Jales Mendonça, foi uma opção puramente política, capitaneada por Pedro Ludovico, num encaminhamento de equilíbrio entre soluções extremas, sob a justificativa de “construir sem destruir”.

Os argumentos do autor se desenvolvem à base de uma sólida fundamentação nas fontes primárias, inclusive, e sobretudo, os anais da assembleia constituinte de 1935 e da assembleia legislativa de 1936.

Se, como queria Paul Veyne, a principal função do historiador é inventar conceitos, Jales Mendonça cumpriu seu dever, ao identificar no processo um mudancismo condicionado, tertius no campo de batalha que foi a fundação da segunda capital planejada na federação brasileira.

São, assim, muitas razões que fazem com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebê-lo como sócio correspondente, sendo lícito esperar grandes contribuições de seu dinamismo e competência.

Seja muito bem-vindo.



Discurso de posse como sócio correspondente brasileiro do IHGB (dia 15/01/2025)

Jales Guedes Coelho Mendonça

“As nuances entre os processos mudancistas de Goiás, Minas Gerais, Brasil e Alemanha”

O historiador Jaime Cortesão relata que em 1750, durante o período colonial brasileiro, o governador do Pará comunicou ao Conselho Ultramarino, órgão de assessoramento do rei de Portugal sediado em Lisboa, dificuldades em arrematar tropas para defender seu Estado, sobretudo a estratégica região de Belém, foz dos rios Amazonas e Tocantins. Dois anos depois, ao analisar o tema, o diplomata Alexandre de Gusmão, integrante mais destacado daquele Conselho, em seu parecer, ponderou que a eventual invasão da bacia amazônica seria um mal menor do que a bacia do Tocantins, já que por este rio dar-se-ia acesso ao centro geográfico do Brasil e às minas dos Goyazes e do Mato Grosso. E sentenciou: “elas não poderiam ser socorridas dos portos do Brasil, senão com uma larguíssima e trabalhosa jornada por terra”. (Cortesão, 1957)

O Conselho Ultramarino acolheu o pedido de reforço da guarnição, mas logo surgiu outro impasse sobre o pagamento dessas tropas em decorrência das dificuldades financeiras enfrentadas pelos cofres paraenses. De novo, Alexandre de

Gusmão tinha a resposta na ponta da língua: bastava que o rei permitisse o livre comércio entre o Pará e as minas dos Goyazes e do Mato Grosso, por meio da navegação fluvial do rio Tocantins. Na sequência, vaticinou: “com o afluxo do ouro cresceria o número dos moradores [do Pará], [...] e sobriariam rendimentos para cobrir com largueza a importância da sua folha.” (Cortesão, 1957)

Enviado o processo para a decisão final do rei, Dom José I acata o parecer do Conselho no tocante à defesa do Pará. No entanto, orientado pelo ministro Sebastião de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, mantém a proibição da navegação fluvial na bacia do Tocantins.

A despeito do desacolhimento da tese defendida por Alexandre de Gusmão, notadamente por sua conhecida rivalidade com o marquês de Pombal, fica nítido que Gusmão demonstrou profunda visão sobre o valor geopolítico da então recém-criada Capitania de Goiás, desmembrada da de São Paulo, e, ao mesmo tempo, compreensão de sua função unificadora para o território brasileiro. A propósito, naquele momento histórico, muito por obra do próprio Gusmão, as fronteiras da América portuguesa acabavam de ser dilatadas substancialmente a oeste, em razão da assinatura do Tratado de Madrid pelos reinos de Portugal e Espanha, que revogara o Tratado de Tordesilhas, vigente há mais de 250 anos.

Como dito, essa relevante e desconhecida história foi narrada por Jaime Cortesão, em uma série de artigos intitulada “Geopolítica de Goiás e da futura capital”, na qual ele defende magistralmente a singularidade incomparável do nosso país, porquanto dono de uma imensa riqueza em estradas fluviais, similar ao complexo sistema circulatório do corpo humano.

Com efeito, as quatro grandes bacias hidrográficas brasileiras – do Amazonas, Prata, São Francisco e Tocantins –, conectadas em suas cabeceiras, denominadas de varadouros, ou, no dizer dos sertanistas, “junta de rios”, formariam, de certo modo, um único conjunto fluvial, o que possibilitou, por exemplo, em 1613, a bandeira de André Fernandes partir de São Paulo, alcançar a confluência dos rios Araguaia-Tocantins, e regressar, no ano seguinte, a São Paulo.

Vale acrescentar que os povos indígenas, guias das primeiras expedições bandeirantes e monçoeiras, eram herdeiros de conhecimentos acumulados por mais de 600 gerações. De igual modo, dominavam essa interligada malha de cursos d’água e seus varadouros, motivo pelo qual passavam de uma bacia hidrográfica para outra, arrastando suas canoas por escassos quilômetros. Inúmeros exemplos poderiam ser mobilizados a fim de reforçar tal evidência. Um, contudo, ilustra suficientemente. No final do século XVIII, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira explorava determinado rio. Ao indagar a um ameríndio sobre os seus afluentes, a resposta veio com a seguinte demonstração: o indígena pega uma corda de piaçá e, com ela, representa o leito principal do rio, inclusive com as suas curvas. Ato contínuo, de um e de outro lado da corda, estica fiapos para indicar os afluentes, respeitando igualmente as curvaturas e as distâncias entre eles. (Silva, 2018)

De acordo com Jaime Cortesão (1957), “capitania alguma do Brasil, como a de Goiás, teve uma formação mais estritamente fluvial e de varadouros.” Para ele, a bacia do Tocantins-Araguaia significava a dupla coluna vertebral do Brasil. E Goiás, por sua vez, o Estado destes dois rios e de seus varadouros marginais, cumprindo assim uma função estratégica e

unificadora. Tão unificadora que em uma de suas seis zonas de varadouros encontra-se o triplo “divortium aquarium” (divisor de águas) entre as bacias do Prata, São Francisco e Tocantins, vertendo águas para sentidos diferentes e representando o centro geográfico do país.

Tal ocorrência, extremamente simbólica, influiu para que a Comissão Cruls, no início da República, fixasse os vértices do quadrilátero da futura capital federal no Planalto Central de Goiás, secundando aliás a sugestão anteriormente enunciada por Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro.

Ao contrário dos Estados Unidos com o Mississipi, a verdade é que a navegação fluvial no Brasil nunca atingiu o patamar que as nossas potencialidades permitiriam, com razoáveis investimentos.

Se o parecer de Alexandre de Gusmão tivesse sido acatado, certamente a realização de uma outra história teria sido possível e, conseqüentemente, causaria impactos marcantes em outras realidades, como, por exemplo, a da Cidade de Goiás (outrota Vila Boa de Goiás – irmã siamesa de Vila Rica e Vila Bela, ambas também capitais de Minas Gerais e Mato Grosso, respectivamente).

Cortada pelo rio Vermelho, tributário do Araguaia, as condições das cercanias da Cidade de Goiás para o transporte aquaviário e, portanto, de acesso ao Oceano Atlântico, eram tantas que o historiador francês Laurent Vidal a qualifica de “capital atlântica da capitania de Goiás”.

Apesar de alguns momentos de maiores conexões com o Pará, via rio Araguaia, com destaque para a fase de Couto de Magalhães, o sonho de um pujante fluxo comercial com o porto atlântico jamais atingiu níveis capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico de Goiás e de sua capital

homônima, aliás, desde 2001, ostentando o título de patrimônio cultural da humanidade, conferido pela Unesco.

Esse descompasso do Estado de Goiás entre um horizonte de expectativas alvissareiro e uma realidade de pequena expressividade econômica até a década de 1930 justificou, em grande medida, o discurso utilizado para a execução da intermitente ideia de transferência da capital e da construção de Goiânia, episódio central da história goiana e objeto de estudo no meu doutorado, orientado pelo saudoso professor Noé Freire Sandes e publicado no livro intitulado “A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança” (Mendonça, 2018).

Secundado em robusta pesquisa, conseguimos identificar, tanto a grande influência em Goiás do processo mudancista ocorrido 40 anos antes em Minas Gerais, quanto a discrepância entre a principal tensão dos dois eventos históricos. Explico melhor.

A grande tensão em Minas eclodiu na ocasião da escolha do local da nova capital, a ponto de a sessão do Congresso Legislativo Mineiro que escolheu a região de Belo Horizonte ter ocorrido em Barbacena – e não em Ouro Preto – e ainda pelo apertado placar de 30 a 28 em detrimento de Várzea do Marçal.

Cumprе relembrar que, apesar da perda do título de sede dos poderes estaduais, Ouro Preto à época já possuía os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, energia elétrica e até mesmo transporte ferroviário, benefício este conseguido pelo indisfarçável bem-querer do imperador Dom Pedro II pela cidade. Além de resguardada pelos mencionados fatores, a urbe dos inconfidentes igualmente teve preservada toda a sua rede de ensino pública, inclusive a acreditada Escola de Minas de Ouro Preto, estabelecimento

objeto de interessante análise pelo historiador José Murilo de Carvalho.

Em sentido diametralmente oposto, encontrava-se a Cidade de Goiás em 1930, no tocante aos serviços públicos acima arrolados, presentes em Ouro Preto. A rigor, apenas o fornecimento de energia elétrica existia em Vila Boa. O abastecimento de água e a coleta de esgoto só seriam efetivamente implementados nas décadas seguintes e o sonho do silvo do trem de ferro ecoando nos contrafortes da Serra Dourada nunca passou de uma imagem projetada nos mapas geográficos. Justamente por isso, a grande tensão em Goiás concentrou-se no tema da compensação à sua antiga capital.

Muito embora a Constituição Goiana de 1935 e a legislação ordinária determinassem o amparo e a proteção à Cidade de Goiás, “resguardando-a da decadência”, a verdade é que a transferência se efetivou sem qualquer compensação ou indenização, malgrado as várias promessas. E pior: toda a estrutura pública de ensino – a única existente no Estado até então –, inclusive o tradicional Lyceu de Goyaz, criado em 1846, e a Faculdade de Direito foram removidos para Goiânia. Ademais, todos os servidores federais e estaduais também restaram transferidos, além dos consulados existentes e ainda a unidade das Forças Armadas, incorporada ao 6º Batalhão de Caçadores, aquartelado em Ipameri. Lecionando sobre o assunto, o mestre Paulo Bertran (2006) sintetizou tudo: em Goiás, a mudança “provocou a ruptura do tecido cultural antigo, urdido na velhice de dois séculos pregressos de história.” Apesar de não a qualificar, a interpretação de Bertran, para mim, tem nome e sobrenome: chama-se genocídio cultural.

De outro lado, o processo mudancista da capital brasileira, executado em 1960 pelo presidente Juscelino Kubitschek,

efetivou-se com dinâmica completamente diversa da de Goiás no nevrálgico quesito da compensação, sobretudo por inserir-se em um ciclo democrático. No campo educacional, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), maior instituição federal do país, manteve-se inalterada na cidade maravilhosa e ninguém nunca cogitou deslocá-la para Brasília, onde se construiu, como seria lógico e razoável, outro centro universitário de excelência, qual seja, a Universidade de Brasília (UnB). De igual forma, o tradicional Colégio Pedro II permaneceu no mesmo lugar de sua fundação.

De mais a mais, mesmo após mais de seis décadas da efetivação da transferência, o Rio de Janeiro, ainda hoje, possui mais servidores públicos federais civis do que o Distrito Federal (259 mil no Rio contra 181 mil no DF), além de ser a maior cidade-sede das Forças Armadas da América Latina, sem prejuízo de sediar mais de 1/3 dos órgãos da administração federal, a exemplo da Petrobras, Eletrobras e BNDES, o que, indubitavelmente, configura-se em uma compensação permanente.

Nessa mesma linha de argumentação, por último, o jornal “O Globo”, de 12 de abril de 1960, noticiou que, antes de deixar o Rio de Janeiro, o presidente JK assinara um decreto concedendo ao novo Estado da Guanabara “a soma excepcional de três bilhões de cruzeiros do orçamento da União para enfrentar os primeiros tempos.” (Vidal, 2012)

Maior compensação ainda parece ter havido na reunificação da Alemanha, onde a cidade de Bonn, antiga capital da Alemanha Oriental, recebeu “1,5 bilhão de euros e o direito de continuar a sediar dois quintos de todos os ministérios”. (Lynch, 2021)

Em arremate à exposição intitulada “As nuances entre os processos mudancistas de Goiás, Minas Gerais, Brasil e

Alemanha”, é notório que a Cidade de Goiás não obteve a mesma compensação que Ouro Preto, Rio de Janeiro e Bonn, existindo uma necessidade de reparação histórica do Estado de Goiás para com a sua antiga capital. E ela virá, mais dia, menos dia.

Sem embargo, eis as duas conclusões a que chegamos: primeira, no quesito compensação, o procedimento adotado na transferência do Rio de Janeiro para Brasília exprime um modelo que deveria ser sempre adotado, em razão da expressividade dos benefícios e valores carreados à cidade impactada com a perda do título de capital. E segunda: toda conclusão depende muito da comparação realizada.

Senhores e Senhoras,

Confesso, de coração na boca, que me comove demais essa cerimônia de posse. Ela significa um dos momentos mais importantes da minha existência, que recentemente completou meio século. Integrar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, primeira entidade cultural do Brasil, é motivo de elevada honra para mim, especialmente por representar o meu Estado de Goiás e, concomitantemente, suceder notáveis conterrâneos como Leopoldo de Bulhões, Colemar Natal e Silva e José Mendonça Teles.

Chego a essa tradicional sociedade acadêmico-científica, da mesma forma com que ingressei em 2013 em sua congênere goiana, o IHGG: na condição de um aluno ávido em aprender e, ao mesmo tempo, com o espírito colaborativo, vibrante e disposto, sempre, a contribuir para o seu engrandecimento.

Agradeço imensamente a Deus; aos meus queridos amigos e amigas, que provaram a sua dedicação comparecendo a esta solenidade no Rio de Janeiro; aos companheiros da cultura e aos confrades e confreriras do IHGG, na pessoa do meu

antecessor Geraldo Coelho Vaz, sem prejuízo dos colegas de Ministério Público já mencionados. Agradeço também à minha amada família, sobretudo a minha esposa Iara e os filhos Tales e Melissa, além de meus pais Eduardo e Fátima.

Agradeço ainda a todos os sócios do IHGB, especialmente ao presidente Vitorino Chermont e ao presidente de honra Arno Wehling, intelectuais que tanto fizeram e fazem pela entidade. A afinidade dos professores Vitorino e Arno faz lembrar a sintonizada dupla fundadora do IHGB: Januário da Cunha e Cunha Matos. Tão sintonizada que inclusive do mesmo tronco genealógico.

Consta dos anais que a nossa nação, por mais de um século e meio, esteve, em grande medida, entregue ao obscurantismo, como faz prova a ausência de faculdades, imprensa, liberdade de pensamento e até proibição de estrangeiros. Nessa direção, o intelectual Pedro Corrêa do Lago (2014) descreve, em seu impressionante livro “*Brasiliana Itaú*”, resenhado por mim em parceria com o professor Nilson Jaime, aqui presente, uma aquarela da baía da Guanabara de 1795, de autoria do artista inglês Thomas Sydeham. O que chama a atenção na referida obra de arte é que ela foi pintada da perspectiva da embarcação e não da terra, como geralmente acontece, pelo simples fato de o território brasileiro estar fechado, em regra, aos estrangeiros. Ainda nessa linha de pensamento, importante ressaltar que a Coleção *Brasiliana Itaú*, exposta na sede da corporação na Av. Paulista, denomina de “*Brasil Secreto*” o interregno de mais de 150 anos que medeia da expulsão dos holandeses em 1654 à chegada da família real em 1808.

Nessa marcha, 1838 representa um verdadeiro contrafluxo e um ano chave para o impulso cultural de nossa nação,

em decorrência da fundação do Arquivo Nacional, com a finalidade de guardar o acervo documental; do funcionamento do Colégio Pedro II, com o objetivo de instruir; e da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com a função de escrever a História de um país nascente, que precisava ser compreendido pelo seu próprio povo.

Dando concretude a tal meta, o IHGB lançou um concurso, vencido pelo alemão Carl von Martius, com a dissertação intitulada “Como se deve escrever a história do Brasil” (Sandes, 2000). Nela, Martius defendeu que as narrativas históricas deveriam enfatizar o cruzamento racial e cultural entre brancos, negros e indígenas – traço singular de nossa população.

Desde então, o pluridimensional, suprapartidário e quase bicentenário IHGB vem cumprindo sua missão de “Casa da Memória Nacional”, honrando seu lema transgeracional de “ocupação pacífica da ciência”, que expressa, simultaneamente, segundo os ensinamentos do querido professor Arno Wehling (2014), um fundamento humanista e o compromisso ético da ciência.

Ao encerrar, soaria natural aos ouvidos entoar agora as sempre sábias lições de Cora Coralina, a mais festejada escritora de minha terra. Contudo, cometeria um erro indesculpável se desconsiderasse, nesse momento em que se completam os exatos 50 anos da eleição para a Academia Brasileira de Letras do imortal Bernardo Élis – o único goiano, até hoje, a ingressar na Casa de Machado de Assis, registre-se. Em sua autobiografia “A vida são as sobras”, Bernardo consignou a seguinte anotação: “essa ausência de Goiás do panorama cultural nacional mexia com meus brios e me fazia prometer a mim mesmo que resgataria, um dia, o nome da minha terra,

fazendo-a integrar-se na comunidade literária nacional.” (Élis, 2000)

Palmilhando os mesmos caminhos acidentados trilhados por Bernardo Élis, encontrados apenas nos trieiros da nossa Serra dos Pirineus ou da Chapada dos Veadeiros, e sonhando os seus mesmos sonhos, humildemente, peço licença para ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e, em nome do Estado de Goiás, proclamo, em alto e bom som: AINDA ESTOU AQUI!

Muito obrigado.

Bibliografia

BERTRAN, Paulo. Memória consútil e a goianidade. *Revista da UFG*, ano VIII, n. 1, jun. 2006, p. 66.

ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000, contracapa.

CORTESÃO, Jaime. Geopolítica de Goiás e da futura capital. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 10 de fevereiro de 1957, p. 56.

LAGO, Pedro Corrêa do. *Brasiliiana Itaú: uma grande coleção dedicada ao Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Capivara, 2014, p. 46.

LYNCH, Christian Edward Cyril. O retorno da VELHACAP: o problema nacional fluminense e a proposta de um segundo Distrito Federal no Rio de Janeiro. In: *Rio 2º Distrito Federal: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização/organização* Cristian Edward Cyrill Lynch, Igor Abdalla Medina de Souza, Luiz Carlos Ramiro Junior. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2021, p. 112.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. 2ª ed. Goiânia: Editora UFG, 2018.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. As nuances entre os processos mudancistas de Goiás, Minas Gerais, Brasil e Alemanha. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/as-nuances-entre-os-processos-mudancistas-de-goias-minas-gerais-brasil-e-alemanha-445807/> Acesso em: 14 de dezembro de 2024.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho; JAIME, Nilson. Coleção Brasileira Itaú traduz o melhor da história, iconografia e literatura sobre o Brasil. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/colecao-brasiliana-itaui-traduz-o-melhor-da-historia-iconografia-e-literatura-sobre-o-brasil-257424/> Acesso em: 14 de dezembro de 2024.

SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação: entre a monarquia e a república*. Goiânia: Editora UFG, 2000, p. 81.

SILVA, Elias Manoel da. Introdução: Ensaio sobre a cartografia dos “Sertões”. In: *GOYAZ – Guia de Cartografia Histórica/Elias Manoel da Silva; Wilson Vieira Júnior, organizadores*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2018, p. 26.

VIDAL, Laurent. *As lágrimas do Rio: o último dia de uma capital: 20 de abril de 1960*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. 58.

WEHLING, Arno. O IHGB, Ethos e Acervo. In: *Brasileira IHGB/organização Pedro Côrrea do Lago*. Rio de Janeiro: Capivara, 2014, p. 13.



O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e um de seus fundadores, o professor Alcide Celso Ramos Jubé

Antônio Celso Ramos Jubé¹

O Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, o IHGG, é a instituição cultural mais antiga no Estado, haja vista a sua criação ter sido legalizada no dia 2 de agosto de 1918, em cumprimento à Lei nº 629, da lavra do então presidente do Estado de Goiás, João Alves de Castro, e Dr. Antônio Americano do Brasil, secretário do Interior e Justiça, prevenido a sua instalação para o dia 26 de julho de 1919, porém sem sucesso.

Nesse sentido, decorrido um hiato de tempo, os integrantes da instituição organizaram um ato solene de fundação do IHGG, que seria realizado no dia 18 de fevereiro de 1930, no salão nobre do Palacete da Justiça Federal na Cidade de Goiás, seguido de um *soirée* dançante, conforme consta do convite (Figura 1), assinado pelos futuros integrantes da Diretoria, srs. Colemar Natal e Silva – presidente; Alcide Celso Ramos Jubé – vice-presidente; José M. Magalhães – 1º secretário; Francisco Martins de Araújo – 2º secretário; João Gonzaga

1 Antônio Celso Ramos Jubé é servidor inativo do TRE-GO, advogado, pesquisador, escritor e pecuarista. Membro do IHGG, UBE-GO, Icebe e GLG. Exerce o cargo de conselheiro do Conselho Estadual de Cultura. E-mail: acelsojube@gmail.com

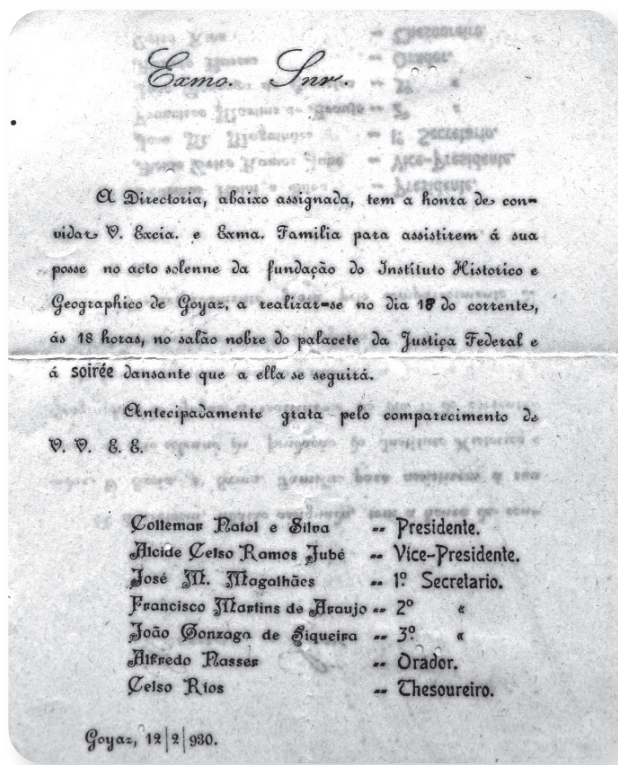
de Siqueira – 3º secretário; Alfredo Nasser – orador; e Celso Rios – tesoureiro.

Contudo, os reflexos da Revolução de 1930 ocasionaram diversas divergências na antiga Capital, fato que provocou o adiamento de sua concretização, que aconteceu no dia 7 de outubro de 1932, sob a custódia de José Honorato da Silva e Souza, organizador da convocação dos intelectuais da época para a reunião de instalação. A solenidade foi realizada no salão nobre do Palácio da Instrução, sendo que a ata foi lavrada por Alfredo de Faria Castro.

Posteriormente, foram realizadas várias outras reuniões, sendo que, no dia 14 de abril de 1933, os integrantes aprovaram o Estatuto do IHGG, em simetria com aquele do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), momento em que foi eleita a primeira diretoria efetiva, composta pelos sócios, na seguinte ordem: Colemar Natal e Silva – presidente; Agnelo Arlington Fleury Curado – 1º vice-presidente, Alcide Celso Ramos Jubé – 2º vice-presidente; Francisco Ferreira dos Santos Azevedo – 3º vice-presidente; Joaquim Carvalho Ferreira – 1º secretário; Dário Délio Cardoso – orador; e Gustavo Gonzaga – tesoureiro.

Isto posto, restou agendada a data do dia 1º de maio de 1933 para a instalação solene do IHGG, data essa remarcada para o dia 17 de setembro do mesmo ano. Destarte, às 19h, foi realizada a sessão no salão nobre do Lyceu de Goiás, presidida pelo presidente Colemar Natal e Silva e secretariada por Alfredo de Faria Castro, contando com a presença do interventor Pedro Ludovico Teixeira, momento em que aconteceu a diplomação dos seus associados. Foram homenageados, no mesmo evento, o interventor, que recebeu o diploma de Presidente de Honra do instituto, bem como José Honorato da Silva e Souza, Antônio Americano do Brasil e Henrique Silva, que receberam de Sócio Grande Benemérito.

Figura 1 - Convite para fundação e posse da diretoria do IHGG

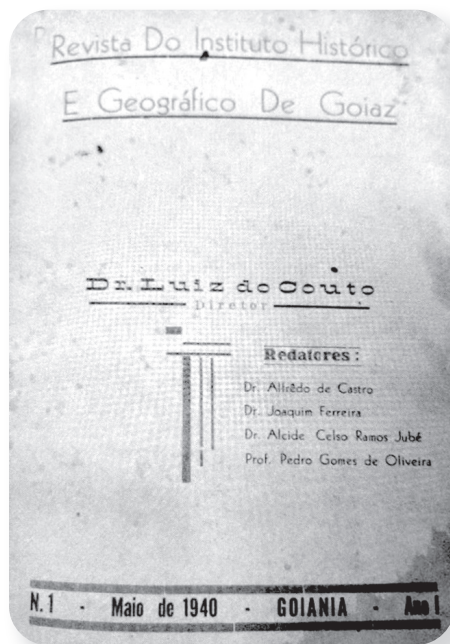


Fonte: Do livro *Professor Alcide Celso Ramos Jubé, um catedrático por excelência*, de Antônio Celso Ramos Jubé (Kelps, 2017, p. 96)

Segundo os registros consignados no *site* da entidade, são fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG): José Honorato da Silva e Souza, Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, Colemar Natal e Silva, Agnelo Arlington Fleury Curado, Alfredo de Faria Castro, Luiz Ramos de Oliveira Couto, Dário Délio Cardoso, Albertino de Godói, Alcide Celso Ramos Jubé, Vasco de Souza, Gustavo Gonzaga e Augusto da Paixão Fleury Curado.

Após a data da instalação, os fundadores voltariam a se reunir em Goiânia, a novel capital, no dia 25 de junho de 1938, sendo que no dia 26 de julho, o presidente Colemar Natal e Silva promoveu o lançamento da pedra fundamental da sede própria, onde se encontra atualmente instalada, na esquina da Praça Cívica com a Avenida 85, no Centro, sendo conhecida como A Casa Rosada, cuja inauguração se deu no dia 5 de outubro de 1939. No dia 21 de novembro daquele mesmo ano, a Interventoria Federal do Estado de Goiás baixou o Decreto-lei nº 2.593, de 21 de novembro de 1939, reconhecendo o IHGG como entidade de utilidade pública e, em seguida, foi publicada a primeira edição da *Revista do IHGG*, no mês de maio de 1940 (Figura 2).

Figura 2 – Capa da Revista nº 1 do IHGG



Fonte: Do livro *Professor Alcide Celso Ramos Jubé, um catadrático por excelência*, de Antônio Celso Ramos Jubé (Kelps, 2017, p. 97)

A atuação do professor Alcide Jubé junto ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás foi marcante, pois exerceu atividades intelectuais de destaque na instituição, a exemplo de ser integrante do grupo de redatores da *Revista do IHGG*, conforme a figura acima, com os sócios Alfredo de Castro, Joaquim Ferreira e Pedro Gomes de Oliveira.

Compôs, também, o grupo dos elaboradores da minuta dos Estatutos do IHGG, com os sócios Agnelo Arlington Fleury Curado, Luiz Ramos de Oliveira Couto, Dário Délio Cardoso e Colemar Natal e Silva, em cumprimento ao que ficou avençado pela diretoria e consignado na respectiva Ata, datada de 29 de outubro de 1932. Já na sessão realizada no dia 14 de abril de 1933, a minuta apresentada foi discutida e aprovada, bem como eleita a diretoria definitiva, cujos diretores foram acima mencionados.

Foi designado integrante da Comissão de Geographia do IHGG na sessão realizada aos 21 de março de 1939, mesma ocasião em que foi reeleito ao cargo de 2º vice-presidente.

Alcide Jubé foi integrante dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia, do Espírito Santo, do Rio de Janeiro, bem como da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Sócio correspondente do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano, do Instituto de Estudos Genealógicos de São Paulo e da National Geographic Society.

Foi membro da Academia de Letras de Goiás, do Conselho Municipal da Cidade de Goiás e membro honorário do Instituto Técnico e Industrial do Rio de Janeiro.

Empresta o seu nome junto à Academia Vilaboense de Letras e Artes - AVLA, Cadeira nº 4, entidade cultural momentaneamente com as atividades suspensas.

Alcide Jubé foi homenageado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás em sua Revista nº 15, edição de janeiro/julho de 2000 (p. 137), onde o professor Horieste

Gomes descreve a sua obra, em artigo intitulado “Professor Alcide Celso Ramos Jubé (Pioneiro da Geografia Goiana)”, destacando: “De sua biografia, depreende-se a trajetória profissional de sua vida, fundamentalmente marcada pelo exercício da nobre profissão de professor.” E mais adiante: “Além de abraçar o magistério como o ideal maior de sua vida, o Prof. Alcide Jubé embasava as suas aulas de Geografia e História com livros e textos por ele elaborados...” (Gomes, 2000, p. 137, 139).

O escritor Ademir Hamú, integrante da Academia Goiana de Letras, publicou na *Revista do IHGG* nº 31 (p. 113/120) a biografia de Alcide Jubé (Figura 3), destacando fragmentos de conteúdos de sua obra, em especial os motivos de elaborar exercícios de Geografia no sentido de colaborar com o estudo de seus alunos.

São de sua autoria as obras *Ensaio de Chorografia de Goiás* (1919), *Eurásia e a África* (1924), *Exercícios de Geografia* (1926), *Terras do Brasil* (1927) e *Lições de Geographia Descritiva* (1929). Deixou em preparação *Lições de Cosmographia* e *Pontos de Geographia* para exame de admissão à Escola Normal, não sendo esses últimos publicados.

Figura 3 – Foto exposta na diretoria do Colégio Estadual Professor Alcide Jubé, na Cidade de Goiás



Fonte: Do livro *Professor Alcide Celso Ramos Jubé, um catedrático por excelência*, de Antônio Celso Ramos Jubé (Kelps, 2017, p. 136)

Já o poeta, teatrólogo, romancista e contista Miguel Jorge lançou na Revista nº 33 do IHGG a “Louvação ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás de frente para a História” (p. 91/97), onde destaca a atuação de Alcide Jubé e de outros nomes da cultura como “Rios destes Signos de pele e corpo / Verdadeiros sopros de vida que nos guiaram até aqui”.

O professor Genesco Ferreira Bretas registrou em sua obra *História da Instrução Pública em Goiás* várias informações acerca das atividades educacionais de Alcide Jubé, desde o seu êxito no concurso público para o preenchimento de cadeiras no Colégio Estadual Professor Alcide Jubé, como também o exercício da direção da unidade de ensino (p. 494, 500-503, 520 e 530).

Acadêmico da AGL, o médico Ademir Hamú também biografou o professor em sua obra *De Goyaz a Goiás*, vol. 1, confidenciando que possui um exemplar da obra *Exercícios de Geografia*, que contém 500 perguntas na primeira parte e 790 perguntas na segunda.

O jornal *Diário da Manhã* publicou dois artigos, sendo um deles de autoria do ex-vice-governador José Luiz Bittencourt, sob o título “O geógrafo Alcide Jubé” (17/11/2003), e o outro da lavra do escritor Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado, “História da Geografia em Goiás – XXXIV” (18/11/2014).

A *Folha de Goyaz* inseriu na sua edição nº 79, de 17/08/1941, uma homenagem ao professor Alcide, com o destaque “Homenageado por seus colegas o Sr. Alcide Celso Ramos Jubé, Catedrático de Geografia do Lyceu de Goiás”.

Alcide Celso Ramos Jubé (Figura 4), conhecido entre familiares por Cicí, nasceu na Cidade de Goiás, no dia 26 de junho de 1896. Era filho do comendador Joaquim Rufino Ramos Jubé (06/08/1859-12/09/1933) e Maria Carlota D’Ascenção

Silveira Ramos Jubé (falecida em 06/08/1946), e teve os irmãos José de Maria Ramos Jubé (17/03/1895-30/04/1930), conhecido como Juca Jubé, advogado, deputado estadual e juiz de Direito; Maria das Dores Ramos Jubé – dona Ti (30/03/1899-02/12/1997), professora de Música e Canto Orfeônico; Carlota Maria Ramos Jubé – dona Lota (09/09/1900-29/06/1984), professora de Geografia; Joaquim Rufino Ramos Jubé Júnior – Nôca Jubé (28/01/1904-22/12/1951), odontólogo, advogado e deputado estadual; e Antônio Diurivê Ramos Jubé – Vezinho (03/03/1905-12/02/1983), desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

Contraiu núpcias com Josephina da Veiga Ramos Jubé, dona Zephinha (13/11/1895-19/08/1973), na Cidade de Goiás, no dia 06/05/1922, essa descendente do artista plástico Veiga Valle em quarto grau, com quem teve seis filhos: José Tancredo Ramos Jubé – Zezé (06/02/1924-20/02/2010), coronel do Exército Brasileiro; Aloysio Celso Ramos Jubé (10/08/1925-05/06/2010), engenheiro e arquiteto; Joaquim Ignacio Ramos Jubé – Quinácio (07/07/1927-26/02/2000), odontólogo e fiscal de Rendas do Estado do Rio de Janeiro; Maria do Espírito Santo Ramos Jubé (23/09/1930, vindo a óbito com poucos dias de vida); Jairo Domingos Ramos Jubé (16/06/1932-20/01/1994), desembargador do Tribunal de

Figura 4 – Alcide Jubé em idade avançada



Fonte: Acervo da família

Justiça do Estado de Goiás; e Caius Emanuel Ramos Jubé – Zan (19/11/1936-04/08/2022), odontólogo do Inamps e profissional liberal.

Em sua trajetória de vida, a instrução primária foi iniciada na Escola da Mestra Nhola, como era conhecida a professora Pacífica Josefina de Castro, preparando-se para o curso secundário e o Curso de Humanidades no Seminário Episcopal de Santa Cruz de Goiás, onde conheceu Dom Prudêncio Gomes da Silva, a quem acompanhou na realização de várias “desobrigas” pelo Norte do Estado, levando a evangelização aos povos daquela região.

Posteriormente, concluiu o Curso Normal pela Escola Normal Oficial, graduando-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Escola de Direito de Goiás, hoje a tradicional e secular Faculdade de Direito da UFG.

Iniciou as atividades profissionais exercendo o cargo de amanuense (escrevente) da Secretaria da Instrução, Indústria, Terras e Obras Públicas do governo estadual, entre os anos de 1915 e 1920. A seguir, ocupou as funções de secretário particular da Presidência do Estado de Goiás, bem como de oficial de Gabinete da Secretaria do Interior e Justiça e diretor-gerente do *Correio Oficial*.

Integrou várias comissões de bancas examinadoras de concursos públicos para diversas disciplinas de candidatos ao cargo de tabelião e outros da Justiça Comum para inúmeras comarcas do Estado.

Aprovado em concurso, iniciou as atividades docentes como professor catedrático de Geografia no então Lyceu de Goyaz e na Escola Normal Oficial em 1920, onde lecionou as disciplinas Geografia, Cosmografia e História. Exerceu a direção do ginásio da Cidade de Goiás durante o período compreendido entre 10 de agosto de 1941 e 1º de agosto de 1961,

instituição essa atualmente denominada Colégio Estadual Professor Alcide Jubé em sua homenagem.

Outrossim, o atual Lyceu de Goiás, em pleno funcionamento na antiga capital, também leva o seu nome.

Com o advento da mudança da capital para Goiânia, foi obrigado a se transferir da sua querida terra natal, com a obrigação de lecionar no Colégio Estadual de Goiás. Porém, obteve êxito em conseguir seu retorno à Cidade de Goiás, onde exerceu a direção do colégio local.

Católico fervoroso, participou da criação de um Centro Intelectual Católico, com a finalidade de defender os interesses da família. Foi provedor da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos e do Asilo de Caridade São Vicente de Paulo, na Cidade de Goiás.

Alcide Jubé fechou os olhos em definitivo no dia 19 de setembro de 1961, em Goiânia, depois de realizar visitas a vários familiares, como se estivesse se despedindo deles, e sofrer um problema cardíaco na casa de seu filho Aloysio.

A escritora Amália Hermano Teixeira, amiga próxima de Alcide Jubé, retratou a vida de sua família em sua obra *Perfis, pessoas que marcaram a minha vida*, onde detalhou poeticamente os seus últimos momentos nesta vida:

Na manhã quentíssima de 19 de setembro de 1961, em Goiânia, o professor Alcide procura rever parentes e amigos; depois dá os braços aos netinhos num pra lá, pra cá, à porta da casa do filho; repete, ainda, o doce gesto das mãos acariciando os cabelos, descendo de manso até a face de sua Josefina, e, de súbito, emudece e se imobiliza para sempre.

E, assim, partiu esse grande mestre, deixando um legado que lhe rendeu justas homenagens.

Referências

- BITTENCOURT, José Luiz. O geógrafo Alcide Jubé. *Diário da Manhã*, Goiânia, 17.11.2003, p. 5.
- BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991, p. 494, 500-503, 520 e 530.
- CURADO, Bento Alves Araújo Jayme Fleury . A História da Geografia em Goiás – XXXIV. *Diário da Manhã*, Goiânia, 18.11.2014.
- FOLHA DE GOYAZ. Homenageado por seus colegas o Sr. Alcide Celso Ramos Jubé, Catedrático de Geografia do Lyceu de Goyaz. Goiânia, nº 79, 17 ago. 1941.
- HAMÚ, Ademir. *De Goyaz a Goiás – Vol. 1*. Goiânia: Kelps, 2013, p. 22-23.
- IHGG. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, nº 1 (1940) – Goiânia: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.
- IHGG. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, nº 15 – Goiânia: Instituto Histórico, 2000.
- IHGG. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, nº 31 (2020) – Goiânia: Kelps, 2021.
- IHGG. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, nº 33 (2022) – Goiânia: Kelps, 2023.
- JUBÉ, Antônio Celso Ramos. *Professor Alcide Celso Ramos Jubé: um catedrático por excelência*. Goiânia: Kelps, 2017. 320 p.
- TEIXEIRA, Amália Hermano. *Perfis, pessoas que marcaram a minha vida*. Goiânia: Luzes, 1933, p. 7.



Resguardando o passado para manutenção do presente e sobrevivência do futuro²

Getúlio Targino Lima³

“ - Sente-se aqui a solenidade dos grandes cultos, a impressão das catedrais enoitecidas pelos séculos, a elevação interior para o infinito.”⁴

Senhoras e Senhores

Depois de ouvirmos a autorizada, sempre eloquente e perfeitamente postada palavra do Orador Oficial do instituto, o respeitável homem público e admirável cultor das letras, escritor Dr. Ursulino Leão, cuja voz ainda ecoa nos nossos corações, a nos ofertar as boas-vindas desta propecta instituição e a nos engalantar o peito de honras imerecidas (ao menos no meu caso pessoal), fico, de novo, como o imortal Rui Barbosa, prisioneiro da estupefação, da dúvida

2 Discurso de posse e agradecimento, proferido pelo autor em seu nome e em nome do Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa, do Desor. Rogério Arédio Ferreira e do artista Mauro da Costa Lima, empossados como Membros Titulares e o último como Membro Correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, após saudação de recebimento proferida pelo Dr. Ursulino Tavares Leão, em 25/11/08.

3 Advogado, professor emérito da Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro da Academia Goiana de Letras (AGL) e sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). E-mail: gtarginoadv@gmail.com

4 BARBOSA, Rui - Visita à terra natal, apud PORTO SOBRINHO, Antônio Faustino. *Antologia da eloquência universal* (de Péricles a Churchill). São Paulo: Editora Tecnoprint S/A, Ediuoro, s/d, p. 227.

e da hesitação, a dizer: “Depois disto...diante disto...não sei como principie...”⁵

Deveras, a cada dia que passa, a cada ano em que palmilho o chão desta maravilhosa terra goiana, recebo um prêmio, um galardão por aquilo que talvez deveria ter feito, mas que nunca, em verdade, consegui completar como tarefa verdadeiramente útil. Desse modo, tudo credito à bondade deste povo, à notável fidalguia como a todos recebe, incentivando pequenos projetos e aplaudindo com sobras de apoio pequenos trabalhos realizados, maravilhas do dia a dia.

É a isto que reconheço como causa de a comunidade anapolina me haver tornado seu cidadão honorário, a goianiense me haver conferido a mesma honraria e o povo goiano me haver, a mim, este pequeno nordestino do amado torrão piauiense, tornado cidadão deste glorioso pedaço do Centro-Oeste brasileiro.

E foi assim que, de honra em honra, de lhaneza em lhaneza, de fidalguia em fidalguia, me surgiu mais esta: o ilustre confrade, pensador e poeta Dr. Aidenor Ayres me designou para a honorabilíssima tarefa deste momento.

Confrangem-me, todavia, duas gigantescas moles: primeiro, a de falar neste templo. Sinto como que se estivessem a dialogar silenciosamente comigo estes vultos grandiosos e eloquentes, cuja visão responsável e pioneira gerou o que hoje vemos ampliado pelo trabalho dos pósteros. Refiro-me a figuras como a de Americano do Brasil, responsável pela iniciativa da Lei nº 629, de 2 de agosto de 1918, que determinava a instalação desta instituição para o dia 26 de julho de 1919, o que, infelizmente, não aconteceu. De Colemar Natal e Silva, incansável batalhador pela cultura neste Estado, que

5 Idem, *ibidem*.

tentou instalar o instituto, chegando a presidir uma reunião para esse fim. De José Honorato da Silva e Souza, que, finalmente, ainda na antiga Capital, no dia 7 de outubro de 1932, convocou os intelectuais para este histórico evento, ocorrido no salão nobre do Palácio da Instrução, secretariado por Alfredo de Faria Castro e contando com as presenças de Agnelo Arlington Fleury Curado, Colemar Natal e Silva, Dario Cardoso, Alfredo de Faria Castro, Augusto da Paixão Fleury Curado e Luiz Ramos de Oliveira Couto. Daí, até a instalação solene, ocorrida no Lyceu de Goyaz, em 17 de setembro de 1933, com a presença do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira, sob a presidência do Prof. Dr. Colemar Natal e Silva, e daí até hoje, pode-se imaginar a estrada que foi palmilhada, a saga que se consolidou.

Ouçõ estas vozes a me sussurrarem a sacralidade do ambiente, a imponência das obrigações, tudo devidamente unido pela argamassa do amor à História e à Geografia deste Estado grandioso que, ao se desmembrar para a criação de outro gigante do Norte, o Estado do Tocantins, faz redobrar o seu valor pela renovação de ideais e concretização de planos de avanço econômico, social e cultural em cada uma de suas unidades.

Sinto-me, neste ambiente, como me senti no ambiente do Instituto dos Advogados Brasileiros, quando de minha posse, ao passar os olhos, respeitosa e solenemente, sobre objetos de uso pessoal de homens como Rui Barbosa, Clóvis Beviláqua e tantos outros nomes sagrados para as letras jurídicas do País, naquela instituição criada por Dom Pedro II, Imperador do Brasil.

Essas emoções, senhores, não se traduzem, sentem-se; não se descrevem, contemplam-se no horizonte do coração, com a mente quieta e a língua emudecida.

Segundo, porque a missão me determina representar tão ilustres colegas que hoje também se empossam: o Prof. Dr. Jadir de Moraes Pessoa, luminar do magistério superior, homem afeito aos afanosos encargos do ensino e da pesquisa, abroquelado em suas duas licenciaturas (Teologia e Filosofia), especialização, mestrado e doutorado, tudo isso aureolado por intensa atividade de ensino, pesquisa e publicação (livros e artigos), além de orientação e exame de pós-graduandos e seus respectivos trabalhos; o desembargador Rogério Arédio Ferreira, muito ilustre integrante do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, homem com impressionante carreira judicante no Estado de Goiás, dando por isso mesmo fortíssima contribuição à construção e concretização dos sonhos da sociedade goiana, e que soube, com equilíbrio e serenidade, viver também a vida das comarcas por onde passou, posto que o juiz também é um ser humano, razão de tantas cidadanias honorárias de que é portador, sem deixar de lado sua contribuição literária, e, finalmente, Mauro da Costa Lima, a diáfana e inebriante sensibilidade de um artista nato, um músico, compositor e intérprete que, com a música e especialmente com um instrumento singular, a harpa, de que se tem notícia, embora com outra forma, no remoto passado, com o poeta sacro Davi, encanta e entenece, distribuindo cultura, compondo ambiente sonoro musical da vida, nos locais por onde passa.

É difícil dizer da alma de cada um, descrever o que se passa no sacrário de seus corações.

Socorre-me, então, neste momento singular, a voz de Rabindranath Tagore,⁶ o notável advogado, pensador e poeta indiano: “No salão de audiências do mundo, a simples folha

6 TAGORE, Rabindranath. Obras selecionadas: *O Jardineiro, Lua crescente, Gitanjali, O cisne*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 2. ed., p. 83.

de relva senta no mesmo tapete com o raio de luz do sol e as estrelas da meia-noite.”

E é por isso e é assim que estou aqui.

Da mesma forma, travado pelo meu não saber, tive medo de ser o arauto e tartamudear, de conduzir a bandeira e tropeçar no seu símbolo. Salvei-me, todavia, na realidade momentaneamente esquecida de que o que importa não é o arauto, mas a mensagem e essa se esconde nos corações, mas se transmite nos olhares dos homenageados; de que importante é a bandeira e não aquele que, imerecida, mas honrosamente, a conduz.

E, de novo, me socorro dos sábios, homens ou pássaros, ancorado nas visões de São Francisco de Assis. Pedi o auxílio da gaivota de Richard Bach,⁷ e ela preciosamente me ensinou: “ - Porque o importante é você saber a verdade.[...] Mas deve se lembrar sempre de que não saber não impede a verdade de ser verdadeira.”

E, forte nestes amparos, vou, como maçom, pedreiro e trabalhador, tentando construir o edifício de nossa palavra conjunta, sem destoar por inteiro, da base à cumeeira do pensamento.

Assim, certo da dificuldade da tarefa, mas não de sua impossibilidade, seguindo o exemplo do rei Salomão na construção do Templo de Jerusalém, conforme está no livro das Crônicas (capítulos 2, 3 e 5), RESOLVI, COMECEI E PRETENDO ACABAR a obra que me foi confiada.

Este discurso se comporá, então, estruturalmente, de três palavras.

A nossa primeira palavra, senhores e senhoras integrantes deste instituto, é: **gratidão**.

⁷ BACH, Richard. *Longe é um lugar que não existe*. Rio de Janeiro: Editora Record, 4. ed., s/d, p. s/n.

Deus está no topo desta escada, pois Ele é o grande trabalhador em nós e por nós. Tudo que somos ou fazemos devemos à Sua misericórdia, pois, mesmo depois de haver-mos feito tudo, devemos nos reconhecer como servos inúteis e desajeitados, evitando o assalto do orgulho, o domínio da pretensão.

Estão também aqui os nossos familiares, nossos amigos, a quem muito agradecemos.

Todavia, mais imediatamente, mais proximamente, no âmbito do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, reconhecemos a generosidade da escolha e a contagiante fraternidade da acolhida.

Particularmente, registro minha gratidão ao Professor Doutor Licínio Leal Barbosa, responsável pela indicação de meu nome à Cadeira nº 29.

Recebemos a aprovação de nossos nomes para integrarmos esta plêiade tão seleta de homens e mulheres como honra de alto significado em nossas vidas.

A gratidão é virtude cuja ausência mesmo a paciência e compreensão do Mestre Divino não deixaram de observar e reclamar. Realmente, como narram as Escrituras Sagradas, depois de haver deparado com dez leprosos, numa aldeia, que lhe suplicavam a cura, mandou que eles fossem se apresentar aos sacerdotes. E indo eles, notaram que estavam curados. E aconteceu que um deles, vendo que estava são, voltou glorificando a Deus em alta voz. E era um samaritano. E Jesus lhe disse: “Não foram dez os limpos? E onde estão os nove? Não houve quem voltasse para dar glória a Deus, senão este estrangeiro?”⁸

Com esta prova de confiança, vocês nos fizeram aproximar, admitiram que nos assentássemos à sua roda, permitiram

8 BÍBLIA SAGRADA. *Evangelho Segundo São Lucas*, cap. 17: 17/18.

que aquela coisa tão esquecida, de constituir vínculos verdadeiros, pudesse acontecer, como a raposa do conto expressivo de Saint- Exupéry: “Tu procuras galinhas?” “Não”, disse o príncipezinho. “Eu procuro amigos.” “Que quer dizer ‘cativar’?” – “É uma coisa muito esquecida”, disse a raposa. “Significa ‘criar laços’,”⁹

Recriam e renovam, dessa forma, essa coisa esquecida, criando laços que desejamos sejam permanentes, a nos unirem nos ideais maiores desta Casa.

A segunda palavra é: **responsabilidade**. Temos a exata noção do que significa entrar nesta instituição, permitindo também que ela penetre em cada um de nós, assumindo a responsabilidade que ela pede de todos os seus filiados: o compromisso para com as finalidades que ditaram sua criação e constituem a razão de ser de sua existência.

Aqui se tem **o resguardo do passado, para a manutenção do presente e sobrevivência do futuro**. Aqui as criaturas, as coisas e os fatos se preservam na formação do texto e do contexto da vida a ser mostrada, conhecida, analisada e devidamente assimilada.

Aqui a História será mais do que um amontoado de dados, datas e acontecimentos, mas um rigoroso olhar sobre tudo, buscando sua razão de ser, seu verdadeiro significado e finalidade, sua teleologia.

Aqui a Geografia não se conterà nas sinuosidades dos rios e nos contornos das montanhas, mas se alargará pelas amplitudes políticas de seu significado, de suas finalidades para a sobrevivência planetária.

A historiografia e a geopolítica têm espaço definido e inderrogável, lindes indevassáveis.

9 SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O pequeno príncipe*. Rio de Janeiro: Agir Editora, 45. ed., 1997, p. 66.

Confúcio alertava, no século VI antes de Cristo: “Se, enquanto se consagra ao estudo do passado, um homem alcança o entendimento também das coisas novas que se passam à sua volta, então poderá ser chamado de mestre.”¹⁰

Mergulhando em obras como *As 100 Maiores Personalidades da História*¹¹, de Michael H. Hart, ou os trabalhos sobre coronelismo e influências políticas e culturais de famílias tradicionais em Goiás, de Lena Castello Branco Ferreira Freitas, sócia emérita deste instituto, para citar apenas uma de caráter geral e outra de caráter regional, ante a premência do tempo e a estreiteza dos lindes desta palavra, constata-se a enormidade do significado de trabalhos como estes, que se dedicam a fixar, expor e analisar fatos e pessoas, com o intuito de evidenciar-lhes as lições e exemplos.

E a terceira e final palavra é: **trabalho**. Não viemos até aqui para sermos honrados e ficarmos de braços cruzados. Temos de alçar voo, temos que cruzar os ares da aventura e, neles, escrever a história atual deste Estado, que os pósteros lerão, e delinear de novo com ideais de vida a geografia deste gigante.

Não dá, simplesmente, para ficar no chão, quando nos deram as grandes asas do pensamento para voarmos além. É como está no admirável poema de Charles Baudelaire,¹² *L'Albatros*, literis: “Le poëte est sambable au prince de nuées/ qui hante la tempête et se rit de l'archer;/ Exilé sur le sol au milieu dès huées/ ses ailes de géant l'empêchant de marcher.” “O poeta se compara ao príncipe da altura/ que enfrenta os

10 CONFÚCIO apud TAVARES, Neila. *Os mais belos pensamentos dos grandes mestres do espírito*. Rio de Janeiro: Nova Era, 2001, p. 39.

11 HART, Michael H. *As 100 maiores personalidades da história*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

12 BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2. ed., 1985, p. 110/111.

vendavais e ri da seta no ar;/ Exilado no chão, em meio à turba obscura, / as asas do gigante impedem-no de andar.”

O trabalho nos levará a buscar não as coisas prontas, mas a produzi-las ou remodelá-las, adaptando-as às necessidades gerais ou particulares, em verdadeiro exercício de cultura, conforme a lição sempre atual do professor Flóscolo da Nóbrega.

Esta tendência do pronto e acabado retrai o progresso, seja material, seja espiritual.

Narra, com extrema oportunidade, Alexandre Rangel:¹³

“Entrei numa loja e vi um senhor no balcão.
Maravilhado com a beleza do lugar, perguntei-lhe:
- Senhor, o que se vende aqui?
- Todos os dons de Deus.
- E custam muito? - voltei a perguntar.
- Não custam nada; aqui tudo é de graça.

Contemplei a loja e vi que havia jarros de amor, vidros de fé, pacotes de esperança, caixinhas de salvação, muita sabedoria, fardos de perdão, pacotes grandes de paz e muitos outros dons de Deus.

Tomei coragem e pedi-lhe:

- Por favor, quero o maior jarro de amor de Deus, todos os fardos de perdão, um vidro grande de fé, para mim e para toda minha família.

Então, o senhor preparou tudo e entregou-me um pequenino embrulho que cabia na palma da minha mão.

Incrédulo, disse-lhe:

- Mas como é possível estar aqui tudo que pedi?

Sorrindo, o senhor me respondeu:

13 RANGEL, Alexandre (org.). *As mais belas parábolas de todos os tempos*. 1º volume. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2002, p. 81.

- Meu querido irmão, na loja de Deus não vendemos frutos. Só sementes. Plante-as!"

É, pois, trabalho e doação.

Aqui estamos para doar e para servir.

Santa Teresa d'Ávila dizia que: "Quem começa a servir verdadeiramente ao Senhor, o mínimo que lhe pode oferecer é a vida."¹⁴

E esse exercício de doação, ainda que sejamos mendigos, nos conduz ao bem e nos produz inesperados frutos.

Tagore,¹⁵ no Gitanjali, compôs o poema 50, assim vazado:

"Eu mendigava de porta em porta, pelo caminho da aldeia, quando teu carro de ouro surgiu a distância e parecia um sonho esplêndido. Perguntei a mim mesmo quem seria este Rei de todos os reis.

Minhas esperanças subiram ao céu. Eu pensava: terminaram os meus dias nefastos. E tive esperança de esmolas espontâneas e de riquezas soltas na areia.

O carro parou onde eu estava. Tu me olhaste e desceste sorrindo. Senti que afinal chegara o dia da minha felicidade.

E de repente estendeste-me a mão direita, perguntando: "Que tens para mim?"

Ah! Teu capricho real de estender a mão a um mendigo! Confuso, perplexo, meti a mão na sacola e, devagar, retirei um pequeno grão de trigo, que te ofereci.

Mas, à tardinha, foi enorme a minha surpresa. Esvaziando minha sacola, vi um grão de ouro entre os de trigo. Chorei lágrimas amargas e lamentando-me dizia: "Por que não dei tudo a ele?"

14 SANTA TERESA D'ÁVILA *apud* TAVARES, Neila. Opus cit., p. 47.

15 TAGORE, Rabindranath. Opus cit. p. 172.

É isto, meus amigos, estamos aqui para o trabalho, a vitória e a vida.

Rogo-lhes, por fim, ao fechar deste pronunciamento, que possa falar pessoalmente, por mim mesmo, numa profissão de fé que há tempos escrevi e nomeei *Andarilho*: Sou Andarilho-mundo./ Passo gigante faço./ Vim das estrelas/ irmão dos planetas e filho do Sol./ Compasso./ Quero saudar a vida/ sem frouxidão, cansaço./ Tudo caminha uma rota,/ o próprio Universo é andarilho./ Espaço./ Vida que o sol alegra,/ que o beija-flor maravilha/ vida que deve ser passo/ bem largo, gigante,/ no rumo da ilha./ Ilha da felicidade, / do luminoso saber/ onde o amor é constante/ e os homens já viram que morte é viver./ Vento que açoita os cabelos/ é o incentivo na luta./ Males, podemos vencê-los/ com o favor/ sem disputa./ Matéria, gritos, horrores/ são o estertor do inimigo./ Vou caminhando, na graça do Pai,/ como filho: Eu sou Andarilho.

Que Jesus, o Pai, a todos abençoe, ilumine e guarde.



Lena Castello Branco: educação, cultura e história

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva¹⁶

Permitam-me um desabafo. Para mim, 2023 foi infausto, partiram duas companheiras que eu muito prezava: Lena Castello Branco, sobre quem delinheiro este panegírico, a pedido da presidente Elizabeth Abreu Caldeira Brito. Peço vênia, neste momento difícil, para lembrar outra amiga, cuja memória me aflora à mente: Maria Aparecida Borges Veiga, pessoa querida de grande importância no albor dos meus tempos de estudante na Faculdade de Direito.

O momento é da aflaguiana Lena Castello Branco Ferreira (1931-2023), mulher íclita, trabalhadeira, erudita, professora universitária, escritora, mãe e esposa, com quem privei do convívio e de fraterna amizade por mais de 50 anos.

Ela nasceu em Parnaíba, Piauí, no delta do Rio Velho Monge, assim chamado pelo poeta Da Costa e Silva (1885-1950). No curso primário, na escola particular da Praça da Graça, contou com o acompanhamento da professora Maria Luíza Bastos. A escola situava-se no centro histórico da cidade, onde eram comemoradas as datas nacionais com hinos e canções

¹⁶ A autora é sócia efetiva da Aflag, cadeira 31, patroneada por Nelly Alves de Almeida. Professora universitária, historiadora, Doutora em História da Educação pela USP, cofundadora da Academia Belavistense de Letras, Artes e Ciências e sócia emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).

entoados pela alegre meninada. No Dia da Árvore, rodeavam um famoso cajueiro plantado por Humberto de Campos, conhecido escritor maranhense. Anos depois (2012), numa crônica, recordando sua infância, a escritora Lena Castello Branco Ferreira de Freitas informava que aquele cajueiro fora declarado Patrimônio Histórico da Parnaíba. Possivelmente, estejam aí, no dealbar da sua formação escolar, a manifesta predileção pelo verde da natureza e a valorização da cultura pátria.

No cotidiano da vida, nossa estimada confreira demonstrava apego às raízes nordestinas, às lembranças familiares e aos dias vividos na Santa Cruz, não distante da pequena cidade de Brejo. Recordava a meninice passada com os pais, avós e tias na Santa Cruz, fazenda assentada à beira do Riacho Prata e à sombra de groselhas, araçás, jambeiros, juçareiras, bacurris, inúmeras fruteiras e a infinidade de verde. Chamou-me sempre a atenção o fato de ela dispensar igual predileção à terra de seu nascimento e a Goiás. Era como se vivesse lá e cá. Cultivava a lembrança e a amizade de parentes, do Piauí e do Maranhão. Alguns conheci de perto, Nicotinha, em Teresina; Francisca, a tia Chiquinha, proprietária da Fazenda Bebedouro de São Pedro, na Vila Custódio de Lima, município de Magalhães de Almeida, no Maranhão; as irmãs Luizinha e Eti, que foram morar no Rio de Janeiro; Vitória, a inesquecível tia Teté, dos tempos da Fazenda Santa Cruz, catequista e mão de fada na arte de bordados, que, avançada em anos, veio viver com a sobrinha Lena e família.

Nascida Lena Castello Branco Ferreira, filha de Cyri-dião Ferreira da Silva, engenheiro civil graduado pela Escola Politécnica da Bahia, e de Maria Castello Branco Ferreira, normalista formada em colégio confessional no Maranhão. Como o pai era especializado na construção de estradas de ferro, a

família morou no Piauí, em Santa Catarina, Rio de Janeiro e Goiás. O casal criou quatro filhos: Marita, Lena, Dina e Domingos Pacífico Castello Branco. No Rio de Janeiro, Lena estudou no Instituto La-Fayette, uma instituição de vanguarda “com laboratórios experimentais, teatro-escola, ateliê de desenho e ginásio esportivo”; depois faria o Curso de Admissão e o ginásio no colégio das Irmãs Doroteias, no Rio Comprido. Cursou o Científico no Instituto La-Fayette, na Tijuca.

Família de classe média, a formação dos filhos era a prioridade. Com professor particular, recebeu aulas de piano, educação física e língua estrangeira. A leitura era incentivada; os pais gostavam de ler e punham à disposição dos filhos bons autores nacionais e estrangeiros, jornais e revistas. O ensino superior, realizado em Goiânia, foi dedicado ao curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, dirigida pelos padres jesuítas. Pertenceu à primeira turma daquela faculdade, graduando-se em 1952. Naquele ano, na turma de Letras, também se graduou Nelly Alves de Almeida, a consagrada filóloga cofundadora da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás e, hoje, patrona da cadeira 31.

Pode-se afirmar que a família acompanhou o crescer de Goiás e contribuiu para seu desenvolvimento. Na administração do Dr. Cyridião, engenheiro-chefe da Comissão de Construção nº 7 do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, os trilhos chegaram a Goiânia em 19 de maio de 1950. A Estação Ferroviária já estava pronta, com linhas arquitetônicas *art déco* adornadas com obras do pintor e muralista italiano Frei Nazareno Confaloni, pioneiro da arte moderna em Goiás, tendo sido auxiliado pelo artista plástico vilaboense Luiz Augusto do Carmo Curado, um dos fundadores da Escola Goiana de Belas Artes e professor da UFG.

É a cronista Lena quem testemunha: “Em meio ao estourar dos foguetes e vivas da multidão, no espaço que viria a ser a Praça do Trabalhador – apitando e bimbalhando o sino, chegou uma composição de quatro gôndolas, tendo à frente a ‘Maria Fumaça’ onde tremulava o pavilhão nacional.” O governador Jerônimo Coimbra Bueno vinha em pé, e mais secretários de Estado, políticos, engenheiros, jornalistas, fotógrafos, operários, meninos, curiosos, e muita gente que nunca tinha visto um trem de ferro.

A antiga Estação Ferroviária, localizada no ponto terminal da Avenida Goiás, funcionou até 1980. É patrimônio histórico tombado em 2003 pelo Iphan por ser um símbolo da arquitetura *art déco*. Está inscrito no Acervo Urbanístico e Artístico Nacional.

Nos meados do século passado, Goiânia movimentava-se por meio de bicicletas e era chamada de *cidade brotinho*. Lena estudava na faculdade num período e, no outro, trabalhava no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (Iapi), integrava a Agremiação Goiana de Teatro, dirigida pelo idealista Otavinho Arantes, escrevia para a *Folha de Goiaz* e revista *Renovação*. Como gostava de teatro, escrevia, dirigia e encenava peças teatrais. Por esse tempo, ainda solteira, integrou o Movimento Bandeirantes, da Federação de Bandeirantes do Brasil. Foi quando a viu pela primeira vez, na Avenida Goiás, formando cordão para organizar uma manifestação cívica que se realizava no centro da Capital. Ela usava o lenço e o uniforme branco das Bandeirantes.

Casou-se e foi mãe de quatro filhos: Murilo, Virgínia, Fernando e Luiza. Sobre eles, dizia que nada superava tê-los por perto e confirmava que todos a fizeram “uma pessoa melhor, agregando compreensão e sabedoria à alegria de

viver”. Com motivação, promoveu o casamento dos filhos, abraçando genros e noras, e com alegria presenciou o crescimento da prole com a chegada de netos e bisnetos. Constituiu uma família operosa e responsável. Realizou-se como mãe, avó e bisavó.

Na sua formação acadêmica registram-se o bacharelado e a licenciatura, inúmeros cursos de Extensão Universitária, e o curso na Escola Superior de Guerra – Altos Estudos de Políticas e Estratégias –, no Rio de Janeiro. Na Universidade de São Paulo (USP), fez o Doutorado em Ciências Humanas, na área de concentração em História Social, alcançando grau de distinção na defesa da tese intitulada “As elites brasileiras e a Escola Superior de Guerra”, elaborada sob a orientação do cientista historiador Professor Dr. Shozo Motoyama (1940-2021).

Em nível *lato sensu*, cursou Informação Geográfica, Paleografia, Arte Grega, Civilizações Pré-Colombianas, Técnica de Ensino, Introdução à Segurança Nacional e Desenvolvimento.

É detentora dos títulos de Doutora Honoris Causa da Universidade Metodista de Piracicaba e professora emérita da Faculdade de Engenharia Braz Cubas de Mogi das Cruzes, ambas no Estado de São Paulo.

Iniciou o exercício no magistério como estagiária no Colégio São Vicente de Paulo, que funcionava como Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia – Católica, sob a direção do Professor Genesco Ferreira Bretas, da cadeira de Didática. Já formada, passou para o quadro docente dessa instituição de ensino superior. Ingressou na Universidade Federal de Goiás (UFG) a convite do reitor Colemar Natal e Silva, para colaborar na organização do Centro de Estudos Latino-Americanos (1963). Criado o Centro de Estudos Brasileiros,

assumiu a cadeira de História Contemporânea. Após prestar concurso, regeu a cadeira de História Antiga e Medieval na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Noutro concurso (1965), habilitou-se, em 1º lugar, para a cátedra de História do Brasil. Em nível de pós-graduação, integrou o corpo docente do Mestrado em História das Sociedades Agrárias, no ICHL/UFG, como professora e orientadora de dissertações. Lecionou História para pós-graduandos na Unidade Cora Coralina da Universidade Estadual de Goiás. Compôs inúmeras Bancas Examinadoras, anotando-se exames de suficiência, concursos vestibulares, seleção de professores, defesa de dissertações e teses, entre outras. Proferiu palestras, conferências, aulas magnas; organizou e coordenou seminários.

Em vista da sua competência, dinamismo e postura profissional, a convite, passou a dividir o trabalho em sala de aula com a administração acadêmica. Assessorou o 1º sub-reitor, professor José Cruciano de Araújo, no levantamento e organização da documentação dos inúmeros docentes que estavam fora do País para cursar pós-graduação, de cuja grande parte, a universidade não tinha notícia. Para esse trabalho, fui chamada a colaborar por um bom tempo, e, sobre ele, a profª Lena diz: “Participei de providências para rumos [da UFG e] de sua política administrativa e docente, [...] foi organizado o I Seminário de Currículos visando à adequação às normas legais vigentes e às necessidades de formação profissional atualizada” (1974). Na busca de maior conhecimento e alargar de horizontes, fomos, Dra. Lena e eu, aos Estados Unidos em 1980 com vista ao estabelecimento de intercâmbio internacional com universidades americanas.

Sob o título “UFG: meio século”, é a autora da minuciosa e extensa memória publicada na *Perfil Cultural* (ano 5, nº 6,

2011), periódico da Academia Belavistense de Letras, Artes e Ciências. Nessa memória, a autora narra episódios da implantação da UFG, ocorrências político-administrativas, eventos acadêmicos e as atividades realizadas na chefia do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), que era a maior e mais complexa unidade de ensino da UFG. Os cursos “funcionavam dentro da normalidade didático-pedagógica, segundo orientação que visava à boa qualidade das aulas e à realização de intensa programação cultural”, com semanas de estudos, palestras, seminários de Inglês, Literatura, Estudo de Comunicação e outros, contando-se com o concurso de professores da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade de Brasília (UnB) e de outras instituições, uma vez que em Goiás não tínhamos quadro de Mestres e Doutores na área de Ciências Humanas.

Foi por iniciativa da Professora Dra. Lena Castello Branco que se realizou no ICHL o 1º Mestrado em Ciências Humanas e Letras, mediante convênio intermediado pelo Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, diretor da Faculdade de História e Ciências Humanas da USP.

Resumidamente, enumero alguns cargos e funções por ela exercidos: Conselheira do Conselho Federal de Educação, órgão máximo da administração universitária, com sede no Rio de Janeiro; assessora especial do Gabinete da Reitoria da UFG (1979-1981); membro da Comissão de Especialistas do Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura para a Elaboração dos Currículos Mínimos da Área de Estudos Sociais (1976); membro do Conselho Diretor da Fundação Brasileira de TV-Educativa (Funtevê) 1983-1985; membro de comissões examinadoras do Conselho Estadual de Educação, para verificação do funcionamento de

faculdades no Estado de Goiás (1988 a 2000) e da Comissão de Avaliação de Livros Didáticos do Ministério da Educação (MEC), como assessora da coordenação de História (1998) e Leitora Crítica (1996-2001). É a idealizadora do Museu Antropológico da UFG.

Na administração da ministra Esther Figueiredo Ferraz (década de 1980), como diretora-geral, dirigiu o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), muito contribuindo para sanear o importante órgão aos seus fins. Levou o Inep para além-fronteiras do Sul e Sudeste. Deu continuidade à publicação do *Em Aberto*, noticiário nacional de divulgação técnica sobre as áreas de educação, cultura e desportos; organizou e deu sequência à *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (RBEP), criada em 1944, que estava com a publicação suspensa; firmou convênios; assessorou órgãos estaduais em matéria de educação; conjuntamente com o MEC, lançou concursos como o “Prêmio Grandes Educadores Brasileiros”; realizou seminários, estando entre eles: “Publicações Periódicas da Área da Educação”; “Educação e Estatística”, Pesquisa Participativa, Natureza e Especificidade da Educação” (mesa-redonda). Dinamizou o funcionamento do Comitê de Pesquisa composto de educadores de comprovada notoriedade científica.

Foi assessora (1985-1990) do ministro da Cultura Aluizio Pimenta como coordenadora do Grupo de Trabalho de Alcântara, no Maranhão, durante o governo do presidente José Sarney. Vinculado à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Pró-Memória, o Projeto Alcântara visava à restauração e revitalização da urbe histórica situada na Amazônia Legal. Ao lado da cidade-monumento, era levantado o Centro de Lançamento de Foguetes. O Grupo de

Trabalho era interdisciplinar, constituído por “urbanistas, arquitetos, historiadores, documentaristas, restauradores, arqueólogos”, incluindo-se consultores estrangeiros, quando necessário. O trabalho foi executado em Alcântara, São Luís e Brasília, estendendo-se para o Rio de Janeiro, São Paulo e exterior, se preciso.

Em Goiânia, integrou o colegiado do Conselho Estadual de Cultura, do qual foi vice-presidente. É detentora do título de Cidadã Vilaboense, Cidadã Trindadense e Cidadã Goiana.

Dentre as láureas e homenagens recebidas encontram-se: Prêmio Clio de História Social, conferido pela Academia Paulistana de História, pelo livro *Arraial e Coronel*; Diploma Honorífico conferido pela autarquia Centro Educacional Hugo de Carvalho Ramos em 1982; denominação de “Escola Professora Lena Castello Branco”, de 1º Grau, dada pelo governo do Estado de Alagoas (1984) em reconhecimento à execução do Projeto de Alfabetização desenvolvido pelo Inep naquele Estado; Comenda do Mérito das Forças Armadas, no Grau de Cavaleiro, Brasília, 1986; Menção Honrosa à monografia “Goiânia – locus privilegiado da saúde”, conferido pela Federação Brasileira de Academias de Medicina, Rio de Janeiro, 1998; e o Prêmio Jaburu, conferido pelo Conselho Estadual de Cultura de Goiás em nome do governo do Estado.

Filiou-se a diversas entidades culturais, anotando-se: sócia emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, com destaque para o trabalho de coordenação da *Revista do IHGG*; Associação dos Professores Universitários de História; Conselho Diretor da Sociedade Goiana de Cultura (1976 a 1979); sócia fundadora da Sociedade de Educação Comparada; membro da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica e da Sociedade Brasileira de Histórias da Ciências. Sócia

correspondente da Academia Paulistana de História e da Academia Belavistense de Letras, Artes e Ciências. Sócia fundadora da Sociedade Brasileira de História da Medicina (SBHM). Sócia efetiva das entidades: Academia Trindadense de Letras, Ciências e Artes, Academia Goiana de Letras (AGL) e sócia fundadora da Academia Feminina de Letras e Artes (Aflag), ocupante da cadeira 19, na qual foi empossada em 9 de novembro de 1970.

Na Aflag, viria a reencontrar uma coleguinha da Fazenda Santa Cruz – Judite Furtado Miranda –, saudosa aflaguiana, que nos alegrava com a suave declamação de poesias de sua autoria, e a música do conjunto formado por ela, filhos e neto.

Com realce, sobressai o trabalho prestado à Aflag pela confreira Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, citando-se o apoio à publicação da *Revista da Aflag*, as locuções proferidas em solenidades comemorativas e em sessões Magnas da Saudade, entre tantas outras ocasiões. Quando da comemoração dos 50 anos desta Casa de Cultura, como oradora oficial, disse:

A trajetória da Aflag nesse meio século tem sido uma sucessão de vitórias e conquistas, obtidas à custa de amor, dedicação, tenacidade e competência. [...] Vencendo dificuldades e a crônica falta de recursos, as aflaguianas têm cultivado a literatura e as artes em geral. Livros são publicados, recitais e concertos são promovidos, palestras são proferidas em escolas e comunidades, obras de arte são entregues à sociedade, troféus são atribuídos – e sempre em clima de confraternização e emoção, apanágios da psiquê feminina.

Um capítulo excepcional na vida da saudosa confeitira diz respeito à sua obra literária e histórica. Publicou mais de uma centena de crônicas; durante 10 anos foi cronista do *Diário da Manhã*, e por cinco anos brindou os leitores de *O Popular* com trabalhos primorosos pelo conteúdo, erudição, visão de mundo e requintado senso de humor. Faço menção a duas crônicas publicadas em 2014 no *Diário da Manhã*: “Sem olhos em Gaza” e “Perguntar não ofende”, esta reporta ao Foro de São Paulo em seu 19º Encontro. Poderia ser dito que se trata de crônicas redigidas neste ano de 2023.

Dentre os livros publicados encontram-se *Arraial e Coronel*, de 1974, e *Poder e paixão - a saga dos Caiado*, trabalho de extensa pesquisa histórica com uso de fontes primárias e secundárias, de 2009. Pelo primeiro, recebeu o Prêmio Clio da Academia Paulistana de História e, pelo segundo, Menção Honrosa no Prêmio Calmon do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio de Janeiro. É autora do livro *Novilha de raça e outros contos*, editado pela Kelps, Goiânia. Como pesquisadora, há que se destacar os estudos sobre Medicina, cujos trabalhos estão publicados em periódicos e livro: *Unimed Cerrado em Foco*, *Revista Goiana de Medicina*, *Sicoob Cultura*, entre outros. É a organizadora do livro *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível - uma contribuição para a História da medicina em Goiás*, obra inserida em projeto da Academia Goiana de Medicina (AGM), então dirigida pelo Dr. Luiz Rassi, que buscou o concurso do eminente médico e professor Dr. Jofre Marcondes Rezende, e o apoio da UFG no reitorado do médico Dr. Ary Monteiro do Espírito Santo. Os estudos monográficos componentes da obra são de autoria dos professores doutores: Gilka Vasconcellos Ferreira de Salles, Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, Cristina de Cássia Pereira de Moraes, Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, Francisco Itami Campos, Dalísia Elizabeth Martins Doles e Mary C. Karasch, da Universidade de Oakland, em Rochester, Estados Unidos.

No plano pessoal, a Dra. Lena teve a felicidade de realizar seus sonhos: criou uma família de pessoas trabalhadoras que a amam; viajou pela América, Europa e Ásia, conquistou reconhecimento, respeito e admiração pelo seu trabalho. Num pedaço de chão do Divino Pai Eterno, com vista privilegiada, construiu sua morada, solar dadivoso, réplica da casa da Fazenda Santa Cruz, incluindo uma biblioteca e a capela... e por ela chamada de Fazenda Santa Cruz.

Descrevendo esse paraíso, diz: “Em frente ao portão grande estão as cássias, ditas árvores exóticas porque não são originárias do cerrado.” “[...] será um repouso para os passarinhos que também se alvoroçam com a nossa primavera tropical” [...] os jacarandás, o manacá, bicolor, roxo e branco, orquídeas, *flamboyants*.” E eu acrescento: um parreiral, roseiras, trepadeiras e floreiras num visual multicolorido.

Um desejo sei que não realizou, pois disse: se tivesse meios faria uma fundação para ajudar os estudantes mais necessitados.

Sobre a vida, trago um poema de Luís Vaz de Camões, que a historiadora Lena Castello Branco, em 2007, transcreveu no discurso proferido na posse da Diretoria da Aflag:

A vida é o dia de hoje
A vida é ai! que mal soa
A vida é sombra que foge
A vida é nuvem que voa.
A vida é sonho tão leve
Que se desfaz como a neve
E como a fumaça se esvai.
A vida dura um momento,
A vida leva-a o vento,
A vida é folha que cai...

Fecho este texto repetindo o editor Antônio Almeida: “Uma mulher humilde e de enorme formação moral.” E acrescento: a acadêmica Lena Castello Branco Ferreira de Freitas alçará à categoria de patrona por mérito e direito – é a fundadora da cadeira que ocupou durante 53 anos na Aflag.

Goiânia, 14 de dezembro de 2023

Referências

- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. (org.) *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível – uma contribuição à História da Medicina em Goiás*. Goiânia: Centro Editorial da UFG, 1999. 326 p.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. (org.) *Saudação acadêmica – posse da diretoria da Aflag*. Goiânia, 25 abr. 2007. Mimeo.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. (org.). “Lembranças de Alcântara”. *DMRevista*, Goiânia, 16 jan. 2007, p. 4.
- FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. (org.). UFG: meio século. *Perfil Cultural*, Bela Vista de Goiás, ano 5, n. 6, 2011. (1980-8070).
- BORGES, Rogério. A saga dos Caiado. *O Popular, Magazine*, Goiânia, 3 maio 2010, p. 2. Ilustrado.
- BORGES, Rogério. Dia da Árvore. *DMRevista*, Goiânia, 25 set. 2012, p. 4.
- BORGES, Rogério. Goiânia: 80 anos. *DMRevista*, Goiânia, 15 out. 2013, p. 4.
- BORGES, Rogério. De cheiques e aiatoalás. *DMRevista*, Goiânia, 31 mar. 2015, p. 4.
- BORGES, Rogério. Nem morta! *DMRevista*, Goiânia, 27 out. 2015, p. 4.
- BORGES, Rogério. No dia das mães. *DMRevista*, Goiânia, 10 maio 2016, p.4.

BORGES, Rogério. No dia das mães. *DMRevista*, Goiânia, 12 maio 2016, p. 4.

BORGES, Rogério. Outra vez primavera. *DMRevista*, Goiânia, 20 set. 2016, p. 4.

BORGES, Rogério. Tempos fugit. *DMRevista*, Goiânia, 10 out. 2017, p. 4.

BORGES, Rogério. Goiânia – 84 anos. *DMRevista*, Goiânia, 31 out. 2017, p. 4.

BORGES, Rogério. Reinauguração da Estação Ferroviária. *Perfil Cultural*, Bela Vista de Goiás, ano 11, n. 12, p. 41-44, 2019.



Ana Braga: “Um hino ao trabalho”

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva¹⁷

Nesta composição dedicada ao luto e à tristeza em honra póstuma à acadêmica Ana Braga, procuramos uma linha de narração seguindo o caminhar da excepcional Mulher, cuja vida é de tamanha opulência sociocultural. Como base, tenho seu dossiê legado à Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (Aflag), entidade da qual é uma das fundadoras.

Estudando a trajetória da acadêmica Ana Braga, encontramos marcas indelévels de sua personalidade. A fidelidade à terra natal, o amor filial, a eloquência no uso da palavra, a coragem de seu pioneirismo, a determinação na luta por seus ideais, o espírito de colaboração e trabalho e a dedicação à família são algumas dessas marcas.

Ana Braga nasceu na cidade de Peixe, hoje no Estado do Tocantins, filha primogênita de Anísio Pereira Braga e de Edetina Nunes Braga. O ensino em família foi sua primeira escola, e o avô Joaquim Nunes Pinheiro, o primeiro professor. Aos 5 anos de idade já estava alfabetizada, lendo e

¹⁷ A autora é sócia efetiva da Aflag, cadeira 31, patroneada por Nelly Alves de Almeida. Professora universitária, historiadora, Doutora em História da Educação pela USP, cofundadora da Academia Belavistense de Letras, Artes e Ciências e sócia emérita do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).

escrevendo. Na meninice, estudava na Aritmética de Antônio Trajano, o luso-brasileiro cujo livro, na década de 1930, tinha mais de 70 edições, e consultava o *Dicionário Prático e Ilustrado da Língua Portuguesa*, de Jayme de Séguier, autor português, escritor e sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras (ABL). Esta é uma singularidade, se considerarmos ser Peixe de então uma localidade pequena, pouco povoada, sem meios fáceis de comunicação; as aulas locais não deveriam ir além do ler, escrever e contar. Seu avô, que morava na Fazenda Santa Cruz, certamente era um mestre excepcional que avistava a importância da cultura intelectual para a neta. A seu conselho, a família mudou-se para o Sul de Goiás.

Em texto de 1995, Ana Braga conta que “tão longe parecíamos estar do resto do mundo, por falta de contato com os centros civilizados, que na partida os conterrâneos mais velhos, chorando, diziam: ‘Até o dia do Juízo Final’”.

Viajando durante dois meses, a menina montada num jumento, a família chega a Trindade. Ana Braga cursa o primário, estuda catecismo com o padre Pelágio Sauter e participa do Grupo Teatral do padre, onde se encontra o menino Otavinho Arantes, que seria “o grande lutador pelo teatro em Goiás”; em Campinas, ela realiza os cursos Complementar e Normal no Colégio Santa Clara, e recebe o diploma de normalista. Muito vocacionada aos estudos e dotada de forte espírito cívico, termina, em 1943, o curso de Enfermeira de Guerra, promovido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA). Com a criação da Faculdade de Filosofia, dirigida por D. Abel Ribeiro Camelo e depois pelos jesuítas, Ana Braga segue adiante, torna-se bacharel e licenciada em Geografia e História.

Vai em busca do primeiro emprego. Pede ao interventor Pedro Ludovico, que a ouvira discursar como oradora de turma no Colégio Santa Clara. É nomeada professora da Escola Isolada Mista de Paraúna, onde lecionaria de 1941 a 1944. Sua atuação na regência de classe chamou a atenção do Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, diretor-geral do Interior e da Instrução, belavistense, médico, cofundador da Academia Goiana de Letras (AGL), criador da *Revista da Educação*, órgão que marcaria época na literatura didático-pedagógica. Ele a convida para assessorá-lo. Na capital, Ana Braga assume o cargo de “datilógrafa-redatora” daquela Pasta.

Ousada, proativa, dinâmica, marcaria sua vida com o trabalho. Lecionou no Instituto de Educação, no Liceu de Goiânia e no Colégio Santa Clara. Foi secretária do IBGE, 2ª secretária da Câmara Municipal de Goiânia, secretária de Serviços Sociais Urbanos, membro do Conselho Consultivo da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, consultora técnica da Companhia Agrícola do Estado de Goiás no governo do Dr. Ary Ribeiro Valadão, assistente judiciária e procuradora do Estado, cargo no qual se aposentou.

No Tocantins, foi coordenadora dos Assuntos Históricos e Culturais do Estado, diretora do Departamento de Cultura, membro do Conselho de Cultura, com outros, fundou a Academia Tocantinense de Letras (ATL), e foi chefe do gabinete da presidência do Tribunal de Justiça.

Durante quase duas décadas voltou-se para atividades políticas. Acompanhou o engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno na campanha para governador de Goiás. Segundo nos contou, discursou num palanque pela primeira vez em 1945, na cidade de Bela Vista de Goiás, e ali assistiu a um empolgante desfile de cavaleiros apoiadores do candidato.

Foi cofundadora do Diretório Regional da UDN (1945), vereadora de 1947 a 1951, deputada estadual na legislatura de 1959 a 1963, primeira-dama de Tocantinópolis, de 1961 a 1963, fundadora da Arena (1964) em Porangatu, onde foi primeira-dama por duas vezes (1961 a 1963 e 1972 a 1976).

Deixando as lides políticas, exerceu múltiplas atividades em associações das quais era filiada. Proferiu palestras, conferências, fundou e dirigiu entidades culturais e escolas, escreveu crônicas, biografias, discursos, ensaios, textos históricos, fundou Academias de Letras e deixou o seu *eu lírico* em poesias.

Em 1969, a convite da romancista Rosarita Fleury e da filóloga Nelly Alves de Almeida, compõe o trio de fundadoras da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás (Aflag). O discurso inaugural foi de sua autoria, um texto de 26 laudas, no qual atribui à generosidade das duas consagradas escritoras a oportunidade de participar daquela fundação. Modéstia pura. Por essa época, Ana Braga era conhecida, considerada e respeitada na sociedade goiana por seu trabalho, carisma e talento vocacionado a ações humanitárias, às letras, a estudos históricos e à gestão pública. Naquela elocução, exortou as mulheres literatas, dizendo: “Tomemos nossos lugares. Eles nos pertencem. A vós, pelo mérito de vossas inteligências. A mim, como estímulo a novas lutas!”. Assim, ela mesma admite ser mulher lutadora. Seus passos no cotidiano dos dias não a desmentem.

Entre literatas, musicistas e artistas plásticas, 40 mulheres compuseram o novo silogeu, que era a 1ª Academia Feminina de Letras do Brasil e da América Latina. As fundadoras foram sábias, deram número às cadeiras, mas não constituíram patronos; as patronas seriam elas mesmas após a finitude da vida de cada qual.

Na Aflag, Ana Braga foi presidente por mais de um mandato, com muitas realizações, alegrias e conquistas. Enfrentou tempos difíceis também. Aos 25 anos de funcionamento, a academia não tinha sede, foi à luta; faltava-lhe linha telefônica e “até uma máquina de escrever”. A escrita administrativa, toda ela, era feita em máquina de datilografia emprestada das acadêmicas, pois, como dizia a presidente: “[...] somos um só corpo, unido com o interesse em dignificar e propagar as letras e as artes de nosso estremecido Estado.”

Quanto à sede, buscou-se o interesse do governador Iris Rezende Machado. A casa escolhida pelas congreiras foi a da saudosa aflaguiana Amália Hermano Teixeira, historiadora, professora, escritora, enciclopedista e orquídeófila. Mulher que “amava o clássico e entendia o popular”. De “espírito sempre jovem, sabia andar entre músicas e artes, bem como entender o barroco e a portentosa obra artesanal”. Era a casa ideal para a desejada sede. O governador atendeu-lhe o pedido; pelo Estado, foram tomadas as providências para destinação do imóvel à Aflag. Ana Braga, no Palácio das Esmeraldas, em 1994, discursou agradecendo a Sua Excelência. E publicou na imprensa a matéria “A casa de Amália Hermano”.

Em solenidade no Salão Verde do Palácio das Esmeraldas, na data de 29 de abril de 1994, a Dra. Ana Braga, como presidente, discursa e diz: “Senhor governador, ao nos doar a Casa Amália Hermano, Vossa Excelência demonstrou claramente que apoia as artes no seu todo e reverencia os homens de letras, bem assim, a palavra escrita ou falada e a matéria variada transformada em arte.” “Um Hino ao Trabalho” é o título que deu àquela fala, que ora tomo emprestado para intitular este panegírico, pois tão bem traduz a dinâmica de vida da consagrada oradora.

Todavia, viria a desistir daquela dádiva que incluía a casa de Amália Hermano e seu acervo. Algumas acadêmicas argumentaram que a casa seria tombada em nível municipal e “não se poderiam fazer ampliações nem ao lado nem no fundo do lote”. Em decorrência, a maioria das acadêmicas optou pela procura de outro imóvel no mesmo valor da casa de Amália Hermano. Em justificativa, dirigida ao secretário extraordinário do governo, foi solicitada a “substituição por outro imóvel, adquirido pelo Estado no mesmo valor, que comporte a sede desta Academia”. Triste decisão! Um equívoco.

A residência da professora Amália não foi tombada. Foi tombada, isto sim, pela demolição. O acervo foi vendido. Convém esclarecer que não se poderia desfigurar a fachada do imóvel, mas se poderia adaptá-lo para os fins necessários à academia. Eu tenho residência num bem imóvel tombado pelo Iphan e pelo Estado de Goiás. Nunca tive problema algum, ao contrário, o que foi preciso foi construído, após, é claro, ouvir a quem de direito do setor do Patrimônio Histórico e Artístico.

Bem... a Aflag continuou sem sede. Uns cinco anos depois, a Dra. Ana Braga, como mulher de ideal e persistência, procurou sua ex-aluna, a secretária estadual de Educação e Cultura, professora Terezinha Vieira dos Santos, falou do problema e ela lhe respondeu: “Não posso deixar de atender minha professora, buscarei uma solução para o problema.” E tomou as necessárias providências.

Ergueu-se um prédio no terreno do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) para as duas instituições culturais. Pronto o prédio, na Rua 82, no Setor Sul, ali a Aflag não ficou, mas o nome da secretária, por decisão de José Mendonça Teles, então presidente do instituto, está gravado na placa inaugural.

Mais dois anos se passaram, outro governador, Marconi Perillo, a pedido de Ana Braga e confreiras, agasalhou, sob comodato, as *Mulheres de Azul* na, hoje, tão organizada sede no Setor Sul.

Assinala-se que a Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, desde o nascedouro, destacou-se pelo trabalho empreendido pelas acadêmicas, com talento e constância, em favor das belas artes e da cultura. Em novembro de 1994, foi instalado solenemente, no auditório da Academia Goiana de Letras (AGL), o “Ano Jubilar” da Academia, sob a presidência de Ana Braga.

No ano 2000, a escritora Ana Braga candidatou-se a uma cadeira na AGL, na vaga surgida com o passamento da escritora, crítica literária e filóloga Nelly Alves de Almeida. Tinha 82 anos de idade. Vendo que o ambiente lhe era hostil, sendo considerada velha para adentrar naquele silogeu – além do que, ela já pertencia a outra academia –, “recebendo referências indelicadas”, endereçou correspondência ao presidente da Casa, expôs em linguagem clara e franca as suas razões e retirou sua candidatura. Saiu com elegância, sem dizer que fechava a porta de entrada.

Retornou seis anos depois. Recebeu apoios. O acadêmico Aidenor Aires publicou na imprensa primoroso escrito para dizer que aquela candidatura era mais uma ousadia de “uma mulher forte”, autora de importantes estudos sobre a região em que nascera.

Ana Braga foi eleita e muito bem recebida, como se lê no discurso do então presidente Geraldo Coelho Vaz: “A Academia Goiana de Letras [...] vai ficar mais engalanada e rica com a presença de tão importante figura, a professora e escritora Ana Braga.” Foi recepcionada pelo escritor e desembargador

Ney Teles de Paula, cujo discurso é uma aula de história regional, fala de Goiás e do Tocantins. Declara que a nova acadêmica chegava à AGL “carregada de afetos e múltiplos talentos”, enumerando algumas de suas produções acadêmicas: *A comunicação no médio norte goiano* (1973); *Nelly, a escritora e amiga* (1983); *Nossa Senhora da Natividade, Padroeira do Tocantins* (1999); *A força do regionalismo na obra de Juarez Moreira Filho – 20 anos de Literatura I* (Palmas, TO, 2001); e o volume *Retalhos* (Kelps, 2006).

Além da Aflag, a Dra. Ana Braga, como membro titular, integrou o quadro de sócios do IHGG e da Academia Itaberina de Letras e Artes.

Criado o Estado do Tocantins, e instituído o Conselho de Cultura, Ana Braga viria a assumir sua chefia. A instalação do Conselho e a posse dos membros ocorreram na Igreja de Natividade. Aquela cidade foi por ela escolhida devido à riqueza de sua cultura, ao seu povo inteligente e culto, de ser “celeiro de tantos nomes ilustres”, à sua antiguidade e ao seu histórico. Além do mais, ela declarou que, “como filha de autêntico nativitano, o carpinteiro e católico ANÍSIO BRAGA, sinto-me pertencer a Natividade e ela me pertence”. (Grifo meu).

No livro *Nossa Senhora da Natividade, Padroeira do Tocantins e D. Alano Maria de Noday, apóstolo do Tocantins*, ela historia a antiguidade do lugar contando que, nos anos setecentistas, Manoel Alves descobriu o rio que leva seu nome, os jesuítas chegaram àquelas paragens trazendo uma imagem de Nossa Senhora da Natividade e, no século XVIII, Antônio Ferraz de Araújo, da Bandeira do 2º e genro do 1º Anhanguera, lá fincou esteios, fundando uma povoação que seria a mais antiga do novo Estado.

Na instalação daquele Conselho de Cultura, ela acolheu sugestão do Dr. Zacarias Nunes para que se proclamasse protetora do Estado do Tocantins a Virgem Nossa Senhora, sob a invocação de N. S. da Natividade. A proposta foi aprovada de imediato. Quem era Zacarias Nunes? Um nativitano de inteligência lúcida, espírito idealista e visão de dilatados horizontes. Ele e sua esposa, Helen Drumond, eram graduados em Direito; ele foi promotor público e procurador do Estado, e ela, procuradora de Justiça. Fomos colegas de classe, turma Clóvis Bevilacqua, na Faculdade de Direito de Goiás, que funcionava no casarão da Rua 20, em Goiânia.

Ana Braga explicou que, corroborada pelo Dr. Zacarias, redigiu pedido ao bispo de Porto Nacional e, de imediato, ela, pessoalmente, foi ao encontro de Sua Reverendíssima, Dom Celso Pereira de Almeida, que se mostrou favorável à ideia. A decisão, no entanto, não estava só na vontade daquele bispo. Era preciso ouvir o papa. Ana Braga tomou novas providências, solicitou a assinatura do prefeito Diocleciano Aires e do juiz de Direito Dr. Amilton José de Almeida, e enviou a exposição de motivos para Roma. Todavia, o processo não teria tramitação rápida e simples. Era preciso mais. Uma comissão foi constituída no Conselho Estadual de Cultura do Tocantins, procurou-se incentivar o povo, ouviu-se autoridade da assessoria jurídica da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e uma petição foi assinada por muitos nativitanos. Outras questões também teriam de ser resolvidas. Os sacerdotes dominicanos chegaram a Porto Real, atual Porto Nacional, em 1886, dedicando-se à evangelização e à educação. São Domingos também podia ser padroeiro do Tocantins. Cumpridas as formalidades canônicas, após três anos, em 29 de maio de

1992, o papa assinou o decreto proclamando N. S. da Natividade a padroeira principal e São Domingos de Gusmão, o padroeiro secundário. Talvez seja esse o único decreto assinado por um santo proclamando um padroeiro no Brasil: o São João Paulo II.

Do governo do Estado, Ana Braga recebeu a comenda “Grão-Mestre da Ordem do Mérito do Tocantins”. Antes, em 1991, recebera das mãos de Venerando de Freitas Borges, 1º prefeito da capital, o título de “Pioneira de Goiânia”.

Ana Braga foi biografada por diversas personalidades do âmbito das letras, estando entre eles: Licínio Barbosa, em *Ana Braga – a mulher e o mito*; Bento Alves Araújo Jayme Fleury Curado, em *Ana Braga, uma vida e muitas lutas*; Áurea Cordeiro de Menezes, aflaguiana e religiosa do Colégio Santa Clara, lhe dedicou o livro *A têmpera da mulher tocantinense*.

No plano familiar, foi mãe e avó extremosa e dedicada. Casou-se duas vezes e teve os filhos Edetina Augusta, Ana Luiza, Efigênia Auxiliadora, Antônio Paulo, José Augusto, Fernando e Cláudio. Em meio às alegrias no lar, sentiu a dor da tragédia: seu único irmão, José Pereira Nunes, piloto, faleceu em desastre aéreo; seu filho José Augusto morreu tragicamente; antes, perdera, vítima de acidente, o marido, Luiz de Queiroz. Por seu exemplo de vida e coragem, foi chamada de “Mulher Guerreira” e “Mulher de Bronze”.

Devo à Dra. Ana Braga gentilezas. Procurei-a em 1957, quando, estudante de Direito, preparava um trabalho a ser apresentado no seminário “A campanha pró-Brasília - a 1ª Semana Mudancista”, realizado na Faculdade de Direito da USP, na famosa Arcadas, promovido pelos centros acadêmicos XI de Maio e XI de Agosto. Ela recebeu-me em sua casa, em Goiânia, na Alameda do Botafogo. Trocamos ideias, pois

ela também participaria daquele encontro cívico em favor da mudança da Capital Federal para o Planalto Central.

Quero ainda anotar que esta mulher forte, aos 90 anos, proferiu em Guajeru, na Bahia, a palestra “Envelhecer sorrindo”, enfatizando: “Já fomos fortes, bonitos, elegantes! A vida continuará. [...] Somos velhos? Sim. Mas não somos entregues ao aniquilamento, à perda da alegria, dos desejos de ver o sol, o céu, o amanhecer, e os belos entardeceres.”

Na minha gestão de presidente da Academia Belavistense de Letras, Artes e Ciências (2010), a convidamos para participar daquele sodalício. Com muita disposição e agrado, ela tomou posse como sócia honorária da nossa academia.

Nas pessoas dos familiares da saudosa Ana Braga aqui presentes, enaltecemos, agradecida, a contribuição que por tantos anos dedicou à Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás.

Agradeço à presidente Elizabeth Abreu Caldeira Brito a oportunidade de proferir este panegírico, tarefa de tamanha responsabilidade. Terminando, transcrevo os votos das aflaguianas ditas em comemoração aos 96 anos da saudosa acadêmica.

“Sua vida, Dona Ana, é um exemplo de força e ousadia, independência e dignidade, realizações e sucessos [...]. Receba o nosso muito obrigada pelo que a senhora é e pelo muito que contribui pelo bem de Goiás, do Tocantins e da mulher brasileira.”

Referências

- AFLAG. *Dados biográficos de Ana Braga*. Goiânia, [s.d.]. Mimeo.
- AIRES, Aidenor. Ana Braga e a Academia. *Diário da Manhã*, Goiânia, 9 jun. 2006, p. 9. Ilustrado.
- BARBOSA, Licínio. Ana Braga – a mulher e o mito. *Diário da Manhã*, Caderno Cidades, Goiânia, 4 fev. 2009, p. 5.
- BRAGA, Ana. *Discurso de abertura e instalação da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia, 9 nov. 1970. 26 p. Mimeo.
- BRAGA, Ana. A casa de Amália Hermano. *O Popular*, Goiânia, 5 mar. 1994.
- BRAGA, Ana. *Ao Vereador Hélio Seixo de Brito*. Goiânia, 1 jun. 1994. (Ofício).
- BRAGA, Ana. *Ao Nelson Siqueira, Secretário Extraordinário do Governo*. Goiânia, 15 jun. 1994. Mimeo. (Ofício).
- BRAGA, Ana. *Nossa Senhora da Natividade, padroeira do Tocantins e D. Alano Maria de Noday, apóstolo do Tocantins*. Goiânia: Cartográfica Editora e Papelaria, 1994. Ilustrado.
- BRAGA, Ana. *Ofício n. 48/1995 – ao Governador Maguito Vilela*. Goiânia, 2 jun. 1995.
- BRAGA, Ana. Pronunciamento na cidade de Peixe em 20 jun. 1995.
- BRAGA, Ana. *Discurso de posse*. Goiânia: Kelps, 2006. 84 p.
- BRAGA, Ana. *Envelhecer sorrindo*. Guajeru, Bahia, 19 nov. 2013. Mimeo.
- CURADO, Bento Alves Araújo J. Fleury. Ana Braga, uma vida e muitas lutas. *Jornal de Trindade*, Caderno Agora, Trindade, 5 a 11 ago. 1996, p. 11.
- MATRIZ. O Apóstolo de Goiás IV – escritora e ex-deputada fala sobre Pe. Pelágio. *Informativo da Paróquia N. S. da Conceição*. Goiânia, nov. 1977, p. 11.
- PEREIRA FILHO, João. Vasco dos Reis Gonçalves - cronologia. *Perfil Cultural*, Bela Vista de Goiás, ano 6, n.7, p. 119-128, 2012. Ilustrado.



A cruz: do Anhanguera ou dos Bandeirantes?

Pe. Murah Rannier Peixoto Vaz¹⁸

Depois de tantos anos passados, já contando quase 107 anos de ter sido instalada em um monumento na cidade de Vila Boa de Goiás, a cruz atribuída ao Anhanguera gerou uma associação de sua imagem à imagem da antiga capital goiana. O distanciamento dos fatos provocou no imaginário popular um tal atrelamento da cruz àquela cidade que hoje uma parcela de pessoas, sobretudo nas redes sociais, em seu senso comum, passa até mesmo a vincular e defender a

Figura 1 - Foto do monumento da Cruz do Anhanguera



Fonte: Extraída do site da Biblioteca do IBGE. O site informa que a foto foi tirada em 1957

18 Pároco da Paróquia São João Batista de Cumari e Anhanguera, membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e da Academia Catalana de Letras (ACL). Contato: tenhafe@gmail.com

cruz como tendo sido originalmente ali fincada pelo primeiro administrador da cidade e da então Província goiana. Aos historiadores e pesquisadores, nunca houve dúvidas sobre a localidade onde esteve fincada originalmente a cruz e na qual foi localizada, mas há discussões sobre quem a tenha de fato fincado. Do que nos dispomos a discorrer e chegar a algumas conclusões com base em fontes e provas históricas.

O fato: Foi encontrada uma cruz antiquíssima no local denominado “Borda da Mata”, na região da antiga Fazenda dos Casados, zona rural do município de Catalão, em 1914. Após ter sido retirada de seu local original, a cruz foi levada em 10/11/1914 para a sede da Loja Maçônica Paz e Amor III, em Catalão, onde, no dia seguinte, foi realizada uma sessão cívica com diversas autoridades do município, cujos oradores foram Dr. Gastão de Deus, Dr. Luiz do Couto e Mendes de Almeida. Posteriormente, enquanto aguardava seu traslado, segundo Maria das Dores Campos, esteve um tempo colocada para visitação pública no cinema mudo de propriedade do sr. Marcílio Aires da Silva, na Avenida 20 de Agosto (Campos, 1976, p. 35).

Há versões diferentes da localiza o da cruz:

1^a versão: É a versão mais corrente, a qual atribuiu ao juiz Luiz Ramos de Oliveira do Couto de ter encontrado a cruz, juntamente com o agrimensor cel. Bento Xavier Garcia, ao proceder a divisão da Fazenda Casados para um inventário.

2^a versão: Foi encontrada por uma turma de trabalhadores da Estrada de Ferro e comunicado o fato ao juiz de Direito da Comarca Luiz Ramos de Oliveira Couto, ao qual se concedeu todos os louros de t -la encontrado.

Fato é que o juiz de Direito levou a descoberta da cruz ao conhecimento das autoridades do Estado, que a requisitaram para transferir para a capital. Antes, porém, de se trasladar a cruz para a capital goiana, gerou-se uma disputa. Os catalanos, mobilizados pelo advogado e jornalista Dr. Randalfo Campos, se manifestaram pelas páginas do *Correio de Catalão* e opuseram-se da sua retirada do solo catalano, mas em vão. Ofícios foram encaminhados pela Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Pública, no dia 31/12/1914, aos juizes das comarcas de Catalão e Ipameri para tratar do assunto da transferência da cruz. O jornal *Correio Oficial* cita o envio desses ofícios:

Pedindo ao Dr. Juiz de Direito da Comarca de Catalão o obséquo de remetter ao de Ipamery, a “Cruz do Anhanguera” que segundo notícias chegadas ao conhecimento do Governo foi transportada àquella cidade.

Pedindo ao Dr. Juiz de Direito da Comarca de Ipamery que conserve em seu poder até que o Governo faça sua transferência para esta Capital, a “Cruz do Anhanguera” que será remettida pelo Juiz de Direito da comarca de Catalão (*Correio Oficial*, nº 1, 09/01/1915, p. 2).

Pouco tempo depois dessas correspondências, o juiz de Ipameri respondeu ao ofício encaminhado a ele:

NOTICIAS / Do Juiz de Direito da Comarca de Ipamery, recebeu a Secretaria do Interior, Justiça e Segurança Publica a seguinte comunicação, em resposta ao seu aviso de 30 de Dezembro findo.

Juizo de Direito da Comarca de Ipamery, 10 de Janeiro de 1915.

Exm. sr. major Secretario do Interior, Justiça e Segurança Publica.

Accusando o recebimento do officio que v. ex. me dirigiu em data de 30 do mez findo, devo declarar-lhe que nesta data officiei ao Agente da Estação da Estrada de Ferro Goyaz nesta cidade communicando estar autorizado por v. ex. para receber e conservar neste Juizo a Cruz do Anhanguera, que deve ser remetida de Catalão pelo dr. Juiz de Direito da comarca do Rio Paranahyba, até que o Governo providencie sobre o -transporte da mesma para essa Capital.

Agradeço e retribuo a v. ex. os protestos de consideração e estima. Saude e fraternidade - O Juiz de Direito, Rodolpho Luz Vieira (Correio Official, nº 3, 23/01/1915, p. 2).

Com o apoio do Venerável Bento Garcia e demais membros da Loja Maçônica Paz e Amor III, em cuja sede estava a cruz, esta foi levada pelo trem por meio da ferrovia até a cidade de Ipameri e entregue ao juiz Dr. Rodolfo Luz Vieira em 05/04/1915, como relata a ata da entrega:

NOTICIAS / Acta da entrega da Cruz do Anhanguéra, ao exm. sr. doutor Rodolph Luz Vieira, Juiz de Direito da Comarca de Ypameri, em virtude do pedido do Sr. major Antonio Augusto de Carvalho, dd. Secretario do Interior, Justiça e Segurança Publica deste Estado, datado de 30 de Dezembro ultimo, pela commissão encarregada da entrega do respectivo monumento.

Aos cinco dias de Abril de 1915, nesta cidade de Ypameri, e no escriptorio do respectivo Juiz de Direito da Comarca, ahi presentes os srs. dr. Rodolpho Luz Vieira, coronel José Vaz, e Modesto José Barbalho, Intendente Municipal, major João Vieira Gonsalves, dr. Ulysses Fabiano Alves, os membros da commissão maçônica,

da Loja Paz e Amor, do Oriente de Catalão José Rodrigues Silva, João Cezar Fleury, e Oswaldo Cunha, e mais pessoas gradas, por essa comissão foi feita a entrega solenne da alludida Cruz, que de hoje em diante ficará pertencendo ao Estado de Goyaz, que della poderá uzar como sua propria; em seguida a entrega, foi, pelo exm, sr dr. Juiz de Direito feito, em nome do Estado, o agradecimento que bem mostra a satisfação do Governo em possuir aquelle monumento, do que, para constar, lavrou-se esta acta, que será assignada pelas pessoas presentes.

Rodolpho Vieira, representante da Secretaria do Interior. / José Rodrigues Silva, Presidente da Comissão. / João Cezar Fleury, / José Vaz / Dr. Ulysses Fabiano Alves / José Dorsa / João Vieira Gonsalves / Modesto José Barbalho. / Antonio Lourenço / João Vaz da Costa / Oswaldo Cunha, membro da comissão. / Bento Gar [danificado] / Adolpho José d Abbadia / Joventino Barbalho / João Pirahy / João Damaso / João Pinto de Souza / Antenor do Amaral / Jonas Martins / Arthur Alves Porto / Antero Cintra / Antonio Felipe Estrella / Lino Magalhães / João Parreira / João Severino do Nascimento, gerente da “Fronteira do Sul” / Pedro R. de Lima Falunery / João Perfeito / Manuel Vaz da Costa / João de Miranda Correia / José Augusto dos Santos / José Boaventura de Souza, professor público. / Mathias Galvão, professor público. / Urias Bernardino da Costa. / Francellino Franklin Ferreira (Correio Official, nº 16, 24/04/1915, p. 3).

A imprensa noticiou a descoberta como sendo a Cruz do Anhanguera e, tomando conhecimento, o presidente do Estado de São Paulo¹⁹, Dr. Altino Arantes (1916-1920), pediu

19 De 1824 a 1889, a terminologia era presidente de Província; de 1889 a 1930 passou a se denominar presidente de Estado; de 1930 a 1947 denominou-se interventor federal, e somente de 1947 até os dias atuais é que se recebeu a terminologia governador de Estado.

para levá-la ao Museu do Ipiranga. Joaquim Carvalho Ferreira explica com mais detalhes a iniciativa do Dr. Altino:

Ao ter ciência do fato, o presidente de São Paulo, Dr. Altino Arantes, nomeou uma comissão de peritos para IN LOCO verificar o valor do achado. E sendo positivo o resultado, pensou em levá-lo para o Museu do Ipiranga, só não o fazendo devido à atitude do descobridor e a interferência do Dr. Olegário Pinto, então presidente do Estado de Goiás. Tempos depois, o Dr. Washington Luiz, grande Presidente de São Paulo, enviou um emissário a Goiás, conduzindo a vultosa quantia de 15 contos para adquirir a famosa Cruz. Mas a recusa do Dr. Luiz do Couto colocou um ponto final à régia proposta (Ferreira, 1980, p. 102).

Mais tarde, o sucessor do Dr. Altino, Washington Luís (1920-1924), se ofereceu para comprá-la pela vultosa quantia de 15 contos de réis. No entanto, o presidente do Estado de Goiás e o Dr. Luiz do Couto se opuseram.

A cruz teria permanecido por um bom tempo na sede do fórum de Ipameri, até que a Assembleia Legislativa de Goiás votou e aprovou, em 23/06/1916, uma lei autorizando a retirada e o pagamento do transporte da cruz para a capital. Em 17/09/1918, entre as comemorações dos 100 anos de elevação à cidade de Vila Boa de Goiás, foi finalmente inaugurado o monumento da cruz na antiga capital goiana, construído próximo às margens do Rio Vermelho, onde anteriormente existiu a Igreja de N. Sra. da Lapa, que havia sido destruída por uma enchente em 1839.

Passados 84 anos da instalação da cruz, às vésperas da virada do ano, no dia 31/12/2001, intensas chuvas caíram na região, gerando uma grande enchente e o transbordamento

do Rio Vermelho, que inundou e destruiu o Centro Histórico da Cidade de Goiás. Nessa data, o monumento da cruz também foi destruído e levado pela força das águas. Após vistorias nas margens do Rio Vermelho, no dia 02/01/2002 a cruz foi encontrada pela Defesa Civil e levada para o Museu das Bandeiras, onde está exposta até o presente momento. Em lugar da cruz original, no monumento reconstruído foi instalada uma réplica da cruz em 05/06/2004.

A força da narrativa que criou o mito da Cruz do Anhanguera

Muito se ouve falar em Catalão e em todo o Estado de Goiás sobre a cruz atribuída ao Anhanguera, mas que não foi fincada por ele, e a verdade impõe-nos a apresentar como se formou essa narrativa e as provas do porque ela não foi obra desse pioneiro da história goiana.

A narrativa então criada pelos homens da política, do Direito e da imprensa acabou por se impor de se tornar quase um “dogma” inquestionável. Diversas obras históricas de autores da historiografia goiana passaram a apontar que a cruz teria sido fincada pelo bandeirante Anhanguera na passagem de sua bandeira na região da Fazenda dos Casados, em Catalão, próximo ao Ribeirão Ouvidor, em 1722, e também a relatar seu traslado para a antiga Capital do Estado. Tal fato consta narrado, declamado e cantado na história de Catalão. O próprio hino do município, cuja autoria da letra é de Aguinaldo de Campos Neto e a melodia, do maestro Frederico Campos, apresenta a seguinte estrofe: “De Goiás, de Goiás / Catalão é símbolo de paz / Catalão é símbolo de paz / Quando um sonho partiu Anhanguera / No afã bandeirante de então / Com marco deixou nesta terra / Uma cruz a brilhar na amplidão.”

Com o passar dos anos, todavia, sem base histórica alguma, novas versões, sobretudo nas redes sociais, vão surgindo. Inclusive, de que a cruz atribuída ao Anhanguera havia sido desde o princípio fincada na Cidade de Goiás. Tanto essa quanto a narrativa até então aceita não são uma realidade, mas criações. Antônio César Caldas Pinheiro em seu livro, de título bem sugestivo e que sintetiza a abordagem que fará, *Os tempos míticos das cidades goianas: Mitos de origem e invenção de tradições*, afirma que:

Toda narração histórica será sempre uma reconstrução no espaço e no tempo da história e a retidão de uma narrativa, qualquer que seja ela, será sempre uma reconstrução. O ser humano reconstrói por natureza, reconstrói tanto a própria memória individual quanto mais a coletiva. Porém, a tradição inventada não se confunde com a recriação natural e retórica do historiador. Ela carrega em si uma intenção, é construída com um objetivo, visando quase sempre a dominação. A tradição inventada, para conseguir seu intento, precisa ser aceita socialmente para que perdure e mesmo substitua uma memória natural existente, seguindo o que conscientemente traçou o seu inventor.

O que se ressaltou como um dos objetivos da tradição inventada é a socialização, a inculcação de idéias com o intuito de reconstruir uma nova tradição valendo-se de um suporte histórico existente que será a base em que se fulcrará a nova tradição. A tradição recriada busca, portanto, a história como sua legitimadora, agindo também como fator artificial de formação de identidade e coesão grupal (Pinheiro, 2010, p. 179).

Há, portanto, por trás de cada criação ou reconstrução de uma narrativa histórica uma intencionalidade, isto é, um interesse de formação de uma memória coletiva. Como iniciativa dos grupos de poder, e com o aval dos próprios governantes do Estado de Goiás de então, a tradição inventada e criada como nova memória coletiva surgia como uma narrativa oficial em busca de se formar um símbolo pátrio para o Estado, gerar uma identidade e enaltecer a figura do bandeirante pioneiro.

Com a Cruz do Anhanguera, construção simbólica, quiseram perpetuar nas memórias muito além da saga bandeirante. É um discurso que engendra e fornece uma identidade a um povo que começava a extrapolar as fronteiras mesopotâmicas de seu território. A própria *A Informação Goyana* sinaliza isso: uma revista de propaganda do Estado de Goiás, publicada no Rio de Janeiro, então capital federal. Esta revista teve vida longa, de 1917 a 1935, servindo sempre aos interesses de Goiás. / Aproximando-se, pois, a comemoração do centenário da elevação de Vila Boa a cidade, com o nome de Cidade de Goiás, era necessário ter algo que cambiasse todas as atenções para ela, a vila de Bueno, a Vila Boa. Aliás, os centenários são sempre comemorados com regozijo e demonstrações de vivo interesse pelas pessoas (Pinheiro, 2010, p. 53).

De fato, o momento em que a cruz foi localizada no município de Catalão tinha proximidade com alguns eventos que viriam a ser celebrados em um futuro próximo e que já eram debatidos e refletidos em publicações de jornais de Goiás e também do Brasil sobre a história do Estado com a sua capital e a história do País. Isso ocorria devido ao

centenário de elevação de Vila Boa de Goiás a cidade (1918) e a proximidade com o centenário da independência do Brasil (1922).

Como se percebe, era um tempo propício e fértil para a criação de tradições, símbolos pátrios e heróis fundadores. Vários Estados tiveram essa iniciativa, procurando entre seus vultos do passado alguns personagens para glorificá-los como exemplos de persistência, ideais, bravura e coragem. Em Goiás, não seria diferente. A cruz encontrada materializava e tornava concreto um símbolo dos tempos de antanho e que, atribuída ao personagem tido como “descobridor das Minas dos Goyazes”, viria a ser um grande ponto de exaltação da figura de Bartolomeu Bueno da Silva e dos bandeirantes.

Após a inauguração do monumento, passou-se a escrever mais sobre o Anhanguera e a exaltar seus feitos, sua coragem, sua astúcia, e sua persistência em busca do ouro e do desbravamento do território goiano. Os relatos que vão surgindo afirmam que eram perfeitamente visíveis os três primeiros números de uma data gravada a ferro quente ao pé da cruz, onde constava 172... Sendo que o último número estava deteriorado e carcomido pelo tempo. O que levou o juiz e as autoridades de então a supor que a cruz teria sido plantada pelo Anhanguera quando de sua primeira incursão à procura do ouro no ano de 1722. A afirmação dessa “suposição” está, inclusive, em uma placa ao lado da cruz original, atualmente no Museu das Bandeiras. Entretanto, será que, de fato, a cruz teria sido instalada por ele?

Figura 2 - Placa informativa ao lado da cruz no Museu das Bandeiras.

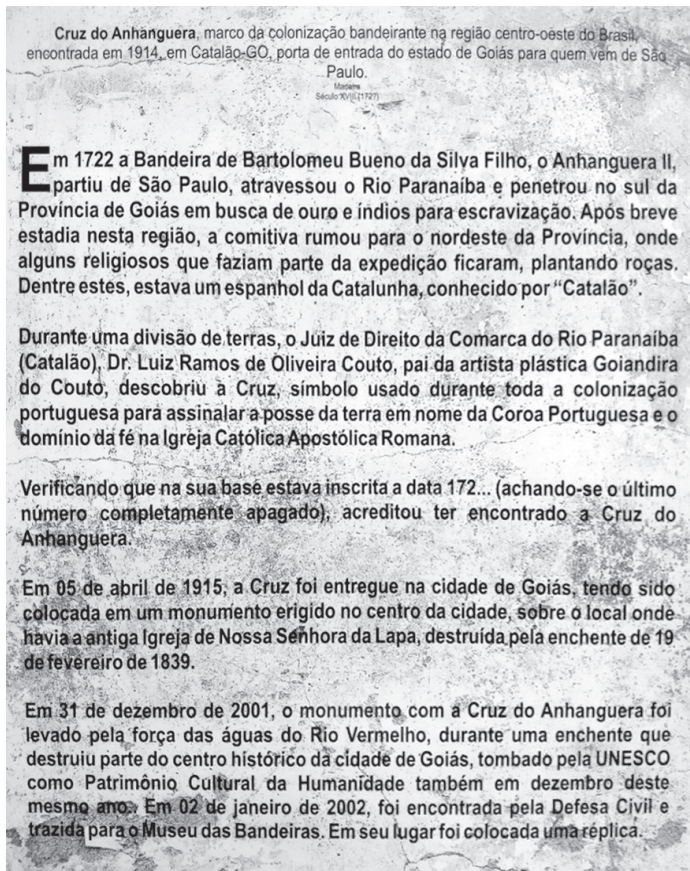


Foto: Pe. Murah Rannier

Mas não é este que narra os fatos quem “descobriu a pólvora”. Pouco depois da instalação do monumento na cidade de Vila Boa de Goiás, já havia aqueles que apontavam a discrepância da afirmação de que a cruz tenha sido fincada pelo Anhanguera. O relato mais antigo que aponta como falsa a vinculação da cruz ao Anhanguera e sua comitiva foi

apresentado por Henrique Silva, fundador da revista *A Informação Goyana*, publicada no Rio de Janeiro com assuntos acerca da história, geografia, economia, etc., do Estado de Goiás. Em seu periódico, Henrique Silva afirmou o seguinte:

Quem descobriu a falsa cruz do grande cabo de bandeiras foram os trabalhadores de uma turma da Estrada de Ferro Goyaz. Levada a notícia da descoberta a Catalão, seu supremo magistrado foi ve-la e como ‘perito’ reconheceu que o madeiro devia mesmo ter sido fincado alli pelo Anhanguéra, pois **trazia gravado a fogo a inscrição: 1746.** (...) Justificando o levantamento da supposta Cruz do Anhanguéra, proximo à margem direita do Paranahyba, affirmava outro foliculario do mesmo tomo e erudição historica, que assim procedera o descobridor dos Guayazes no intuito de assignalar a posse da terra goyana. Ora, por esse tempo, os lindes de S. Paulo e Goyaz se marcavam pelo Rio Grande e não pelo paranahyba. Este só ficou como limite de Goyaz depois do desmembramento dos Julgados de Araxá e Desemboque, que passaram a Minas Geraes em 1816 (SILVA, Henrique, *A Informação Goyana*, fevereiro de 1927, V. X, n. 7, p. 55).

Entretanto, apontando outra possível versão para o surgimento da cruz na localidade da Fazenda dos Casados, Henrique Silva se equivoca ao afirmar: “Sobre a decantada Cruz, a verdade é que ella foi fincada para assignalar a cóva de um Capitão pertencente a Milicia de Minas Geraes e naquelle local morto de um tiro que lhe desfechara o descobridor de Crixás, como resam as chronicas” (id, ibid). Trata-se de um equívoco, pois esse assassinato ocorreu anos antes, em 1736.

Figura 3 - Cruz atualmente instalada no Museu das Bandeiras



Foto: Pe. Murah Rannier

Com certeza, Henrique Silva viu a cruz *in loco* ou teve informações de quem a tenha visto, pois acertou na data que apontou na publicação de sua revista. Ao olhar com atenção a cruz, é ela mesma quem desmente a afirmação de que a data nela presente seja 1722 com o último número desgastado. Ao verificar-se a cruz, comprova-se a fraude do “Mito fundador”, haja vista que nela está, de fato, inscrito de modo bem legível o ano em que foi fincada: 1746. Curiosamente, como dito anteriormente, no Museu das Bandeiras, ao lado da cruz há ainda a placa com um histórico que continua apontando a versão mais famosa e corrente: “Verificando-se que na sua base estava inscrita a data 172... (achando-se o último número

completamente apagado), acreditou ter encontrado a Cruz do Ananguera.”

Talvez, pela altura da base do monumento da cruz, a data ficasse impossibilitada de ser vista ou, então, tenha sido proposital, para continuar a propagar o mito e não desmentir-lo. A enchente de 2002 veio desvelar o que estava oculto e apresentar a verdade sobre esse caso.

Figura 4 - Na inscrição na parte inferior da cruz, lê-se 1746



Foto: Pe. Murah Rannier

Desse modo, apesar do fato da passagem do Ananguera pela região de Catalão, ocorrida em 1722, não há como a cruz ter sido ali fincada por ele, pois, conforme afirma o historiador Padre Luís Antônio da Silva e Souza em sua pesquisa realizada em 1812, “Memória sobre o Descobrimento, Governo, População e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás”, o bandeirante Ananguera faleceu em 19/09/1740 (Cf. Silva e Souza apud in: Teles, 1978, p. 82), e, como já dito,

a cruz traz claramente a data de 1746. Isso torna impossível que ele a tenha fincado no local. O que se leva à possibilidade de se nomeá-la como “Cruz dos Bandeirantes” ou de “Cruz do Tempo dos Bandeirantes” – pois não sabemos se foi fincada por algum bandeirante ou algum agricultor sesmeiro de alguma terra nas redondezas –, mas não como “Cruz do Anhanguera”.

Onde seria o local exato em que foi fincada a cruz?

Quando da descoberta da cruz, todo o território pertencia a Catalão, porém, após os desmembramentos por emancipação de diversos municípios, parte do território próximo ao Rio Paranaíba, originalmente pertencente a Catalão, é atualmente autônomo e pertencente aos novos municípios. Desse modo, além de Catalão, a historiografia e o dizer popular dos cidadãos de alguns municípios vizinhos disputam a localização da instalação da cruz, como, por exemplo, Cumari e Anhanguera.

Todavia, após algumas pesquisas em mapas antigos e conversas com ciclistas que fazem trilhas na região, um deles nos passou a informação de que havia localizado e obtido as coordenadas geográficas do local exato onde teria sido fincada a cruz.

As coordenadas passadas foram $S18^{\circ}21.300' W 047^{\circ}55.209' = -18.358330, -47.922480$. Tais coordenadas apontam para um local próximo ao traçado da antiga estrada real e não muito distante do antigo “Porto Velho”. Com base nessas coordenadas, foi possível identificar que o lugar se localiza dentro do território de Catalão e bem próximo das divisas com Cumari e Três Ranchos, mas um pouco mais distante das divisas do território do município de Anhanguera. Portanto,

o local em que foi instalada originalmente fica em Catalão e onde foi descoberta era no percurso da antiga estrada denominada “Estrada de São Paulo”, “Caminho de São Paulo”, que ia passar pelo antigo “Porto Velho”, que, de fato, esteve sob a administração do Anhanguera.

Quando foi inaugurada em 1913 a estação ferroviária denominada Anhanguera, que mais tarde daria origem ao município, todo o território pertencia a Catalão e ainda não existiam os municípios de Anhanguera e nem Cumari e esta estação era a primeira a ser inaugurada no Estado e a mais próxima do local original. Daí o motivo de sua nomenclatura.

Tendo retransmitido a informação das coordenadas ao presidente da Academia Catalana de Letras (ACL), Luís Estevam, este foi procurar *in loco* e verificou que a informação era verdadeira. Nas redondezas dessa localização, também região da antiga Fazenda dos Casados, mas um pouco mais próxima da estrada vicinal que por lá passa, facilitando o acesso ao local, há algumas décadas havia sido fincada uma cruz no lugar da original levada para Vila Boa de Goiás. A ação foi realizada pela ACL, por meio de iniciativa do antigo presidente, Cornélio Ramos, e seus demais membros. Como essa cruz havia se deteriorado, restando apenas parte do tronco dela, mais recentemente, por iniciativa de Luís Estevam, atual presidente da ACL e, na ocasião, também responsável pela Fundação Cultural Maria das Dores Campos, na data do dia 26/03/2023 foi festivamente instalada e abençoada uma nova réplica da “Cruz dos Bandeirantes” no local. A solenidade contou com várias autoridades e membros da imprensa local, alunos da escola militar, e do grupo da Folia de Santos Reis que se apresentou na ocasião.

Figura 5 - Pe. Murah Rannier e Luís Estevam ao lado da réplica da cruz no dia de sua instalação



Fonte: registro fotográfico

Figura 6 - Bênção dada pelo Pe. Murah Rannier



Fonte: registro fotográfico

Figura 7 - Entre as personalidades presentes, o Dr. Geraldo Coelho Vaz, membro do IHGG e da ACL



Fonte: registro fotográfico

Concluimos que, pela sua antiguidade, história e disputas no seu entorno, a cruz é inequivocamente uma relíquia da historiografia goiana, e que não há dúvidas de que o local geográfico em que a cruz esteve instalada anteriormente tenha sido o atual território de Catalão. Também não se discute o fato de o bandeirante Anhanguera ter passado pelo território dessa cidade quando de sua viagem em 1722 e até de ter administrado, por meio de familiares e outros sob a sua ordem, um porto no território que hoje faz parte do município, e há sim a possibilidade de a cruz ter sido instalada por bandeirantes, ainda que não o Anhanguera, pois já havia falecido. Desse modo, apesar da historiografia oficial, há provas suficientes e a própria cruz não deixa qualquer dúvida de que esse símbolo seja posterior à morte do bandeirante Anhanguera.

Antes de finalizarmos, no entanto, há uma importante questão levantada por Izabela Tamaso e indicada por Carolina Fidalgo de Oliveira em sua tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo sobre o monumento da cruz importante de se recordar:

Cabe ainda ressaltar uma outra observação feita pela pesquisadora Izabela Tamaso. Ela percebe que a Cruz surgiu como “símbolo patrimonial” no momento em que estava ausente e quando os debates sobre sua possível reconstrução ou não tomaram consistência. Essa constatação pode ser averiguada também na documentação relativa à Unesco e ao Iphan, posto que a Cruz não é mencionada nem no Dossiê elaborado para a Unesco durante a candidatura da cidade ao título de patrimônio mundial, nem na documentação do Iphan como monumento histórico da cidade. Ela nem sequer está citada no Inventário Nacional de Bens Imóveis do Iphan e constatamos que nas entrevistas concedidas pelos moradores para a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais, também do Iphan, organizado em 1999, que a Cruz do Anhanguera é lembrada em apenas 7% das entrevistas. Ou seja, a Cruz torna-se oficialmente importante quando os grupos de poder na cidade a querem de volta na paisagem. Assim, lançam mão dos discursos patrimoniais para justificar sua reconstrução (Oliveira, 2016, p. 233).

Curiosamente, apesar de tantos esforços para obter a cruz e de a própria imagem dela ter se associado simbolicamente ao próprio município de Vila Boa, ninguém lembrou-se de registrá-la no inventário de bens imóveis (monumento como um todo) ou mesmo móveis (a cruz em si mesma) do Iphan ou da Unesco. Uma vez que não está registrada, há uma brecha que

favorece a justa requisição dos catalanos, que consta até de uma página no Facebook, pedindo a repatriação da cruz ao seu território original. Fato muito comum atualmente na museologia, onde têm surgido pedidos de repatriação de objetos, esculturas, pinturas e obras de arte indevidamente retiradas de seu local de origem sob a justificativa de reparação histórica.

Referências

CAMPOS, Maria das Dores. *Catalão: Estudo Histórico e Geográfico*. Goiânia: Tipografia e Editora Bandeirante, 1976.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia: Ed da UFG, 1980.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo. *A cidade de Goiás como Patrimônio Cultural Mundial: descompassados entre teorias, discursos e práticas de preservação*. Tese apresentada como parte do requisito para a obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016.

PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas: Mitos de origem e invenção de tradições*. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2010.

TELES, José Mendonça. *Vida e Obra de Silva e Souza*. Goiânia: Editora Oriente, 1978.

Arquivos

Hemeroteca digital www.memoria.bn.br

Jornal O Imparcial – Diário Ilustrado do Rio de Janeiro, 23/04/1915, nº 842.
Correio Oficial: nº 1, 09/01/1915; nº 3, 23/01/1915; nº 16, 24/04/1915.

Site da Biblioteca do IBGE

Imagem do monumento da Cruz. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=424708>. Acesso em: 22 maio de 2024.



De José a Eugênio: trajetória genealógica da tríade “Rodrigues Jardim” em Goiás

Victor Aguiar Jardim de Amorim²⁰

1 - Bases de uma tradição política: os Rodrigues Jardim em Goiás; 2 José Rodrigues Jardim (1780-1842); 2.1 - O desenvolvimento do prestígio político e a assunção das rédeas da administração provincial; 2.2 - A consagração como senador do Império; 2.3 - O casamento com Ângela Ludovico de Almeida; 3 - José Rodrigues Jardim, filho (1823-1863); 4 - Eugênio Rodrigues Jardim (1858-1926); 4.1 - Carreira militar: do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro; 4.2 - Retorno a Goiás e o casamento com Diva Fagundes Caiado; 4.3 - A Revolução de 1909; 4.4 - Consolidação do Partido Democrata e o protagonismo compartilhado Jardim-Caiado; 4.5 - Comando do Partido Democrata, prestígio na esfera federal e 1º mandato de senador da República; 4.6 - Eugênio Jardim, governador de Goiás; 4.7 Segundo mandato de senador da República e falecimento.

Como interessado pela “história” de Goiás, estive assombrado por um eloquente silêncio sobre José Rodrigues Jardim (1780-1842) e, com menos intensidade, sobre Eugênio Rodrigues Jardim (1858-1926). O primeiro, então, mesmo tendo protagonizado a política goiana durante três

²⁰ Victor Aguiar Jardim de Amorim é advogado, doutor em Direito do Estado pela Universidade de Brasília (UnB), mestre em Direito Constitucional pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e autor das obras *Pelo Sangue: a genealogia do poder em Goiás* (São Paulo: Editora Baraúna, 2015) e *Estado Unitário e Descentralização Política no Império Brasileiro: atuação da Assembleia Geral Legislativa diante da autonomia normativa das províncias (1835-1889)* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024). E-mail: victorjamorim@yahoo.com.br

décadas, não tem, sequer, uma rua em sua homenagem em qualquer cidade goiana que seja.

Talvez tal assombro tenha sido inicialmente provocado por minha relação familiar com José e Eugênio, mas, à medida que os estudos e leituras foram se ampliando e intensificando, tornou-se ainda mais instigante.

Haveria algumas hipóteses para tal silêncio. Em relação a José, a incipiente produção historiográfica sobre Goiás no século XIX parece justificar o alheamento à importância da figura e o impacto de sua atuação para o processo de consolidação da independência em Goiás²¹ e no dimensionamento da autonomia administrativa e normativa da província após o Ato Adicional de 1834²². Lembro-me, em minhas conversas com o saudoso Paulo Bertran, de escutar algo que, à época, não tinha compreendido a magnitude da afirmação: a história de Goiás no século XIX é um tremendo vácuo.

Quanto a Eugênio, no livro *Pelo sangue: a genealogia do poder em Goiás*²³, apresento minha hipótese sobre as razões de uma leitura historiográfica marginal dedicada àquele que foi uma das figuras maiores da política goiana de 1912 a 1926²⁴.

Justamente como aprofundamento das bases desenvolvidas no citado trabalho *Pelo sangue: a genealogia do poder em Goiás*, busco no presente estudo apresentar mais detalhes

21 Vide, para tanto, o fundamental artigo “O processo de Independência em Goiás”, de autoria do historiador Sérgio Paulo Moreyra, integrante da já clássica obra *1822: Dimensões*, organizada por Carlos Guilherme Mota.

22 Acerca dos arranjos institucionais desenvolvidos ao longo do século XIX para a manutenção do estado unitário imperial de feições “federativas”, vide: AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. *Estado Unitário e Descentralização Política no Império Brasileiro*: atuação da Assembleia Geral Legislativa diante da autonomia normativa das províncias (1835-1889). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

23 AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. *Pelo sangue: a genealogia do poder em Goiás*. São Paulo: Editora Baraúna, 2015. A íntegra da obra está disponível no link: <https://drive.google.com/file/d/1GRpZoG21vecNwSfDc-f8vVpyJfjoZaLN/view>

24 Especificamente no capítulo XV (p. 239-252).

biográficos, a partir de novas fontes primárias²⁵, relativo ao que denomino por “tríade” dos Rodrigues Jardim, dados os papéis de afirmação, reafirmação e ampliação do poder político protagonizados, respectivamente, por José Rodrigues Jardim (1780-1842), José Rodrigues Jardim (1826-1863) e Eugênio Rodrigues Jardim (1858-1926), avô, pai e filho.

Não que este artigo tenha alguma pretensão disruptiva e reordenadora dos estudos historiográficos. O que se pretende, tão somente, é lançar luzes sobre figuras de relevo e, assim, despertar o interesse no aprofundamento de pesquisas sobre o século XIX em Goiás e as influências e fatores que conduziram à configuração das estruturas de poder na Primeira República (1889-1930).

Portanto, este artigo não terá uma conclusão, limitando-se a ser fonte de provocação e de informações que possam constituir ponto de partida ou de interesse para outras pesquisas e investigações.

Bases de uma tradição política: os Rodrigues Jardim em Goiás

De acordo com Antônio Americano do Brasil, “a família Jardim é a mais antiga, das atuais, militante na política de Goiás”²⁶.

A presença da família Jardim em terras goianas remonta ao ano de 1774, quando o português Silvestre Rodrigues Jardim, filho de Antonio Jardim e Izabel Maria, natural de São Vicente de Alcabideche²⁷, chega à Capitania de Goiás.

25 Em especial, a partir da gentileza das equipes dos acervos documentais do Museu das Bandeiras e da Fundação Frei Simão Dorvi, ambos localizados na Cidade de Goiás.

26 in *Pela História de Goiás*. Goiânia: UFG, 1980, p. 94.

27 Atualmente, Alcabideche é uma freguesia do Município de Cascais. De acordo com informações oficiais, “foi habitada por povos de diversas culturas e origens, tendo sido particularmente marcante a presença da civilização árabe”, sendo a população, até o século XIX, essencialmente rural [fonte: Junta da Freguesia de Alcabideche. Disponível em: <https://www.jf-alcabideche.pt/index.php/autarquia/historial>]. São Vicente é o padroeiro da localidade.

Presume-se que o deslocamento de Silvestre para o interior da colônia tenha se dado em razão de sua condição de militar²⁸, integrante, pois, da estrutura burocrática do Estado lusitano²⁹.

Conforme informações de Americano do Brasil³⁰ e de João Francisco de Oliveira Godoy³¹, ainda na década de 1780, Silvestre Jardim desempenhou, por diversas vezes, a importante função de vereador da Câmara Municipal de Vila Boa de Goiás³² e, em 1800, na qualidade de presidente da Câmara, exerceu a função de juiz ordinário de Vila Boa³³.

28 Nas poucas referências historiográficas sobre Silvestre Rodrigues Jardim, há menção de que, ao tempo de sua vinda a Goiás, ocuparia o posto de “Alferes”. Sabe-se, contudo, que ao final da década de 1780 já seria “tenente”. Nesse sentido, consta do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, cópia de carta do governador Tristão da Cunha e Meneses endereçada à Rainha D. Maria I “informando requerimento de Silvestre Rodrigues Jardim, que pretendia ser confirmado no posto de primeiro tenente do regimento general e primeiro de cavalaria auxiliar da capitania de Goiás” [grifou-se] (Cf. Fundação da Biblioteca Nacional, link: <https://www.gov.br/bn/pt-br/central-de-conteudos/projeto-resgate/novos-instrumentos-de-pesquisa/documentos-do-brasil-na-serie-reino-ahu>). Em complemento, de acordo com escritura pública datada de 1790 (Livro nº 61, p. 01 v-02, do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Goiás), Silvestre é qualificado como “tenente”.

29 Nesse sentido, afirma José Eustáquio Ribeiro que, sendo Silvestre Rodrigues Jardim alferes e português, “é de presumir, e só isso, que fosse militar das tropas de linha. Tendo vindo para Goiás como militar, como membro da administração portuguesa. A posição de alferes não era a de simples soldado, talvez um baixo oficialato” (RIBEIRO, José Eustáquio. *Da impolítica à política: Estado Imperial e formação das elites dirigentes em Goiás na primeira metade do século XIX* (Das Cortes de Lisboa à Regência - 1821-1839). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-graduação em História, Goiânia, 2016, p. 170).

30 in *Pela História de Goiás*. Goiânia: UFG, 1980, p. 94.

31 apud GODOY, Claro Augusto. *Fragmentos do Passado*. Goiânia: O Popular, 1975, p. 53-54.

32 As “Câmaras Municipais” representavam um papel essencial na organização político-administrativa no período do Brasil Colônia. De acordo com as Ordenações Filipinas (1603), seriam instituídas apenas nas localidades com *status* de “Vila” e seriam formadas por meio de eleições realizadas a cada três anos, figurando como eleitores e elegíveis apenas os chamados “homens bons” [BRASIL (Arquivo Nacional). *Memória da Administração Pública Brasileira: Câmaras Municipais*. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/141-camaras-municipais>].

33 Conforme as Ordenações Filipinas (1603), “o cargo de juiz ordinário acumulava o lugar de presidente da Câmara. Cabia-lhe a aplicação da lei em primeira instância e a fiscalização dos outros funcionários. Também deveria exercer a função de juiz dos órfãos onde não houvesse esse ofício” [BRASIL (Arquivo Nacional). *Memória da Administração Pública Brasileira: Câmaras Municipais*. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/141-camaras-municipais>].

No Arraial de Santa Rita da Anta³⁴, casou-se com a paulista Leonor de Lemos e Moraes^{35,36}, gerando dois filhos: José Rodrigues Jardim (1780-1842) e Manoel Rodrigues Jardim (1782-1835)³⁷.

A despeito dos poucos registros historiográficos acerca de Silvestre Rodrigues Jardim, a observar sua carreira política e administrativa, em especial pela atuação na Câmara de Vila Boa, conjectura-se certa proeminência e destaque no cenário local, o que, juntamente com seu patrimônio decorrente da exploração aurífera³⁸ e da incipiente produção agrícola em sua propriedade na região do Arraial de Santa Rita da Anta,

34 De acordo com Raymundo José da Cunha Mattos, o Arraial de Santa Rita foi fundado em 1729. Na mesma data e contíguo à região do primeiro, é criado, por F. Calhamares, o Arraial de Anta, às margens “do Ribeirão da Anta” (in *Chorographia histórica da Província de Goyaz*. Goiânia: Editora Líder, 1979, p. 30-31). Por força da Resolução Provincial nº 12, de 01/08/1842, é criado o distrito de “Santa Rita da Anta”, anexado à Cidade de Goiás. Pelo Decreto Estadual nº 8.305, de 31/12/1943, o distrito passa a ser denominado “Jeroaquara”. A vinculação do distrito a Goiás foi mantida até o advento da Lei nº 10.434/1988, que criou o Município de Faina. Desde então, “Jeroaquara” é distrito de Faina/GO.

35 Fazendo menção à *Revista Genealógica do Brasil* (edição de 1940, vol. 1, p. 100), registra Claro Godoy (ob. cit., p. 53-54) que Leonor de Lemos e Moraes era filha de João Dias Leme e Maria Bueno de Moraes, que, em 1740, casaram-se em Itu, São Paulo.

36 Segundo Claro Godoy (ob. cit., p. 54-55), Leonor era descendente do cacique Tibiriçá (1440-1562) e do povoador português João Ramalho (1493-1580).

37 Sobre Manoel Rodrigues Jardim, resume Júlia Lopes Viana Lazzarini: “Foi um dos eclesiásticos que mais atuou no âmbito provincial durante a década de 1820 até a instalação das Assembleias Provinciais, ou seja, até seu falecimento, em 1835. O padre veio de família proprietária estabelecida em Goiás - seu pai foi de origem portuguesa e um de seus irmãos chegou a ocupar cargos importantes, como presidente da província de Goiás e senador do império. Jardim passou a residir em Ouro Preto não sabemos bem a partir de quando, mas atuou como representante por diversas vezes, principalmente por Minas, mas também por Goiás: foi deputado nas Cortes de Lisboa pela província de Goiás e suplente por Minas Gerais; eleito para o Conselho Geral de Província de Minas Gerais (dois mandatos: 1828-1829 e 1830-1833); deputado provincial por Minas Gerais em 1835; deputado geral por Goiás, entrando como suplente em 1832-1833 e em 1834-1835; em 1822, foi Procurador Geral da província de Goiás e, em 1833, foi Tesoureiro da Fazenda Pública de Minas Gerais; foi também professor régio, em 1829, e sócio da Sociedade Promotora da Instrução Pública. Como clérigo, os periódicos apontaram atuação recorrente durante os festejos religiosos” (in *O clero para além do sagrado: atuação política dos padres, Minas Gerais, 1833-1837*. Dissertação (Mestrado - História) - Universidade Federal de São João del-Rei, 2020, p. 37).

38 De acordo com Mary Karasch, em lista de proprietários de escravos na região do Arraial de Santa Rita da Anta datada de 1783, Silvestre Rodrigues Jardim teria 40 escravos (in *Before Brasília: frontier life in Central Brazil*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2016, p. 168).

possibilitou formação intelectual a seus filhos, José e Manoel, e a inserção deles, respectivamente, nos quadros militares e eclesiásticos.

Estaria, assim, pavimentando os caminhos de seus descendentes para ocupação de importantes postos na estrutura político-administrativa não apenas no período colonial, mas, também, no regime imperial. No século XIX, as carreiras eclesiástica e militar, amalgamadas à burocracia estatal, constituíam-se em importantes mecanismos de afirmação social, econômica e política, face às diminutas oportunidades de projeção profissional em outros segmentos do Brasil Colônia³⁹.

José Rodrigues Jardim, além de ter galgado uma exitosa carreira militar e política no âmbito regional – chegando ao posto de presidente da Província –, rompeu os limites de Goiás com a assunção do cargo de senador do Império de 1837 a 1842.

Já Manoel Rodrigues Jardim, além de sua profícua atuação eclesiástica e legislativa na província mineira, logo, em 1821, galga o importante posto de representante “suplente” de Minas Gerais nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (Cortes Gerais)⁴⁰. Foi, ainda, representante de Goiás na Câmara dos Deputados do Império na 2ª Legislatura, como suplente, entre maio de 1832 e julho de 1833⁴¹.

Interessante observar que, na carreira política, os filhos de Silvestre Jardim – José, em Goiás, e Manoel, em Minas Gerais – regeram-se pelo credo liberal típico das primeiras três

39 Para tanto, vide: URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, 1978.

40 Conforme registros da Revista do Arquivo Público Mineiro: ata de apuração da eleição lavrada em 19/09/1821 [link: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1374.pdf] e relação de “Representantes de Minas Gerais” [link: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1032.pdf].

41 NOGUEIRA, Octaciano. *Parlamentares do Império*, vol. 1. Brasília: Senado Federal, 1973, p. 220.

décadas do século XIX: respeito à Constituição, limitação do poder pela lei, deferência ao Poder Legislativo como instituição de representação da Nação (ainda que ao lado do Imperador) e liberdade de imprensa.

José Rodrigues Jardim (1780-1842)

O protagonismo político da família Jardim em Goiás teve como expoente José Rodrigues Jardim, nascido no Arraial de Santa Rita da Anta em 1780. Foi o primeiro goiano de nascimento a exercer a Presidência da Província de Goiás (1831-1837) e a ocupar o cargo de senador do Império (1837-1842).

Militar de carreira⁴², chegou ao posto de Coronel⁴³ de Milícias⁴⁴ e recebeu, por concessão do imperador Dom Pedro II, duas das mais importantes condecorações honoríficas do

42 José Eustáquio Ribeiro (ob. cit., p. 172-174) disserta sobre a evolução da carreira militar de José Rodrigues Jardim: “Aos 20 anos de idade, em 1800, entrou para o Regimento de Cavalaria Miliciano, conforme afirmam Americano do Brasil e José Lôbo. Foi um engajamento voluntário, o que é de se esperar do ingresso de uma tropa de Segunda Linha não paga, que era o caso das milícias [...] Em 1801 assenta-se como praça voluntário. Três anos depois ascende a cadete e alferes. Em 1808 é alçado à patente de tenente, já sob o governo de Assis Mascarenhas. Devido às ordens de D. Rodrigo Coutinho de que milícias e ordenanças auxiliassem e dessem proteção à navegação do Araguaia Tocantins, Jardim é destacado para essa função, do que teria decorrido sua promoção à condição de oficial de milícia [...] Em 10 de maio de 1809, no fim do governo de Assis Mascarenhas, recebeu como ‘mercê’ a patente que o promove a ‘Tenente da 5ª Companhia do Regimento Geral e 1ª Cavalaria de Milícias de Anta’ (Lôbo, 1974, p. 103). Anta é seu arraial natal e onde se estabeleceu como proprietário. Obviamente que essa era uma mercê dada pelo exercício do poder local. Afirma a Carta Patente que ‘com o qual não vencerá soldo algum de Minha Real Fazenda’, no entanto ‘gozará de todas as honras, privilégios, liberdades, isenções, e franquezas que existam e lhe pertencerem’ (AHG Livro 0043, p. 20b).”

43 De acordo com José Eustáquio Ribeiro, José Rodrigues Jardim obteve a promoção para o posto de Coronel em 1825, com a reforma da Milícia (ob. cit., p. 183).

44 Conforme a organização militar do Brasil Colônia, as forças militares eram divididas em três linhas: 1ª linha (tropas pagas), 2ª linha (tropas auxiliares ou “milícias”) e 3ª linha (“ordenanças”), que servia como fundo de recrutamento e de complemento à 2ª linha (Fonte: Exército Brasileiro - disponível em: http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1554532&_101_type=content&_101_urlTitle=aspectos-da-organizacao-militar-brasileira-nas-primeiras-decadas-do-seculo-xviii&inheritRedirect=true).

período: a “Ordem de Cristo” (grau “Comendador”) e a “Imperial Ordem do Cruzeiro” (grau “Cavaleiro”)⁴⁵.

Nas duas primeiras décadas de 1800, paralelamente às atividades na corporação miliciana, desempenhou atividades burocráticas⁴⁶ e políticas⁴⁷.

Na seara particular, herdando a vasta e produtiva propriedade de seu pai nos arredores do Arraial de Santa Rita da Anta, deu continuidade à exploração mineral e às atividades agropastoris. Quando convocado para as atividades políticas e administrativas em Vila Boa, valia-se de seu imóvel localizado no nº 29 do Largo do Rosário⁴⁸.

O desenvolvimento do prestígio político e a assunção das rédeas da administração provincial

O prestígio de José Rodrigues Jardim foi construído em momento de tensão política vivida nos primeiros anos do Império brasileiro e, especialmente, na década de 1830, quando se evidencia o conflito entre brasileiros natos e os “adotivos” (portugueses).

Em agosto de 1820, irrompeu em Portugal uma revolução de cunho liberal motivada pela profunda crise política, militar e econômica vivida pelo país. Como consequência, em fins daquele ano, foi instituída uma junta provisória para governar em nome do rei Dom João VI, sendo exigido o seu

45 Conforme Decreto imperial de 18/07/1841.

46 De acordo com Americano do Brasil (ob. cit., p. 95), foi tesoureiro da Casa de Fundação entre 1º/01/1807 a 31/12/1809 e, ainda, administrador dos Dízimos.

47 Consoante informações de Americano do Brasil (ob. cit., p. 95-96), em 1821, é eleito vereador da Câmara de Vila Boa. Com a autonomia política brasileira, foi secretário da Junta do Governo Provisório de 1822 e, em 1824, compôs o Conselho Administrativo da primeira presidência da Província de Goiás.

48 Conforme “Lançamento da décima e receita de Vila Boa”, de 1818 (in MOURA, Nádia Mendes de. *Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018, p. 478).

pronto retorno à Metrópole⁴⁹, uma vez que transferira a residência oficial para o Rio de Janeiro desde 1808. Diante da pressão, o monarca embarca para a Europa em abril de 1821, deixando em seu lugar, na qualidade de príncipe regente, seu filho, Pedro.

Conforme aduz Boris Fausto, “foram os militares descontentes que iniciaram o movimento de 1820 em Portugal. Foi também entre os militares que ocorreram as primeiras repercussões do movimento no Brasil. As tropas se rebelaram em Belém e em Salvador, instituindo aí as juntas governativas”⁵⁰.

Os ares de revolta chegaram às terras goianas. Sob a liderança do cônego Luiz Bartolomeu Marques, em 14/08/1821, realizou-se uma fracassada tentativa de deposição do governador da Capitania, Manuel Inácio de Sampaio. Mesmo diante do insucesso do movimento, a semente foi plantada em Goiás, inspirando, inclusive, o efêmero “Governo Provisório da Província de São João da Palma”, sob a iniciativa do desembargador Joaquim Teotônio Segurado⁵¹.

Em dezembro de 1821 reconheceu Sampaio a inutilidade de seus esforços contra os sequiosos de um governo provisório: o Brasil mudava de política. De Regente, Pedro caminhava a longos passos para o sonho de César.

Premido pelas circunstâncias que criavam uma atmosfera asfixiante e duvidosa para seu poderio de capitão-general e, mais ainda, compelido pelas sucessivas novas da formação de Juntas Provisórias nas outras capitanias, Manuel Inácio de Sampaio, em 30 de dezembro de 1821, convocou a Câmara, expondo que um

49 FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 129-130.

50 FAUSTO, ob. cit., p. 130.

51 A respeito dos acontecimentos, vide ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: Ipiranga, 1979, p. 348-392.

governo sob as bases dos já formados em Minas e S. Paulo não seria mal recebido.

Sampaio jogava a última cartada para a sua manutenção no Poder. Formou-se então o primeiro provisório de que Sampaio foi Presidente efêmero, pois a 9 de janeiro de 1822 dava a sua demissão e recebia a 14 seus passaportes, entregando o governo ao Ouvidor Paulo Couceiro de Hormann.⁵²

É exatamente nesse contexto que começa a despontar a figura de José Rodrigues Jardim. A respeito de sua iniciação política e a construção de seu prestígio na comunidade vilaboense, registra Americano do Brasil:

Os primeiros passos de Rodrigues Jardim na senda política são em 1821 e com tal segurança, correção e proficiência que dela não mais saiu, honrando-a com seu caráter e vencendo os mais altos postos administrativos, elevando-se até o Senado. Em 1821 era vereador da Câmara. As circunstâncias tinham obrigado o governador Sampaio [Manuel Inácio de Sampaio] a formar um governo provisório, à maneira do de S. Paulo, ou do que fora ideado pelos chefes da abortada revolução de 14 de agosto de 1821. Sampaio, porém, queria a chefia da nova entidade administrativa. De parceria com o comandante da força pública, combina que os soldados de dragões e pedestres deveriam tomar parte na eleição.

Corre o escrutínio e são realizados os desejos do capitão-general. Os goianos ficam aterrados, mas guardam silêncio. Em plena sala da Câmara, o capitão-general está entre o comandante da força e o vereador Rodrigues Jardim. Proclamado o resultado da eleição, o

52 AMERICANO DO BRASIL, ob. cit., p. 49.

futuro presidente da Província pede a palavra e lê um extenso protesto, condenando a imoralidade do ato em que tinham votado pedestres e dragões. Tal a linguagem veemente, tal a coragem do vereador que mesmo Sampaio foi obrigado a aplaudi-lo. Estabelece-se a discussão e Jardim vence, ficando nulos os atos anteriores. A eleição é adiada.

Esse golpe, a 3 de novembro de 1821, trouxe a popularidade a Jardim, armando-lhe a estrada de brilhante futuro político. Escrevendo ao ministro Canto Sampaio, classifica de feliz a atitude do preclaro goiano. Embora o último capitão-general de Goiás bem compreendesse já ter passado o domínio absoluto de Portugal, embora o gesto de 3 de novembro redundasse em benefício do principie, assim mesmo o ocorrido é levado às vistas do regente. Jardim retira-se para o seu velho solar de Santa Rita e aguarda os acontecimentos.

Na ausência do mesmo, instala-se o primeiro provisório a 30 de dezembro, mas o povo não esquece seu legítimo representante.

Jardim é eleito vereador e sendo o mais velho assume o lugar de juiz de fora e de procurador interino da Fazenda.

Sampaio demite-se a 9 de janeiro de 1822, Couceiro [Paulo Couceiro d'Almeida Homem] pouco demora no governo.

A eleição do provisório definitivo é marcada para 8 de abril. Jardim a ela compareceu como eleitor parquial. Realizados os escrutínios, sai Jardim, por grande maioria, eleito membro do governo provisório e logo depois, na primeira reunião, escolhido secretário, lugar que exigia competência e segurança.⁵³

53 AMERICANO DO BRASIL, ob. cit., p. 95-96.

Com a chegada da notícia no solo goiano acerca da Proclamação da Independência em 07/04/1822, foi estabelecida uma nova ordem institucional, inaugurada com a posse de Caetano Maria Lopes Gama em 14/09/1824. Por franca divergência com o governante, em 1827, José Rodrigues Jardim afastou-se da administração provincial, recolhendo-se em sua propriedade no Arraial de Santa Rita da Anta. Assim, acompanhou, a distância, o término da administração de Lopes Gama (em 24/10/1827) e o tumultuado governo de Miguel Lino de Moraes (24/10/1827 a 14/08/1831).

Com a chegada da notícia da abdicação de Dom Pedro I (07/04/1831) e a formação do governo regencial, em Goiás, um grupo radical liderado pelo padre Luiz Bartholomeu Marques (então vice-presidente da Província) e pelo capitão Filipe Cardoso (comandante interino das Armas da Província), movido por forte sentimento antilusitano, promove, em 14/08/1831, a deposição do presidente da Província, o português Miguel Lino de Moraes, bem como a exoneração de todos os portugueses ocupantes de cargos públicos na região⁵⁴.

Em razão da postura autoritarista do movimento e da patente inconstitucionalidade das medidas de exceção, tendo em vista que a Constituição do Império de 1824, em seu art. 6º, inciso IV e art. 179, concedia aos chamados brasileiros adotivos os mesmos direitos garantidos aos brasileiros natos, um grupo moderado passa a se formar na Província, valendo-se de um discurso liberal-constitucionalista e tendo como veículo de propagação de ideias o jornal

54 *Jornal A Matutina Meiapontense*, edição nº 221, de 27/08/1831.

*A Matutina Meiapontense*⁵⁵. José Rodrigues Jardim, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury e o comendador Joaquim Alves de Oliveira eram os principais expoentes de tal grupo moderado.

O grupo moderado demonstrou, em todos os atos da vida política aqui retratados, uma conduta profundamente respeitosa em relação ao status político instituído. Do próprio estamento burocrático e das instituições constitucionais é que derivava a legitimidade do poder. Não acreditava o grupo de Jardim, Fleury e Oliveira que o agir político poderia retirar seu fundamento de validade das aspirações populares, quase sempre identificadas pelos moderados com a anarquia e a desordem. A identidade dos goianos deveria firmar-se, portanto, na adesão ao projeto nacional constitucional, rechaçando o convite dos radicais à desordem e à anarquia...

[...]

Diversamente, os radicais fundavam sua conduta no sentir de uma legitimidade interna, como se o governo da província respondesse primeiramente aos provincianos, de cujo assentimento poderia se extrair o fundamento de legitimidade de seus atos.

[...]

Em 1831, sem um apego mais profundo à ordem legal, os radicais estavam livres para identificar nos portugueses o “outro” diabólico responsável pelo atraso/decadência da província. Os goianos constituíam um

55 *A Matutina Meiapontense*, de propriedade do comendador Joaquim Alves de Oliveira (1770-1851), foi o primeiro jornal produzido na Província de Goiás. Suas edições circularam entre 05/03/1830 e 21/03/1834. O período tinha clara orientação liberal e constitucionalista conferida por seu redator: o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury. A partir da edição de número 179, de 21/05/1831, passou a constar em seu cabeçalho as seguintes legendas: ao lado esquerdo, “Os reis só são legítimos quando governam pela Constituição”; ao lado direito, “O direito de resistência é direito público de todo o povo livre”. Em 1836, a tipografia da *Matutina* foi adquirida pelo governo provincial para a edição do *Correio Oficial*, cuja primeira edição veio a circular em 03/06/1837 (in GOIÁS. *A Matutina Meiapontense*. Goiânia: Editora Líder, 1979).

grupo identitário chamado a tomar o comando da situação política regional, mesmo com o grave rompimento da legalidade instituída. Enxergando a legitimação de suas pretensões de poder nos setores populares da província, os radicais estavam sempre a um passo das armas contra as instituições que representavam, outrora, o domínio metropolitano, e, em 1831, o centralismo político do Império.

Em posição diversa investiam **os moderados, que fundavam a identidade da província e dos goianos em um respeito cerimonioso às instituições políticas do Império. Os moderados agiam judiciosamente aguardando que as medidas alcançadas no centro político lhes abrissem as portas do poder na província.**

Dessa forma, a identidade proposta pelos moderados não poderia fundar-se na oposição ao elemento lusitano, considerando que os lusitanos ocupavam espaços de poder consideráveis no Primeiro Reinado. **Incumbia-lhes, então, fundar a identidade goiana nos princípios solenemente proclamados do ideário liberal constitucional. Seriam, por conseguinte, os goianos “honrados e prudentíssimos”, afeitos ao respeito à lei e à autoridade constituída**⁵⁶.

[grifou-se]

Sob a orientação de evitar conflitos civis no Império e diante das constantes rebeliões observadas no País, o governo regencial não oferece guarida à administração radical de Luiz Bartolomeu Marques, declarando nulos e ilegais os seus atos⁵⁷. Em consequência, confere a chefia da Província ao gru-

56 ASSIS, Wilson Rocha. *Os Moderados e as Representações de Goiás n' A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2007, p. 82-84.

57 *Jornal A Matutina Meiapontense*, edição nº 281, de 14/01/1832, e nº 348, de 07/07/1832.

po moderado, em especial a José Rodrigues Jardim, que assume a Presidência de Goiás em 31/12/1831⁵⁸.

O caminho da unidade, contudo, impunha a superação das fissuras deixadas pelos recentes acontecimentos de 14, 15 e 16 de agosto de 1831 na capital. **Em busca da unidade política da província, o elemento identitário volta a assumir grande relevância nos discursos de José Rodrigues Jardim. A afirmação de uma identidade goiana, nesse momento, convocava a sociedade goiana à união em torno do novo líder e ao abandono das posições que há pouco levaram às divisões e intrigas políticas na província.**

[...]

Na consolidação dos grupos políticos de Goiás e Meia Ponte, a questão identitária se apresentava como um processo de agregação da sociedade em torno das novas lideranças. **José Rodrigues Jardim representava a realização mais completa da identidade-modernidade noticiada pelos moderados em Goiás. A *Matutina Meiapontense*, em diversos números, cuida de exaltar a trajetória pessoal do presidente, informando das dificuldades de sua vida política e ressaltando o civismo e o amor profundo à terra goiana que moviam o presidente.** O periódico teve importante papel na afirmação do novo líder.

[...]

58 Sérgio Paulo Moreyra sugere que a nomeação de José Rodrigues Jardim para a Presidência da Província teve decisiva influência de José Manoel de Almeida (1785-1835), irmão do sogro de Jardim: Braz Martinho de Almeida. José Manuel de Almeida chegou ao posto de Marechal-de-Campo e, em 1829, foi nomeado membro do Conselho Supremo Militar. À época da nomeação de Jardim (outubro de 1831), Almeida era o ministro da Marinha (09/03/1831 a 28/10/1831), de modo que, conclui Sérgio Moreyra: “Seria estranho considerar mera coincidência a presença do marechal no ministério e a nomeação de José Rodrigues Jardim, marido de sua sobrinha, para a presidência da província de Goiás, sendo ele goiano, havendo servido por duas vezes em Goiás e sendo conhecedor da conjuntura regional” (in *Vida Sertaneja*: aspirações metropolitanas. Goiânia: UFG, 2015, p. 106).

Durante todo o seu governo, **José Rodrigues Jardim preocupou-se precipuamente com a pacificação da província.** A divisão entre radicais e moderados ameaçava a ordem na província, apesar de já se haver ultrapassado o momento mais crítico das dissidências e revoluções.⁵⁹

[grifou-se]

Sobre as características de José Rodrigues Jardim que o qualificaram para assumir tão destacado posto, ressalta a edição de 12/01/1832 do jornal *A Matutina Meiapontense*:

Desde 1822 em que o Exm. Sr. Jardim como Deputado e Secretario da Junta Provis. do Gov. desta Prov. trabalhou e conseguiu o restabelecimento da ordem, e concordia entre os Goyanos, tornando-se credor da Publica estimação; reveses politicos, que alias muito honrão o Sr. Jardim o fiserão experimentar dissabores de mais de hum gênero, mas sua probidade, e a firmeza do seo character adquirirão maior realce e o seo nome continuou a pronunciado com respeito. **Elleito Juiz de Paz de S. Rita (18 legoas distante de Goyaz) e empregado em Lavoura, e Mineração, elle não se nega ao Serviço Publico,** apesar de suas bem notórias enfermidades adquiridas no mesmo Serviço: **entre mil perigos políticos, e com o mais carregado horizonte este honrado Goyano deixa suas ocupações no Campo, e acode ao reclamo da Patria,** praza a Deos que ele imitando em sua lingoagem a simplicidade de Cincinnati, consiga como aquele Heroe restabelecer a ordem em sua Patria!

[grifou-se]

59 ASSIS, ob. cit., p. 85.

Considerando a prática observada no período imperial consistente na indicação de nomes tarimbados das grandes províncias e até mesmo portugueses para os altos postos políticos de Goiás⁶⁰, José Rodrigues Jardim, inegavelmente, foi uma exceção histórica, o que evidencia a sua singular importância política. Nas palavras de Fernando Uricoechea acerca da relação entre o poder local e o poder imperial na década de 1830 e o papel desempenhado pelos presidentes de província:

O movimento na direção da descentralização foi, todavia, incompleto, na medida em que não ocorreu a indispensável e paralela descentralização administrativa. **Ao lado das legislaturas provinciais de inquestionável caráter local, brotou o presidente provincial nomeado pela autoridade central e responsável apenas frente à Coroa [...]** É difícil minimizar o papel do presidente provincial como um instrumento do centro político. **Seguindo uma prática patrimonial típica - habitual, por exemplo, na China -, o presidente era via de regra nomeado para uma província distinta da sua província de origem e, novamente de forma característica, seu período de governo era alarmantemente curto.** Das dezoito províncias sujeitas a regime presidencial desde 1824 ou 1825, **o número modal de presidentes por províncias para os sessenta e cinco anos de dominação imperial foi de cinquenta e três, quase um presidente por ano para cada província.**
[grifou-se]

Além de sua naturalidade goiana, José Rodrigues Jardim é uma exceção no que tange à duração do mandato de

60 Nesse sentido, vide: PANG, Eul-Soo; SECKINGER, Ron L. The mandarins of Imperial Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, n.1, 1972, p. 215-244; FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. No Segundo Império, Deputados e Mandarins em Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n. 20, Goiânia, 2009, p. 83-101.

presidente da Província: mais de seis anos! Não se pode olvidar que, entre 1832 e 1837, o governo de Jardim se manteve firme mesmo diante de um contexto político turbulento na Corte: a reforma liberal e a edição do Ato Adicional de 1834; o fim da Regência Trina e o início da Regência Una de Diogo Antônio Feijó (12/10/1835 a 19/09/1837); a ocorrência de focos regionais de insurreição como a Cabana pernambucana (1832-1835), a Cabanagem paraense (1835-1840), a Revolta dos Malês (1835) e a Guerra dos Farrapos (1835-1845); e a ascensão da oposição conservadora que culminaria na renúncia de Feijó em 18/09/1837 e a ascensão de Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, à Regência Una.

Em sua gestão à frente da província goiana, que duraria até 20/03/1837, Jardim muito contribuiu para o desenvolvimento da instrução pública⁶¹, preocupando-se, inclusive, com a educação feminina⁶².

A consagração como senador do Império

Face ao relativo êxito na missão de pacificação da província goiana e da implementação de uma agenda administrativa coerente com os desígnios das regências, o nome de José Rodrigues Jardim passa a ser cogitado para a representação de Goiás no Senado do Império. Eleito em primeiro lugar na lista tríplice⁶³, foi escolhido pelo regente Diogo Antônio

61 Cf. BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: UFG, 1991, p. 130-138. Sobre os avanços promovidos por Jardim na área da educação, escreve Bretas: "O Presidente Rodrigues Jardim, logo no começo de sua administração, enfrentou com coragem os problemas da Instrução Pública, cuja solução a indecisão de Lino de Moraes fez protelar (...) tratou de superar a onda de desânimo que abatia os professores em exercício e os pretendentes ao magistério. Por todas as maneiras incentivou-os a se inscreverem e se apresentarem ao Conselho para exames."

62 BRETAS, ob. cit., p. 138-139.

63 Conforme edição de 31/12/1836 do *Jornal do Commercio* (RJ), constam como candidatos mais votados para a eleição ao Senado em Goiás: José Rodrigues Jardim (137 votos), Luiz Gonzaga de Camargo Fleury (122 votos) e Antonio de Pádua Fleury (60 votos).

Feijó⁶⁴ e nomeado em 16/01/1836⁶⁵ como senador do Império. Assim, Jardim deixa o governo provincial e parte para o Rio de Janeiro em 20/03/1837. Após diplomado, toma posse da vaga da representação de Goiás no Senado na sessão de 17/05/1837⁶⁶.

Posteriormente, acumulando as funções da senatoria com a vice-presidência da Província, viria a assumir, de forma interina, a chefia do Poder Executivo de Goiás no período de 01/03/1841 a 14/11/1841.

Cumpra salientar que Jardim foi o segundo senador por Goiás, vindo a ocupar a vaga aberta em decorrência do falecimento de Francisco Maria Gordilho Veloso de Barbuda, o Marquês de Jacarepaguá⁶⁷, ocorrido em 02/05/1836. Assim como registrado em relação ao mandato de presidente provincial, José Rodrigues Jardim foi o primeiro senador por Goiás nascido em terras goianas⁶⁸.

Durante todo período imperial, com apenas uma cadeira, Goiás foi representado no Senado por apenas quatro nomes: Marquês de Jacarepaguá (de 1826 a 1836),

64 De acordo com o art. 43 da Constituição de 1824, para a vaga de senador, eram realizadas eleições para formação de lista triplíce, sendo que a escolha final caberia ao Imperador. Tendo em vista que entre 1831 e 1840 o Império foi governado por uma Regência, a escolha de José Rodrigues Jardim coube ao regente Diogo Antônio Feijó.

65 Cf. BRASIL. *Notícia dos Senadores do Imperio do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886, p. 49.

66 *Jornal do Commercio* (RJ), edição de 18/05/1837.

67 Português, nascido em 1760, em São Sebastião, freguesia de Setúbal, representou a Província de Goiás na Câmara Alta durante as três primeiras legislaturas do período imperial (1826-1829, 1830-1833 e 1834-1837).

68 Com o falecimento de Rodrigues Jardim em 1842, a vaga goiana no Senado foi ocupada pelo português José Antônio da Silva Maia nas 5ª (1843-1841), 6ª (1845-1847), 7ª (1848-1849) e 8ª (1850-1852) legislaturas. Em 1853, após a morte de Silva Maia, a cadeira volta a ser ocupada por um goiano: José Inácio Silveira da Mota, que atuaria como senador até 1889. A bem da verdade, Silveira da Mota não fincou raízes em Goiás. Nasceu em Vila Boa, no dia 15/02/1811, pelo fato de seu pai, o conselheiro Joaquim Inácio Silveira da Mota, ali residir, em razão de, à época, ocupar o posto de ouvidor-mor. Já em 1823, José Inácio foi enviado para Portugal para realizar os estudos clássicos em Lisboa. Retornando ao Brasil, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1833. Desde seu regresso ao Brasil, fixou residência na capital paulista, não havendo registros de eventual passagem por Goiás.

Rodrigues Jardim (de 1837 a 1842), Silva Maia (1843 a 1853) e Silveira da Mota (de 1853 a 1889). O único que, de fato, possuía raízes na Província era Jardim. Tal fato realça sua posição diferenciada e de prestígio junto à Corte, devendo ser-lhe assegurado, sem sombra de dúvida, um lugar de distinção no panteão dos goianos de maior destaque no século XIX.

Após prestar relevantes serviços a Goiás, em 27/10/1842, falece na cidade do Rio de Janeiro⁶⁹, longe de sua terra amada e do seu “chão” em Santa Rita⁷⁰.

O casamento com Ângela Ludovico de Almeida

Nascida em Vila Boa na década de 1790, Ângela era oriunda da abastada família Almeida, sendo considerada uma das grandes mulheres e matriarcas de seu tempo, merecendo destaque no premiado romance de Bernardo Élis intitulado *Chegou o Governador* (1987).

Filha de Potenciana Ludovico de Jesus e Braz Martinho de Almeida⁷¹, que se notabilizou por empreitadas e grandes

69 De acordo com o jornal *O Diário Novo*, edição de 15/11/1842, “faleceu, de um ataque apoplético, o Sr. José Rodrigues Jardim, senador da Província de Goiás, e foi sepultado no dia 27 na Igreja de S. Francisco de Paula”.

70 Em viagem empreendida no ano de 1863, José Vieira Couto de Magalhães registra sua passagem pelo distrito de Santa Rita da Anta, fazendo observações sobre a situação da fazenda de José Rodrigues Jardim: “Saímos cedo, almoçamos em Santa Rita e pousamos no rio do Peixe. Uma légua antes de chegar ao pouso antecedente, deixamos à direita a estrada por onde fomos e tomamos a esquerda. O terreno compreendido entre o pouso e Santa Rita oferece o mesmo aspecto que o do dia antecedente: é mais acidentado, tem numerosas torrentes, e, à proporção que se aproxima da freguesia, a vegetação se torna melhor. Não obstante, as impressões do viajante não são mais alegres, porquanto constantemente se atravessam velhas lavras de mineração, e o coração se aperta ao ver desertas e abandonadas grandes casas, regos, valos, muralhas, ora cobertas de mato, ora desmoronando-se. **Salta, sobretudo, aos olhos a fazenda do finado senador José Rodrigues Jardim, cuja vasta casaria, ainda em bom estado de conservação, abriga hoje morcegos, corujas e répteis venenosos.** O terreno entre Santa Rita e o rio do Peixe ficou atrás descrito, e nada tenho que acrescentar ao que então disse” (in *Viagem ao Araguaia*, 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 203) [grifou-se].

71 O casal Braz Martinho e Potenciana Ludovico teve quatro filhos: Tristão Martinho de Almeida, Ildefonso Ludovico de Almeida, Ângela Ludovico de Almeida e Antônia Ludovico de Almeida (1798-1869).

negócios envolvendo navegação fluvial, além de ser sargento-mor ajudante do 1º Regimento de Cavalaria Auxiliar. De acordo com Sérgio Paulo Moreyra⁷², Potenciana Ludovico de Jesus era “descendente do artesão italiano que viera para Vila Boa no tempo de D. José de Almeida, contratada para a execução da obra do chafariz do largo da cadeia (1778)”.

Anteriormente ao seu casamento com José Rodrigues Jardim, Ângela teve um relacionamento com o então governador da Capitania de Goiás, o nobre português D. Francisco de Assis Mascarenhas (30/09/1779 - 06/03/1843), sexto conde de Palma e marquês de São João da Palma. Fruto do relacionamento, foram gerados dois filhos: José de Assis Mascarenhas⁷³ (em 1805) e Manuel de Assis Mascarenhas⁷⁴ (em 1806⁷⁵). Apesar de a historiografia registrar a maternidade de José⁷⁶

72 Ob. cit., p. 107.

73 Formado em Canones pela Universidade de Coimbra (1827), exerceu importantes cargos na burocracia estatal do Império brasileiro: secretário do Supremo Tribunal de Justiça; ouvidor da Comarca de Goiás, desembargador da Relação do Maranhão, ministro adjunto do Conselho Supremo Militar e, por fim, ministro do Supremo Tribunal de Justiça. Na seara política, foi deputado na Assembleia Geral por diversas legislaturas e presidente da Província de Goiás entre 1839 e 1841 e, intercaladamente, entre 1842 e 1845. Faleceu no Rio de Janeiro em 05/10/1868.

74 De acordo com o jornal *Correio Paulistano* de 05/02/1867, “D. Manuel formou-se em direito na universidade de Coimbra, e pouco depois foi nomeado adido a legação brasileira em Berlim, e mais tarde secretário da de Vienna, onde também serviu interinamente como encarregado de negócios. Trocando a diplomacia pela magistratura, foi juiz de direito de Vassouras, servindo depois uma vara cível da corte até que foi nomeado desembargador. Como homem político o snr. D. Manoel representou na camara temporaria primeiramente a provincia do Rio Grande do Norte, depois a de Goyaz e finalmente a do Rio de Janeiro, sendo a 12 de Junho de 1850 escolhido senador pelo Rio Grande do Norte. Em 1845 a 1848 foi na camara dos deputados um dos luzeiros da opposicao, em cujas fileiras militou quase sem tréguas durante toda a sua vida parlamentar. O finado era commendador da ordem de Christo, official da Rosa e gentil-homem da imperial camara, e como magistrado gosou sempre dos foros de inlegerismo e incorruptível, deixando um nome honrado e uma memória respeitada por amigos e adversários”. Faleceu em 30/01/1867.

75 Segundo Sérgio Paulo Moreyra, na ficha cadastral de Manuel na Universidade de Coimbra consta 1806 como o ano de seu nascimento (ob. cit., p. 126).

76 Na biografia de José de Assis Mascarenhas disponível no site do Supremo Tribunal Federal, consta que o ministro do então Supremo Tribunal de Justiça do Império seria filho de “Joana Bernardina do Nascimento Reis” [disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=307>]. A bem da verdade, D. Francisco de Assis Mascarenhas contraiu matrimônio com Joana Bernardina, filha legítima do coronel Joaquim Vicente dos Reis, abastado fazendeiro da Vila de Goitacases, hoje cidade de Campos.

e Manuel como sendo de Joana Bernardina do Nascimento Reis⁷⁷, o testamento de Ângela Ludovico de Almeida, datado de 15/07/1850 e lavrado pelo tabelião Antônio Francisco dos Santos e Silva⁷⁸, constitui prova “jurídica” da filiação daqueles que seguiriam para a Universidade de Coimbra e viriam a ocupar altos postos jurídicos e políticos:

Declaro que em estado de solteira tive dois filhos de nomes José e Manoel, os quais ainda existem, e são por mim reconhecidos e depois fui casada com o já falecido senador José Rodrigues Jardim de cujo matrimônio tenho oito filhos que são: Francisca, Maria, João, José, Joaquina, Antônia, Leonor e Manoel, aos quais todos instituo por meus legítimos herdeiros.

[...]

Habilito e nomeio para curadores de meu filho Manoel, nesta Cidade a meu irmão Tenente Coronel Ildefonso Ludovico de Almeida e na corte do Rio de Janeiro a **meu filho Dom Manoel de Assis Mascarenhas**.

[grifou-se]

O fato é que José Rodrigues Jardim celebra matrimônio com Ângela Ludovico de Almeida em 1806, tendo o casal gerado oito filhos⁷⁹: Francisca de Paula Jardim⁸⁰, Maria Altina

77 A análise das datas referentes à partida de D. Francisco de Goiás (28/11/1809) e de seu casamento com Joana Bernardina evidencia a inviabilidade de ter sido sua esposa a mãe biológica de José e Manuel de Assis Mascarenhas. Segundo Sérgio Paulo Moreyra, o matrimônio de D. Francisco com Joana teria ocorrido em 1822 (ob. cit., p. 124).

78 O documento (transcrito do original por Regina Lacerda) encontra-se disponível na pasta “Documentos Avulsos”, no arquivo da Fundação Frei Simão, na cidade de Goiás, e encontra-se disponível digitalizado em: https://drive.google.com/file/d/0B_UzFhGp4sJCVTISRvVYdJU2ZEK/view.

79 A data do casamento (1806) é informada por Claro Augusto de Godoy (*in* A Família Jardim, de Goiás. *Revista de Genealogia Latina*, nº 13, 1961, p. 143-151). Vale salientar que a sequência dos filhos do casal informada pelo autor não guarda uma ordem cronológica de nascimento.

80 Casou-se com Pacífico Antônio Xavier de Barros, gerando os seguintes filhos: Francisco Xavier de Barros; Ângela Xavier de Barros; Messias Xavier de Barros; Pacífico Antônio Xavier de Barros, filho (1835-1908).

Jardim⁸¹, João Rodrigues Jardim⁸², José Rodrigues Jardim (filho), Joaquina Porfíria Jardim⁸³, Antônia Emília Jardim⁸⁴, Leonor de Lemos e Moraes (neta)⁸⁵ e Manoel Rodrigues Jardim (sobrinho)⁸⁶.

Nota-se, pela ótica familiar e profissional, que os filhos do casal José Rodrigues Jardim e Ângela Ludovico foram responsáveis pela estruturação de importantes clãs políticos no âmbito regional e, também, nacional. Os filhos José e Manoel bacharelaram-se em Direito pela prestigiada Faculdade do Largo do São Francisco, em São Paulo, seguindo carreira

81 Casou-se com o coronel Joaquim Rodrigues de Moraes, dando origem ao ramo familiar “Moraes Jardim”. O casal gerou nove filhos: general Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim (03/08/1836 - 06/03/1891); marechal Jerônimo Rodrigues Moraes Jardim (12/02/1838 - 16/09/1916); Ângela Ludovica de Moraes Jardim (15/02/1851 - 24/02/1879); Custódio Rodrigues de Moraes Jardim; Maria Altina Jardim Xavier de Barros; Luiz Rodrigues de Moraes Jardim; Balbina Rodrigues de Moraes Jardim; coronel José Rodrigues de Moraes Jardim; e Joviano Rodrigues de Moraes Jardim.

82 Casou-se com Ana da Saudação Molina Velasco, filha de Joaquim Maurício de Velasco Molina e Francisca dos Santos e Silva.

83 Em 03/05/1841, Joaquina Porfíria viria a se casar com o artista escultor José Joaquim da Veiga Valle (09/09/1806 - 24/01/1874), dando origem a numerosa descendência e constituindo o ramo familiar “Veiga Jardim” (PASSOS, Elder Camargo de. *Veiga Valle: seu ciclo criativo*. Goiás: Museu de Arte Sacra, 1997, p. 31).

84 Casou-se com Inácio Soares de Bulhões (07/12/1819 - 16/07/1890), dando origem ao ramo familiar “Bulhões Jardim”, que protagonizou a política goiana e nacional, na figura de Leopoldo de Bulhões, entre 1878 e 1918. Do matrimônio de Antônia Emília e Inácio, foram gerados nove filhos: Antônio Félix de Bulhões Jardim (1845-1887); Adelaide de Bulhões Jardim (1850-?); Inácio Soares de Bulhões Jardim (1853-1889); José Leopoldo de Bulhões Jardim (1856-1928); Maria Nazareth de Bulhões Jardim (1857-?); Josefina de Bulhões Jardim (1858-?); Ângela de Bulhões Jardim; Leonor de Bulhões Jardim; Antônio Augusto de Bulhões Jardim (1861-1879).

85 Casou-se com José de Santana Xavier de Barros, dando origem ao ramo familiar “Barros Jardim”.

86 Nascido em Goiás, no ano de 1833, e falecido, no Rio de Janeiro, em 1877. Transferiu-se para São Paulo, em fins da década de 1840, a fim de se matricular na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, tornando-se bacharel em 1854. Casou-se com Maria Cornélio Tavares (1850-1880), filha do comendador José Pinto Tavares e neta materna de Manuel Cornélio dos Santos. Após conclusão do curso de Direito, seguiu carreira jurídica na Província do Rio de Janeiro, atuando como promotor público da Comarca de Itaguaí e, posteriormente, juiz de Direito nas comarcas de São João do Príncipe e Bananal. Na esfera política, exerceu o cargo de chefe de Polícia da Província do Rio de Janeiro e, em mais de uma legislatura, foi deputado provincial (Nogueira, Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. Nona Série. São Paulo: A Editora, 1912, p. 193-195).

jurídica de sucesso, conciliando-a com importantes funções político-administrativas na burocracia imperial.

Na esfera política, da descendência de José Rodrigues Jardim e Ângela Ludovico, destacam-se deputados do Império e da República, senadores, presidentes de Província, governadores e ministros. No segmento militar, Jerônimo Rodrigues Moraes Jardim (12/02/1838 - 16/09/1916) chegou ao posto de marechal e diversos outros descendentes aos postos de general e coronel.

Grande exemplo de resiliência e altivez da mulher e matriarca goiana, Ângela faleceu, na Cidade de Goiás, em 28/07/1850⁸⁷.

José Rodrigues Jardim, filho (1823-1863)

Um dos filhos do casal José Rodrigues Jardim e Ângela Ludovico de Almeida, José Rodrigues Jardim (II), seria o progenitor de Eugênio.

Nascido em 1823⁸⁸, na Cidade de Goiás, seguiu para São Paulo em 1842 a fim de matricular-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, vindo a concluir o curso em 1847⁸⁹. Integrou a 16^a turma da história das Arcadas, colando grau em 26/10/1847⁹⁰.

Ainda estudante, casou-se com a paulista Maria Francisca da Pureza Vilaça (12/11/1828 - 03/02/1914), com a

87 Conforme data consignada pelo escrivão Bento José Alves de Oliveira na abertura do testamento de Ângela ("Documentos Avulsos" - Arquivo da Fundação Frei Simão, disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_UzFhGp4sJCVTISRvVYdjU2ZEK/view).

88 NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. Segunda Série. São Paulo: A Editora, 1907, p. 83.

89 NOGUEIRA, Almeida, ob. cit., p. 119-120.

90 Cf. Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo: http://arcadas.org.br/antigos_alunos.php?q=turma&qvalue=16&grad=#result_busca.

qual teve os seguintes filhos: José Rodrigues Jardim (neto)⁹¹, Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim⁹², Olímpia Augusta Jardim⁹³, Eugênio Rodrigues Jardim e as gêmeas Maria Elisa Jardim⁹⁴ e Elisa Maria Jardim⁹⁵.

De volta a Goiás, seguiu típica carreira pública de seus contemporâneos bacharéis em Direito e herdeiros de famílias de proeminência financeira.

Como magistrado, desempenhou as funções de juiz municipal e de órfãos da capital da Província de Goiás (1849-1853)⁹⁶, juiz municipal da Capital (1857)⁹⁷ e juiz de Direito

91 Nasceu em 27/10/1845, na cidade de São Paulo. Militar de carreira, combateu na Guerra do Paraguai, chegando ao posto de General de Brigada. Na seara política, foi eleito senador do Estado de São Paulo. Recebeu diversas honrarias, dentre as quais a Comenda da Ordem Rosa (1884), oficial da Ordem de São Bento de Aviz e medalha da República Argentina (dados bibliográficos coletados a partir do Aviso nº 2.938 do Ministério da Guerra, em homenagem ao centenário de nascimento do General José Rodrigues Jardim, publicado no DOU, edição de 30/10/1945, Seção 1, p. 16.933). Casou-se em primeiras núpcias com Josefina Antunes de Abreu e em segundas núpcias, no dia 29/06/1885, com Albertina Vilaça. Faleceu em São Paulo no dia 13/07/1894.

92 Nasceu em 27/08/1847, na cidade de São Paulo, enquanto o pai concluía o curso de Direito na Faculdade do Largo de São Francisco. Iniciou sua vida política no Partido Liberal, galgando todas as etapas de uma típica carreira política, sendo vereador na Câmara Municipal de Goiás, deputado provincial e deputado na Constituinte estadual de 1891. Aliado fiel de seu primo José Leopoldo de Bulhões Jardim, elegeu-se presidente do Estado de Goiás no pleito de 20/05/1895. Em sua administração, entre 18/07/1895 e 09/07/1898, foi responsável pelo desenvolvimento da infraestrutura viária e de comunicação do Estado. Pautou suas ações administrativas na necessidade de melhorar a situação econômica de Goiás, controlando as contas públicas e realizando medidas tendentes a alavancar a produção e o comércio com os demais Estados da Federação. Deixando o Poder Executivo, foi eleito deputado federal nas eleições de 31/12/1898. Em 30/12/1899, por ocasião da morte do senador Antônio José Caiado, é eleito senador federal, permanecendo no Congresso Nacional até 1905. É conduzido novamente ao Senado em 1909, renunciando o cargo, no ano seguinte, em favor do aliado José Leopoldo de Bulhões. Casado com Maria Nazareth de Bulhões Jardim, não deixou descendência. Faleceu na Cidade de Goiás em 03/03/1920.

93 Casou-se com Eduardo da Cunha Bastos.

94 Nasceu em 29/11/1860 e faleceu em 04/05/1921. Casou-se com Antônio Félix Pereira da Silva (1864-1944).

95 Nasceu em 29/11/1860 e faleceu em 27/10/1902. Casou-se, em primeiras núpcias, com Inácio Soares de Bulhões (filho) e, em segundas núpcias, com José Vicente da Silva.

96 De acordo com o Decreto Imperial assinado por Dom Pedro II em 15/02/1849.

97 Relatório do ex-presidente da Província de Goyaz, Antônio Augusto Pereira da Cunha. Goyaz: Typographia Goyazense, 1857, p. 8.

(1858)⁹⁸. Ocupou, ainda, o posto de chefe de Polícia da Província, em 1850, como interino e, em 1858, como titular.

No campo político, em julho de 1851, na qualidade de deputado suplente⁹⁹, tomou assento na Assembleia Geral Legislativa do Império, participando da 8ª à 10ª Legislatura (até 1860)¹⁰⁰. Por decreto imperial, em 1862, foi nomeado para o cargo de 4º vice-presidente da Província de Goiás¹⁰¹.

Falece na Cidade de Goiás em 28/10/1863, garantindo aos seus filhos sólida formação educacional e o legado político da família Jardim.

Eugênio Rodrigues Jardim (1858-1926)

Nascido na Cidade de Goiás em 6 de outubro de 1858, Eugênio Rodrigues Jardim deu continuidade à carreira militar de seu avô.

E, na seara política, em terras gaúchas, iniciou seu envolvimento com o movimento republicano, consolidando sua atuação político-militarista na Capital Federal.

O “animal político” veio a revelar-se após seu retorno a Goiás, tornando-se um dos nomes de maior destaque e influência no cenário regional, com ampla sustentação nacional.

Carreira militar: do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro

Após ter feito a instrução primária e o ensino secundário no Liceu de Goiás, em 13/05/1875, Eugênio Rodrigues

98 Relatório do presidente da Província de Goyaz, Francisco Januário da Gama Cerqueira. Goyaz: Typographia Goyazense, 1858.

99 Conforme registros de Octaciano Nogueira (ob. cit., p. 120), José Rodrigues Jardim (filho) exerceu o mandato de deputado entre 22/07/1851 e 04/09/1852 (8ª Legislatura) e entre 03/05/1858 e 12/09/1858 (10ª Legislatura).

100 NOGUEIRA, Almeida, ob. cit., p. 20.

101 *Jornal Correio da Tarde* (RJ), edição de 11/03/1862.

Jardim, aos 16 anos de idade, “assentou praça”¹⁰², voluntariamente, no 20º Batalhão de Infantaria da Cidade de Goiás.¹⁰³ Ainda em Goiás, foi elevado aos postos de “cabo de Esquadra” (12/06/1875)¹⁰⁴, “furriel” (01/08/1875) e “segundo-sargento” (01/09/1875).

Obteve autorização do Ministério da Guerra para matricular-se no Curso Preparatório da “Escola Militar da Corte” (“Escola Militar da Praia Vermelha”), seguindo para o Rio de Janeiro em 10/11/1875. Entre 1876 e 1879, realizou o “curso preparatório”, matriculando-se, em 1880, no “curso superior”, destinado à formação de oficiais.

Concluindo o “curso das três Armas”, em 27/08/1883, foi promovido a “Alferes” do 2º Regimento de Cavalaria, à época localizado na cidade de Jaguarão/RS, sob o comando de Carlos Machado Bittencourt (1840-1897)¹⁰⁵, com quem desenvolveu grande amizade. Em 16/04/1889, por carta patente assinada pelo Imperador Dom Pedro II, é promovido a “tenente” da Arma de Cavalaria.

Dadas as relações estabelecidas ao tempo da Escola Militar da Praia Vermelha, ainda no Rio Grande do Sul envolveu-se na “questão militar”, aproximando-se do movimento republicano, havendo, inclusive, em 1887, chegado ao posto de vice-presidente do “Club Militar” de Jaraguão/RS¹⁰⁶.

102 Expressão reiteradamente utilizada em notas biográficas de militares. Significa “alistar-se” ou “ser incorporado” em força militar, mas sem qualquer patente.

103 Conforme Ordem Regimental nº 180 do presidente da Província de Goiás, datada de 13/05/1875.

104 Conforme Ordem Regimental nº 186 do presidente da Província de Goiás, datada de 12/06/1875.

105 Por Decreto de 05/04/1940, Carlos Bittencourt foi consagrado como Patrono do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro. Faleceu em 05/11/1897 ao livrar o então presidente da República Prudente de Moraes de uma tentativa de atentado durante uma cerimônia de recepção aos veteranos da Guerra de Canudos.

106 De acordo com o jornal *O Paiz*, edição de 17/12/1887.

É, nesse contexto, que Eugênio aprofunda sua relação com republicanos gaúchos históricos como Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado, Assis Brasil e Borges de Medeiros, que gravitavam em torno do “Clube Republicano” de Porto Alegre (fundado em 1878), que seria o embrião do Partido Republicano Riograndense (fundado em 1882).

Após quase sete anos de atuação no Rio Grande do Sul, em 03/01/1890, é transferido para o 9º Regimento da Cavalaria da cidade do Rio de Janeiro. Em 19/09/1892, é transferido para o Corpo de Bombeiros da Capital Federal. Em 02/11/1892, é promovido a “capitão” e, em 03/02/1896, ao posto de “tenente-coronel”.

Em seis ocasiões, Eugênio Jardim foi nomeado comandante interino do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro: de 28/10/1893 a 03/04/1894; de 13/07/1895 a 13/08/1895; de 13/08/1896 a 20/11/1896; de 18/12/1896 a 11/01/1897; e de 26/01/1897 a 28/01/1897.

Em 27/10/1896, como comandante interino na corporação, solicitou ao então ministro da Justiça e Negócios Interiores, Alberto Torres, autorização para criar uma banda de música. Com a chancela ministerial, Eugênio convidou um dos maiores músicos e maestros da época, Anacleto Augusto de Medeiros (1866-1907), para organizar e dirigir a banda¹⁰⁷, que viria a se tornar um dos melhores conjuntos musicais do Brasil, sendo referência no segmento militar¹⁰⁸.

107 Inclusive, da relação de composições de Anacleto Medeiros consta o “Dobrado Eugênio Jardim”, nº 189 do catálogo da “Casa Edson” de 1902, responsável pelas primeiras gravações musicais na Capital Federal (CAZES, Henrique. *Choro: do Quintal ao Municipal*. São Paulo: Editora 34, 1998).

108 “Em 1896, vive o momento mais alto de sua carreira musical, quando convidado pelo tenente-coronel Eugênio Jardim, comandante interino do Corpo de Bombeiros, para criar uma banda de música nessa organização militar. Durante seus dez anos de comando (1896-1906), Anacleto de Medeiros arregimentou músicos famosos no cenário musical da época, contribuindo efetivamente para que a sonoridade ríspida e marcial das bandas de música

Dada sua atuação na Capital Federal desde 1890, a partir de cobertura da imprensa carioca, constata-se que Eugênio participou de importantes articulações político-militares no período correspondente aos mandatos presidenciais de Deodoro da Fonseca (15/11/1889 a 23/11/1891) e Floriano Peixoto (23/11/1891 a 15/11/1894).

Em 15 anos de residência permanente no Rio de Janeiro¹⁰⁹, Eugênio amealhou respeito e reconhecimento não apenas como comandante militar, mas, também, como representante da classe¹¹⁰. No comando interino do Corpo de Bombeiros, de 28/10/1893 a 03/04/1894, teve participação decisiva na contenção da Revolta da Armada na Capital Federal, recebendo elogios e o reconhecimento por parte do governo de Floriano Peixoto¹¹¹.

Sobre o prestígio de Eugênio Jardim, destaca-se ilustrativa passagem do jornal *Goyaz*, edição de 03/04/1891:

Moço inteligente, modestíssimo e de uma sisudez de caráter a toda prova, o distinto goiano soube conquistar no Rio Grande, onde serviu por 7 anos, e na capital federal, onde servia atualmente, a amizade de seus camaradas e a estima de seus mais ilustres correligionários. Republicano histórico e intransigente, tomou parte ativa nos

ganhasse um colorido suave e fluente. Com composições musicais que transitavam do timbre levemente melancólico das valsas ao ritmo sensual e até jocoso das polcas amaxiadas, registrou o ambiente musical tipicamente carioca, entre fins dos Oitocentos e início dos Novecentos. À frente da BCBRJ, gravou os discos pioneiros no Brasil” (SOUZA, David Pereira. As gravações históricas da Banda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro (1902-1927). Tese (Doutorado em Música) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009, p. 18).

109 Conforme notícia o jornal *O Paiz* (RJ), edição de 20/11/1893, a residência de Eugênio Jardim no Rio de Janeiro situava na casa de nº 12, na Praça da República.

110 Conforme jornal *A Tribuna* (RJ), de 09/11/1890.

111 *O Paiz* (RJ), edição de 01/05/1894.

movimentos militares que precederam a revolução, e no dia 15 de novembro, encontraram-no os revolucionários no seu posto de honra. O seu espírito de ordem, a firmeza de suas convicções, o seu civismo, a sua altivez, são tão apreciados no Rio Grande que Assis Brasil, dirigindo-se a um dos representantes de Goiás no Congresso, disse-lhe: “Se há pelos seus sertões muitos homens como Eugênio Jardim, Goiás é uma grande terra.”

Atuou no Corpo de Bombeiros da cidade do Rio de Janeiro até 1º de setembro de 1905, quando, a pedido, foi reformado no posto de coronel, conforme Decreto de 28 de agosto de 1905.

Em razão de reforma, o então presidente da República, Rodrigues Alves, determinou ao ministro da Justiça e Negócios Interiores que Eugênio fosse elogiado publicamente pelo zelo e dedicação com que exercera as funções de inspetor geral do Corpo de Bombeiros. O elogio foi feito em 03/09/1905 por meio do Aviso nº 1.548. Em 17/06/1907, recebeu medalha de mérito (ouro) por força do Decreto Presidencial nº 6.040, de 06/06/1907.

Retorno a Goiás e o casamento com Diva Fagundes Caiado

Após a reforma no posto de coronel, ainda em 1905, Eugênio retorna à sua terra natal. Com o capital amealhado após longa e exitosa carreira militar, adquire, nos arredores de Goiás, a Fazenda Quinta¹¹², dedicando-se, prioritaria-

112 Trata-se de uma grande propriedade rural de Goiás. No começo do século XVIII pertenceu aos *Fidalgos de Távora*. Estes ocuparam terras entre a Serra Dourada e o Rio Uru. Na perseguição feita por Marquês de Pombal contra as ordens religiosas e fidalgas, os Távora foram surpreendidos e assassinados em suas terras. Já pertencente à Diva Caiado, a fazenda, com 1.640 alqueires à época, foi posta à venda em 1939 (conforme jornal *Cidade de Goiaz*, edição de 25/06/1939).

mente, à pecuária, criando, em especial, as raças “zebu” e “holandesa”. Seu interesse científico pela pecuária, em especial pelas raças europeias, foi desenvolvido ainda quando esteve em Jaguarão (RS), na fronteira com a então República Oriental do Uruguai¹¹³.

No contexto de seu retorno, acolhido pelos irmãos ainda residentes em Goiás – Francisco Leopoldo, Olímpia e as gêmeas Maria Elisa e Elisa Maria –, Eugênio foi se entrosando na sociedade vilaboense e, conseqüentemente, imiscuindo-se na vida política.

Diante da proximidade circunstancial dos Bulhões Jardim com a família Caiado, Eugênio inicia o relacionamento com Diva Fagundes Caiado (06/11/1882 - 10/10/1978), filha de Torquato Ramos Caiado e Claudina Fagundes.

Durante seus estudos, Diva integrava o quadro de honra do Colégio Santana¹¹⁴, destacando-se pela inteligência e sagacidade. Desenvolveu grande hábito pela leitura e pela música, conservando-o até o fim da vida.

Diva havia sido casada, em primeiras núpcias, com Ovídio Abrantes¹¹⁵ (22/04/1866 - 15/10/1906), militar de carreira, engenheiro e, por três vezes, deputado federal por Goiás (1894-1902). Ovídio faleceu no Rio de Janeiro, não tendo o casal gerado filhos.

113 De acordo com a Ordem do Dia nº 1.931, de 30/06/1885, do Ministério da Guerra, foi concedida a Eugênio Jardim licença de 15 dias “para tratar de negócios de seu interesse no Estado Oriental do Uruguai”. Consoante as cartas de família do período, infere-se que tais “negócios particulares” se relacionavam à pecuária.

114 *Jornal Estado de Goyaz*, edição de 07/08/1891.

115 Filho de Virgínia Gomes Pinto e do Marechal Braz Abrantes (03/02/1841 - 27/05/1923), veterano da Guerra do Paraguai e presidente do Estado de Goiás nos primórdios da República (19/02/1892 a 17/07/1892).

O casamento com Eugênio foi realizado na manhã do dia 03/11/1909, na residência de Diva¹¹⁶, a casa nº 13 da então denominada “Praça Pinheiro Machado”, na Cidade de Goiás.

Do matrimônio, foram gerados oito filhos: Eugênio¹¹⁷ (06/08/1910 - 11/08/1989), Elza Elisa¹¹⁸ (07/10/1911 - 19/12/2009), Antonieta¹¹⁹ (27/03/1913 - 10/02/1991), Diva¹²⁰ (21/06/1915 - 05/05/2016), Eudi¹²¹ (04/09/1917 - 11/06/2008), Maria de Lourdes¹²² (17/08/1919 - 10/11/1988),

116 A casa foi adquirida por Diva em 22/05/1908 dos antigos proprietários: Cassiano das Neves Baptista e sua mulher, Leonor Malvina da Fonseca Baptista. À época, a estrutura do imóvel limitava-se à metade da área construída após 1909, data do casamento entre Diva Caiado e Eugênio Jardim, que passaram a residir no imóvel. Após a morte de Eugênio Jardim, Diva Caiado parte para o Rio de Janeiro. A casa fica fechada durante alguns anos, quando é alugada para servir como sede da primeira Casa Lotérica do Estado de Goiás. Local no qual, por indicação de Diva, Jaime Câmara (1909-1989), fundador das “Organizações Jaime Câmara”, iniciou sua vida profissional. Encerrado o contrato de locação, a casa novamente fica fechada, até que, no início da década de 1940, a filha de Diva, Maria do Rosário Jardim de Amorim, juntamente com o seu marido, Hélios de Amorim, voltam a habitar o imóvel e compram-no, definitivamente, em 1953.

117 Natural de Goiás/GO, advogado e servidor do Ministério da Fazenda. Casou-se com Elza Seixo de Britto (19/05/1915 - 27/10/2008), filha de Amâncio Seixo de Britto e Maria Bárbara do Couto Brandão. Tiveram cinco filhos: João Alfredo, Eugênio, José Roberto, Maria Lúcia e Fernando.

118 Natural de Goiás/GO, casou-se, em 09/01/1935, com Iberê Pires Ferreira (24/10/1901 - 03/12/1968), natural do Rio de Janeiro/RJ, coronel do Exército e engenheiro civil, filho de Fileto Pires Ferreira (16/03/1866 - 11/08/1917), natural de Barras/PI, general-de-brigada do Exército e governador do Estado do Amazonas de 23/07/1896 a 04/04/1898, e de Maria Lucrécia Gomes de Souza (24/06/1876 - 01/07/1959). Tiveram uma filha: Diva.

119 Natural de Goiás/GO, casou-se com Paulo Rocha Freire (18/12/1912 - 18/08/1976), natural de Guaxupé/MG, filho de Cristóvão Freire e de Mercedes Rocha Freire. Tiveram três filhos: Eduardo, Marcos e Lilian.

120 Natural de Goiás/GO, desempenhou importantes funções na estrutura da Administração Federal, em especial no Ministério da Fazenda (Tesouro Nacional), Ministério das Comunicações (Correios e Telégrafos) e no Ministério dos Negócios da Viação e Obras Públicas. Casou-se com Luiz Augusto Teixeira Carvalho e Silva. Tiveram um filho: Aloízio.

121 Natural do Rio de Janeiro/RJ, religiosa. Foi servidora do Ministério das Relações Exteriores. Integrante da Ordem das Missionárias de Jesus Crucificado, criada em Campinas/SP.

122 Natural do Rio Janeiro/RJ, normalista, foi servidora do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (Ipase). Casou-se com Rubem Guerra Pereira (13/04/1919 - 08/08/1991), natural de Niterói/RJ, bacharel em Direito, auditor fiscal e depois procurador do Tesouro Nacional no Rio de Janeiro. Tiveram dois filhos: Miriam e Marco Antônio.

Maria do Rosário¹²³ (09/02/1921 - 25/04/2016) e José Torquato¹²⁴ (14/04/1922 - 29/12/2004).

Religiosa, Diva pertenceu à Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos¹²⁵, da Cidade de Goiás (fundada em 1745), e à Confraria do Santíssimo Sacramento¹²⁶, do Rio de Janeiro. Em 1933, já na Capital Federal, passa a integrar a “Rádio Sociedade Vera Cruz”¹²⁷, que tinha por objetivo a difusão da fé católica aos lares brasileiros. Também, na capital fluminense, dedicou-se à filantropia, integrando diversas entidades de auxílio, dentre as quais a “Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo”.

123 Natural de Goiás/GO, normalista. Conhecida como “Nica”, exerceu, com grande altivez, o papel de matriarca de uma família de seis filhos, dezenas de netos e bisnetos. Casou-se, em sua terra natal, em 07/10/1939, com Hélios de Amorim (03/05/1912 - 09/07/2015), natural de Pirenópolis/GO, filho de Argemiro Pompílio de Amorim (22/03/1881 - 15/10/1957) - filho do capitão Hilário Alves de Amorim (1828-1899) e de Belizária Veiga de Amorim (17/02/1839 - 30/03/1927) - e de Ludovina de Pina e Amorim (05/03/1890 - 21/02/1984) - filha de Sebastião Pompeu de Pina (16/09/1865 - 03/02/1927) e de Maria Cristina d’Abadia Mendonça de Pina). Hélios de Amorim bacharelou-se pela então Faculdade de Direito de Goyaz (1938), atuando como gerente da primeira concessionária de energia elétrica em Goiás, a empresa “Guedes, Ratto & Cia”, de 1936 até 1952, quando esta foi vendida para o município de Goiás. Em 1956, passou a integrar o quadro de funcionários das Centrais Elétricas de Goiás S/A, exercendo o cargo de assistente de administração até se aposentar em 1983. Além da advocacia, exerceu o magistério no sistema estadual de ensino entre 1954 e 1981. Tiveram seis filhos: Vera Maria, Yvonise, Hélcio, Heloisa, Mauro e Diva Maria.

124 Natural de Goiás/GO, militar, educador e pecuarista. Fez carreira no Exército, chegando ao posto de coronel. Foi voluntário na Força Expedicionária Brasileira na 2ª Guerra Mundial (1939-1945), lutando na Itália como comandante de Bateria de Artilharia. Herói nacional, recebeu várias condecorações, inclusive a Cruz de Combate, ainda no *front*. Entre as diversas funções exercidas, foi comandante do Forte Duque de Caxias (Rio de Janeiro, RJ), professor na Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN (Resende, RJ) e diretor de ensino do Colégio Militar de Belo Horizonte, além de exercer, após reformado, cargos civis no Ministério da Educação, dentre os quais o de diretor-geral do Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura, durante a década de 1970. Casou-se com Anna Maria da Luz Lorena. Tiveram dois filhos: Torquato e Eugênio.

125 Não obstante ter transferido residência para o Rio de Janeiro em fins da década de 1920, Diva Caiado, até seu falecimento, manteve, por intermédio de seu genro Hélios de Amorim, a quitação tempestiva das anuidades devidas à Irmandade dos Passos.

126 De acordo com o jornal *A Cruz* (RJ), de 27/07/1930, Diva Caiado passou a integrar a confraria, na qualidade de “Dama Zeladora”, a partir de reunião realizada em 21/07/1930.

127 De acordo com o jornal *A Cruz* (RJ), de 26/11/1933, o nome de Diva constava na ata dos membros fundadores da entidade.

Como verdadeira matriarca da família, Diva foi a responsável pela condução da criação dos descendentes e da manutenção da economia doméstica, em especial durante os longos períodos de ausência de Eugênio Jardim, que, por cerca de três meses a cada ano, desempenhou, no Rio de Janeiro, dois mandatos de senador federal (1915 a 1921 - 1924 a 1926). Poucos anos após o falecimento de Eugênio, ocorrido em 25/07/1926, Diva fixa residência no Rio de Janeiro, até seu falecimento, em 10/10/1978, sendo sepultada no Cemitério São João Batista.

É fundamental destacar a força de Diva, que, viúva, teve de assumir, sozinha, a criação dos oito filhos, os dois mais novos com menos de cinco anos, conferindo-lhes grandes qualidades sociais e éticas. Mesmo do Rio de Janeiro, contando com o auxílio certo de seu genro, Hélios de Amorim, manteve a administração do patrimônio que ficou em Goiás, incluindo as fazendas “Quinta” e “Córrego Fundo”¹²⁸.

A Revolução de 1909

Eugênio retorna a Goiás em um período de ebulição política, marcado pela conclusão do mandato de José Xavier de Almeida como presidente do Estado de Goiás (12/08/1901 a 14/07/1905) e pelo processo de ruptura do grupo político então comandado por José Leopoldo de Bulhões Jardim (1856-1928).

À época, o grupo de Xavier de Almeida, arremetido no Partido Republicano Federal de Goiás (fundado em

128 Fato interessante e que demonstra a perspicácia empreendedora de Diva Caiado foi a autorização concedida pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, pelo Decreto nº 11.167, de 30/12/1942, para “pesquisar quartzo em terrenos de sua propriedade, situados na fazenda ‘Córrego Fundo’, no distrito de Piuinópolis, município de Goiaz do Estado de Goiaz, numa área de quarenta hectares (40 Ha)” (Diário Oficial da União, edição de 31/12/1942).

03/03/1904), formava maioria na Câmara e Senado estaduais (eleições de 1904), além de lograr êxito, no sufrágio de 02/03/1905, na sucessão do governo do Estado, com a eleição de Miguel da Rocha Lima. Mesmo com as tentativas de Leopoldo de Bulhões, o Congresso Nacional, ao resolver sobre a duplicata de poderes em Goiás, deu ganho de causa ao grupo xavierista, isolando, ainda mais, os Bulhões em Goiás.

A oportunidade esperada por Leopoldo de Bulhões para retomar as rédeas do poder político desponta com as eleições para a Presidência do Estado em 1908. Xavier de Almeida apoia a candidatura de seu cunhado Hermenegildo Moraes Filho. Tal “imposição” provocou certo descontentamento no seio do Partido Republicano Federal de Goiás, já que Eduardo Sócrates e João Alves de Castro também aspiravam a candidatura.

Outro fato provocou uma considerável crise no grupo xavierista: a sucessão senatorial de 1908. Era notório que Luiz Gonzaga Jayme, tradicional opositor dos Bulhões desde 1894 e grande esteio político de Xavier de Almeida a partir de 1901, almejava uma cadeira no Senado. Todavia, a indicação de Gonzaga Jayme não seria tão unânime assim. Cientes das articulações no sentido de uma reviravolta na indicação do candidato para o Senado, os Bulhões empreendem uma ousada manobra: passam a enaltecer o nome de Gonzaga Jayme.

A confirmação da candidatura do próprio Xavier de Almeida, em 19/06/1908, constitui-se como um prato cheio para as aspirações dos Bulhões. O desprezo da candidatura “natural” de Gonzaga Jayme em favor de seu nome soou como uma nova traição de Xavier de Almeida.

No dia 03/07/1908, a crise política intensificou-se com a atitude de Antônio Ramos Caiado, que, em apoio a Gonzaga

Jayme, retirou-se da Secretaria de Justiça e Segurança Pública, onde estava desde 1904. Tal fato político foi utilizado por Bulhões para divulgar a crescente cisão no grupo xavierista e enaltecer Totó Caiado, que passou a ser considerado um grande aliado dos Bulhões.

Começam os sinais de declínio do grupo xavierista. Importantes integrantes da congregação retiraram-se, engrossando as fileiras da emergente oposição. Novamente unidos, os Caiado, Bulhões, Abrantes e Jayme formaram a Coligação Republicana.

Para o desenvolvimento da força do novo grupo, era interessante contar com nomes de influência. Sebastião Fleury, antigo opositor dos Bulhões, tornava-se um novo aliado. O próprio Leopoldo de Bulhões, há sete anos longe de Goiás, retorna ao Estado para auxiliar nas articulações.

Nas eleições para renovação da Câmara Estadual, o grupo oposicionista mostra sua força: são eleitos 14 candidatos da Coligação Republicana, constituindo a maioria da Casa.

Com a formação do esboço partidário, apresentou-se a lista de candidatos para as eleições federais de janeiro de 1909. Para o Senado: Leopoldo de Bulhões; e para a Câmara dos Deputados: Antônio Ramos Caiado, Marcelo Francisco da Silva e padre Trajano Balduino.

Com a oposição consolidada, fundou-se, oficialmente, em 10/01/1909, o Partido Democrata. Lançadas as bases da agremiação partidária, os democratas partiram para a disputa dos cargos de representação federal nas eleições de 30/01/1909. A briga pela cadeira do Senado foi travada entre os maiores: Leopoldo de Bulhões, do Partido Democrata, e Xavier de Almeida, do Partido Republicano de Goiás.

Com o fim das eleições, veio a apuração dos votos. Xavier de Almeida foi eleito senador com 2.767 votos. Para a

Câmara Federal: João Alves de Castro, com 3.136 votos; Hermenegildo Lopes Moraes Filho, 2.999 votos; Eduardo Sócrates, 2.893 votos; e Antônio Ramos Caiado com 2.246 votos.

O Partido Democrata não aceita o resultado das eleições, alegando que muitos votos do interior do Estado não haviam sido contabilizados. Depois de nova apuração, foi “inesperado” o resultado: Leopoldo de Bulhões é eleito senador com 4.348 votos e Marcelo Francisco da Silva, eleito deputado com 4.143 votos. Foi confirmada a eleição de Antônio Ramos Caiado e João Alves de Castro. Assim, ocorre nova duplicata de poderes em Goiás... Todavia, a batalha final para a conquista da hegemonia política estava marcada para o dia 02/03/1909, data das eleições para a Presidência do Estado.

A escolha dos candidatos representava uma disputa entre clãs familiares: de um lado, Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, cunhado de Xavier de Almeida, e de outro, Urbano Coelho Gouvêa, cunhado de Leopoldo de Bulhões.

Intrigado com o pesado clima político e objetivando preservar-se, o então presidente do Estado, Miguel da Rocha Lima, licenciou-se do cargo “por incômodos de saúde”, vindo a assumir, em 11/03/1909, o 1º vice, o coronel Francisco Bertholdo de Souza.

Enfim, são realizadas as eleições em 02/03/1909. Encerrado o tumultuado trabalho da Junta Apuradora, foi homologada a vitória de Hermenegildo Lopes de Moraes Filho.

O êxito dos governistas deixou Leopoldo de Bulhões inconformado. Do Rio de Janeiro, Bulhões denunciava as irregularidades nas eleições de março. Para tanto, valeu-se de diversos argumentos: contestou a composição das mesas eleitorais, a forma de alistamento eleitoral, a obstrução ao livre direito de voto, número de votos superior à quantidade

de alistados no município, atas eleitorais fraudulentas, entre outros.

De toda forma, Bulhões sabia que, não logrando êxito a tática de anulação da eleição, haveria uma outra carta na manga...

Não obtendo sucesso na tentativa de impugnar a eleição para a Presidência do Estado, os democratas não hesitaram em implementar o “plano revolucionário” de conquista do Poder Executivo através da força.

É nesse contexto que emerge a figura de Eugênio Jardim. Sua proximidade, amizade e grau de parentesco com próceres do grupo bulhonista parecem justificar seu envolvimento com a “causa” da Coligação Republicana. Além de primo de Leopoldo de Bulhões, Eugênio era irmão e muito amigo de Francisco Leopoldo Rodrigues Jardim, a quem, poder-se-ia dizer, tinha como referência de homem público e responsável, desde novo, por dar seguimento à vocação política da família Jardim.

Dada a sua atuação político-classista desde os tempos de Rio Grande do Sul e, com mais intensidade, no Rio de Janeiro, não se pode considerar Eugênio como um neófito nas lides políticas. Em nossa perspectiva, Eugênio, desde a década de 1880, demonstrou inclinações políticas, de modo que não nos parece razoável a afirmação de que sua participação no movimento de 1909 teria sido pontual, ocasional e exclusivamente tributária de uma influência pessoal de Leopoldo de Bulhões.

Afinal, conforme noticiam Jales Guedes¹²⁹ e Moisés Santana¹³⁰, Eugênio Jardim esteve envolvido nos preparativos da

129 MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. Goiânia: Editora Vieira, 2013, p. 86-88.

130 BORGES, Humberto Crispim. *Moisés Santana: vida e obra*. Goiânia: Cerne, 1980, p. 144; 159-160.

criação do Partido Democrata, apesar de não compor formalmente seu primeiro diretório executivo, eleito na reunião de fundação da agremiação em 10/01/1909.

Assim, na “Chácara Baumann”¹³¹, localizada nos arredores da Cidade de Goiás, juntamente com os chefes do Partido Democrata, Eugênio passa a colaborar de forma mais incisiva, como organizador estratégico-militar do movimento que se articulava. Pode-se dizer que, convencido do valor da causa pelo irmão e pelo primo, Eugênio, como militar nato, assumira, de peito aberto, a missão que lhe fora confiada.

Aos poucos, sob o comando e preparação de Eugênio, homens foram sendo aquartelados em sua Fazenda Quinta.

O mês de abril de 1909 foi tumultuado na capital. Enquanto o governo tentava tranquilizar a população, chegavam armas em Pouso Alto¹³², adquiridas no Rio de Janeiro por Leopoldo de Bulhões. Para melhor execução do movimento, deliberou-se pela criação de duas legiões revolucionárias: a do Norte, comandada pelo coronel José Baptista, e a do Sul, por Eugênio Jardim.

A coluna do Sul, formada por 800 homens advindos das cidades interioranas, reuniu-se na Quinta. A coluna do Norte, composta por 600 homens, foi abrigada na Fazenda Esperança, de propriedade do coronel Antônio Xavier Guimarães.

No dia 7 de abril, o 1º vice-governador, Francisco Bertholdo, entrega o governo para o 2º vice-governador, Joaquim Rufino Ramos Jubé, presidente do Senado Estadual.

Nos bastidores, os governistas buscavam meios de evitar o golpe. O deputado Hermenegildo Lopes remetia telegramas pedindo apoio ao Congresso Nacional para resolver

131 Propriedade de Sebastião Fleury Curado.

132 Atualmente, Piracanjuba/GO.

a situação. O chefe de Polícia da Cidade de Goiás entrava em contato com influentes políticos do Sul do Estado visando o combate aos revoltosos. O coronel Abel Coimbra interveio por meio de 100 homens armados de carabinas. Outras tropas contrarrevolucionárias vinham de Morrinhos, a mando de Hermenegildo Lopes.

Jaguços, advindos de várias cidades do interior do Estado, como Jataí, Rio Verde, Rio Claro, Corumbá, Pirenópolis e Curralinho, aquartelavam-se no denominado “Quartel General da Quinta” ou no “acampamento das forças libertadoras”, ou, ainda, “das forças patrióticas”. Nesse local foi instalado, em abril de 1909, um telégrafo para controlar todo o movimento de organização do golpe e, também, rastrear a movimentação de tropas destinadas a combater os revolucionários, como as de Abel Coimbra.

Os revoltosos, chefiados por Eugênio Jardim, foram distribuídos em pontos estratégicos na Serra Dourada. Em fins de abril, iniciavam-se os primeiros embates. As tropas enviadas por Abel Coimbra, sem qualquer treinamento e sem abastecimento, não puderam resistir.

Às vésperas do golpe, foi organizado um esquema de bloqueio sobre a Cidade de Goiás, incluindo o povoado de Areias e do Bacalhau e os arredores do Areião e da Carioca. A ponte sobre o Rio Uru foi patrulhada. Tropas estavam estrategicamente posicionadas de forma a dismantelar qualquer atividade contrária à revolução. Foram efetuadas diversas prisões de participantes dos movimentos contrarrevolucionários visando a obtenção de informações para neutralizá-los.

Uma carta de Luiz Gonzaga Jayme para o coronel Eugênio Jardim¹³³, datada de 25 de abril, resume os acontecimentos finais responsáveis pela conclusão do golpe:

133 Acervo de Victor Amorim.

[...] Ontem aqui chegaram o Abel e cerca de 30 jagunços, alguns armados. Houve na cidade grande alarde, havendo se reunido a polícia da qual tiraram 100 praças escolhidas para atacarem a Quinta, sob o comando do capitão Albuquerque. Houve, porém uma reunião no palácio, da qual resultou não seguir a força, tendo se comprado no mercado tudo o que havia de gêneros, que foram transportados para o palácio. No quartel velho da polícia estão aquartelados cerca de 50 jagunços e esperam por outros [...]

Abri as cartas do coronel Leopoldo e Totó expondo as peripécias do encontro com Abel. Em vista dos conceitos da carta do coronel Leopoldo, não podemos tratar de paz, agora [...]

O comandante, depois de manobrar no largo do palácio, seguirá com o corpo até o Areião e aí encontrará consigo [referindo-se a Eugênio] e seu estado maior. O comandante das forças libertadoras dará vivas ao corpo de polícia e este responderá com vivas às forças patrióticas. Feita a confraternização, chegarão todas as forças e entrarão em harmonia pela cidade, ao som da música. Uma força tomará posição nos fundos da casa de Bertoldo [Bertholdo de Souza] para este não fugir [...] devemos entregar o cargo para Miguel [Miguel da Rocha Lima] e depois agiremos no sentido de se ele transmitir ao coronel Batista [...]

No dia 1º/05/1909, sem qualquer resistência, utilizando lenços vermelhos no pescoço, os revoltosos – entronizados como a “Legião Rubra” – empreenderam marcha pelas principais ruas da cidade.

Após o “desfile”, capitaneado por Eugênio Jardim, o governo foi entregue a José da Silva Batista, que ocupava o cargo de 3º vice-governador por ser presidente da Câmara Estadual,

com o claro intuito de conferir certa “legitimidade institucional” ao movimento.

No mesmo dia 1º de maio, é nomeado Delegado de Polícia do Termo da Capital, ficando encarregado do “expediente da Chefatura de Polícia” e, por solicitação expressa do presidente do Estado, José da Silva Batista, datada de 08/05/1909, da “reorganização” e “moralização” da força policial.

Estava concluída a primeira etapa da Revolução. Restava agora a manutenção da “nova ordem”, evitando-se uma possível intervenção federal. No Rio de Janeiro, Leopoldo de Bulhões articulava com os políticos influentes para garantir a novel conjuntura política em Goiás. As “tropas revolucionárias” ainda permaneciam em alerta na capital.

No início de julho, foi enviado à Cidade de Goiás o 8º Batalhão armado com metralhadora, em cumprimento ao art. 6º, item 3º, da Constituição Federal de 1891.

A morte de Afonso Penna, em 14/06/1909, foi decisiva para a consolidação da Revolução. O novo presidente, Nilo Peçanha, era amigo íntimo de Leopoldo de Bulhões, que viria, inclusive, a assumir a pasta da Fazenda em seu governo (14/06/1909 - 15/11/1910).

Urbano Coelho de Gouvêa foi reconhecido governador do Estado de Goiás, assumindo o cargo em 24/07/1909. No âmbito do Poder Legislativo, foram depurados os candidatos xavieristas. Enfim, de fato e de direito, o Partido Democrata assumira o controle do poder.

Em reconhecimento ao serviço prestado por Eugênio à causa revolucionária, o Congresso Estadual aprova a Lei nº 361, de 30/06/1910, com a seguinte redação: “Art. 1º. Fica considerado feriado, em todo território do Estado, o dia 1º de maio de cada anno, como data comemorativa da entrada

triumphal, nesta Capital, da Legião Democrata que, ao mando do intemerato coronel Eugênio Jardim, no anno de 1909, operou em defesa dos interesses do mesmo Estado.”¹³⁴

Consolidação do Partido Democrata e o protagonismo compartilhado Jardim-Caiado

Garantida a vitória da Revolução, o “novel” grupo político, então liderado por Leopoldo de Bulhões, inicia os trabalhos de composição política e reestruturação administrativa, de forma a consolidar os mecanismos de influência e dominação sobre o Estado.

Na chefia do Poder Executivo deu-se a substituição de José Silva Batista por Urbano Coelho de Gouvêa, cunhado de Leopoldo de Bulhões, que, derrotado nas urnas por HERNANDES Lopes de Moraes Filho nas eleições de 02/03/1909, chega mais uma vez ao poder em 24/07/1909.

No plano nacional, desenrolavam-se as articulações referentes às eleições para a Presidência da República em 1910. O nome de Hermes da Fonseca, bancado pelo líder Pinheiro Machado, estava à frente do Partido Republicano Conservador. No outro lado, encontrava-se Rui Barbosa.

O embate, como não poderia ser diferente, teve grande repercussão e influência nos rumos da política em Goiás. A maioria dos parlamentares goianos no Congresso Nacional filiou-se à candidatura de Hermes da Fonseca. Da mesma forma, o Senado Estadual declarou “apoio oficial” ao candidato de Pinheiro Machado.

No âmbito do Partido Democrata, a Comissão Executiva, a despeito da posição vacilante de Leopoldo de Bulhões,

134 A referida norma veio a ser revogada por disposição da Lei Estadual nº 570, de 21/07/1917.

também declarou o seu apoio a Hermes da Fonseca. Diz-se que Bulhões, nos bastidores, teria oferecido apoio à candidatura de Rui Barbosa...

Apesar da influência bulhonista, a Revolução de 1909 possibilitou o surgimento de duas fortes lideranças políticas: Antônio Ramos Caiado e Eugênio Rodrigues Jardim. A personalidade dos dois líderes, principalmente a de Eugênio, em virtude da formação militar e da amizade com Hermes da Fonseca¹³⁵, evidenciava o apoio à candidatura oficial. Tal apoio seria decisivo no futuro político do grupo...

A despeito da movimentação nacional em prol da “campanha civilista” de Rui Barbosa, impulsionada pelos cofres de São Paulo, Hermes da Fonseca sagra-se vencedor com 403.867 votos. O resultado das urnas foi responsável pelo início dos estremecimentos no seio do Partido Democrata. A partir de 1911, constantes eram os embates entre Urbano Gouvêa e Eugênio Jardim. As lideranças partidárias colocaram-se ao lado de Eugênio, acarretando o desprestígio da facção bulhônica no âmbito da agremiação.

A partir de relatos, denúncias e embates estampados nos folhetins locais e nacionais, observa-se que a rusga entre Eugênio e Urbano, iniciada ainda em fins de 1909, decorreu da postura do grupo bulhonista em buscar afastar, quase de maneira imperceptível, os chefes da Revolução de 1909 mais próximos ao eixo Caiado-Jardim.

A crise ficou mais evidente no contexto da realização das eleições para a Intendência Municipal em 1911. Eugênio, descontente com a formação da chapa oficial, articulou um acordo com a oposição. Mesmo com a vitória dos Bulhões, as feridas oriundas da disputa não tendiam a cicatrizar.

135 Cf. FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*, vol. 1. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009, p. 210-211.

Na Capital Federal, Hermes da Fonseca implementava um novo sistema político, baseado no centralismo, que contrapunha a lógica da “política dos governadores”. Tratava-se das “salvações nacionais”, caracterizadas pela ingerência da Presidência da República na ordem política dos Estados-membros, “purificando-os” através da deposição das tradicionais oligarquias.

Nesse ensejo, diante do fiel apoio de Eugênio Jardim e Totó Caiado e da posição vacilante de Leopoldo de Bulhões, que, na bancada do Senado Federal, criticava constantemente a administração federal¹³⁶, Hermes da Fonseca, em fevereiro de 1912, “entregou” o controle político de Goiás a Eugênio.

Tal passagem, originalmente narrada por Maria Augusta Sant’Anna Moraes a partir de depoimento de Diva Caiado Jardim¹³⁷, entrou para os anais da historiografia goiana. De acordo com a versão da viúva de Eugênio Jardim, Hermes da Fonseca solicitou ao deputado Olegário Pinto que telegrafasse a seu marido a fim de “entregar-lhe” a direção política de Goiás. Consoante Jales Guedes Coelho Mendonça, “a fim de atestar a seriedade da mensagem, Eugênio requereu a demissão do genro de Urbano, bem assim a nomeação de um correligionário em certo cargo público federal. Obteve o deferimento em ambos os pleitos”¹³⁸.

136 Diante das ações de Hermes da Fonseca objetivando minar seu poderio político, Leopoldo de Bulhões desabafou nas páginas do jornal *Goyaz* em 1909: “A luta não é pois entre partidos, mas do Governo da União contra um grupo de cidadãos por não lhes prestar apoio incondicional; e, nestas condições, tal é a disparidade de forças que não podemos aconselhar aos amigos e correligionários a resistência, que seria improficuo, assim como não cometemos a fraqueza de lhes lembrar adesão, que nunca esteve nos moldes da nossa conduta política. Deixamo-lhes plena liberdade de ação.”

137 MORAES, Maria Augusta Sant’Anna. *História de uma oligarquia: os Bulhões*. Goiânia: Editora Oriente, 1974, p. 207.

138 Ob. cit., p. 121.

Em março daquele ano, diante dos constantes conflitos e desprestigiado em Goiás, Urbano Gouvêa licencia-se do cargo¹³⁹ e segue para o Rio de Janeiro para uma audiência com o presidente da República. Frustrado em seu intento de obter apoio político, Urbano não retorna mais ao Estado.

Com o afastamento de Urbano Gouvêa da administração estadual e a intervenção política de Hermes da Fonseca em Goiás no sentido de consagrar a liderança de Eugênio Jardim, em junho de 1912, dá-se a ruptura de Leopoldo de Bulhões com o governo federal e, conseqüentemente, a cisão no seio do Partido Democrata.

Nesse sentido, é esclarecedora a análise da política goiana feita no jornal carioca *A Noite*, edição nº 359, de 07/07/1912:

Mas que vem a ser em Goyaz o seo “manda-chuvas” actual, o coronel Eugênio Jardim?

Diz o Ministério da Agricultura que S. S. é inspetor agrícola, desde o advento do governo marechalício. O Sr. Jardim reside na praça do palácio, na casa mais moderna e mais “chic” da capital, funcionando a Inspectoria ao lado de sua habitação, em prédio pertencente à sua Exma. sogra.

O que é certo é que em Goyaz não se dá mais um passo, nem aqui se faz uma nomeação federal para o Estado sem que seja ouvido aquelle coronel. [...]

A política de Goyaz, com o desaparecimento do civilismo, que era valorosamente representado pelo coronel Eduardo Sócrates, ficou dividida em três grupos: o do Sr. Bulhões, representado no Congresso Nacional pelo Sr. Marcello Silva; o do coronel Eugênio Jardim, que representa a política pessoal do Cattete e que está representado na Camara Federal pelos Srs. Ramos Caiado,

139 Conforme Lei Estadual nº 394, de 05/07/1911.

Sebastião Fleury e Olegário Pinto, e o do Sr. senador Gonzaga Jayme, que tem por si na Camara Alta o marechal Abrantes. [grifou-se]

Indubitavelmente, o ano de 1912 era marcado por nova relocação de forças políticas, culminando com o desprestígio de Leopoldo de Bulhões em Goiás (mantida sua proeminência no plano nacional) e a consagração de Eugênio Jardim e Totó Caiado como próceres do grupo que dominaria a condução da política goiana até fins da década de 1920.

Acerca dos fatos ocorridos no âmbito do Partido Democrata entre 1909 e 1912 e da indignação de Eugênio Jardim contra as artimanhas políticas de Leopoldo de Bulhões, vale o destaque de texto do jornalista Moisés Santana:

A primeira pública demonstração da intromissão de Eugênio Jardim na política foi assinalada na noite de 9 de janeiro de 1909, na reunião em que o Centro Republicano se crismou com o nome de Partido Democrático.

[...]

Este político [Eugênio Jardim] é uma figura digna de delicadas observações, para estudos psicológicos.

É um homem de bem. Tem traços que harmonizam com a constituição moral de Floriano Peixoto. Tem, ao mesmo tempo, traços de Moreira César e Bernardo Vasques, Pinheiro Machado e Carlos Machado Bittencourt, Carlos Teles e Vespasiano de Albuquerque.

Não era político; era uma edição de soldado, rude nos gestos, voluntarioso, difícil de se conter. A política explorou as suas energias, a sua virilidade, os seus sacrifícios.

Enquanto serviu, sem cogitações de também ficar predominando, aos interesses da sua grei faccionária, tudo foi achado muito bom e os seus companheiros sorriam, vendo que os adversários choravam...

Depois, passado o período em que aos “mansos” convinha a cessação dos meios radicais, quiseram acorrentar o leão, para assistir ao deleite das damas, ou nova arte de governar.

Era uma transição incompatível com o seu temperamento. Os jogos da política de salão, entre damas gentis da corte oficial, lhe não cabiam bem. Bulhões, sábio em seus cálculos, previu. Passada a revolta, fez com que Eugênio aceitasse o cargo de Inspetor Agrícola¹⁴⁰. Era como se lhe dissesse: “Já nos prestaste, meu caro primo, o serviço que de ti precisávamos. Agora é deixares o campo a nós outros, políticos profissionais. Arreda, pois. Volta a tratar do gado, vai plantar batatas e estudar a habilidade das cuiabanas. Já não precisamos da Quinta, nem dos heróis.”

Foi assim, se não nos termos, ao menos no pensamento. A princípio, o leão cedeu, adormeceu, conformou-se. Depois, magoado, despertou e reagiu. Pensou que serviria à salvação; viu que tinha servido à arrecadação, à restauração. A dança, afinal, era a mesma ou pior. Tinham mudado os figurantes. Entre os antigos dançarinos, sem empáfia, e os novos dançarinos, empavesados, preferiu recompor aqueles. Desfizera, destruíra uma situação política, como um artista que arrancara de cena uns bonecos e pusera no tablado uns fantoches. Comparando mal, fora assim. Voltou ao tablado, fez de obra nova e recompôs, como lhe foi possível, em meio de dificuldades, sussurros e gritos, vaias e aplausos de toda uma galera irrequieta e incontentável, a cena anterior.¹⁴¹

140 Por Decreto datado de 18/11/1909, do então presidente da República Nilo Peçanha, Eugênio foi nomeado para o cargo de Inspetor Agrícola do 11º Distrito. A posse na função ocorreu em 08/03/1910, na sede da Delegacia Fiscal do Tesouro em Goiás. A posse foi noticiada na edição nº 1.106 do jornal *Goyaz*, de 12/03/1910: “O gosto que tem o coronel E. Jardim pela criação do gado vacum e cavallar, os seus conhecimentos da matéria auguram lodo o proveito no novo serviço, com que em boa hora o tino administrativo do illustre Sr. Dr. Presidente da República e seu illustre Ministro da Agricultura dotaram o nosso Estado.”

141 BORGES, ob. cit., p. 144; 159-160.

Comando do Partido Democrata, prestígio na esfera federal e 1º mandato de senador da República

Como uma máxima da “Política dos Estados”, consolidada por Campos Salles, o controle político no âmbito estadual era instrumentalizado pelo domínio dos canais eleitorais pelas máquinas partidárias para garantir a representação no Congresso Nacional¹⁴². Nesse sentido, Eugênio Jardim, dado seu prestígio na esfera federal, era crucial para o reconhecimento, por parte da Presidência da República, do Partido Democrata como a “situação” em Goiás, o que seria decisivo para o reconhecimento (e para evitar a “degola”) dos candidatos situacionistas perante a Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional.

Como destacado por Francisco Itami Campos, Eugênio integrou, de forma ininterrupta, entre 1912 e 1926, a Comissão Executiva do Partido Democrata¹⁴³. Tal agremiação, em âmbito nacional, era filiada ao Partido Republicano Conservador (PRC).

No Rio de Janeiro, os grandes nomes do PRC confiavam na liderança de Eugênio, em especial, Hermes da Fonseca, presidente da República (1910-1914), e Pinheiro Machado, vice-presidente do Senado Federal, que, habilmente, controlava a Comissão de Verificação de Poderes.

Dada a estrutura de funcionamento da organização política brasileira no período, a proximidade com Pinheiro Machado - que remonta ao tempo de atuação no Rio Grande do Sul e seu envolvimento com o movimento republicano gaúcho - conferia a Eugênio o grande papel de “homem nacional”

142 Nesse sentido, ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 32-34.

143 CAMPOS, ob. cit., p. 134.

de Goiás, responsável pela “ponte” entre o Estado e os altos cumes do poder na União. Não é outra a opinião do historiador Francisco Itami Campos:

... a partir de então, o controle da política estadual coube ao ex-militar e fazendeiro Eugênio Rodrigues Jardim. Ele teria sido colega de Hermes da Fonseca, além de ter participado da Revolução Federalista do Rio Grande do Sul ao lado do grupo que depois dominou a política gaúcha e que a partir de 1910 passou a ter muito peso na política nacional. Desse grupo faz parte o senador Pinheiro Machado, de quem Eugênio Jardim era amigo. Seguramente, o homem forte do novo situacionismo goiano tem incondicional apoio federal¹⁴⁴.

Interessante destacar que a proeminência de Eugênio Jardim no âmbito do Partido Democrata se faz observar antes mesmo da efetivação das “salvações” de Hermes da Fonseca, conforme se observa em cartas referentes às articulações envolvendo a política goiana. Em uma delas, datada de 24/07/1911¹⁴⁵, Olegário Pinto diz a Eugênio:

Tenho recebido muitas cartas do nosso Estado perguntando se sou candidato¹⁴⁶ e me pedem resposta urgente, a fim de que possa responder a outros candidatos que pedem votos. A todos tenho respondido que sim, que sou candidato, dizendo mais que, se for eleito, seguirei a orientação política do Cel. Eugênio Jardim, a quem reconheço nosso chefe. Para que havemos de andar com passos quentes? Quer você, quer não, será no

144 CAMPOS, ob. cit., p. 96.

145 Acervo de Victor Amorim.

146 Tal candidatura refere-se às eleições federais de 30/01/1912, às quais o Partido Democrata estaria concorrendo. Olegário Pinto foi indicado para a disputa a uma cadeira na Câmara dos Deputados.

governo do Marechal [referindo-se a Hermes da Fonseca, então presidente da República] o norte dos destinos de Goyaz. Diabo! Basta de hypocrisias! O Marechal que você tem confiança no seu critério, julga-o capaz de chefiar a política de Goyaz, e é isso mesmo [...] Ainda uma última: Quem pode me disse: ‘Serão reconhecidos todos os Deputados da chapa do Jardim’.

Gozando de tal prestígio, Eugênio, disputando vaga com o Marechal Braz Abrantes, elege-se senador da República em 1915, desempenhando o seu mandato até 1920¹⁴⁷, quando se candidata ao governo estadual, assumindo a chefia do Poder Executivo em 14/07/1921. Retorna, novamente, à Câmara Alta em 1924, sempre à frente dos desígnios da Comissão Executiva do Partido Democrata.

Eugênio Jardim, governador de Goiás

Em Goiás, diante do término do prodigioso mandato de João Alves de Castro (1919-1921), o Partido Democrata indica

¹⁴⁷ Ao contrário do que consta em diversas obras sobre a história de Goiás ou que se propõem a apresentar um perfil bibliográfico de Eugênio Jardim, o líder político exerceu sim o mandato senatorial referente à sua primeira eleição para o cargo. Sua posse no Senado Federal ocorreu em sessão realizada no dia 28/06/1915 (vide Anais do Senado Federal, 1915, p. 528). O jornal *A Noite* (edição de 28/06/1915) informou sobre os detalhes da posse: “O Sr. Eugenio Jardim chegou, ha dias, de Goyaz, e hoje se empossou da sua cadeira no Senado. Os seus amigos e correligionários quizeram dar ao acto um pouco de solemnidade e acompanharam o coronel até o Senado. Com S. Ex. compareceram à Camara Alta os Srs. Caiado e Ayres da Silva, deputados federaes, o Sr. Olegário Pinto, governador (?) do Estado, e outros. O Sr. Jardim depois da posse sentou-se ao lado dos Srs. Bulhões e Gonzaga Jayme. O Sr. Pinheiro [Machado], chegando depois, foi abraçando o novo senador. - Que é dos cigarros que você trouxe? - foi logo perguntando. O Sr. Jardim mostrou-lhe a bolsa cheia. O Sr. Pinheiro mettu-lhe os dedos e tirou quasi todos os cigarros do Sr. Jardim.” Em 1919, Eugênio passa a compor a Comissão de Agricultura, Comércio, Indústria e Artes (*A Noite*, edição de 08/05/1919). Em passagem curiosa, respondendo a uma pesquisa de opinião realizada pelo jornal *A Noite* (edição de 31/10/1919), Eugênio manifestou-se favorável ao divórcio. De 24 senadores ouvidos, oito foram a favor e 16, contra. Em razão de sua eleição para o governo de Goiás, Eugênio renunciou ao mandato de senador em 1921, tendo exercido a função por quase cinco anos. De acordo com o art. 31 da Constituição Federal de 1891, era de nove anos o tempo de mandato de senador.

o nome de Eugênio para a Presidência do Estado. Eleito em 02/03/1921, toma posse do governo em 14 de julho do mesmo ano, tendo de renunciar ao mandato de senador da República. Sobre a eleição, consignou o editorial do jornal *O Democrata* de 11/03/1921:

[...] todos vêm no Presidente eleito, o caracter sem jaça que hade fazer a mais efficiente das administrações, pelo seu alto descortino, pela sua proverbial honradez, pelo seu acrisolada patriotismo e sobre tudo, pela excelsa qualidade de grangear sympathias e conquistar admiradores (...) Pode-se dizer com affoitesa que a eleição do Senador Eugênio Jardim não é feita pela unanimidade de um Partido, mas por um Estado inteiro, que d'elle espera a continuação do período administrativo de paz, ordem e progresso.

Mesmo diante de seu curto mandato, empreendeu importantes realizações, promovendo a estruturação da indústria têxtil, a ampliação do sistema viário¹⁴⁸, ligando a Cidade de Goiás às cidades goianas localizadas na fronteira de Minas Gerais.

Promoveu a expansão da infraestrutura educacional através da criação de diversos grupos escolares em todo o Estado¹⁴⁹. No ensino superior, foi, ainda, responsável pela reabertura da antiga Faculdade de Direito, sob a designação de Faculdade Livre de Direito. A criação da instituição deu-se por meio da Lei nº 696, de 27/07/1921, sendo instalada em 18/08/1921 no edifício do Senado Estadual, na Cidade de Goiás¹⁵⁰. Promo-

148 O que foi viabilizado a partir da Lei Estadual nº 681/1921, sancionada por Eugênio.

149 Conforme Lei Estadual nº 694, de 27/07/1921.

150 Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, apresentada a 13 de Maio de 1922 pelo Presidente do Estado, Cel. Eugenio Rodrigues Jardim. *Goyaz: Typografia do Correio Official*, 1922, p. 7-12 e 23-25.

veu, ainda, a inauguração da “Escola de Pharmácia de Goyaz”, sob a direção inicial de Brasil Ramos Caiado.

Após um ano e quatro meses de governo, Eugênio Jardim licencia-se do cargo em 11/11/1922¹⁵¹. O 1º vice-presidente, Francisco Ayres, por motivos desconhecidos, não assumiu a chefia do Executivo, restando a Miguel da Rocha Lima fazê-lo.

Consoante a versão oficial, o afastamento de Jardim deu-se por razões de saúde. Nos termos da mensagem encaminhada por Miguel da Rocha Lima ao Congresso Estadual em 13/05/1923: *“Assumindo a 11 de novembro ultimo, na qualidade de 2º Vice-Presidente do Estado, o exercício do cargo de Presidente, que me foi transmitido pelo sr. coronel Eugenio Rodrigues Jardim, o qual, por doente, se viu forçado a afastar-se do Governo.”*

Segundo mandato de senador da República e falecimento

Com a renúncia ao cargo de presidente do Estado, em julho de 1923, por estar desincompatibilizado, Eugênio viabiliza sua candidatura a uma cadeira no Senado Federal para as eleições designadas para o dia 17/02/1924.

Com sua eleição reconhecida pela Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional, toma posse em abril de 1924.

Entre 1924 e 1926, desempenha seu papel de líder político com assento na Comissão Executiva do Partido Democrata, realizando a “ponte” dos interesses do Estado de Goiás com a esfera federal.

Fato decisivo para os rumos da política no Estado e a condução do governo de Brasil Caiado ocorre na noite de

151 Inicialmente, Eugênio Jardim apenas se licenciou do cargo. A renúncia somente veio a ser “aceita e autenticada” pela Mesa do Congresso Legislativo do Estado de Goiás em julho de 1923 (Ofício nº 048, de 01/08/1923, da Secretaria do Senado do Estado).

25/07/1926: ao descer de um bonde na Rua Marquês Abrantes, no Rio de Janeiro, Eugênio é atropelado¹⁵², vindo a falecer naquele mesmo instante¹⁵³.

A morte de Eugênio representava um sério comprometimento na estrutura política do Partido Democrata. Sem sombra de dúvidas, era o coronel a base de sustentação da agremiação no âmbito nacional. A sua ligação com importantes políticos em nível federal garantia o controle do poder pelos democratas.

Chegada a notícia em Goiás, Hermenegildo Bessa, ao consolar a viúva Diva, profetizou: “Depois da morte de Eugênio, Goiás tornou-se um braseiro sob cinzas, assim que alguém der o primeiro sopro, irá tudo pelos ares.”¹⁵⁴

152 Eugênio Jardim havia chegado no Rio de Janeiro poucos dias antes do acidente, hospedando-se, como de costume, no Grande Hotel. Na noite de 25/07/1926, embarcou em um bonde para visitar uma família de suas relações. Pegou o bonde nº 12 – Linha Ipanema. Ao descer no ponto na Rua Marquês Abrantes, por volta de 19 horas, foi atropelado por um automóvel, em alta velocidade, vindo da Praia de Botafogo. O automóvel, de numeração 7.108, era conduzido pelo português João Vieira Teixeira, de 32 anos (jornal *O Imparcial*, edição de 27/07/1926). Mesmo tendo fugido do local do acidente, sem socorrer a vítima, o motorista foi detido pela polícia e conduzido à Delegacia do 6º Distrito. No interrogatório, confessou o crime. Promovida a ação penal, o acusado foi incurso no art. 297 do Código Criminal da época (Decreto nº 847/1890), referente ao crime de homicídio culposo (de acordo com o jornal *Gazeta de Notícias* (RJ), edição de 19/12/1926). Assim, por ter sido pronunciado por crime culposo contra a vida (em 19/08/1926), João Teixeira não foi julgado pelo Tribunal do Júri (apenas para crimes dolosos), mas pelo Juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca do Rio de Janeiro/RJ. Conforme o jornal *A Noite* (RJ), edição de 10/02/1927, “o Dr. Eurico Cruz, juiz da 2ª Vara Criminal, por sentença de hoje, condenou João Vieira Teixeira a dois meses de prisão por ter, em 25 de julho do ano passado, quando dirigia o automóvel número 7.108, pela rua Marques de Abrantes, atropelado e morto o senador Eugenio Jardim”. Já consoante o jornal *Gazeta de Notícias* (RJ), edição de 11/02/1927, “na mesma sentença foi decretada a suspensão da pena pelo prazo de 4 anos”. Note-se, assim, até por se tratar de réu confesso, que o inquérito não demandou maiores investigações e a ação penal correu sem intercorrências ou apontamentos de outros envolvidos, tanto que, após apenas sete meses de tramitação do processo criminal, João Teixeira foi condenado à pena mínima prevista no art. 297 do Código Criminal (2 meses), além de lhe ter sido concedida a suspensão da pena.

153 De acordo com o jornal *A Noite* (RJ), edição de 26/07/1926, na residência do deputado federal João Alves de Castro, na Rua das Laranjeiras, nº 62, foi feita a perícia por parte do médico Rodrigues Caó, “que atestou como causa mortis fratura da base do crânio”. Daí a conclusão de que a morte foi praticamente imediata após a colisão com o automóvel.

154 Segundo Diva Caiado Jardim (1915-2016), em entrevista concedida a Victor Amorim, em 2008, no Rio de Janeiro/RJ.

Após cortejo fúnebre pelas ruas da Capital Federal, o enterro foi realizado no dia 26 de julho, às 16 horas, no Cemitério São João Batista. Nesse mesmo dia, o Corpo de Bombeiros publica a seguinte nota a respeito do falecido:

Com o desaparecimento do Coronel Eugênio Rodrigues Jardim, em virtude de seu falecimento ontem ocorrido nesta Capital, perde o Corpo de Bombeiros um de seus mais antigos oficiais reformados. Nomeado por ato do Governo para exercer as funções de Inspetor Geral, este oficial, então do Exército, eficientemente desobrigou-se dessa honrosa missão, e da de Comandante interino, até a data em que, no cumprimento do dever, foi vítima de um acidente que o impossibilitou de continuar na atividade. Pediu, como lhe facultava o regulamento, demissão do Exército para reformar-se como oficial deste Corpo. Já naquela época, muito sentiu o Corpo de Bombeiros com o prematuro afastamento desse leal e incansável servidor que nele militou de um modo a demonstrar sempre, claramente a todos, o fim de seu objetivo: o engrandecimento do Corpo de Bombeiros. É pois de inteira justiça que se renda preito de saudade à memória de quem tanto se esforçou em prol desta Corporação e que a fatalidade roubou a vida num lamentável desastre de automóvel.

A passagem de Eugênio pelo Corpo de Bombeiros, de fato, ficou marcada, merecendo, inclusive, diversas homenagens póstumas, como a designação da praça em frente à unidade da corporação no bairro de Copacabana.

Os restos mortais de Eugênio foram transferidos para o Cemitério Público de São Miguel, na Cidade de Goiás, em 1936.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás*. Goiânia: Ipiranga, 1979.

AMERICANO DO BRASIL, Antônio. *Pela História de Goiás*. Goiânia: UFG, 1980.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. *Pelo sangue: a genealogia do poder em Goiás*. São Paulo: Editora Baraúna, 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GRpZoG21vecNwSFdc-f8vVpyJfjoZaLN/view>

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. *Estado Unitário e Descentralização Política no Império Brasileiro: atuação da Assembleia Geral Legislativa diante da autonomia normativa das províncias (1835-1889)*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2024.

ASSIS, Wilson Rocha. *Os Moderados e as Representações de Goiás n' A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, 2007.

BORGES, Humberto Crispim. *Moisés Santana: vida e obra*. Goiânia: Cerne, 1980.

BRASIL (Arquivo Nacional). *Memória da Administração Pública Brasileira: Câmaras Municipais*. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/141-camaras-municipais>

BRASIL. *Notícia dos Senadores do Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: UFG, 1991.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora Vieira, 2003.

CAZES, Henrique. *Choro: do Quintal ao Municipal*. São Paulo: Editora 34, 1998.

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Viagem ao Araguaya*, 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. *Chorographia histórica da Província de Goyaz*. Goiânia: Editora Líder, 1979.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2007.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. No Segundo Império, Deputados e Mandarins em Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n. 20, Goiânia, 2009, p. 83-101.

FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de. *Poder e paixão: a saga dos Caiado*, vol. 1. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

GODOY, Claro Augusto de. A Família Jardim, de Goiás. *Revista de Genealogia Latina*, nº 13, 1961, p. 143-151.

GODOY, Claro Augusto. *Fragments do Passado*. Goiânia: O Popular, 1975.

GOIÁS. *A Matutina Meiapontense*. Goiânia: Editora Líder, 1979.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. Goiânia: Editora Vieira, 2013.

MOREYRA, Sérgio Paulo. *Vida Sertaneja: aspirações metropolitanas*. Goiânia: UFG, 2015.

MOREYRA, Sérgio Paulo. O processo de Independência em Goiás. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: Dimensões*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2022, p. 219-244.

MOURA, Nádia Mendes de. *Sertões de mar a mar: Goyazes em suas filigranas*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências*. Nona Série. São Paulo: A Editora, 1912.

NOGUEIRA, Octaciano. *Parlamentares do Império*, vol. 1. Brasília: Senado Federal, 1973.

PANG, Eul-Soo; SECKINGER, Ron L. The mandarins of Imperial Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, n. 1, 1972, p. 215-244.

PASSOS, Elder Camargo de. *Veiga Valle: seu ciclo criativo*. Goiás: Museu de Arte Sacra, 1997.

RIBEIRO, José Eustáquio. *Da impolítica à política: Estado Imperial e formação das elites dirigentes em Goiás na primeira metade do século XIX (Das Cortes de Lisboa à Regência - 1821-1839)*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2016.

SOUZA, David Pereira. *As gravações históricas da Banda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro (1902-1927)*. Tese (Doutorado em Música) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, 1978.



Parque Botafogo,¹⁵⁵ a beleza que encerra a Av. Araguaia

Jacira Rosa Pires¹⁵⁶

Vamos começar falando da singular importância da Av. Araguaia para Goiânia, pois, em conjunto com as avenidas Tocantins e Goiás, forma o Patte D'oise (Pé de Ganso), conhecida expressão francesa para designar esse tripé de avenidas que levam a um lugar de importância ou destaque de uma cidade. No caso de Goiânia, levam ao Centro Cívico da cidade ou Praça Cívica, como é chamada. Local de significativa importância histórica, por ser o marco zero do plano de Goiânia e onde está instalado o Palácio do Governador. Pedro Ludovico Teixeira, o idealizador e construtor da cidade, que iniciou Goiânia, quando estava sendo definida a reconstitucionalização do País, tomou parte ativa na criação do Partido Social Republicano (PSR), que seria emissário das cadeiras de representação goiana na Constituinte de 1934. Seguramente sem sua vontade e persistência, a capital estaria ainda confinada aos limites urbanos da primeira capital, que, apesar de

155 Obs.: Deveria se chamar **PARQUE AFLOR'ÁGUA**, considerando o grande número de nascentes que nele existem.

156 Arquiteta e urbanista, doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Politécnica da Catalunha e sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG); sócia emérita do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Elis para os povos do Cerrado (ICEBE). E-mail: jacirarpres@gmail.com

sua promissora cultura e significativa força política, não abria para expansão e maior crescimento, devido a sua situação geográfica, assim como foi com outras capitais do nosso País, escolhidas não por qualidades geográficas da área, mas pela proximidade que tinha com as minas de ouro, como ocorreu com Ouro Preto, em Minas Gerais, que também mudou sua capital. Voltando ao traçado da Av. Araguaia, que pela sua correspondência de posição faz rebatimento com a Av. Tocantins, entremeadas pela Av. Goiás, temos a seguinte explicação técnica:

“A definição das três avenidas em Goiânia, em disposição radioconcêntrica, abona a composição clássica, como afirma o arquiteto Attilio Correa Lima, autor do projeto, ao mencionar as cidades de Karlsruhe, Versalhes e Washington como inspiração para o projeto, cujos traços radiais foram reforçados na proposição da jardinaria ordenada das avenidas. Também traz inovações resultantes de contendas do período moderno...” As questões anunciadas no projeto de Goiânia estão nas discussões e ensinamentos urbanísticos do período de sua criação, confirmando que o plano desenhado, entre a ordem clássica e cidade jardim, em sua essência estava revestido de modernidade, comprovando a atualização quanto à contenda do momento.” Fonte: Citação que se encontra no livro da Avenida Tocantins. Goiânia 2023, p.11

Terminada essa explicação sobre o desenho de Goiânia e sua correspondência com as discussões e definições do urbanismo moderno em suas preliminares incursões, aqui no Brasil Central, vamos voltar ao nosso objeto de estudo, que é a Av. Araguaia, essa avenida que se estende da Praça Cívica até uma das mais importantes áreas verdes do Setor Central, que é o Parque Botafogo, e que em determinado momento ocorre

sua primeira grande perda de área, para deixar passar ali a extensão da Av. Araguaia. A área fica então dividida em duas partes: Parque Mutirama e Parque Botafogo. Temos que recordar que inicialmente a Av. Araguaia terminava na grande mata, contornada à sua esquerda pela Av. Contorno, que funcionava como uma proteção, atendendo ao desenho do arquiteto autor do plano de Goiânia, Attilio Correa Lima, através do Plano Original, criado na década de 1930. Originalmente, essa área verde situada a nordeste do plano original correspondia a uma área de 540 mil m². Com as interferências que sofreu, como Marginal Botafogo, prolongamento da Avenida Araguaia, e outras ingerências, o parque possui atualmente área de 172.033 m². Assim como todas as áreas públicas anteriormente eram do Estado, o Bosque Botafogo só se tornou Parque Municipal por meio da Lei Orgânica de abril de 1989.

Abriram o parque ao meio, retirando muitas árvores, para estender a Avenida Araguaia até a Av. Independência. Extensão que nunca se justificou, pois a Av. Contorno já fazia essa ligação. Sendo essa a primeira perda de área e de espécies vegetais valorosas que compunham sua rica vegetação, como jatobás, garapas, e muitas outras. Mas é preciso entender que esse espaço era e ainda é uma reserva verde de beleza sem igual, compondo a sequência longilínea da mata ciliar que protege o Córrego Botafogo. Manancial que, em todas as conversas dos que ali viveram, faz recordar com saudades as brincadeiras, passeios, as pescarias, e a garotada tomando banho no local. Foi a total falta de conhecimento da beleza, da riqueza e do valor desse parque que fez com que ele perdesse tanta área verde. A desatenção comandou o momento, e a área do parque foi sendo comida pelas beiradas. E lá se foi aquele que seria o maior e mais significativo parque da

cidade. Veja texto citado no livro do ex-prefeito Hélio Seixo de Brito, praticamente o responsável pela autonomia municipal, que até aquele momento ainda se encontrava nas mãos do Estado. Nessa época, a cidade tinha cerca de 250.000 habitantes (1966, p.268).

De acordo ainda com o projeto do – corrigindo: **professor e escultor Gustav Ritter**, no Bosque do Botafogo, que seria transformado no Parque Municipal de Goiânia, não deveria haver trânsito de veículos. A passagem de uma via pública por ele já foi ideia condenável. O certo seria contorná-lo. Em torno do Bosque deveria ser construído cerca ou alambrado... No restante deveria ser conservado o aspecto do ambiente natural de uma floresta. As árvores mereceriam trato constante e cuidadoso, e entre elas seria formado um orquidário e instalada uma grande gaiola de pássaros.

Como observação técnica, posso esclarecer que a extensão da Av. Araguaia dentro da mata não consta no desenho oficial que acompanha o Decreto 90-A de 1938. Claramente se observa que a intenção de acesso ao parque seria pela Av. Contorno, como pode ser visto na planta oficial.

O Parque Botafogo era lugar preferido também dos artistas da cidade, que ali iam praticar suas pinturas de paisagem ou simplesmente aproveitar a beleza do lugar. Também tinha uma fonte de água potável com três grandes bocas de saída de água, instaladas em um cercado protegido por mureta. Lá, os moradores iam buscar água, quando essa faltava na rua, ou por considerar a água da mina mais pura. Todas essas boas lembranças permaneceram na cabeça das pessoas.

A segunda perda foi com a instalação de uma “rinha de galo” bem ali no começo da Av. Contorno. Com o fim

dessa atividade, no local surge uma clareira sem vegetação; o espaço foi então requisitado para instalação da Academia Músculo e Poder, do professor Antonio Pinheiro, pioneiro em Goiânia nessa modalidade. Ali se instalou e permaneceu por muitos anos. O local nunca mais se recuperou como espaço verde. Hoje funciona como estacionamento do parque, de forma precária. Outra instituição nas proximidades foi o Instituto Araguaia, do Prof. Múcio, uma das escolas mais famosas de Goiânia.

O que seria o nosso grande parque da Mata do Botafogo hoje se encontra dividido em três áreas, uma delas é o **Parque Mutirama**, inaugurado no final da década de 60 (1969) pelo então prefeito Iris Rezende Machado, em seu primeiro mandato. Parque oficializado pela Lei nº 4.178, em outubro de 1969, como Centro de Educação, Recreação e Diversões. Está situado no Setor Central, entre as avenidas Independência, Araguaia e Contorno. A lista de brinquedos do Mutirama é extensa e foi muito criticada quando adquirida pela prefeitura, pois estavam comprando equipamento com 38 anos de uso. Esses equipamentos resistem até hoje, apesar de que sempre se tem notícias de interrupção do uso de alguns, por motivo de avarias. Claro, são equipamentos antigos, mas que ainda fazem a alegria da criançada. Em 1973, a Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio do seu reitor, fez acordo com a prefeitura para que esta construísse ali a sede do Planetário, oficializado pela Lei nº 4.802, que autorizou sua implantação, objetivando manutenção e funcionamento do aparelho. Está também no local a área dos Dinossauros, que contém réplicas em tamanho real. Atualmente o parque é administrado pela Agência Municipal de Turismo e Lazer (Agetul), conforme Lei Complementar

nº 276 de 03.06.2015. Seus equipamentos fazem muito sucesso entre as crianças e os adultos. Em 2019, na sua última administração, Iris revitalizou o parque e anunciou o fim da cobrança de ingressos do público.



Parque Botafogo.
Mapa atual



Equipamentos do Parque Mutirama

Fonte do Paladar, instalada dentro do Parque Mutirama – Tradicional casa de sorvetes que faz parte da história de Goiânia. A Fonte do Paladar foi criada em 1958, inicialmente como casa de vitaminas, em uma banca no Mercado Central. Eram seus proprietários o Sr. Antônio Felipe da Costa (Tonico) e o seu primo, Nicodemos Machado Mendonça. Ficaram no Mercado Central até seu fechamento, no governo do prefeito Manuel dos Reis, que em negociação com o Hotel Umurama decidiu mudar o mercado para outro lugar. A Fonte do Paladar instalou-se então na Rua 3, quase esquina com a Av. Goiás, em uma sala de 3,15 x 8,0 metros, anexa ao Grande Hotel, primeiro hotel de Goiânia. Depois abriram algumas filiais, sendo uma na Rua 8, de frente ao Cine Casablanca, e outra na Av. Anhanguera nº 2.977, entre a Av. Araguaia e Rua 6, bem próxima à Av. Araguaia. Numa época em que ainda não existia shopping center, o comércio no Natal e em outras datas comemorativas era feito principalmente nesse trecho da Avenida Anhanguera. Nessa unidade, eles começaram a fabricação de sorvetes, que agradou tanto aos transeuntes que

por muitas vezes não conseguiram atender à demanda. Era muito trabalho. Chegou um momento em que os dois proprietários terminaram a sociedade, ficando ambos com números iguais de filiais. A combinação foi que aquele que ficasse com o nome da Fonte do Paladar deveria pagar para o outro sócio um determinado valor que não nos foi dito. Sr. Nicodemos pagou e ficou com o nome. Nicodemos e Antônio Felipe (Tonico) foram sócios durante 20 anos. A divisão da sociedade ocorreu porque Tonico arrumou um emprego público e não pôde mais seguir como sócio. Sr. Antônio Felipe da Costa (Tonico) e seus filhos – Paulo Roberto da Costa (Paulinho), Luci Costa e Antonio Carlos – seguiram no ramo imobiliário, por meio da Imobiliária Tropical, e até hoje são donos dessa expressiva firma imobiliária que executou o Condomínio Aldeia do Vale, o mais emblemático condomínio residencial de Goiânia, pela sua qualidade ambiental.

Em 1969, Sr. Nicodemos participou e ganhou a licitação para instalar sua sorveteria no Parque Mutirama, onde está até hoje. Quando ocorreu o Plano Collor, no início da década de 1990, teve de fechar todas as suas filiais, pois suas 24 cadernetas de poupança foram confiscadas. Ficou apenas com a loja do Mutirama, que era a de custo mais barato. Quando questionei sobre a qualidade do seu sorvete, que ainda conta com uma grande freguesia, me respondeu que a iguaria é feita de produtos mais naturais. Contou que por muito tempo teve uma chácara nas proximidades de Trindade – Estância Padre Pelágio, de onde tirava quase tudo para produção de suas lanchonetes e sorveterias: tinha 1.500 pés de café, que ele colhia e mandava processar; tinha frutas como laranja e limão; gado, do qual tirava o leite e fazia queijo; plantação de girassol para alimentar abelha; 20 caixas de abelha para

produzir mel, que foram colocadas na cabeceira da mata que lá existia. As abelhas se alimentavam das flores das laranjeiras, do limão, do assa-peixe (*Vernonia polyanthes*) e da flor do girassol. O girassol, quando terminava seu ciclo de vida, era transformado em ração para alimentar o gado. Toda essa produção era utilizada em suas lanchonetes, onde, como se pode ver, ele usava o máximo de produtos naturais que podia. Em uma época em que o Parque Mutirama era considerado a Disneylândia de Goiânia.

Sr. Nicodemos viu muitas coisas acontecerem no parque, com várias administrações desastrosas. O que se conta, segundo ele, é que a melhor administração que o parque já teve até hoje foi do Sr. Alexandre Magalhães, que foi talvez o único administrador que mensalmente prestava conta dos bons rendimentos do local.



A Fonte do Paladar, essa relíquia da história de Goiânia e que praticamente todo goiano lembra e provou, existe até hoje, e com o mesmo sabor daquela época. Por seu histórico e pela qualidade de seu produto em 2018, Sr. Nicodemos foi homenageado com o “Diploma Honorífico de Cidadão Goianiense” pela Câmara Municipal de Goiânia, documento que guarda

com carinho. E a boa surpresa que ele deixou para o final foi a notícia da abertura de uma nova loja com o mesmo nome, que situará na Rua 4, quase esquina com Rua 7, no Setor Oeste.

Parque Botafogo - Efetivado pelo Decreto 2.109 de setembro de 1994, é um parque geograficamente dividido em duas partes, pela passagem do Córrego Botafogo. Esse córrego, que deveria ser o elemento de maior destaque e o bem maior, e de maior beleza, infelizmente, não corresponde à descrição dos frequentadores daqueles idos de 1940 e 1950. O Córrego Botafogo e demais mananciais da cidade estão abandonados, esquecidos, desconsiderados. O córrego, que deveria ser elemento de ligação e de beleza maior no parque, na verdade é elemento de divisão entre o Setor Central e a Vila Nova. Situação reforçada com a instalação da Marginal Botafogo, com grande perda da mata ciliar. Uma avenida cujo projeto poderia propor algo diferenciado e inovador, para não reduzir a área do parque.



Fotos: Arq. Jacira R. Pires 2024



Foto: Leticia Coqueiro, 2023

Mas isso tudo já passou. E agora é cuidar do que restou, pois a área ainda vale muito a pena, apesar das perdas. Ainda é um lindo espaço a usufruir. O Parque Botafogo é um nome hostil, irresponsável e sem romantismo. Não combina com suas extraordinárias características. A partir de agora,

podemos chamá-lo, considerando o grande número de nascentes que existe no lugar, de “Parque Aflor’Água”, sugestão de nome dada por mim ao Parque Botafogo, situado parte no Setor Central e parte na Vila Nova. Hoje se encontra aos cuidados da Agência Municipal do Meio Ambiente (AMMA). Sua urbanização se deu entre 1994 e 1995. A parte situada no Setor Central ainda possui um bom percentual da mata nativa, e nascentes, recebeu caminhos, área de estar, mesas, bancos e lagos. E a parte situada do lado da Vila Nova recebeu equipamentos como bicicross, boxes, lanchonetes com sanitários, e chuveiros próximos ao campo de futebol, arquibancada e quadras de esporte. Por um tempo existiram portaria que marcava o acesso principal e uma passarela de pedestres, com 36 metros, ligando as duas áreas. Hoje não existem mais. Por tudo isso, o que se constata é que há muito ainda por fazer para tornar essas duas áreas um parque real interligado, ou seja, um parque de orgulhar o goianiense, para mostrar a turistas, filhos e amigos. Temos de exaltar o que é nosso, evidenciando e valorizando nossas belezas naturais.

Houve nas décadas de 50 e 60 importantes instalações nas proximidades do parque, mas que já foram retiradas por motivos óbvios – ali estava uma área de preservação. E também faz bem pouco tempo que essa área foi regulamentada como Parque Municipal (1989). Uma dessas instalações foi o famoso Instituto Araguaia, do prof. Múcio de Melo Álvares, esse considerado professor que nasceu em Formosa – GO. Em Goiânia, foi educador emérito. Fundou e dirigiu dois educandários de renome: o *Instituto Araguaia* e a Escola Infantil Pollyanna, escolas que são marcos na educação e na formação da infância e da juventude em Goiânia. A sede dessa famosa instituição funcionou por mais de 40 anos nas proximidades

do Parque Botafogo. No pátio da escola havia uma mina, no fundo da escola se avistava as grandes árvores da mata do Botafogo, para se ter uma ideia do quão precioso era o lugar onde estava instalada.

Professor Múcio foi casado com Elba Consort de Melo Álvares, grande trabalhadora da Doutrina Espírita, médium, e muito dedicada às causas sociais. O casal é carinhosamente chamado de Prof. **Múcio e Dona Elba**, e são âncoras espirituais na vida de muitos que hoje se dedicam ao trabalho espírita.

Outra importante instalação foi a “Academia Músculo e Poder”, de propriedade de Antônio Pinheiro, que, inspirado em revistas americanas e com ensinamentos de dois atletas de Belo Horizonte, aprendeu a trabalhar a musculatura humana. Iniciou com instalações improvisadas na Avenida Oeste, perto do Estádio Olímpico. Com a retirada da Rinha de Galo do Parque Botafogo, a área parecia estar sem destinação. Foi então que solicitou a área para sua academia, pois precisava de melhores instalações. O terreno foi cedido pelo Estado e, com um projeto elaborado pelo arquiteto Raul Filó e decoração com a ajuda do pessoal da Escola de Belas Artes, inclusive com um painel de Cleber Gouveia, ali se instalou. Em 1965, quando iniciou, tinha para as mulheres o horário das 8h às 16h e para homens, das 16h30 às 20h. Em determinado momento, em função do Parque Mutirama, o prefeito Iris Rezende solicitou a área e a retirada da academia. Em negociação com Antônio Pinheiro, pagou o preço avaliado pela prefeitura. Dessa forma, esse espaço voltou a ser público. Com o ocorrido, a Academia Músculo e Poder mudou para a Av. Assis Chateaubriand com o nome de Múscle, onde se encontra até hoje.

Depoimentos

Em depoimento de Carlos Antonio Canabrava (18/01/1951), ele conta que nasceu em Goiânia e morou na Av. Araguaia nº 1.073, S. Central. Nessa avenida, passou sua infância e juventude, juntamente com sua família, bem próximo da mata. Foi colaborador nas pesquisas da Rua 8 e Av. Tocantins, e agora, da Av. Araguaia. Da Av. Araguaia, tem boas lembranças dos anos 50, e 1960, quando brincava na densa mata nativa que ali existia, repleta de animais silvestres. Carlos lembra que no parque também existiu uma bela fonte mineral projetada com muretas de alvenaria, onde jorrava por quatro ou cinco bocas água de puríssima qualidade. Muitos moradores da Av. Araguaia iam até a mina buscar água. Primeiro pela qualidade ou então quando faltava água no bairro. E quando isso acontecia, formava até fila, momento de descontração e de encontrar os moradores das proximidades. A mina na época era um dos atrativos da mata. Bem projetada, era contornada por mureta de mais ou menos 80 cm de altura, que fechava uma área de mais ou menos 4 x 4 metros. Para chegar às bicas ali instaladas era preciso descer de três a cinco degraus, projetados nas duas laterais da área cercada. Na entrada desse cercado havia uma plataforma de acesso com bancos para descansar ou esperar a fila da água. Também lembra que na área onde hoje está o estacionamento do Parque Mutirama funcionou uma Rinha de Galo, em uma construção com degraus feitos de concreto e alvenaria para aí se sentar os apreciadores do estranho “esporte/show”. Pessoas importantes da época promoviam esse evento, que com o tempo foi proibido pela legislação federal e o prédio foi demolido. Lembra também que nos anos 60 frequentavam o Cine Casablanca, instalado nas proximidades, e que tomava sorvete ao lado do cinema, na então famosa Fonte do Paladar, que era frequentada por todos os goianos.

Depoimento da senhora Regina Celia Coutinho Seixo de Brito, filha de Célia Coutinho Seixo de Brito e do ex-prefeito Hélio de Brito, que também moraram na Av. Araguaia. Texto cedido por sua neta, Alice Augusta Seixo de Brito de Fleury,

Av. Paranaíba abaixo da Av. Contorno - Famosa Matinha" - Na Matinha havia um campo de futebol; mina d'água, onde as pessoas buscavam água. A meninada da região caçava com espingarda de chumbo. Margeando a Matinha, passava o Córrego Botafogo e existia um pontilhão que ligava a Av. Araguaia ao Bairro Vila Nova. A "meninada" tomava banho no Córrego Botafogo e as famílias faziam piquenique. Para vigilância da Mata, havia o guarda-mata, que morava com sua família numa casa de madeira no local. A "Matinha" servia de inspiração para as artistas Célia Coutinho Seixo de Brito e Neuza de Moraes, que eram moradoras na Avenida Paranaíba e possuíam suas casas quase que vizinhas. Com suas maletas de tinta, telas e cavaletes, eram conduzidas de carro por Dr. Hélio Seixo de Brito da Avenida Paranaíba até a Matinha. Ele tirava os cavaletes do carro, montava-os e, na hora acordada, passava para buscá-las. Juntas, ficavam horas pintando suas telas e podiam ser vistas sempre do lado direito, próximo à Avenida Contorno.

Depoimento de Fabrícia Hamu, jornalista, sobre o Parque Mutirama:

Atire a primeira pedra quem foi criança naquela época e nunca desceu repetidas vezes o tobogã sentado em um saco de estopa. Encarar o brinquedo altíssimo, no sol quente, protegido somente por aquele trapo nos rendia várias queimaduras nas pernas - e risadas insanas. Havia, ainda, os carrinhos "elétricos" que davam a volta pelo parque, onde a gente apertava os pedais fingindo que dirigia, e o Trem Fantasma, que, de tão tosco, acabava causando medo mesmo. Tudo terminava na lanchonete, com direito ao pastel de carne e a um refrigerante Bidu, de uva, ou Crush de laranja.

Para concluir:

A Lei nº 9.605, que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, diz em seu artigo 63 que é crime “alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão do seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem a autorização competente ou em desacordo com a concedida.” Fonte: Godoi, 2024, p. 56.

O Parque Botafogo, previsto no Plano Original de Goiânia – Decreto 90-A de 30 de julho de 1938, foi criado como Parque Municipal pela Lei Orgânica de abril de 1989, com área de 172.033,06 m².

Referências

BRITO, Hélio Seixo de. *Histórico de uma Administração – Autonomia municipal de Goiânia*. Edições Alarico, São Paulo. S.P. 1966.

COSTA, Antonio Felipe da. *Conversas em Família / Antonio Felipe da Costa*. Goiânia: Edição do autor. 2012.

GALLI, Ubirajara. *Avenida Tocantins: Goiânia – Goiás (Décadas de 1930 a 1960)*. Goiânia, Kelps, 2023.

GODOI, Emiliano Lobo de. *Eu no Meio do Ambiente*. Goiânia, GO: Cefraf UFG, 2024.

PESSONI, Carolina. *Parque Botafogo é recanto de área verde no Centro de Goiânia*.

PIRES, Jacira Rosa. *Goiânia – Cidade Pré-Moderna do Cerrado 1922-1938*. Goiânia, GO: Ed da PUC Goiás. 2009.



Anthropo + Logos: a diferença que a diferença faz

Altair Sales Barbosa¹⁵⁷

Entre as ciências que se dedicam ao estudo do Homem, a Antropologia é a única que o estuda como animal e as coisas que este animal faz ou poderá fazer.

Ao estudar o Homem como animal, a Antropologia abraça a Biologia em termos metodológicos e desse abraço surgiram, dentre outras revoluções do conhecimento, as classificações sanguíneas, a descoberta do DNA, o conhecimento do genoma humano, a descoberta e função da melanina, a sistemática ou taxonomia animal, etc. Com base na Anatomia e outras técnicas somáticas, a Antropologia descobriu a dactiloscopia ou a individualidade das impressões digitais, que evoluiria para a Antropometria, hoje genericamente conhecida como Biometria.

Assim, a Antropologia demonstrou ao mundo que pigmeus, germânicos, árabes, zulus, carajás, judeus, russos, holandeses, portugueses etc. não passam de variações dentro de uma só espécie. Entretanto, com base na Paleontologia, a mesma Antropologia revelou que nem sempre fomos o que somos. Australopithecus, Pithecanthropus, Neandertal e

157 Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Instituto Altair Sales (IAS).
E-mail: altairsalesbarbosaf@gmail.com

Cro-Magnon, além de evidenciarem que um dia fomos *Homo habilis*, *Homo erectus* e *Homo sapiens* primitivo, evidenciam também que a terra presenciou, num período não muito distante, a existência de duas humanidades. Uma foi extinta no Paleolítico Superior. Somos sobreviventes da humanidade que triunfou.

Para compreender a totalidade do homem, o antropólogo se transformou num estudioso árduo da Primatologia. Desses estudos surgem conhecimentos novos, tais como a Sexologia, cujo estudo deste tema na sociedade *bonobo* contrariou antigas suposições sobre a supremacia masculina na evolução humana, criando assim as janelas que possibilitaram o estudo de “gênero” hoje tão atual.

Os estudos antropológicos associados à pesquisa médica proporcionaram conhecimento de um tipo especial de mutação genética que com frequência causa doenças nos seres humanos; isso ajudou a medicina a perceber que certos grupos humanos são mais susceptíveis a determinadas patologias que outros. Possibilitou também o rastreamento das doenças, descobrindo em alguns casos as suas origens. Foi a Antropologia que alertou os programas humanitários universais sobre a necessidade de se conhecer os hábitos alimentares das populações a serem atendidas, pois certos grupos humanos, ao ingerirem a lactose contida no leite bovino, inevitavelmente contrairão a diarreia.

Com a Geologia, a Antropologia buscou compreender a história do planeta, por meio dos seus estratos, para entender a história do Homem. Esse processo, conhecido como estratigrafia, que traz noções sobre datação relativa, motivou a Física e a Química a criarem os métodos para datação absoluta.

Portanto, gênese, evolução, adaptação e mutação são apenas algumas das facetas da Antropologia Física ou Biológica, aquela parte da Antropologia que estuda o Homem como animal. E assim procedendo, a Antropologia demonstrou que compartilhamos com os demais animais muito mais semelhanças que diferenças.

Ao estudar as coisas produzidas pelo animal humano, a Antropologia criou o conceito de cultura, embora este já houvesse sido concebido por Locke no seu *An essay concerning human understanding*, mas foi a Antropologia que o lapidou, produzindo a partir de então uma verdadeira revolução nas ciências conhecidas como humanas, sociais, políticas e econômicas.

A Antropologia, que foi concebida por alguns como a ciência da História, ultrapassou esse limite, demonstrando que a História tem seu próprio corpo epistemológico, criando a história da História.

Ao demonstrar que a aquisição da linguagem e do simbolismo nas artes pode ser a causa das extraordinárias habilidades cognitivas e que nosso intelecto supostamente único tem raízes muito mais profundas do que se supõe, a Antropologia abriu caminhos para a Filosofia, Psicologia e Pedagogia, portanto não é de se estranhar que a tolerância a outros costumes é uma atitude característica nas obras de Descartes, Vico, Voltaire, Diderot, Montesquieu, Turgot, só para citar alguns pensadores que caracterizam a época do Ilustracionismo. Não é de estranhar também a convergência de ideias nas obras de Freud, Ruth Benedict, Margaret Mead e os estudos atuais da Psicologia comportamental que tem suas bases na Primatologia.

Também não é de se estranhar que pedagogos criadores de “métodos” buscaram inspirações em estudos antropológicos - foi assim com Maria Montessori (1900), foi assim com Paulo Freire (1968). A autora, criadora do método Montessori, afirmava: “A Antropologia Pedagógica difere da Antropologia Criminal e da Antropologia Médica; estas duas não têm nem necessitam de mais cultivadores do que médicos especialistas. Pelo contrário, a primeira, além de médicos, aos quais se confiam os diagnósticos e cura, necessita fundamentalmente do professor, o qual deve realizar pessoalmente um grande trabalho de observação que possibilite a continuidade dos trabalhos de observação médica.”

Já Paulo Freire, fundamentado no conceito de cultura, criou uma concepção fecunda de Pedagogia da dominação, Pedagogia da alienação, Pedagogia da conscientização e Pedagogia da libertação.

Não se pode negar a importância das técnicas desenvolvidas pela Antropologia para a Educação Física, para os Serviços Militares e para outras incontáveis atividades humanas. A Antropologia demonstrou também para as Ciências Jurídicas que existem outros corpos jurídicos, independentes da orientação greco-romana, pelos quais pautam aborígenes australianos, nativos africanos e indígenas americanos e brasileiros. Mesmo altas civilizações têm ou tiveram seus corpos jurídicos próprios, fora dos padrões ocidentais. Ainda em sociedades pautadas pelo Direito Greco-Romano, foi responsabilidade da Antropologia demonstrar a força do Direito Consuetudinário.

“Nesse movimento de distanciamento de antigos triunfos transformados em comodismo, de grandes avanços de outrora transformados em barreiras, a Antropologia

desempenhou em nossa época um papel de vanguarda. Fomos os primeiros a insistir numa série de coisas: que o mundo não se divide entre devotos e supersticiosos; que há esculturas nas selvas e pinturas nos desertos; que a ordem política é possível sem o poder centralizado, e a justiça prova sem regras codificadas; que as normas da razão não foram estabelecidas na Grécia nem a evolução da moral se consumou na Inglaterra. Mais importante, fomos os primeiros a insistir em que vemos a vida dos outros através das lentes que nós próprios polimos e que os outros nos vêem através das deles” (Geertz: 2008).

A Antropologia criou na academia a figura do pesquisador de campo, que nunca foi bem compreendida pelas academias periféricas, demonstrou que as habilidades necessárias na sala de aula e as exigências em campo são bem diferentes. O sucesso num ambiente não garante o sucesso no outro e vice-versa, mas ambos são imprescindíveis, naquelas instituições que querem se destacar pela eficiência.

A lista das relações da Antropologia com outros campos do conhecimento é interminável e precisaria de muito espaço e tempo para explicitá-la. Entretanto, para finalizar, não poderia passar despercebida a relação entre Antropologia e Geografia, porque tratam de ciências gêmeas siamesas, uma não vive sem a outra.

Na sua própria concepção, Geografia e Antropologia se apoiam em duas pernas interdependentes. A primeira se apoia nas pernas física e humana, e a segunda se apoia nas pernas física e cultural. Nos seus princípios, a Geografia desenvolveu seu raciocínio com base no determinismo geográfico, enquanto a Antropologia fez o mesmo com base no determinismo racial. Com o passar dos tempos, uma série de

orientações teóricas similares cadencia as duas ciências de forma quase idêntica: possibilismo, funcionalismo, relativismo, positivismo que motiva o estruturalismo, a revisão do determinismo e atualmente o materialismo histórico e cultural, que desemboca na atual orientação teórica denominada ecologia cultural já adotada pela Antropologia de forma consistente, enquanto a Geografia busca achar caminhos para os problemas ambientais atuais.

Portanto, como a Geografia se perdeu na unilateralidade da interpretação equivocada do materialismo dialético, a Antropologia, como ciência irmã, sente-se na obrigação de reafirmar que o homem atual é o resultado de dois processos evolutivos que se sobrepuseram ao longo do tempo: a evolução biológica, que comparte com os demais seres vivos e que fundamentalmente consiste na transferência das adaptações biológicas que facilitam a sobrevivência e seleção das espécies, e a evolução cultural, produto dos avanços tecnológicos logrados pela espécie humana em sua evolução biológica.

A evolução cultural tem significado, por um lado, a organização do homem em grupos sociais, o que tem gerado problemas demográficos, problemas de saúde, problemas de educação, problemas institucionais etc. Por outro lado, a evolução cultural agregou, ao fluxo básico de energia e de informação e de circulação de matéria, o fluxo de dinheiro como resultado de intercâmbios e das transações, gerando assim uma série de variáveis econômicas relacionadas com produção, capital, trabalho, comércio, indústria, consumo, níveis de preços, planificação de inversões, maximização de ganho, transferências de tecnologias, etc. A aplicação das diversas tecnologias sobre o mundo natural não só originou diversas manufaturas, como artesanato, instrumentos,

maquinários etc., como também deu origem a uma grande quantidade de ecossistemas artificiais, cidades, metrópoles, megalópoles, campos de cultivo, áreas de pastoreio, pastagens artificiais, represas, canais de regadio, rodovias, vias férreas, aeroportos, grandes usinas, complexos atômicos etc. Por último, a evolução cultural deu origem a uma série de estruturas ou ideo-facturas filosóficas, crenças, conhecimentos, valores, normas etc.

O homem atual pertence, portanto, a dois mundos diferentes: ao mundo natural por herança, já que é um ser vivo, e ao mundo sociocultural, como consequência de sua própria evolução cultural.

O Meio Ambiente Humano atual é um sistema complexo no qual intervêm variáveis físicas, químicas, biológicas, sociais, econômicas e culturais, o que dá origem a uma trama complexa de interação e interdependência.

Isso significa que, quando se analisa um ecossistema humano, tem de se considerar tanto as variáveis relacionadas com as bases físicas que sustentam a primeira perna da geografia como as variáveis relacionadas às socioestrutura, às tecnoestruturas e às estruturas culturais. Como um todo integrado, porque a organização básica do ecossistema natural segue vigente ainda que profundamente modificada e enriquecida quanto ao número de variáveis participantes.

Para finalizar já entrando no campo da Geopolítica, mais uma vez foi a Antropologia que alertou para a possibilidade da criação do Homo Davos (2006) – cuja ideia é o fim da história e a solidificação e criação de fundos para amenizar a pobreza.

Depois da realização de tantos outros fóruns mundiais, hoje muito em moda, a Antropologia está sempre atenta.

Este é o papel da Antropologia: inquietar, ficar de atalaia. Tranquilizar é tarefa de outros, e parafraseando Geertz diríamos que, se quiséssemos verdades caseiras, deveríamos ter ficado em casa.

Assim é a Antropologia destacando e respeitando as diferenças na aldeia global de Mac Luhan.



Mudanças climáticas não são de hoje

Altair Sales Barbosa¹⁵⁸

Emiliano Lobo de Godoi¹⁵⁹

Ninguém em sã consciência, hoje, é capaz de negar as mudanças nos ritmos climáticos que vêm ocorrendo nas últimas décadas. Tais alterações, somadas à degradação ambiental, representam ameaças interligadas ao futuro do nosso planeta (Piguet, 2022). Desde a Revolução Industrial, com a intensificação do uso de combustíveis fósseis, o crescente processo de urbanização e as mudanças no uso da terra, têm-se observado alterações ambientais generalizadas (Wang et al., 2021).

Esse fenômeno pode ser percebido por diversos efeitos, entre eles a mudança nos índices pluviométricos, cada vez mais irregulares, e nas temperaturas, até mesmo nas faixas tropicais da Terra. Nessas regiões, meses correspondentes aos verões hipotéticos têm se apresentado mais amenos, enquanto os meses que correspondem à primavera estão cada vez mais quentes. Da mesma forma, os meses de maio, junho e julho, antes muito frios nas regiões tropicais, mostram uma notável irregularidade térmica de ano para ano. Nos últimos 25 anos, o enfrentamento e a adaptação às mudanças climáticas

158 Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Instituto Altair Sales (IAS). E-mail: altairsalesbarbosaf@gmail.com

159 Professor e pesquisador da Universidade Federal de Goiás (UFG). E-mail: emiliano@ufg.br

tornaram-se temas de extrema importância, promovendo debates acadêmicos, políticos e econômicos (Antwi-Agyei & Nyantakyi-Frimpong, 2021).

Regiões do hemisfério sul, onde anteriormente eram registradas apenas esporadicamente tempestades tropicais ou pequenos furacões, passaram a conviver com esses fenômenos de forma mais frequente. Esses fatos evidenciam mudanças nas configurações climáticas, especialmente nas últimas três décadas. Ao longo da história recente do Planeta Terra, muitas mudanças climáticas globais foram registradas, algumas de longa duração e outras mais curtas. O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) projetou que as temperaturas da superfície global aumentarão pelo menos 1,5°C até o final deste século (IPCC, 2014).

Alguns especialistas indicam que as mudanças climáticas atuais são consequência do aumento da concentração de carbono na atmosfera, provocado principalmente pela queima de combustíveis fósseis, e apontam o nível de 350 ppm como o limite para evitar um colapso climático (Hansen et al., 2008). A relação entre a temperatura da Terra e a concentração de ácido carbônico na atmosfera já é objeto de estudo há muitos anos. Arrhenius e Holden estabeleceram essa correlação já em 1897 (Arrhenius & Holden, 1897). No artigo intitulado “On the Influence of Carbonic Acid in the Air upon the Temperature of the Earth”, os pesquisadores indicam que uma duplicação da concentração de CO₂ na atmosfera resultaria em um aumento de temperatura de, aproximadamente, 5 a 6°C. Essa previsão destacou o impacto potencial das emissões de CO₂ no clima global e previu que as atividades humanas, ao liberar grandes quantidades de CO₂, poderiam aquecer significativamente o planeta.

Entretanto, estudiosos da história evolutiva do Planeta Terra sabem que, em concentrações normais, o CO₂ é um fator primordial para o metabolismo das plantas e para a manutenção de um padrão climático global, sem provocar entropia. A dificuldade está em estabelecer o nível ideal desse padrão para cada faixa latitudinal do planeta. Os dados atuais indicam que as concentrações globais de CO₂ passaram de 272 ppm na aurora da era pré-industrial para 346 ppm em 1986. No entanto, no período Cretáceo, uma época de grande diversidade de vida na Terra, a concentração de CO₂ era dez vezes maior (Postel, 1986; Pacheco & Helene, 1990).

Outro fator relevante a ser considerado para nossas reflexões refere-se às oscilações nas concentrações de CO₂ durante a glaciação pleistocênica, época em que o clima da Terra experimentou diversos “períodos” glaciais alternando com “períodos” interglaciais (Leite, 2015). Durante esse período, as concentrações de CO₂ atingiram um máximo de 350 ppm antes do início do último período interglacial, ou seja, ainda no final do estágio Glacial, conhecido como Würm na Europa e Wisconsin na América do Norte, e um mínimo de 225 ppm pouco antes do fim do período Glacial Würm/Wisconsin.

De acordo com Pacheco & Helene (1990), análises isotópicas do carbono contido nos anéis de crescimento de troncos de árvores indicaram variações nas taxas de CO₂ na atmosfera da Europa ao longo dos últimos 15 séculos. Entre os anos 1000 e 1010, a taxa de CO₂ subiu de 230 ppm para 310 ppm, um aumento semelhante ao atual. Ainda segundo as autoras, se esse período quente precedeu ou sucedeu o aumento de CO₂, é uma questão ainda sem resposta. Isso demonstra que a relação entre a taxa de CO₂ e o clima continua sendo altamente especulativa.

O estudo do clima envolve inúmeras variáveis, e nem todas podem ser mensuradas com exatidão. Até a década de 1980, os físicos defendiam a tese de que o universo era governado por leis precisas e estáticas, o que permitiria prever eventos. No entanto, a Teoria do Caos mostrou que os eventos universais podem ocorrer de maneira aleatória. Assim, previsões climáticas localizadas e temporais podem sofrer alterações repentinas, já que os mecanismos são imprevisíveis. Nesse contexto, o estudo das mudanças climáticas deve levar em consideração tanto as causas naturais quanto as causas antrópicas.

O ser humano, enquanto espécie *Homo sapiens sapiens*, já demonstrou ser capaz de alterar diversos ecossistemas e até criar ecossistemas artificiais, desde a pré-história até os tempos atuais. No entanto, afirmar que o ser humano pode controlar forças universais é tentar construir um antropocentrismo artificial.

Não seria mais lógico – nem menos – direcionar nossa narrativa histórica para o *Homo sapiens sapiens* em vez de outras espécies modernas, como o *Octopus vulgaris*, o *Panthera leo* ou as *Sequoias sempervirens*? Um andorinhão com inclinação de historiador, justificadamente orgulhoso de seu voo, poderia considerar que andorinhões, essas espetaculares máquinas voadoras com asas arqueadas que permanecem no ar por um ano ininterrupto e até copulam em pleno voo, representam o ápice do progresso evolutivo.

Elaborando uma fantasia inspirada em Steven Pinker, se os elefantes pudessem escrever a história, talvez retratassem a anta, o elefante-marinho e o macaco-narigudo como primeiros ensaios ao longo da evolução da tromba – criaturas que, embora tivessem dado os primeiros passos, jamais

alcançaram o sucesso pleno na proboscidade. Elefantes astrônomos, por exemplo, poderiam especular sobre a existência de formas alienígenas de vida que, em algum outro mundo, teriam atravessado o “rubicão nasal” e dado o salto final para a evolução plena da tromba.

No entanto, não somos andorinhões nem elefantes; somos seres humanos. Quando, em imaginação, perambulamos por épocas remotas, é natural que reservemos curiosidade e afeição especiais por qualquer espécie que, naquele cenário antigo, tenha sido nossa ancestral. E é fascinante pensar que sempre houve uma espécie com esse papel. É difícil negar nossa tentação humana de enxergar nossa própria espécie como aquela que percorre o caminho principal da evolução, enquanto as outras caminham pelas margens, como coadjuvantes.

Nesse sentido, a discussão sobre mudanças climáticas deve se afastar de questões ideológicas e compreender a história evolutiva do Planeta Terra em todos os seus aspectos. Desde as movimentações das placas tectônicas, as correntes marinhas e suas correlações com as correntes aéreas, passando por fenômenos localizados como El Niño e La Niña, erupções vulcânicas, a teoria geral dos sistemas, a teoria do caos, a teoria de Milankovitch, os fluxos de carbono, as influências das correntes solares e as ações antrópicas dentro de uma perspectiva histórica da humanidade.

Por fim, é também essencial levar em consideração as dinâmicas climáticas nas faixas zonais da Terra, definidas latitudinalmente, e lembrar que fenômenos de inversão de polaridade magnética já ocorreram na história do planeta.

Referências

ANTWI AGYEI, P., & NYANTAKYI-FRIMPONG, H. (2021). Evidence of climate change coping and adaptation practices by smallholder farmers in northern Ghana. *Sustainability*, 13(3), 1308.

ARRHENIUS, S., & HOLDEN, E. S. (1897). On the influence of carbonic acid in the air upon the temperature of the earth. *Publications of the Astronomical Society of the Pacific*, 9(54), 14-24.

HANSEN, J.; SATO, M.; KHARECHA, P; BEERLING, D.; BERNER, R.; MASSON-DELMOTTE, V.; ... & ZACHOS, J. C. (2008). Target atmospheric CO₂: Where should humanity aim?. *arXiv preprint arXiv:0804.1126*.

IPCC. Climate change 2014: Impacts, adaptation, and vulnerability. Part A: Global and sectoral aspects. *In* Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. FIELD, C.B.; BARROS, V.R.; DOKKEN, D.J.; MACH, K.J.; MASTRANDREA, M.D.; BILIR, T.E.; CHATTERJEE, M.; EBI, K.L.; ESTRADA, Y.O.; GENOVA, R.C. Eds.; Cambridge University Press: Cambridge, UK, 2014.

LEITE, J. C. (2015). Do mistério das eras do gelo às mudanças climáticas abruptas. *Scientiae studia*, 13(4), 811-839.

PACHECO, M. R. P. D. S., & HELENE, M. E. M. (1990). Atmosfera, fluxos de carbono e fertilização por CO₂. *Estudos avançados*, 4, 204-220.

PIGUET, E. (2022). Linking climate change, environmental degradation, and migration: An update after 10 years. *Wiley Interdiscip. Rev. Clim. Change* 13, e746.

POSTEL, O. (1986). Les prophètes de l'été carbonique. *Science et vie*, Août 1986.

WANG, F; HARINDINTWALI J.D.; YUAN, Z., et al. (2021). Technologies and perspectives for achieving carbon neutrality. *The Innovation* 2, 100180, 10.1016/j.xinn.2021.100180.



Dimensões socioculturais da comida e do comer – do estômago aos impérios

Eguimar Felício Chaveiro¹⁶⁰

Benjamim Pereira Vilela¹⁶¹

Ângelo Silva Cavalcante¹⁶²

Alguns adágios populares têm legitimidade científica, como este: “A pessoa é o que come”. Ou como este: “A comida é o principal agente de promoção de saúde”. Esses adágios certificam o que parece óbvio, mas não é. Se uma das principais lutas da história humana refere-se à conquista da comida, incluindo as formações gentílicas até o atual momento, desde que as primeiras plantas e os primeiros animais foram domesticados, comer se tornou um processo atravessado pelo modo que se organizou e se organiza os poderes.

Vive-se agora o período dos impérios agroalimentares. Poucas e enormes empresas controlam, em escala mundial, a produção de sementes; o armazenamento e a distribuição dos bens alimentares; o mercado alimentar; a tecnologia e a

160 Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular da Universidade Federal de Goiás (UFG). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe). E-mail: eguimar@hotmail.com

161 Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ). Professor do Instituto Federal de Goiás (IFG). E-mail: benjamim.vilela@ifg.edu.br

162 Economista e professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: angelo.cavalcante@ueg.br

pesquisa agronômica. Esse tipo de monopólio ocorre porque a comida, em todo o seu processo, se tornou uma das principais mercadorias que se estendeu no pós-guerra até o atual momento.

Mas não se trata de apenas monopólio e de sua força econômica e política. Junto à monopolização ocorre a invasão do refrigerante nas práticas alimentares. O mundo urbano altera a forma de comer fora de casa; cada vez mais os cidadãos são obrigados a comer com rapidez. Os alimentos, por sua vez, são, cada vez mais, quimicizados. Cria-se uma verdadeira artificialização do alimento.

Por conseguinte, da produção do alimento ao seu consumo há um conjunto de mediações, incluindo a dimensão ideológica. A propaganda, o marketing, a publicidade, os posts e um conjunto de modalidades imagéticas gourmetizam a comida, a transforma num espetáculo, insere-a na pauta do status, dos poderes de classes e grupos sociais.

Com vistas aos interesses dos grupos que dominam toda a cadeia da produção ao consumo final, a comida vai ficando cada vez mais distante dos ambientes alimentares. A alteração dessa relação implica em mudanças que levam ao consumo cada vez mais da comida industrializada, produzida com diversos aditivos, conservantes, saborizantes, aromatizantes, os quais são responsáveis por doenças e alterações metabólicas que promovem desarranjos e trazem consequências para a vida de muitos sujeitos.

Práticas milenares de cultivo foram, com rapidez, cedendo à comida industrializada e à agricultura química. A comida ultraprocessada, ramificada em pântanos e desertos alimentares, se multiplicou, provocando o que tem sido denominado “alienação alimentar”. Esse tipo de alienação é

caracterizado pelo distanciamento entre o sujeito que come e a origem da sua comida.

Entretanto, a despeito do vertiginoso aumento da produção e da produtividade, das inovações tecnológicas e científicas, não foi possível eliminar a fome. As estatísticas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) demonstram que há hoje no mundo quase um bilhão de pessoas passando fome e dois bilhões consumindo uma dieta alimentar pobre em micronutrientes.

Além disso, a prática alimentar baseada no alimento ultraprocessado tem criado o que se denomina *nutricídio*. E isso exige que se interrogue: por que o alimento, componente de primeira necessidade humana, tem se tornado um fator de adoecimento?

Boa parte do pensamento social crítico e do ativismo em favor da soberania alimentar tem repercutido que o sistema agroalimentar atual tem produzido concentração de terras e de capitais. Do mesmo modo que desigualdades sociais, de doenças, de injustiça ambiental, mantendo a fome.

É coerente pensar que, nesse processo, os alimentos são produzidos sob contaminação, intoxicando trabalhadores, o solo, a água e o ar. Agente da trama econômica, o modelo hegemônico de produção de alimentos violenta formas de produção e hábitos alimentares saudáveis. Em decorrência disso, se efetiva a predação ontológica. Ou seja, a predação do ser da vida, como a terra, as pessoas, os animais e as plantas.

A produção de alimento, há de se reconhecer, se constitui em múltiplas determinações e mediante várias escalas. Pelo fato de o alimento se constituir em condição essencial da reprodução da vida em todos os tempos e em todos os espaços, a sua produção, circulação e consumo mobilizam todas as forças sociais, saberes e práticas políticas.

Com frequência, o alimento é fonte de afirmação étnica em se tratando de povos indígenas, quilombolas, camponeses. Por isso, possui uma longa história que envolve mudanças sociais, culturais e tecnológicas, como as inovações tecnológicas e industriais, incluindo a invenção de ferramentas, adubos, inseticidas. Junto ocorrem as descobertas da fermentação; das mudanças de sistemas e dos modos de conservação. Há de acrescentar o aparecimento de novos produtos de conservação; a domesticação e a invenção de novos cultivares; o conhecimento e a recombinação genética.

A necessidade vital do alimento gera trabalho, cooperação, formas de solidariedade, de observação do clima, da terra e das plantas. Gera também pesquisas, descobertas, intervenções.

Nas últimas décadas, um conjunto de técnicas e de métodos biotecnológicos foi implementado. Dentre as ações, podemos citar:

- a transgenia, integrando um gene estrangeiro num genoma receptor;
- as técnicas de reprodução animal com fecundação in vitro e transferência de embrião, que permitem amplamente o controle da gestação e da parição;
- a exploração de micro-organismos com o intento de modificá-los, identificá-los e selecioná-los para fins produtivos;
- a clonagem, incorporando um gene em células – bactérias ou leveduras – capazes de dividir-se in vitro, formando microcolônias ou “clones”, individualmente isoláveis;
- os métodos de diagnóstico, feitos com coleta de amostras e na sua análise graças a testes baseados

em anticorpos monoclonais ou em sondas a ácidos nucleicos;

- as técnicas profiláticas, recursos utilizados para tornar possível maior precisão na prevenção de doenças em plantas e animais;
- a micropropagação ou multiplicação vegetativa in vitro trabalhando na regeneração e na multiplicação de uma planta inteira;
- as técnicas enzimáticas aptas a catalisar reações químicas das espécies.

Segurança e insegurança alimentar e nutricional e nutrocídio

As questões aludidas acima desembocam num aspecto que o geógrafo Josué de Castro apontou, em meados do século XX, especificamente sobre a fome e a miséria que assolavam o mundo. O autor demonstrou que a fome no Nordeste brasileiro não era algo relativo às questões climáticas e à seca, mas fruto das desigualdades sociais. Ele já alertava que a fome não era fruto da falta de produção de alimentos. Era resultado dos desarranjos políticos e econômicos e das contradições do sistema vigente.

A insegurança alimentar e nutricional é causada por fatores diversos, como as vulnerabilidades sociais provocadas pela má distribuição de renda; pelo desemprego (perda da renda); pelo aumento dos preços dos bens alimentares; pela falta de acesso a alimentos adequados a cada uma das refeições. Essa etapa, autores como Amâncio et al. (2024) indicam como sendo o terceiro regime alimentar. Esse regime oriundo do modelo liberal produtivista, o qual é baseado na

globalização financeira que teve início nos anos 1980. Tal processo ampara-se nos mercados autorregulados dos alimentos, o que implica na desconexão das relações econômicas do território e das pessoas.

Com a implantação dos sistemas agroalimentares e a produção em larga escala, tendo o incremento tecnológico com a utilização de grandes máquinas, insumos químicos; sementes geneticamente modificadas; e a criação de novos ambientes concorrenciais, não só muda a relação de comércio dos alimentos, como a sua cadeia.

Outro aspecto conceitual diz respeito à má nutrição e à desnutrição, que para o médico estadunidense Llaila Afrika pode ser considerado como um genocídio alimentar ou nutricional. O conceito de nutricídio, cunhado por Afrika (2000), analisa o contexto dos africanos e como a alimentação tem sido responsável por um processo de genocídio nutricional. Esse fenômeno ocorre devido ao consumo de alimentos com deficiência nutricional, que não atendem aos requisitos mínimos de saúde, prejudicando de maneira sensível e intensa a população.

A atuação dos impérios agroalimentares promove uma alteração deliberada na alimentação dos povos africanos, de maneira sistemática, e tem relação com as políticas públicas e com um conjunto de corporações, que atuam na comercialização de alimentos que são distribuídos ou vendidos a preços módicos para os povos africanos.

Os alimentos são processados e ultraprocessados, contendo substâncias prejudiciais (Louzada et al., 2021). Produtos industrializados possuem poucas ou nenhuma porção de alimentos em sua condição natural, e seu sabor e aroma derivam quase exclusivamente de essências e aromatizantes artificiais. No processo de industrialização, são adicionados

flavorizantes, corantes, emulsificantes, conservantes e outros aditivos que alteram as propriedades sensoriais dos produtos comercializados, tornando-os mais acessíveis e altamente palatáveis para a população de baixa renda.

Esse processo está presente não só entre os pobres nos países ricos, mas em especial nos países em desenvolvimento. O resultado são diversos problemas de saúde, como obesidade, hipertensão, depressão e deficiência nutricional.

Junto à intercedência das pesquisas, percebe-se que está havendo uma profunda mercantilização da natureza, inclusive de águas virtuais, assim como a exploração do trabalho, especialmente em países africanos, asiáticos e da América Latina. Nesse mesmo mecanismo ocorrem a erosão genética de plantas, insetos e diferentes animais, e a intoxicação da vida. De repente, comer se torna perigoso.

Assim surge o crescimento da dependência de medicamentos. Entretanto, a enfermidade é rentável, uma vez que ela aciona forças do modelo hospitalocêntrico, que impera desde o século XIX. O pacto entre a rede hospitalocêntrica e a produção de alimentos afirma, na escala geopolítica, formas de domínio territorial.

A luta pela segurança e pela soberania alimentar torna-se um eixo que exige pensar o alimento nas várias perspectivas e dimensões. A produção e o uso diário de alimentos saudáveis demonstram que há um elo entre o estômago e os impérios.

Agradecimentos

Este texto decorre da pesquisa financiada pelo CNPq intitulada “A produção de alimentos saudáveis no cerrado goiano: propostas para a soberania alimentar dos povos Karajá-Aruanã-GO”.

Referências

AMANCIO, Leticia Soares; SCHEMIKO, Luiza Buzatto; RETONDARIO, Anabelle. Ambiente alimentar em um território de vulnerabilidade social em Piraquara-PR. *Saúde em Debate*, [S.L.], v. 48, n. 141, p. 1-13, jun. 2024. FAP- -Unifesp (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2358-289820241418575p>.

ALMEIDA, Maria Geralda. Para além das crenças sobre alimentos, comidas e sabores da natureza. Mercator: Fortaleza, 2017.

AUBERTIN, C. La biodiversité une notion en quête de stabilité. In: Catherine, A. (ed.). *Représenter la nature: ONG et biodiversité*. Paris: IRD, 2005. p. 99-122.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e Morte por Agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. *Boletim Dataluta*, v. 1, n. 1, p. 1-21, set. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. A mundialização da agricultura brasileira. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; LIRA, Elizeu Ribeiro et. al. (org.). *Território em conflito, terra e poder*. Goiânia: Kelps, 2014. p. 17-104.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Latifúndios genéticos y existencia indígena. *Revista Chiapas*. México (DF): UAM e Ed. Era, 2002, 14, p. 7-30.

ROLNIK, S. *Esfemas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada*. Rio de Janeiro/RJ: N-1 Edições, 2018.

SILVA, Edson Batista da. *Cercados e a contrapelo: as expulsões e as reações camponesas à acumulação primitiva permanente em Goiás (1970-2015)*. Tese (Doutorado em Geografia). Goiânia: IESA/UFG, 2018.

SOUZA, J. G. Local-global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L. P. *Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul*. Curitiba: Íthala, 2015.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Ambientes e territórios*. Bertrand Brasil: Rio de Janeiro (RJ), 2019.



Os camponeses na literatura regionalista universalista de Bernardo Élis

Ricardo Assis Gonçalves¹⁶³

Entendo que escrever é a minha janela para o mundo, a minha maneira de participar da vida geral. Não consigo fazer do ato de escrever uma distração ou um pasatempo. É um trabalho, é um exercício de conhecer as pessoas, as coisas, as situações, o mundo (*A vida são as sobras* — Bernardo Élis).

No dia 13 de abril de 2020 ocorreu o primeiro colóquio virtual do projeto “Colóquios primordiais sobre Bernardo Élis”, promovido pelo Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe). As discussões apresentadas demonstraram que a obra de Bernardo Élis é referência de leitura e de interpretação da formação econômica, social e espacial de Goiás. Desde então, iniciou-se um “movimento” importante de debates, eventos, leituras e diálogos com foco na obra desse importante escritor goiano, único de Goiás (2024) que ocupou uma cadeira (Cadeira 1, eleito em 23 de outubro de 1975) na prestigiada Academia Brasileira de Letras (ABL).

¹⁶³ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis para os Povos do Cerrado (Icebe). E-mail: ricardo.goncalves@ueg.br

A partir dos rudimentos da realidade regional, a obra de Bernardo Élis contém narrativas ficcionais que usufruíram da organização do espaço agrário goiano e fez dele uma fonte primordial de imagens, enredos e situações literárias. Ainda, tal como foi a vida do escritor colombiano Gabriel García Márquez¹⁶⁴, Bernardo Élis “viveu para contar”.

A palavra de Bernardo Élis, de tino consistente diante das injustiças sociais, quis dizer também que o grande mundo dos feitos humanos é igual ao pequeno mundo dos gestos banais semeados na terra dadivosa do cotidiano rural. Assim procedendo, a obra do escritor goiano sublinha um preceito educativo e estético: é papel da palavra vasculhar a realidade socioespacial, dizer como os sujeitos vivem, trabalham, moram e lutam.

Com efeito, no presente texto exploramos a relação entre a obra bernardiana e o espaço agrário goiano. Sublinhamos que em Bernardo Élis o camponês e seu mundo são narrados com requinte estético e engajamento social.

Assim, antes de adentrar no conteúdo a que o título remete, partimos do seguinte pressuposto: o interior do Brasil, o sertão goiano, o Planalto Central, ou o que depois do final do século 19 e início do século 20 aprendeu-se a denominar de mundo do Cerrado, possui uma escala de representações específica em estudos sobre a formação econômica, social e cultural do Brasil. Representações que inferiorizaram essa parte gigantesca do País. O sertão foi inferiorizado. O interior foi inferiorizado. O sertanejo foi inferiorizado. E, em resumo, o camponês foi inferiorizado.

Por outro lado, tínhamos, especialmente até meados do século 20, um País armado pelo litoral, especialmente com a

164 MÁRQUEZ, Gabriel García. *Viver para contar*. Tradução de Eric Nepomuceno. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

proeminência sudestecêntrica e a luminosidade polarizada no Rio de Janeiro e São Paulo. O fato é que, se o sertão foi inferiorizado, o pensamento social brasileiro o predicou de maneira inferiorizada. Lugar isolado. Região inóspita. Lugar das léguas vazias, onde a civilização e a justiça passavam ao largo. Um vasto território no qual arvoravam as cores turvas da privação, do medo, da escassez, do vazio, da corrupção e do atraso.

Conseqüentemente, o camponês goiano, noção que, por volta dos anos 1940, agrupou os trabalhadores rurais no contraponto à dominação latifundiária, era tratado como caricatura da decadência. Um sujeito sem importância social. Um retrato jocoso do atraso, perceptível no modo de comer, no modo de falar, nas pequenas roças de toco, nas águas sem tratamento, nas doenças, no analfabetismo e na moradia de casa pau-a-pique. Pintou-se uma representação destratante do camponês e de seu mundo material e simbólico.

Diante disso, podemos interrogar: quais fontes, senão a literatura, para esmiuçarem e deixarem registros tão primorosos e profundos desse universo geográfico e humano incógnito ou negativedo pela história oficial hegemônica?

Logo, temos o primor da literatura produzida em Goiás por escritores como Hugo de Carvalho Ramos, Cora Coralina, Carmo Bernardes, Bernardo Élis, Bariani Ortencio e outros. As narrativas desses escritores são guardiãs e testemunhos das realidades sociais e simbólicas específicas do universo regional goiano. Mas universais ao pronunciar as tragédias, sonhos, desejos, estruturas de classes e dramas humanos. Sendo assim, os camponeses foram narrados por Bernardo Élis como sujeitos explorados e feridos, mas portadores de dignidade e capazes de se rebelarem contra as estruturas de opressão no sertão goiano.

Os camponeses e a obra de Bernardo Élis

Na obra de Bernardo Élis, contos como *A enxada*¹⁶⁵, *A moagem*¹⁶⁶, *Sua alma, sua palma*¹⁶⁷, *O arrendo*¹⁶⁸; ou livros inteiros como *A Terra e as Carabinas*¹⁶⁹ e *O Tronco*¹⁷⁰ apresentam o camponês como portador de um mundo respeitável, digno. Belo de alguma maneira. Também inteligente, com picardia, solidariedade e esperança. Todavia, injustiçado pela distribuição desigual de terras, pelo analfabetismo, pelas práticas de arrendo e meiação que marcaram o que Borges (2016) chamou de “fazenda roça-goiana”¹⁷¹.

Ao longo da vida, Bernardo Élis presenciou transformações socioespaciais em Goiás resultantes de políticas como a Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas, que contribuiu com a construção da nova capital de Goiás, Goiânia, nos anos 1930, e a criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em 1941; foi contemporâneo da transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília e das políticas de modernização do campo. Essas mudanças implicaram na organização dos espaços rural e urbano, na expansão de redes de energia, rodovias e crescimento de cidades. Todavia, a população pobre do campo foi mantida desamparada de políticas como a reforma agrária.

165 *A enxada*. In: ÉLIS, Bernardo. *Veranico de janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966. pp. 45-80.

166 *A moagem*. In: ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F Editora, 2005. pp. 11- 18.

167 *Sua alma, sua palma*. In: ÉLIS, Bernardo. *André louco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1978. pp. 65-90.

168 *O arrendo*. In: ÉLIS, Bernardo. *Onde canta a seriema*. Goiânia: R&F Editora, 2005. pp. 41-54.

169 ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F Editora, 2005.

170 ÉLIS, Bernardo. *O tronco*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974.

171 BORGES, Júlio César Pereira. *Fazenda-roça goiana: matriz espacial do sertanejo e do território goiano*. 213f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, 2016.

Dessa maneira, ao explorar amiúde, no rés-do-chão, o mundo rural goiano, percebemos que a gravidade da narrativa bernardiana, ao colocar na ponta da caneta o camponês, ou o mundo do camponês, trilhou dois caminhos: o caminho da sua cultura, da cultura rural goiana; e outro da exploração sofrida pelas práticas do coronelato e latifundiários mandões de terra. A exploração em meio ao desamparo social dos pobres da terra.

Ao percorrer o caminho da cultura, Bernardo Élis “fez de sua obra um testemunho do sertão e do sertanejo com suas festas, crendices, seus ditados, sua conduta moral”¹⁷². Um ambiente sublinhado pela presença de assombrações, capetas, almas penadas, isolamento rural e sensações de medo. Ermos indômitos e envoltos em crenças e misticismo.

As crenças, benzeções, dias santos e rezas que povoavam o sertão goiano e o imaginário do sertanejo são explícitos na descrição do personagem Liduvino e sua sabedoria popular, no conto *Veranico de Janeiro*. “Êle era carapina de profissão, mas também defunteiro e tocador de rabeca. O instrumento êle mesmo que fabricava, tirando o cedro na minguate de novembro, não vê que esse mês é o da devoção de Santa Cecília, protetora dos músicos! Arriba de tudo, e por isso que ficou por derradeiro na apresentação, era o rezador mais famanz de toda a região. Benzeção de cobra, quebrante, ar virado, urucubaca de qualquer espécie, isso era com êle e com mais ninguém. Quando tinha gente em artigo de morte, vinham chamá-lo por ser hábil em ajudar cristão a morrer. Ah, o Liduvino era célebre!”¹⁷³.

172 BRAGA, Pauliane de Carvalho. *Entre sertões: comunismo e campesinato na obra de Bernardo Élis*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019. p. 86.

173 *Veranico de Janeiro*. In: ÉLIS, Bernardo. *Veranico de janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966. pp. 6-7.

No conto *Rosa*, constatamos rudimentos do cotidiano do trabalho, da alimentação e da vida que palpitavam o dilatado sertão goiano. “Rosa se foi ficando para lavar uma roupa, rachar lenha, pilar arroz, socar paçoca, capinar quintal, torrar e socar café, fazer sabão, buscar água na bica. Cozinhar ela bem que principiou, mas Dona Rita desistiu. Não havia ninguém que aguentasse engolir seu feijão dessorado, seu arroz grudado na panela, sua mandioca cozida com casca e tudo, suas carnes mal refogadas, geralmente destemperadas, pois onde ela nasceu e se criou o sal era muito vasqueiro e carecia de estar não gastando sempre.”¹⁷⁴

Ao palmilhar o caminho da exploração, percebemos que Bernardo Élis vasculhou as “situações e práticas próprias do mundo rural. O arrendo, a meia, o barração, o aprisionamento por dívidas, as violências, a subserviência das forças policiais aos coronéis, a corrupção das autoridades, a incipiente organização camponesa”¹⁷⁵.

Quem não se perturba com o fim trágico de Piano, personagem do conto *A enxada*? É assombroso o momento em que os soldados, a serviço do capitão Elpídio, encontram Piano intrépido e desesperado, possuído por arroubos de medo e de loucura, lançando no solo o punho das mãos dilaceradas e com os ossos expostos. Enquanto o sangue das mãos escorria viscoso e irrigava o solo com o sacrifício de Piano, os soldados desafogaram contra o roceiro a fúria e a violência. “Aí o soldado abriu a túnica, tirou de debaixo um bentinho sujo de baeta vermelha, beijou, fez pelo-sinal, manobrou o fuzil, levou o bruto à cara do camarada [...] o baque do tiro sacudiu o frio da manhã.”¹⁷⁶

174 Rosa. In: ÉLIS, Bernardo. *Veranico de janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966. p. 87.

175 BRAGA, Pauliane de Carvalho. *Entre sertões: comunismo e campesinato na obra de Bernardo Élis*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019. p. 92.

176 *A enxada*. In: ÉLIS, Bernardo. *Veranico de janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966. p. 75.

O mundo de exploração, de violência e de opressão, re-crudescido no cotidiano de camponeses, agregados, sem terra e sem trabalho digno, desperta indignação e perturba o leitor de *A moagem*, primeiro capítulo da novela *A terra e as carabinas*. Na narrativa, Totinha é descrito como um agregado que morava no paiol da fazenda e trabalhava para pagar as dívidas que nunca eram quitadas. “Totinha devia a Jeromão duzentos mil réis. Não conseguia pagar nunca essa quantia que agora já subia a quase trezentos, com os juros e abatimentos. Fazia dois anos que estava ali sem ver um níquel sequer, só trabalhando para pagar os gastos.”¹⁷⁷ Mesmo quando tentou fugir das humilhações que pesavam sobre ele, “Jeromão deu parte a polícia e dois soldados o trouxeram de volta para o Retiro, como um negro fujão”¹⁷⁸. Submetido ao trabalho alienado e sofrido, Totinha é o desenho da exploração desonrosa do trabalhador. Foi no trabalho de moagem de cana, pressionado pelos gritos de “Jeromão feito capeta”, que Totinha, feito objeto, feito bagaço de cana, teve a mão esbagaçada nas moendas do engenho. “O diabo do engenho lhe mascara até o punho, deixando de pendurada uma pasta sangrenta.”¹⁷⁹

Percebe-se, então, que a obra de Bernardo Élis é depositária da realidade humana e espacial do camponês e seu mundo. Concordamos com Pauliane Braga, em seu livro *Entre Sertões*, ao dizer que “a literatura produzida por Bernardo Élis disse do camponês, e não só de seu contexto de exploração, mas de sua conformação íntima, seus medos, suas angústias e seus desejos; e de sua psicologia, com suas concepções de mundo, seu entendimento de Deus, seu temor do imponderável” (Braga, p. 110)¹⁸⁰.

177 A moagem. In: ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F Editora, 2005. p. 12.

178 A moagem. In: ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F Editora, 2005. p. 12.

179 A moagem. In: ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: R&F Editora, 2005. p. 18.

180 BRAGA, Pauliane de Carvalho. *Entre sertões: comunismo e campesinato na obra de Bernardo Élis*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019. p. 110.

No momento em que Bernardo Élis ressalta o mundo do camponês, o seu sentido político não se faz ao modo de um engajamento vulgar; o faz pelo caminho da literatura comprometida. “Minha literatura procurava sublinhar a humanidade do homem sem terra, mostrando a injustiça do latifúndio e da opressão feudal, responsável pelo atraso e pelos males sociais de que éramos vítimas.”¹⁸¹ Ou seja, a sua ficção, embora com imagens realistas e de um realismo fundado numa região, tem um brado criativo e universalista, como disse Tristão de Athayde no texto “Regionalismo universalista”¹⁸².

Finalmente, destaca-se que a sensibilidade política de Bernardo Élis se uniu ao seu senso de justiça, e isso gravitou no conteúdo de sua narrativa. Uma narrativa que tornou o camponês um sujeito cheio de mundo e cuja matéria da vida foi descoberta como fonte infinita para se contar histórias.

181 ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000. pp. 61-62.

182 ATHAYDE, Tristão de. *Regionalismo universalista*. *Remate de Males*, Unicamp, Campinas, 17(1), 2012. pp. 123-124.



O cronista e historiador Bernardo Élis: arquétipo de um cidadão geral que adotou a erma Goiânia¹⁸³

Nilson Jaime¹⁸⁴

O escritor Bernardo Élis é arquétipo de um tipo particular de cidadão que adotou Goiânia em sua fundação (1933) e nas décadas seguintes: membro de famílias tradicionais, muda-se para as capitais (sucessivamente, as duas) em busca de oportunidades, e constrói ali sua história, par com a cidade que o acolheu. Nas capitais (Cidade de Goiás, depois Goiânia), estuda, forma-se, trabalha, produz, cresce, frutifica, torna-se conhecido e reconhecido. Financeiramente, às vezes prospera, outras vezes, não!

Nascido no interior de Goiás, Bernardo Élis migrou para a então capital, Cidade de Goiás, prestes a completar treze anos, em outubro de 1928, e aí permaneceu até 1938 (Elis, 1967, p. x), ocasião em que decidiu sucumbir à realidade inevitável: a transferência da capital era definitiva, não obstante as reações em contrário de famílias centenárias estabelecidas em “Goiás Velho”, mas que, aos poucos, foram se acomodando

183 Publicado originalmente por Jaime (2024) em Oliveira *et al.* (2024).

184 Engenheiro agrônomo, mestre e doutor em Agronomia pela Universidade Federal de Goiás (UFG); sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG); presidente do Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado (Icebe) e editor-geral da *Coleção GOIÁS +300, Reflexão e Ressignificação*. E-mail: nilsongjaime@gmail.com

à nova situação, prevalente doravante. O jovem, que tornar-se-ia um dos grandes escritores brasileiros, mudou-se para Goiânia em 1939, passando a compor a vida da capital, como um de seus mais proeminentes protagonistas.

Professor de Geografia e História da Escola Técnica de Goiânia – ETG (hoje Instituto Federal de Goiás – IFG, Campus Goiânia), o imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) dominava como poucos os fundamentos da historiografia. Na crônica “Receita Goiana para mudar uma capital”, publicada no livro *Goiás em Sol Maior* (Élis, 1985, p. 55-70), o escritor conseguiu sintetizar, em 16 páginas, os principais acontecimentos que redundaram na criação daquela que tornar-se-ia a décima mais populosa cidade brasileira (IBGE, 2022) pouco antes de completar 90 anos, em 2023. Sua síntese histórica sobre a mudança da capital, embora não escrita com pretensão de um texto didático de História, contempla os elementos que caracterizam os melhores escritos dessa disciplina, conforme se verá adiante.

Origens familiares

Bernardo Élis é o nome literário de Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, advogado, jornalista, professor e escritor, nascido na cidade de Corumbá, hoje Corumbá de Goiás, em 15 de novembro de 1915 (Élis, 1967, p. vii; Abdala Jr., 1983, p. 15) e único goiano a obter assento na Academia Brasileira de Letras. Filho do escritor Erico José Curado (Diagrama da Tabela 1), precursor do Simbolismo em Goiás, e de sua prima Marieta Fleury de Campos Curado, suas origens familiares remontam ao sobrenome Coelho, de Portugal – modificado arbitrariamente para Fleury, em Traíras, antigo arraial goiano, por Luiz Coelho Furtado, que nominou seu filho João

Fleury Coelho (Jayme, 1990). Descende também às famílias Bueno e Camargo – vergôntes dos bandeirantes paulistas –, de acordo com Jaime (2020, p. 10).

Nas notas autobiográficas do livro *O Tronco* (Élis, 1967, p. vii), o escritor afirma ser descendente de Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhanguera, pela linhagem do sargento-mor Inácio Dias Pais, casado com Joana de Gusmão, filha do segundo Anhanguera. Jaime (2020, p. 5) acrescenta que Bernardo Élis é, novamente, descendente do primeiro Anhanguera, por uma segunda linhagem, por meio de sua filha Maria Pires Bueno (irmã do segundo Anhanguera). Bernardo Élis é ainda tridecaneto do patriarca da cidade de São Paulo, Cacique Tibiriçá, maioral da tribo Guaianás, por sua filha Bartira, consorte do lendário João Ramalho, náufrago – ou degredado – português (Jaime, 2020, p. 4-5), fundador de Santo André da Borda do Campo, na São Paulo quinhentista (Taunay, 1922, p. 8-9). Os sobrenomes Campos e Curado, oriundos de Portugal, completam o quinteto linhagístico do escritor, do qual permaneceu o “Fleury de Campos Curado” que carrega no nome.

Mudança e carreira na erma Goiânia

Bernardo Élis cursou as primeiras letras em sua cidade natal e fez os estudos secundários no Liceu de Goiás, finalizados em 1937. Chegando a Goiânia, em 1939, passa a trabalhar como secretário da prefeitura, exercendo o cargo de prefeito interino em duas ocasiões. Ingressa, sucessivamente, no curso clássico do Liceu de Goiânia (1939-1940) e na Faculdade de Direito (1941-1944), sendo o orador da turma de bacharéis em que se formou (Abdala, 1983, p. 14).

Em Goiânia, Bernardo Élis exerceu a atividade jornalística e deu vazão ao seu ofício de escritor: *O Popular* (desde 1938, ainda na Cidade de Goiás); *Revista Oeste* (fundador,

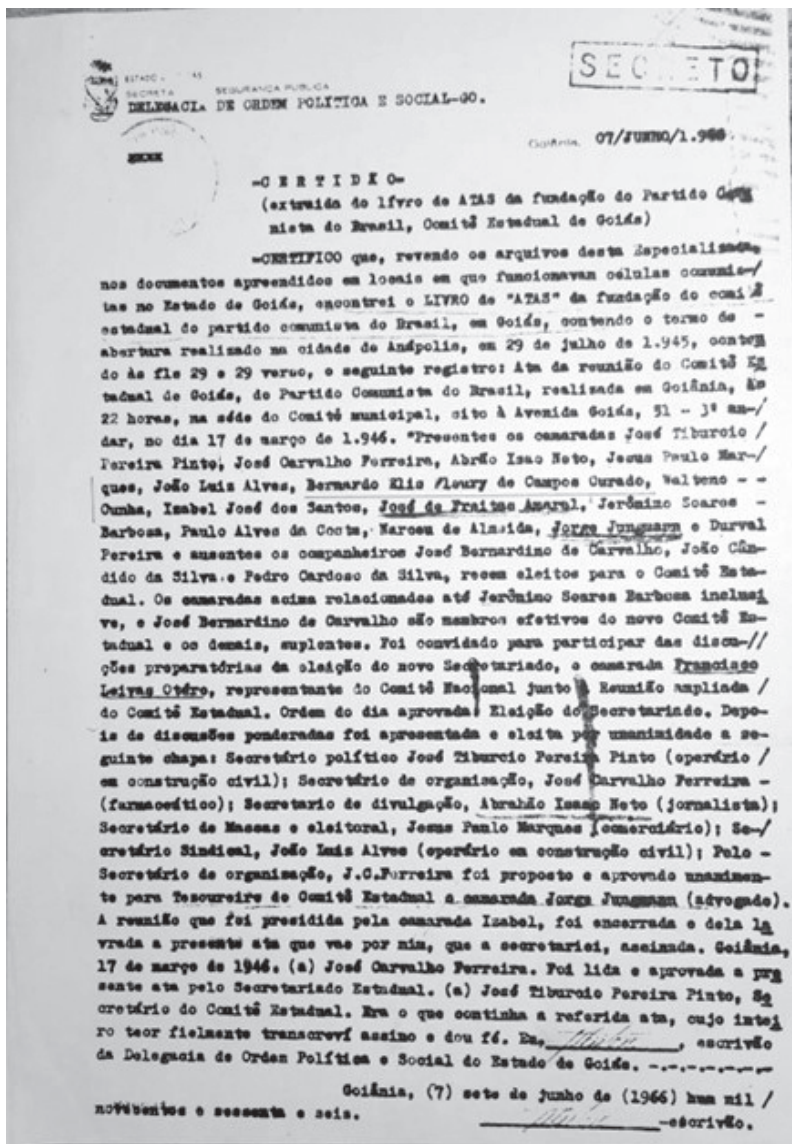
1942), *O Estado de Goiás* (publicou originalmente a novela *A terra e as carabinas*, 1952), *Jornal Oió* (1959), *Folha de Goyaz* (colaborador eventual, a partir de 1939), *Cinco de Março* (desde sua fundação, em 1959, até 1979); *Diário da Manhã* (desde sua fundação, em 1980) e vários outros, onde publicava suas crônicas, contos, ensaios e novelas.

Como professor, além da Escola Técnica de Goiânia, exerceu o magistério na Universidade Federal de Goiás (UFG), ministrando aulas e atuando como vice-presidente do Centro de Estudos Brasileiros – CEB (1961-1964), ligado a essa instituição superior, e que funcionava no prédio original do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG). Com o golpe de 1964, o CEB é fechado e Bernardo Élis, demitido pelo governo militar de sua cadeira na UFG, além de aposentado compulsoriamente na Escola Técnica de Goiânia. Em 1967 torna-se professor de Literatura Brasileira na Universidade Católica de Goiás, atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás, onde lecionou por dois anos (Abdala Jr., 1983, p. 10, 14 e 15).

A carreira pública de Bernardo Élis inclui uma candidatura a deputado federal (1945) pelo Partido Comunista do Brasil (PCB, *sic*), do qual foi um dos fundadores em Goiás (Figura 1)¹⁸⁵. O escritor não logrou êxito em sua iniciativa eleitoral, recebendo pouquíssimos votos em um Estado conservador. Com a anistia política, ocorrida em 1979, foi reintegrado em sua função pública de professor e nomeado diretor-substituto do Instituto Nacional do Livro (INL), em Brasília. Durante o governo de Maguito Vilela (1995-1998), foi presidente da Fundação Pedro Ludovico Teixeira (1995-1996), naquela época equivalente à Secretaria de Cultura.

185 Extraída do “Livro de Atas da fundação do Partido Comunista do Brasil, Comitê Estadual de Goiás”, em 07/11/1966, segundo ordem do Departamento de Ordem Política e Social em Goiás (DOPS-GO), carimbado como “segredo”. Cópia fornecida pelo professor Francisco Itami Campos.

Figura 1. Certidão alusiva à Ata da reunião de fundação do PCB, Anápolis, GO, em 29/07/1945



Fonte: Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-GO)

Tabela 1. Diagrama com a árvore genealógica de Bernardo Élis Fleury de Campos Curado, a partir de quatro linhagens familiares, desde o século XV

GERAÇÃO	Algumas linhagens familiares ancestrais de Bernardo Élis			
	<p>LINHAGEM FLEURY (COELHO) (6, 8) - Origem em 1560, na Aldeia de Coelho, - Freguesia de São Pedro de Cête, concelho de Paredes, bispado de Porto, província de Entre Douro e Minho, Norte de Portugal. - Luiz Coelho Furtado era português e nasceu na Aldeia de Guedixe. 1715. - Imigrou para o Brasil, residindo em Vila Boa, e depois fixando-se em Trairas, por volta de 1760. i) João Fleury Coelho (o primeiro a assinar Fleury em Goiás) nasceu em Trairas, Capitania de Goiás, 1763, e faleceu em Meia-Ponte, 1827.</p>	<p>LINHAGEM DE JOÃO RAMALHO (3, 4, 5) - Português, natural de Vouzela, Distrito de Viseu. - Aportou no Brasil entre 1509 e 1512. - Anfitrião de Martim Afonso de Sousa (1532), recebe o título de <i>Guarda-mor dos Campos de Piratiningá</i>. - Fundador da Vila de Santo André da Borda do Campo; genro do Cacique Tibiriçá, consorte de Bartira, faleceu em 1582.</p>	<p>LINHAGEM DE TIBIRIÇÁ (4, 5) - Amigo dos jesuítas, o Cacique Tibiriçá é fundador (1554) e considerado <i>Protetor da Vila de São Paulo de Piratiningá</i>. - Seus restos mortais estão na cripta da Catedral da Sé, ao lado do Padre Feijó, sob estátuas de bronze. Feijó, deitado. Tibiriçá, de pé.</p>	<p>LINHAGEM DE BARTOLOMEU BUENO DA SILVA – o 1º Anhanguera (4, 5) - Francisco Ramires Porro era espanhol, natural de Sevilha e veio para o Brasil em 1571, naufragando na costa de São Vicente. - O Anhanguera, pai, descobriu, oficialmente, as minas de Goiás (1682), embora outros desbravadores tenham visitado essa terra anteriormente. ii) José Cardoso de Camargo é natural de São Sebastião, bispado de Mariana, MG. iii) Mécia Bueno da Fonseca nasceu em Parnaíba, SP, e mudou-se para Meia-Ponte.</p>
TDC		JOÃO VELHO MALDONADO X Catherina Affonso de Balbode (Portugueses)	MARTIM AFONSO TIBIRIÇÁ X (Índia Potira)	
DDV		JOÃO RAMALHO	BARTIRA (M'Bycy ou Isabel Dias)	
UDV		JOANA RAMALHO X (Jorge Ferreira)	FRANCISCO RAMIRES PORRO (Espanhol)	
DCV		N. FERREIRA X (Gonçalo Camacho)	BARTOLOMEU BUENO DA RIBEIRA X (Maria Pires)	
ENV	MANUEL COELHO (1º) X (Maria Coelho – 1ª)	ANA CAMACHO X (Domingos Luiz Carvoeiro)	FRANCISCO BUENO X Felipa Vaz	
OCV	MARGARIDA COELHO (1ª) X (Pedro Dias)	JEONOR DOMINGUES CARVOEIRO X (Jusepe de Camargo)	BARTOLOMEU BUENO DA SILVA – 1º Anhanguera X (Isabel Cardoso)	
HPV	MANUEL COELHO (2º) X (Maria Coelho – 2ª)	FERNANDO DE CAMARGO X (Mariana do Prado)	MARIA PIRES BUENO X (Antônio Ferraz de Araújo)	
HXV	MARGARIDA COELHO (2ª) X (Baltazar Barboza)	FERNANDO DE CAMARGO ORTIZ X (Joana Lopes)	ANTÔNIO FERRAZ DE ARAÚJO FILHO X (Maria Bicudo de Almeida)	
PTV	ANTÔNIO COELHO X (Maria de Azevedo)	JOÃO LOPES DE CAMARGO X (Isabel Cardoso de Almeida)	JACINTA FERRAZ DE ARAÚJO X (Salvador Jorge Bueno)	
TTV	LUIZ COELHO FURTADO X (Joana Emília Leite)	JOSÉ CARDOSO DE CAMARGO ⁱⁱ	MÉCIA BUENO DA FONSECA ⁱⁱⁱ	
TSV	JOÃO FLEURY COELHO ⁱ – <i>Fradinho</i>	ROSA MARIA DE LIMA CAMARGO – <i>Mãe Grande</i>		
BSV	[ANA DAS DORES FLEURY CURADO (<i>Inhazinha</i>) X (João José de Campos Curado)]			
		[Comend. JOÃO FLEURY DE CAMPOS CURADO** x (Mariana Augusta Gáudie Fleury)***]		
AV	[Coronel LUIZ FLEURY DE CAMPOS CURADO** x (Maria Joaquina de Faria Lobo)]****		[Major JOÃO FLEURY DE CAMPOS CURADO (filho) x (Maria Catarina Godinho)]	
P	ERICO CURADO ← → MARIETA FLEURY DE CAMPOS CURADO****			
	BERNARDO ÉLIS Fleury de Campos Curado			

Convenções: (P = pai); (AV = avô); (BSV = bisavô - 2°); (TSV = trisavô - 3°); (TTV = tetravô - 4°); (PTV = pentavô - 5°); (HXV = hexavô - 6°); (HPV = heptavô - 7°); (OCV = octavô - 8°); (ENV = enevô - 9°); (DCV = decavô - 10°); (UDV = undecavô - 11°); (DDV = dodecavô - 12°); (TDC = tridecavô - 13°). Advertência: devido às sucessivas ligações endogâmicas entre os ancestrais de Bernardo Élis, torna-se difícil inserir todas as linhagens em um mesmo diagrama sem o comprometimento da compreensão. Assim, optou-se por inserir apenas algumas dessas linhagens. *Os ancestrais e descendentes diretos estão grafados em "caixa alta" (letras maiúsculas). **O coronel Luiz Fleury de Campos Curado (pai de Érico Curado) e o comendador João Fleury de Campos Curado (avô de Marieta Fleury, sua esposa) eram irmãos. ***Bernardo Élis, em sua *Ficha Biográfica*, publicada em *O Tronco*, refere-se à sua descendência do segundo Anhanguera, informando que os Fleury Curado são originários de Joana de Gusmão, segunda filha do Anhanguera. Essa ancestralidade se deu a partir de sua bisavó materna, Mariana Augusta Gáudie Fleury, fato não informado pelo bardo das letras goianas. Entretanto, sua descendência do primeiro Anhanguera se dá pelo pai e pela mãe, informação talvez desconhecida pelo imortal. ****Bernardo Élis descende ainda de Maria das Dores Fleury (*Inhá*), filha de Rosa Maria de Lima Camargo e João Fleury Coelho e irmãos de sua bisavó Ana das Dores (*Inhazinha*): Sua avó Maria Joaquina de Faria Lobo (mãe de Érico Curado) é filha de Bernardo Lobo de Sousa Fleury com Ana Joaquina de Faria Albernaz e neta de José de Melo de Sousa Lobo com a citada Maria das Dores Fleury (*Inhá*), trisavó de Bernardo por essa linhagem. *****Há uma quarta ligação ancestral entre Bernardo Élis com o casal *Fradinho* e *Mãe Grande*: o venerando casal é genitor de João Fleury de Camargo, avô de Maria Augusta Gáudie Fleury, bisavó de João Fleury de Campos Curado Filho, trisavó de Marieta Fleury Curado e, portanto, tetravô de Bernardo Élis.

Fontes: 1- SILVA LEME (1903); 2- ALMEIDA PRADO (1939); 3- CARVALHO FRANCO (1937); 4- CARVALHO FRANCO (1953); 5- FLEURY CURADO (1956); 6- JAYME (1973); 7- PAES LEME (1980); 8- JAYME (1990); 9- JAIME (2016); 10 - JAIME (2018). Diagrama publicado originalmente em JAIME (2020).

Ingressou, como ocupante da Cadeira nº 1, na Academia Brasileira de Letras (ABL) em 1975 (Figura 2), após uma acirrada disputa com o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), eleição na qual foi vencedor por um voto de diferença. Era membro da Academia Goiana de Letras (AGL) - da qual foi presidente; do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG); da União Brasileira de Escritores - seção de Goiás (UBE-GO); da

Figura 2. Bernardo Élis trajando o fardão da Academia Brasileira de Letras (ABL)



Fonte: Acervo do Instituto Bernardo Élis

Associação Goiana de Imprensa (AGI) e da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás (OAB-GO). Com amigos, parentes e sua segunda esposa, e prima, Maria Carmelita Fleury Curado, concebeu a Associação Cultural Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado, que não chegou a implantar, e funcionou por poucos anos, sendo sucedida pelo Instituto Cultural e Educacional Bernardo Élis Para os Povos do Cerrado (Icebe), a partir de 2020, instituição dedicada a ações educativas e culturais e a preservar e divulgar seu legado literário.

A obra bernardiana

Seu primeiro livro foi publicado no mesmo ano em que se casou com a escritora Violeta Metran, em 1944, embora tenha publicado textos avulsos em jornais e revistas de seu tempo, como o conto “Nhola dos Anjos e a cheia do Corumbá”, que veio a lume na *Revista Oeste*, de 1942. Sua obra compõe-se majoritariamente de romances, contos, crônicas, novelas e ensaios, sendo apenas dois livros de poesia.

A bibliografia de Bernardo Élis conta com 23 livros publicados (computadas apenas as primeiras edições): *Ermos e gerais* (contos, 1944); *A terra e as carabinas* (1952, no jornal *O Estado de Goiás*); *Primeira chuva* (poesia, 1955); *O tronco* (romance, 1956); *Caminhos e descaminhos* (contos, 1965); *Veranico de janeiro* (contos, 1966); *Poemas* (1971); *Marechal Xavier Curado, criador do Exército Nacional* (ensaio, 1972); *Caminhos dos gerais* (contos, 1975); *Goiás* (estudos sociais, 1976); *André Louco* (contos, 1978); *Vila Boa de Goiás* (ensaio, 1979); *Os enigmas de Bartolomeu Antônio Cordovil* (ensaio, 1980); *Duo em si menor* (discursos, 1983 - com Herberto Sales); *Cadeira um* (discurso, 1983 - com Aurélio Buarque de Holanda); *Apenas um violão* (novelas e contos, 1984); *Goiás em sol maior* (ensaio, 1985); *O Centro-Oeste*

(apresentação, 1985); *Jeca-Jica, Jica-Jeca* (crônicas, 1986); *A terra e as carabinas* (novela, 1987); *Chegou o governador* (romance, 1987); *A vida são as sobras* (autobiografia, 2000); e *Onde canta a seriema* (contos, 2005), os dois últimos *in memoriam* (Élis, 2000).

Falecido em 30/11/1997, deixou Bernardo Élis quatro obras ainda inéditas: *São Miguel e Almas* (romance); *Monografia histórico-geográfica do município de Goiânia* (escrita em 1940); *Apostilas de geografia humana de Goiás* (escritas em 1961); *Apostilas de teoria da literatura – para o curso de literatura do Departamento Estadual de Cultura de Goiás* (escritas em 1965), e centenas de textos avulsos publicados em jornais. Entre as antologias e seletas, citam-se: *Seleção de Bernardo Élis* [organizada por Gilberto Mendonça Teles, 1974]; *Literatura Comentada – Bernardo Élis* [seleção por Benjamin Abdala Jr., 1983]; *Dez contos escolhidos* [INL, 1985]; *Os Melhores Contos – Bernardo Élis* [seleção de Gilberto Mendonça Teles, 1996]; e *Bernardo Élis – Série Essencial* [organizado por Gilberto Mendonça Teles, 2010]. Também foi editada a obra completa de Bernardo Élis, em cinco volumes, intitulada *Alma de Goiás* [1987], pela José Olympio Editora (Abdala Jr., 1983; Élis, 2000).

“Receita goiana para mudar uma capital”¹⁸⁶

Este é o nome de uma crônica bem-humorada, repleta de malícia, na qual Bernardo Élis relata os principais acontecimentos que culminaram com a criação da nova capital de Goiás. Nessa crônica, utilizou-se de fina ironia para fazer críticas veladas ao então interventor e depois governador nomeado Pedro Ludovico Teixeira, deixando implícita sua

186 Arbitrariamente, nesta crônica, a fim de evitar referências *non bis in idem*, optou-se por citar apenas a página do trecho, exceto nas citações com recuo. Por exemplo: “(p. 6)”, ao invés de “Élis (1985, p. 6)”.

discordância dos métodos nem sempre democráticos do governante para concretizar a mudança da capital.

Inicialmente faz menção à missa campal que aconteceu no cruzamento das avenidas Anhanguera e Goiás, no centro da capital, atualmente Praça do Bandeirante. A seguir cita parte do discurso proferido por Pedro Ludovico, no local onde se situaria o palácio do governo (hoje, Palácio das Esmeraldas), no dia 24/10/1933, data escolhida para o lançamento da Pedra Fundamental¹⁸⁷ da nova cidade:

Estas campinas verdes e humosas que pisamos, estas florestas virgens que se patenteiam às nossas vistas, ricas de seiva produtiva, desejando ostentar a fecundidade, o valor de seus caules seculares, esses mananciais que as ornaram e as fecundam com sua água cristalina, este ar puro e fartamente oxigenado pela função clorofiliana dos vegetais que nos rodeiam, livres, numa altitude de 780 metros, tudo isso nos leva a bendizer a empreitada que tomamos nos ombros e que se nos afigura tão grande como este horizonte belíssimo que se descortina a perder de vistas, em uma amplitude de mais de 30 quilômetros (Élis, 1985, p. 55).

A seguir o escritor faz referência a uma “velha ideia”, do segundo governador de Goiás, Marechal Lino de Moraes, depois retomada pelo 16º governador, General Couto de Magalhães – ambos durante o Império –, e posteriormente reafirmada pelo primeiro governador no período republicano, Rodolfo da Paixão, de promover a mudança da capital, retirando-a da cidade fundada por Bartolomeu Bueno da Silva, o “segundo Anhanguera”, em 1727.

187 Pelo Decreto nº 3.929, de 21 de outubro de 1993, estabeleceu-se o dia 24/10/1933 como a data de lançamento da Pedra Fundamental (Sabino Jr., 1958, p. 89).

O cronista-historiador lembra que a mudança da capital teve previsão no artigo 5º da Constituição de 1891. Relata também que:

Quando, a 27 de outubro de 1930, Pinheiro Chagas entrou em Goiás à frente das forças revolucionárias mineiras que depuseram o Governo de Goiás daquele tempo, nesse dia, em discurso, frisou a necessidade de mudar a Capital, assunto que voltou à baila a 13 de julho de 1931, no Congresso dos Municípios, em Silvânia, época que Pedro Ludovico já governava Goiás (Élis, 1985, p. 56).

“O Capeta”

O escritor corumbaense informa sobre a primeira vez que Pedro Ludovico Teixeira manifestou francamente sua opinião sobre o assunto: foi numa entrevista concedida a um jornal do Rio de Janeiro, após o referido Congresso dos Municípios, quando declarou peremptoriamente que “meu Estado possuirá nova capital em 1935” (p. 56).

Bernardo Élis relatou a animosidade que tomou conta dos habitantes de Goiás – onde a declaração do mandatário sobre a mudança da capital “caiu como uma bomba” – contra Pedro Ludovico, antes visto como “anjo salvador dos desmandos do governo derrubado pela Revolução de 1930”. Doravante, visto como o anjo caído, não dito explicitamente, mas insinuado pelo cronista no subtítulo em espelho (p. 56).

O cronista ressalva, no entanto, que a iniciativa governamental contava com a simpatia do restante da população do Estado, que se sentia desprestigiada com a posição privilegiada da capital – tanto em poder político como em atenção das autoridades –, de maneira que o vilaboense “se julgava

um heleno entre os bárbaros, na opinião talvez injusta dos habitantes do resto do Estado” (p. 56).

Para Bernardo Élis, o “jovem e feroso interventor” [...] “fazia ouvido de mercador aos reclamos e resmungos” da população vilaboense, fazendo publicar no *Correio Oficial* o Decreto nº 2.737, de 20 de dezembro de 1932,¹⁸⁸ pelo qual nomeava uma Comissão¹⁸⁹ para escolher o local da edificação da nova capital. Não passa despercebido ao leitor que o escritor realçou tal data como “véspera de Natal”. Sugeriria o autor de *Chegou o Governador* que fora esse o presente de Pedro Ludovico aos seus conterrâneos da Cidade de Goiás?

As razões da mudança

O cronista não é conclusivo sobre as razões que levaram o então interventor à decisão de mudar a capital, mas apresenta algumas suposições que permaneceram – e ainda permanecem em 2024 – sobre os reais motivos da iniciativa. Sugere que seriam as condições topográficas da localidade, que impunha restrições de toda ordem, culminando em pobreza (p. 57).

A vaidade do interventor – de ter uma cidade fundada por si – é uma ilação comum entre os adversários políticos “decaídos da Revolução de 1930”.¹⁹⁰ As críticas se sustentavam no que consideravam “o eterno absurdo de Goiás”:

188 Ver os oito integrantes da comissão em Sabino Jr. (1959, p. 59-60). Câmara (1967, p. 58-59) afirma que, “contando com cinco votos certos, Pedro Ludovico tinha certeza que o local seria aquele que atendesse à vontade da interventoria”.

189 De acordo com Mendonça (2018, p. 301), tal Comissão “serviu na verdade como instrumento legitimador das ações do governo, na medida em que incorporou o componente técnico-científico e supostamente democrático a um jogo de cartas marcadas”, pois, “em dezembro de 1932, a escolha da nova capital já estava sacramentada pela interventoria”.

190 Refere-se às forças políticas que foram depostas com a “Revolução de 1930”, representadas em Goiás pelo ex-senador Antônio Ramos Caiado e seus partidários.

Se noutros lugares a estrada de ferro buscava as cidades já existentes, em Goiás tinha que ser o contrário: a cidade já existente é que tinha que deslocar-se para procurar a estrada de ferro, na desesperança de que os trilhos chegassem até ela (Élis, 1985, p. 57).

Bernardo Élis apresenta outra hipótese, que ele chama de “feira de covardes”. Existiria um acordo de cavalheiros entre o interventor e a família Caiado, que havia perdido o domínio do Estado inteiro, mas que teria proeminência na antiga capital, de onde pretendia banir Pedro Ludovico. Assim, o mandatário intentaria “fundar uma capital para si” (p. 57). Mas o escritor corumbaense reconhece que:

Grande número, entretanto, mesmo sendo filho da histórica cidade, mesmo a amando estranhadamente, percebia que a mudança era a única maneira viável de romper a estagnação que por dois séculos sufocava o Estado. E, torcendo a própria orelha, apoiava a mudança como um imperativo, embora cruel e doloroso (Élis, 1985, p. 57).

O primeiro passo da mudança

A verve “maliciosa” de Bernardo Élis nesta crônica, quanto a Pedro Ludovico, talvez seja consequência de o arguto escritor vivenciar o espírito crítico e de insatisfação dos vilaboenses, que captara em todos aqueles anos, desde 1932, até sua mudança da antiga capital, em 1938. Se anteriormente o cronista não ousara nominar o interventor como filho do Demo, senão subliminarmente – no subtópico “capeta” –, agora já o fazia sem pejo, assinalando que “o encapetado do Nhonhô (apelido de Pedro Ludovico, numa terra em que todo mundo tinha apelido) assinava novo ato no dia 13 de

janeiro de 1933” (p. 57). Por esse ato, autorizava o governo a contrair empréstimo dentro do País, para custear as obras da nova Capital.¹⁹¹

O autor de *Ermos e gerais* (1944) informa que “em março¹⁹² a comissão designada escolhia Campinas como o local onde deveria erigir a nova sede administrativa do Estado, em abril¹⁹³ já as terras de Campinas eram compradas e recebidas em doação, em maio¹⁹⁴ já se demarcava o sítio da nova cidade...”

Mesmo assim, os cidadãos vilaboenses não se entregaram, mas reagiram: fizeram um memorial ao governo estadual apelando pela permanência; “fundaram clubes, hotéis, promoveram festas, para mostrar que a cidade era capaz de evoluir”. Em vão! Contrariamente, o jornal *O Social* promoveu um concurso para escolher o melhor nome para a cidade nascente, sendo vencedor Goiânia, de autoria do professor Alfredo de Castro¹⁹⁵ (p. 58).

Novamente o cronista insere o viés autoritário no esforço de mudança:

E nada de muita prosa, que o Governo perseguia, prendia, fazia pressão sobre quem se colocasse contra a ideia mudancista. Numa cidade cuja única indústria era o emprego público, o medo, o temor, o cochicho e o fuxico alastraram como cabaceira na tapera (Élis, 1985, p. 58).

191 Decreto nº 2.851, de 13 de janeiro de 1933 (Sabino Jr., 1958, p. 69).

192 “Ata da reunião final da comissão incumbida da escolha do local da nova capital do Estado”, redigida no dia 4 de março de 1933 (Sabino Jr., 1958, p. 66-68).

193 Escritura pública - 1ª escritura - celebrada entre o Estado de Goiás e Andreilino de Moraes e sua mulher, em 27 de abril de 1933 (Sabino Jr., 1958, p. 71).

194 Decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933 (Sabino Jr., 1958, p. 73).

195 O professor Alfredo de Faria Castro, do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), sugeriu o nome da nova capital em carta ao jornal *O Social*, com o pseudônimo de Caramuru Silva do Brasil, no dia 10/10/1933. Ao diretor da Imprensa Oficial de Goiás - Garibaldi Teixeira -, em carta de 08/10/1942, o autor admitiu que usara tal pseudônimo para sugerir a proposta vencedora (Sabino Jr., 1958, p. 91-93).

Timidez do plano

Bernardo Élis faz menção ao plano da “nova cidade de Pedro Ludovico”, definido por ele como “muito estranho, um trem besta: uma teia de aranha”, de autoria de um dos urbanistas mais famosos do Brasil, recém-chegado da Europa, o “famanaz” Atílio Correia Lima.¹⁹⁶ Informa que, do Rio de Janeiro, veio uma comissão de técnicos célebres para examinar a “teia de aranha”. O chefe da comissão era também “um urbanista de renome, Urbano (Armando)¹⁹⁷ de Godoi, que teceu comentários muito profundos sobre o papel de uma cidade no desenvolvimento da comunidade” (p. 58).

A referência aos renomados urbanistas serviu para o cronista contrapor a “timidez do plano”:

Planejava-se uma cidade que levaria 100 anos para atingir a população de 50.000 habitantes. Inicialmente o projeto previa uma população de 15.000 almas, um absurdo, pois Goiás, com dois séculos, tinha apenas 9.000! Em seis anos, as previsões estavam largamente ultrapassadas: em 1940, existiam em Goiânia 18.000 habitantes; em 1950, isto é, 12 anos depois, aqui já moravam 50.000, que se prognosticou ser alcançado só daí a 100 anos! (Élis, 1985, p. 59).

O escritor realça a euforia que tomou conta dos habitantes de Campinas e da cidade em construção, a partir de 1934, e do estilo cosmopolita que se assenhorou daqueles que se mudaram da antiga Vila Boa para a nova capital, contrastando-o

196 Atílio Corrêa Lima, representante da firma P. Antunes e Cia., do Rio de Janeiro, foi o responsável pelo projeto da futura cidade, encomendado pelo governo estadual à quantia de “cinco contos de réis”. Decreto nº 3.547, de 6 de julho de 1923 (Sabino Jr., 1958, p. 81-86).

197 Aqui Bernardo Élis comete um lapso, nominando o engenheiro e urbanista Armando Augusto de Godoy como “Urbano” de Godoi.

com a vida simples que viviam outrora na cidade do Anhanguera. Eram outras pessoas, ao retornarem de Goiânia nos finais de semana:

Ostentavam ótimos trajes da moda, exibiam anéis e relógios, possuíam automóvel, estavam loquazes, desembaraçados, serelepes... E como contavam coisa... A cidade era só de palácios, as casas providas de esgoto, instalação sanitária (adeus atrás da bananeira), água encanada, luz elétrica, assoalho encerado, telhas francesas (Élis, 1985, p. 59).

Arremata com a pergunta que todos faziam: “De onde, minha Senhora Santana,¹⁹⁸ de onde surgiu tanta riqueza? Será que Goiás tinha caveira de burro enterrada?” (p. 59). Ele próprio responde, inserindo uma pitada de malícia: “Mal sabia ele que a venda dos lotes era uma fonte (não a única) segura de bons rendimentos para Goiânia. Prudente era não falar muito. Viva o Cochicho!” (p. 59).

A constituinte, o município e a comarca

O imortal da Academia Brasileira de Letras informa que no dia 15 de abril de 1935, às 13 horas, na Assembleia Legislativa, “instalada solenemente no edifício da rua da Relação, em Goiás, realizou-se a sessão de posse dos deputados eleitos no pleito de 14 de outubro do ano anterior, após o que, nos termos da Constituição Federal vigente, cabia aos representantes do povo eleger o governador do Estado”¹⁹⁹ (p. 60).

198 Nossa Senhora de Sant’Anna, padroeira da Cidade de Goiás, em suas origens nominada Arraial de Sant’Anna, em referência à padroeira de Sant’Anna de Parnaíba, São Paulo, terra originária de Bartolomeu Bueno da Silva, filho, fundador do arraial goiano, e de seu pai homônimo.

199 Sobre a Assembleia Constituinte e sua importante participação no processo de mudança da capital, consultar *A Assembléia constituinte goiana de 1935 e o mudancismo condicionado* (Mendonça, 2008). Também, Mendonça (2018, p. 232-233).

Bernardo Élis evidencia que Pedro Ludovico anunciou que, se fosse eleito governador, tudo empenharia para mudar a capital: “Que ninguém alegasse surpresa depois!”. Foi eleito por 15 votos, de um total de 23 eleitores. Bernardo entende que foi esse o beneplácito goiano à execução da mudança. “A polícia também ajudava, mas cala-te boca!”, acentua o escritor, maliciosamente.

Em 20 de novembro de 1935, instalam-se o Poder Judiciário²⁰⁰ e a municipalidade²⁰¹ de Goiânia, ambos criados em ato oficial anterior. O bardo corumbaense enfatiza que as pessoas vindas da Cidade de Goiás não escondiam sua admiração pelo que viam realizado: “O Palácio, o Grande Hotel, a Secretaria da Fazenda, os três edifícios federais da Praça Cívica estão quase prontos; na rua Vinte ergue-se um conjunto de residências, o mesmo acontecendo na rua cinco e na rua sete...” (p. 60).

A mudança de Pedro Ludovico e de seu secretariado para Goiânia se deu no dia 4 de dezembro de 1935, uma manhã com “chuva miudinha, criadeira, de molhar bobo”. Bernardo Élis era estudante – morava na Rua Nova do Presidente (Cruz Machado) – e recorda-se do clima fúnebre do malfadado dia:

Mas logo ao sair da porta o prof. Luiz de Faria, de sua janela na casa fronteira, informava que Pedro Ludovico e o secretariado acabavam de passar por ali, de mudança para Goiânia. Havia dúvidas, tristezas, nem tanto revolta, que não desapontamento no semblante das pessoas que olhavam na longa rua molhada de chuva os rastros dos pneus dos automóveis. Eram os únicos rastros naqueles tempos de raros autos (Élis, 1985, p. 60-61).

200 Foi criado o juízo municipal (comarca), porém o Poder Judiciário Estadual permaneceu na Cidade de Goiás até 1937.

201 Decreto nº 510, de 7 de novembro de 1935 – nomeia o professor Venerando de Freitas Borges, professor do Liceu de Goiás, primeiro prefeito de Goiânia (Sabino Jr., 1958, p. 119-120 e 176). Também Câmara (1967, p. 193-194).

“Mas falemos baixo que parede tem ouvidos” (p. 61), insiste Bernardo Élis ao evidenciar, pelo adágio popular, o clima de medo prevalente, em uma terra que, de acordo com as palavras irônicas do jornalista Moisés Santana: “O Goiano já nasce vesgo: um olho no Araguaia, outro nos cofres do Governo” (p. 57).

Cotidiano na nova capital

A seguir, o contista vencedor dos prêmios José Lins do Rego (1965) e Jabuti (1966), pelo livro *Veranico de janeiro* (1965), além do Prêmio Afonso Arinos (1967), da Academia Brasileira de Letras, em reconhecimento ao livro *Caminhos e descaminhos* (1965), passa a descrever o cotidiano na nova capital de Goiás (Abdala Jr., 1983, p. 15).

O governo, que se instalou em duas casas da Rua 20, onde mais tarde se estabeleceria a Faculdade de Direito, tinha de providenciar as coisas mais simples na cidade, até mesmo uma granja para fornecimento de produtos hortifrutigranjícolas.

Bernardo Élis dá vazão a várias lendas sobre a onipresença de Pedro Ludovico: ele seria uma espécie de árbitro dos problemas da cidade, “desde briguinhas por beira de cama dos casais, até questões de dinheiro”. E ainda: “Dizia-se então que um caminho ligava cada cozinha ao gabinete do Dr. Pedro, que estava paternalmente a par de tudo.” Maledicência popular, ou não, o mandatário, segundo Bernardo Élis, às vezes “dava prazo de 12 ou 24 horas para alguém deixar a cidade. Mulheres da vida, por exemplo, não podiam morar em Goiânia: era em Campinas” (p. 61). Relata que aconteceu o primeiro *réveillon*, no Palácio das Esmeraldas, com seus vitrais estilo *Art Déco*, exigindo-se como traje masculino o *smoking*.

Agitações, prisões e “ameaças baratas”

Embora o Executivo estadual já estivesse estabelecido em Goiânia, na Cidade de Goiás permaneceram o Legislativo e o Judiciário. A mudança parecia uma questão irremediável. Contudo, após o governo deixar a “velha cidade”, o vilaboense se deu conta da triste situação, expressa poética e teluricamente por Bernardo Élis:

De repente, sentiu-se como que roubado em alguma coisa. Sempre ali fora sede do Governo, sempre ali estivera nossa Capital do Estado, a bela Goiás cantada em prosa e verso; dela, de suas ruas tortas, de sua Serra Dourada, de seus rios pitorescos, de seus ares finos, de seus luazes brancos albrantes (nessa hora esquecia-se a falta d'água e o mau cheiro dos becos e margens dos rios!), orgulhavam-se os vilaboenses, num orgulho imenso de reconcentrado (Élis, 1985, p. 63).

A seguir, o libelo de revolta da população e o último esforço para reverter o que parecia perdido:

Não! A capital não poderia mudar-se assim dessa maneira. Tudo tinha sido tão rápido! Como não se aperceberam antes do perigo, da ameaça, do desamparo em que iriam ficar! De que viver? Como viver naquela terra que tinha nos cofres públicos a única fonte de renda, meu Deus do céu! Se a vida ali já era difícil, agora como não ficaria! (Élis, 1985, p. 63).

A esperança estava no panorama político da Assembleia Constituinte, responsável por autorizar a mudança da capital. Sem declinar nomes, o cronista informa que, “de um

momento para outro, sem quase se perceber, três deputados governistas dos mais importantes foram cassados em seu mandatos”²⁰² e o governo perdeu a hegemonia na Assembleia Estadual: “Dos 24 deputados, 12 defendiam Goiânia e outros 12 a combatiam ferozmente” (p. 64).

O autor de *Chegou o governador* (1987) recorre ao jornalista Jaime Câmara e a seu livro *Os tempos da mudança* (1967) para relatar a solução encontrada para o impasse:

Restava, pois, ao Sr. Pedro Ludovico, partir para a violência. E foi o que ele fez. Uma centena de soldados foi deslocada para a Cidade de Goiás, com o calculado objetivo de estabelecer o pânico entre sua população. Retratos do Sr. Pedro Ludovico eram pregados por agentes do oficialismo por toda a cidade e, de preferência, na fachada das casas dos antimudancistas e nem todos podiam removê-los sem o risco de ameaças por parte dos soldados, postados por perto. As tipografias eram visitadas, numa espécie de censura prévia, para evitar qualquer boletim contra o governador ou a mudança da capital. A cidade praticamente parou no dia 20 de agosto [1936]. Só havia lugar para a crise (Câmara, 1967, p. 217; Élis, 1985, p. 64).

Na esteira de tais acontecimentos, informa Bernardo Élis que foi preso o Professor Ferreira – Francisco Ferreira dos Santos Azevedo²⁰³ –, que seria autor do antológico

202 O Tribunal Eleitoral, em 2 de agosto de 1936, acolhendo denúncia do suplente Sebastião Gonçalves, cassou os mandatos dos deputados Taciano Gomes de Melo, Vasco dos Reis Gonçalves e Guilherme Xavier de Almeida, todos pertencentes à bancada situacionista (Câmara, 1967, p. 207-208).

203 Um dos fundadores e primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Dicionário Analógico da Língua Portuguesa,²⁰⁴ assim como o deputado oposicionista Jaci de Assis. O deputado Felismino Viana adere ao governo. O presidente da Assembleia Legislativa, Hermógenes Coelho, é destituído de suas funções²⁰⁵ e assume o vice-presidente João de Abreu. Os deputados oposicionistas se refugiam e pedem asilo político em um quartel do Exército²⁰⁶. Obtida a maioria, o deputado Guilherme Xavier de Almeida apresenta, em 7 de julho de 1936, “Projeto de Lei que determina a transferência da Capital do Estado de Goiás para Goiânia” (Sabino Jr., 1958, p. 137-139)²⁰⁷.

O cronista Bernardo Élis, que “perde o amigo mas não perde a piada”, reporta-se a um telegrama de Pedro Ludovico, enviado ao líder da maioria antes de ordenar a atitude de força, com o título “Ninguém perde por ser educado - diria o professor Ferreira”:

Lamento acontecimentos ocorridos mas dever imperioso mudar Capital obriga-me a tomar medidas necessárias aquele desideratum pt Não tolerarei ameaças decaídos²⁰⁸ (Élis, 1985, p. 66).

O imortal da ABL utiliza-se de um trocadilho com o nome do coronel Magalhães Barata, “famoso por suas

204 *Dicionário Analógico da Língua Portuguesa – ideias afins* – Francisco Ferreira dos Santos Azevedo - 1. ed., 1950 (3ª. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2016, 800 p. il.).

205 Câmara (1967, p. 224-225).

206 Os deputados oposicionistas pedem asilo no 6º B.C, sediado em Goiás. Wagner Estelita Campos, em nome dos deputados, dá entrada a um pedido de *habeas corpus* na Suprema Corte (Câmara, 1967, p. 222).

207 O mesmo deputado Guilherme Xavier de Almeida apresenta projeto substitutivo, determinando nova data para a mudança, prevista para 25 de dezembro de 1936 (Sabino Jr., 1958, p. 141-143).

208 “Decaídos” é o termo utilizado pejorativamente para se referir aos destituídos da Revolução de 1930, tidos como antimudancistas pelo governo.

façanhas no Pará”, para relatar uma tênue esperança do povo de Goiás contra a pretendida mudança. Amigo de políticos opositoristas, já que estivera à frente das forças do Exército em Ipameri, Magalhães Barata foi a Goiás, ouviu e proferiu discursos inflamados, mas não passou disso. O “fugoso militar” não levou adiante as pretensões vilaboenses, não passando tudo de “uma barata intromissão”, segundo Bernardo Élis.

O time mais famoso de Goiás

Ao final de 1936, o governo resolveu transferir a Assembleia Legislativa imediatamente para Goiânia. Em 45 dias foi construído o prédio da sede legislativa, no entroncamento da Avenida Tocantins com a Rua 12, no centro da capital. Com a mudança do Poder Legislativo, em uma cerimônia quase anônima, aconteceu “o ato tão esperado, combatido, anelado, talvez o fato de maior repercussão em toda a vida de Goiás desde a chegada do Anhanguera à margem do Rio Vermelho” (p. 67). Tendo à frente Pedro Ludovico Teixeira, e presenciado por Irani Alves Ferreira, João D’Abreu, Coleman Natal e Silva, Câmara Filho, Solon de Almeida, major Benedito de Albuquerque, Belarmino Cruvinel, João Augusto de Melo Rosa, Manuel Gomes Pereira e Albatênio de Godoi – “o time mais famoso de Goiás” (Figura 4), nas palavras de Bernardo Élis –, foi assinado o *Decreto Estadual 1.816, de 23 de março de 1937*, que “transfere para Goiânia a Capital do Estado de Goiás”²⁰⁹.

209 Sabino Jr. (1958, p. 145-146).

Figura 3. Ato solene de Assinatura do Decreto Estadual nº 1.816, de 23 de março de 1937, que transfere para Goiânia a Capital do Estado de Goiás



Fonte: Sabino Jr. (1958, p. 147)

Novos tempos

Bernardo Élis não faz referência a uma data sobremodo importante para a história da nova capital, o Batismo Cultural de Goiânia, ocorrido em 5 de julho de 1942. Antes, dedica-se a relatar a decadência da antiga Vila Boa e a refletir sobre o naufrágio da última esperança de regresso à situação anterior, com a implantação do Estado Novo e a manutenção de Pedro Ludovico como governador. Por fim, atenta para o desenvolvimento da cidade que adotou, advindo da chegada da estrada de ferro e da construção de Brasília.

O autor de *Ermos e gerais* (1944) – o homem geral que adotou a erma Goiânia – finaliza sua crônica com o título “Nem profeta, nem profecia”, alusivo ao discurso de Pedro Ludovico no lançamento da Pedra Fundamental de Goiânia, em 24 de outubro de 1933:

Prevejo que dentro de cinco anos grande porção desta área destinada à futura cidade estará coberta, senão de luxuosas, de alegres vivendas em que os preceitos de higiene se casarão com o conforto e beleza da arquitetura. Nos seus jardins, ornados principalmente de flores goianas, de arbustos genuinamente nossos, os habitantes encontrarão um ambiente próprio para se espairecerem às tardes, e as crianças, o lugar adequado para se distraírem” (Élis, 1985, p. 70).

E finaliza o cronista e historiador: “Será que tesconjuro? Será que te bendigo?”.

Referências

ABDALA JR., Benjamin. *Literatura comentada*: Bernardo Élis. São Paulo: Abril Educação, 1983. 112 p.: il.

ALMEIDA PRADO, João Fernando de. *Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530)*. 2. ed. Série 5ª, Vol. 37, Biblioteca Pedagógica Brasileira, Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 309 p.

CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia: Ed. do autor, 1967, 246 p.: il.

CARVALHO FRANCO, Francisco de Assis. *Os Camargo de São Paulo*. São Paulo: Editora SPES, 1937.

CARVALHO FRANCO, F. de A. *Dicionário de Bandeirantes e Sertanistas do Brasil – Séculos XVI, XVII e XVII*. São Paulo: Comissão do IV Centenário, 1953.

Élis, Bernardo. *Ermos e gerais – contos goianos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1944. 172 p.

Élis, Bernardo. *Caminhos e descaminhos – contos*. Goiânia: Brasil Central, 1965. 159 p.

- Élis, Bernardo. *Veranico de janeiro – contos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966. 144 p.
- ÉLIS, Bernardo. *O Tronco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967. 256 p.
- ÉLIS, Bernardo. *Goiás em sol maior*. Goiânia: Poligráfica, 1985. 170 p.: il.
- ÉLIS, Bernardo. *Chegou o Governador*. 1. ed. 1987. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1998. 170 p.
- ÉLIS, Bernardo. *A vida são as sobras*. Goiânia: Kelps, 2000. 230 p. il.
- FLEURY CURADO, Agnelo Arlington. *Fleurys e Curados*. Goiânia: Ed. do Autor, 1956. 191 p.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Goiânia, População*. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/panorama> Coletado em: 29 mar. 2024.
- JAIME, Nilson. *Família Jaime/Jayme: Genealogia e História*. Goiânia: Kelps, 2016. 1.148 p.: il.
- JAIME, Nilson. *Frederico Jayme Filho – cinquenta anos de vida pública*. Goiânia: Antígona, 2018. 660 p.: il.
- JAIME, Nilson Gomes. “Algumas linhagens familiares ancestrais de Bernardo Élis”. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais* ISSN 2238-3565 V. 9, N. 4, p. 1-12, 2020 – Seção Especial Bernardo Élis.
- JAIME, Nilson. “O cronista e historiador Bernardo Élis: arquétipo de um cidadão geral que adotou a erma Goiânia”. In: OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de; MENDONÇA, Jales Guedes Coelho; CHAUL, Nasr Fayad; JAIME, Nilson. *Goiânia, 90 anos*. Goiânia: edições Goiás +300, 2024. p. 309-334.
- JAYME, Jarbas. *Famílias Pirenopolinas - Ensaio Genealógicos*. Goiânia: Ed. Rio Bonito, 1973. Vol. 5.: il.
- JAYME, José Sisenando. *Origem da Família Fleuri*. Goiânia: Ed. do Autor, 1990. 264 p.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A Assembleia constituinte goiana de 1935 e o mudancismo condicionado*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008. 278p.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2018. 688 p.: il.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso; MENDONÇA, Jales Guedes Coelho; CHAUL, Nasr Fayad; JAIME, Nilson. *Goiânia, 90 anos*. Goiânia: edições Goiás +300, 2024. 335 p.

PAES LEME, Pedro Taques de Almeida. *Nobiliarquia Paulistana Histórica e Genealógica*. 3 vol. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo. 1980, 852 p.

SABINO JR., Oscar (org.). *Goiânia documentada*. Goiânia: Museu Estadual, 1958. 187 p.

SILVA LEME, Luiz Gonzaga da. *Genealogia Paulistana*. v. 1. São Paulo: Duprat & Comp., 1903. 549 p.

TAUNAY, Affonso D'Escagnolle. *Na era das bandeiras*. São Paulo: Melhoramentos, 1922. 195 p.



Humberto Crispim Borges – importante escritor goiano

Geraldo Coelho Vaz²¹⁰

A característica dominante de Humberto Crispim Borges é a seriedade das consultas junto às bibliotecas, museus, arquivos para tirar do fundo das malas do tempo as verdades e fatos históricos que, muitas vezes, jazem esquecidos pelos caminhos de uma época.

Mais de meio século de trabalho incansável na trilha da literatura, vamos encontrá-lo exercendo os mais variados gêneros nas artes de escrever, quer como contista ou como pesquisador da história goiana sabendo ser respeitado, razão de ser um dos mais sérios escritores e orgulho de nossa cultura.

Humberto Crispim Borges nasceu no dia 16 de julho de 1918, na cidade de Anápolis, filho de Antônio Crispim Borges e de Galiana Crispim Borges e faleceu em Brasília, no dia 9 de dezembro de 2015.



210 Sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).

Fez suas primeiras letras em sua terra natal, matriculando-se no Grupo Escolar Dr. Brasil Caiado, sob a direção do professor Alarico Torres Verano. Foram, ainda, suas professoras: Zanira Campos, Diva Silva, Belizária Correia, Esther Campos e Elfrida Burger. Prosseguiu os estudos secundários no Colégio Anchieta de Bonfim, hoje, Silvânia. Nesse estabelecimento de ensino, foi redator do jornal Voz Juvenil, órgão literário dos alunos do tradicional Colégio.

Seguiu para Belo Horizonte, matriculando-se no curso pré-médico do famoso Colégio Arnaldo. Aprovado no vestibular, ingressa na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Transfere e matricula-se no segundo ano da Faculdade de Medicina de Niterói e, ao mesmo tempo, inicia o curso de Oficiais da Reserva, regido pelo Regulamento da Escola Militar.

Abandona a Faculdade de Medicina para ingressar na carreira militar.

Disciplinado nos seus hábitos e também no ofício de escritor, adquirido pela formação militar, ocupando o posto de Coronel do Exército, estreou na literatura em 1967, com o livro de contos *Chico Melancolia*, agraciado com o prêmio Bolsa de Publicação Hugo de Carvalho Ramos.

O escritor Aurélio Buarque de Holanda, da Academia Brasileira de Letras, na época se expressou da seguinte forma sobre *Chico Melancolia*:



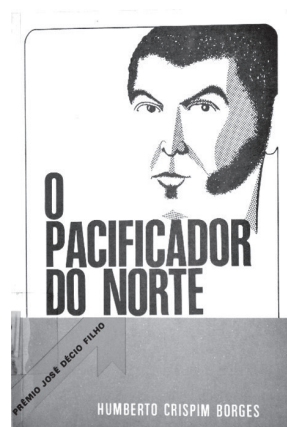
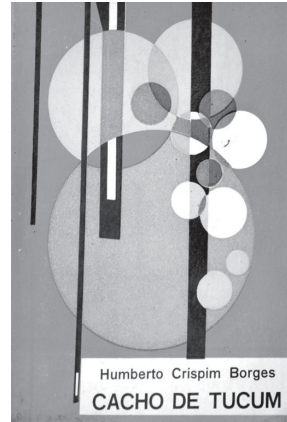
O leitor fica preso desde a primeira história “Caminhos do inferno”, história que lembra um pouco, em certos aspectos, Guimarães Rosa, um pouco e síntese

de Guimarães Rosa, aquele seu gosto da elipse, também notado em Miguel Torga, por exemplo. A síntese, a elipse, chegam até o excesso, mas o conto é de uma força muito grande.

Depois dessa obra, publicou, ainda, *Cacho de Tucum* e *Vale das Imbaúbas*, ambos de contos, onde predomina o regionalismo, num estilo todo próprio, encontrando na linguagem os vocábulos simples do povo sofrido do Brasil Central.

Estudioso, pesquisador consciente, artesão das palavras, escreveu *História de Anápolis*, *História de Silvânia*, *Generais Goianos*, *Retrato da Academia Goiana de Letras* e um rico ensaio sobre a *Vida e Obra de Moisés Santana*, jornalista goiano com passagem por Catalão, Anápolis e outras cidades e que foi covardemente assassinado na redação do jornal *Lavoura e Comércio* da cidade de Uberaba, pelo presidente da Câmara Municipal, João Henrique Sampaio Vieira da Silva.

No campo da pesquisa, premiado pela Bolsa de Publicações José Décio Filho, criada pelo Cerne, através do então superintendente, contista e acadêmico Francisco de Brito, com o livro de ensaio *O Pacificador do Norte*, cuja comissão julgadora foi constituída pelos escritores Bernardo Élis, Regina Lacerda e Waldomiro Bariani Ortencio.



O Pacificador do Norte é a vida de um dos mais ilustres filhos das terras anhanguerinas, Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, que, além de sacerdote, foi jornalista e presidente da Província de Goiás. Nascido na antiga e tradicional Meia Ponte, em 21 de junho de 1793, seria, mais tarde, redator chefe de *A Matutina Meiapontense*, primeiro jornal goiano, que surgiu em sua terra natal, no ano 1830, tendo como proprietário o comendador Joaquim Alves de Oliveira.

Para conseguir a documentação necessária ao seu trabalho, o escritor Humberto Crispim Borges descobriu a correspondência dos eventos históricos daquela época no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Material doado por José Martins Pereira de Alencastro, em 1864, do roteiro do padre, quando de sua ida ao Norte para pacificar rebeliões e também de sua atribulada vida como político em Goiás.

Além da seriedade profissional, humanista convicto, Humberto Crispim Borges marca sua presença na vida literária como intransigente defensor de nosso memorial histórico-cultural, folheando documentos entregues às traças e levando-os à tona para dirimir dúvidas e controvérsias dos historiadores.



Escritor Bariani Ortencio, Humberto Crispim Borges, Olavo Tormin Borges (proprietário do Bazar Oió) e Camargo Júnior

A exemplo, publicamos neste espaço o conto “Lavador de defuntos”, do livro *Cacho de Tucum*, para que os leitores possam analisar a produção literária do escritor Humberto Crispim Borges, membro da Academia Goiana de Letras e Sócio Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.

Eis, então, o conto: *O Lavador de defuntos*

Rabelo andava com precaução, evitando a enxurrada e as goteiras, alma borrifada de receio. Ao certo, quem podia adivinhar a resposta do Braz? Cuspia sim ou não com a mesma fleuma, bochecha mole acamada em dobras adiposas. E, no momento, o caso se agravava por ser ele muito xará do Teófilo. Pinimba antiga e nunca aplanada. Vinha a precisão, num chuaréu danado, e achava-se exposto a um não azedo.

Porta semicerrada. Enfiou a cabeça, explorando. Escuridão e mofo. Pudera! Dez dias de inverno. Clamou:

– Ó de dentro!

– Ó de fora! Entra.

Fechou o guarda-chuva e penetrou na morada. Avistou Braz na rabeira do fogão, escarrapachado em banquinho de madeira, calças arregaçadas. Cumprimentou:

– Bom dia!

– Bem, com este dilúvio?

– É mesmo. Como se gasta chuva.

– Um cafezinho?

– Obrigado. Quero esquecer o cigarro.

– Deixou?

– Há seis meses.

– Pois volta, garanto. E numa quinzena vai recuperar o tempo perdido, fumando como locomotiva.

Tico, filho de Braz, surgiu na cozinha. Viu o guarda-chuva vertendo água no chão e postou-se na espreita.

Rabelo, susto no estômago, ia lançar o bote. Nada de cavaco. Tinha que rodar, folhear ruas, bater portas variadas. Eia! Afagou a cabeça do menino e atirou bomba:

- O Teófilo esticou a canela.

Imperturbável, Braz retrucou:

- E já esticou tarde. Chato como ele, só filhote de chato, cruz! Se bem voou, no inferno já estourou.

- Quem morreu? – perguntou Anita.

Anunciando algo, Rabelo pigarreou, tossiu. Falou:

- Vim pedir a você para lavar o morto.

- Você está é de gíria – declarou o interpelado, firme nos tamancos. – Faça isso por amizade e nada me liga àquele sacana. Que se afomente!

Rabelo desdenhou: “Belo diplomata. Em vez de incensar, pintar o gajo como insubstituível, atropela tudo, bestamente. Um desastre”. Mesmo assim, não entregou os pontos, retornando:

- Exato, compadre. Por ele, nada, e o homem é defunto. É por mim, que estou à testa dos arranjos. Se não contar com os amigos do peito, como você, o que é que vou arrumar?

Cheio de graveto, Braz sorriu. Tomou um tição e levou-o ao cigarro. Redarguiu:

- Companheiro, prezo a sua estima. Mas entre o alho e o bugalho é que a porca torce o rabo. Nem debaixo do rêlho quero lavar o pão-duro. Quero é deixá-lo no campo, estirado, para refugio de urubu.

- Fecha este bueiro – ordenou Anita. – Quer, vai. Não quer, fica. No mais, bico fechado.

Montado no carão, Rabelo estreitou o cerco:

- Vamos, meu velho. O bom cristão é o que serve com humildade, indiferente aos agravos – ofereceu o guarda-chuva ao pequeno e emendou: – Para o caso atual, deixemos de parte qualquer ação gratuita. Será trabalho e não favor.

Não se paga a mortalha, o caixão, o celebrante, a cova? Também você terá uma gratificação.

Braz, que se encontrava a zero, doido por forrar o bucho com uma carniinha assada, entusiasmou-se:

- Pois você, parente, corto orelha até de deputado, seja ele urso ou leão. E de mão beijada, dadinho da silva. Mas, para esse boboca, só no *money*.

Escarrou na cinza, porcamente.

- É assim que se fala - proclamou Rabelo inebriado, dando-lhe uma palmada nas costas. - Então, para frente. O velho deve de ter morrido aí pela meia-noite e só deram com a coisa ao amanhecer. Está duro como cimento.

- Vou refrescar-me um bocado. Compre uma garrafa de pinga e leve para lá. De cara cheia o rendimento é outro.

Rabelo saiu.

Braz apeou da fomalha e refestelou-se num canto, a namorar a chuva. Bando de aves, junto da parede azeitavam as penas. No calor da mãe, pintinhos curiosos punham as cabeças de fora, admirando a librina.

Tico refugiou-se no colo do pai. Com olhos interrogativos, inquiriu:

- O homem morreu mesmo?

- Morreu.

- Outro dia, a Zélia disse: "O Teófilo foi pro beleléu".

- Era sapituca.

- Agora?

- Morte morrida, lisinha.

Estimulado por piscadela brejeira, o moleque enveredou-se por assunto abstrato:

- Por que tudo morre?

- Para não encher o mundo. Morre um, vem outro, morre um, vem outro. - alojou o fedelho nas pernas e continuou: - Sabe, cada homem, cada moço, cada guri é semente de outra criatura.

- E nascem miudinhos?

- Nascem miúdos e vão até a semente. Se é semente de velho, vive bastante; se é de rapaz, metade da vida; e se é de criança, assim de seu porte, cedo bate as asas e azul para o céu.

- O senhor conhece a semente das pessoas?

- Mal-mal.

- Repara a minha.

Fiteiramente. Braz examinou-lhe a vista e o umbigo, os dentes e o sexo. Concluiu:

- Semente de velho, barba branca.

Radiante, o garoto escapou-se-lhe os braços, a gritar pela mãe.

O lavador de defuntos é ser bondoso e prestativo, à cata de merecimento. Ouve falar em morte e vai ventando. Compra o cadáver e só o deixa no cemitério, ao rojar a última pazada de terra.

Responsável por mais de crime e mau, misto de escorpião e cascavel, inexplicavelmente, após dobrar os quarenta, Braz dedicou-se à lavagem de defuntos. Uns diziam: “É pelos trocados”. Outros: “Pela cachaça”. O certo é que lava e bem.

Braz entrou constrangido e espichou a mão para dona Adelaide, ciclando:

- Meus pêsames!

A mulher começou a soluçar, lenço aberto no semblante. Depois de muita lágrima e caretas, murmurou:

- A roupa está na cama, passadinha. Vou esquentar a água.

- Não carece - ponderou Braz. - Morto vai lá saber o que é frio ou quente.

- Não, nem! Ele sempre gostou de banho esperto e não é agora que vou contrariá-lo.

Pedi licença embarafustou-se na cozinha.

Braz deslizou o quarto. Velas acesas e cheiro de morte a empestar o ambiente. Volveu para a sala e

enxergou a garrafa de aguardente. Agitou-a para ver o colarinho. Boa! Tomou meio copo: gute-gute-gute!... Na penumbra chuvosa distinguiu alguns conhecidos e acercou-se da roda. Sabia os temas de cor. Esquisitices do finado e pescaria, futebol e caçada, assuntos de todos os velórios. De vez em vez, política e mulher, combinação explosiva. Escutou, os lábios colados, e voltou a molhar a língua. Calibrado, tinha disposição.

Bacia grande, líquido morno, sabonete fino. E o velho desgrenhado, rígido, nu. Colocou o corpo nas bordas da bacia, reto como tábua, e iniciou a esfregação pelo peito e barriga. Empurrou a cabeça para o chão e lavou os cambitos. Para cuidar do rosto, fez operação inversa. Sabão nos olhos, na boca e na orelha, espuma sobrando. Virou-o de bruços e cascou-lhe um tabefe. Zombou:

- Nem carne leva para os corós, hem, malandro!

Botou o corpo em pé, encostado no leito, e engatinhou atrás do sabão. O soalho trepidou. Levou na nuca tremenda bordoadada e focinhou, vista coberta de estrelas. Encarou de lado, sangue fervendo, e deu com o cadáver pousando-lhe no dorso. Safado! Sempre a feri-lo. Saltou sobre o defunto, vibrando-lhe saraivada de tapas. O som cavo, surdo oco encantava-lhe o ouvido... Endireitou-se, ofegante, mão no cachaço. Bebeu uma talagada e tornou ao serviço, puxando o morto pelo pé e enfiando-o na bacia, as pernas para o ar. Bicho feio, metido a besta!

Enxugou, vestiu, penteou. De quando em quando, ao se lembrar da falseta, mandava o braço. Tá-tá-tá!

- Nossa Senhora do Muqué! Ele está roxo.

- Defunto não gosta de água quente.

- Que maçada! - Espantou uma mosca e principiou a grunhir. Reclamou:

- Não encruzou os braços?

- Só se quebrar, quer?

- Deus me livre!
- É como frango, muito singelo. Procura-se a junta e aperta-se. Toque! Era uma vez um braço.
Alheio aos resmungos da mulher, encaminhou-se para fora. Disfarçadamente, Rabelo passou-lhe duas pelegas de mil. Oba!
- Até mais - gaguejou, de língua ensolarada.
Comprou um quilo de cupim, feijão preto e dois pirulitos. Dia feliz, com bela remuneração. Ia dormir, ouvindo a chuva e o galo-índio. Marcou o rumo de casa e foi-se, alma em festa.

Referências

- TELES, José TELES, José Mendonça. *Dicionário do Escritor Goiano*. Ed. Kelps. Goiânia, 2011.
- VAZ, Coelho. *Rastro literário*. Editora Kelps. Goiânia, 1991.
- VAZ, Coelho. *Academia Goiana de Letras (história e antologia)*. Ed. Kelps. Goiânia, 2008.



Prefácio

Seminário Santa Cruz: berço da cultura goiana

Jales Guedes Coelho Mendonça²¹¹

O intelectual José Murilo de Carvalho, em seu livro *A escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória* (Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2. ed., 2002), analisa detidamente o referido estabelecimento de educação. No prefácio da mencionada edição, o professor Francisco Iglesias leciona: “Duas instituições de ensino têm importância decisiva na vida de Minas Gerais: o Caraça e a Escola de Minas de Ouro Preto. [...] Mais do que simples escolas, são unidades formadoras de determinada marca regional.”

Transplantando a passagem mineira para o vizinho contexto goiano, é lícito identificar significados assemelhados ao Caraça e à Escola de Minas no Liceu de Goiás e no Seminário Episcopal Santa Cruz, primeiros estabelecimentos de ensino secundário da província, instalados na antiga capital, respectivamente, em 1847 e 1872.

Segundo o professor Genesco Ferreira Bretas, na monumental obra *A História da instrução pública em Goiás* (Goiânia:

211 Promotor de Justiça, doutor em História/UFG, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Tocantins (IHGT), sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e autor do livro *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança* (Goiânia: UFG, 2. ed., 2018). E-mail: jalescoelhomendonca@gmail.com

Cegraf/UFG, 1991), o Liceu quase incorporou-se ao Seminário, diante do comando emanado de uma norma provincial de 1868. Tal fusão malogrou, ensina Bretas, sobretudo pelas finalidades díspares entre as duas casas do saber, porquanto a primeira ambicionava capacitar candidatos leigos para as academias (ensino superior) ao passo que a segunda buscava, em regra, formar sacerdotes, dentro dos princípios morais da Igreja Católica.

É verdade que o abrangente estudo do professor Genesco examinou, entre outros, tanto a trajetória do Liceu quanto do Seminário. Contudo, resta alvissareira a publicação de uma investigação específica sobre o centro de formação do clero anhanguerino. A tarefa, levada a efeito pelo padre Ronaldo Silva, profundo conhecedor da História da Instrução e da Igreja Católica em Goiás, tanto que possui mestrado em Ciências da Religião e doutorado em Educação pela PUC/GO, merece ser comemorada.

O livro intitulado *Seminário Santa Cruz: berço da cultura goiana*, quinta obra do autor, divide-se didática e harmonicamente em sete capítulos. O inicial intenciona contextualizar a presença católica no território do que viria a ser a capitania de Goiás, enfocando a tentativa de catequização dos povos originários pelos missionários franciscanos e jesuítas, principalmente na confluência dos rios Tocantins e Araguaia, sem, contudo, acarretar a fundação de alguma escola na região. Ato contínuo, o padre Ronaldo Silva passa em revista pela criação, em 1745, da prelazia de Sant'Ana de Goiás, transformada em bispado por ordem do papa Leão XII, bem como pelas gestões eclesiásticas dos sete bispos de Goiás: 1) Dom Francisco Ferreira Azevedo; 2) Dom Domingos Quirino de Souza; 3) Dom Joaquim Gonçalves de Azeredo; 4) Dom

Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão; 5) Dom Eduardo Duarte Silva; 6) Dom Prudêncio Gomes da Silva e 7) Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

No segundo capítulo, certamente o mais denso, o autor debruça-se sobre o objeto de sua pesquisa e esquadrinha com segurança as nuances da criação do Seminário, em 1860, pelo imperador Dom Pedro II e sua instalação, em 1872, por Dom Joaquim Gonçalves de Azevedo, sem prejuízo de detalhar o funcionamento intermitente do aludido estabelecimento educacional até meados da década de 1950.

Ao compulsar o produto final das investigações encetadas pelo pároco da arquidiocese de Goiânia, o leitor toma ciência da origem do nome dado ao Seminário, atinente a uma homenagem prestada ao deputado Felipe Antônio Cardoso Santa Cruz, entusiasta fervoroso do progresso intelectual de sua província.

Ademais, resta patente o realce do consulado de Dom Eduardo Duarte Silva, quinto bispo de Goiás, por alguns motivos. Primeiro, pela edificação em Ouro Fino (distrito da Cidade de Goiás) de uma casa de férias para os seminaristas, o que inclusive teria consumido, de acordo com o Cônego Trindade, parte do patrimônio particular do citado sacerdote. Segundo, em razão da transferência da Diocese para Uberaba/MG em 1896, motivada por uma série de conflitos políticos relacionados à difícil separação, nos albores da República, entre o Estado e a Igreja, além das rugas entre os católicos e a oligarquia liderada por Leopoldo de Bulhões, majoritariamente vinculada à maçonaria e ao positivismo. A propósito, chegou a existir em Goiás uma legenda denominada de Partido Católico. Terceiro, Dom Eduardo, nos moldes de Dom Bosco, profetizou o município de Campinas/GO como lugar adequado para futuramente sediar a nova capital estadual.

Ainda sobre o período do quinto bispo, seria um grave erro não registrar o testemunho de Victor Coelho de Almeida, em seu livro *Goiáz: usos, costumes, riquezas naturais* (São Paulo: RT, 1944, p. 57), a saber: “Do clero local, D. Eduardo separou elementos de escol, tais como o cônego Inácio Xavier da Silva e os padres Pedro Ribeiro da Silva e Joaquim Confúcio de Amorim, naturais de Vila Boa, que cooperaram eficazmente no empenho alcançado, de elevar, quanto possível, o nível da cultura, disciplina e piedade do Seminário Episcopal de Santa Cruz, em Goiás.” Na sequência, o escritor salienta o nível intelectual atingido na instituição de ensino localizada no então recuado Oeste brasileiro: “Na verdade, tornou-se este, no gênero, um dos melhores estabelecimentos da América do Sul; e é lamentável que esse período de grandeza não tenha perdurado mais de cinco anos, porque cessou com a transferência da sede diocesana para Uberaba, em julho de 1896.” Arremata informando que o Seminário chegou a alcançar o número de 100 alunos à época.

Extraí-se ainda do segundo capítulo do *Seminário Santa Cruz: o berço da cultura goiana* algumas coincidências marcantes entre Dom Eduardo Duarte Silva e Dom Emanuel Gomes de Oliveira, este, o sétimo bispo de Goiás. A primeira e mais visível: Dom Emanuel transferiu o episcopado da Cidade de Goiás para Bonfim (hoje Silvânia) em 1926, repetindo o ato de Dom Eduardo exatos 30 anos depois. A segunda: envolveu-se ativamente na mudança da capital, ventilada, como visto, por Dom Eduardo, ao presidir a comissão incumbida de selecionar o local da nova sede administrativa. Como consequência de tal expediente político-administrativo, Dom Emanuel acabou incompatibilizando-se com o interventor federal, ao discordar da forma como se processou a preterição de Silvânia e a escolha de Campinas pela comissão.

Os capítulos três, quatro, cinco e seis abordam, respectivamente, as biografias e as gestões dos quatro arcebispos de Goiânia (Dom Fernando Gomes dos Santos, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, Dom Washington Cruz e o atual Dom João Justino de Medeiros Silva). Cumpre ressaltar, nesse aspecto, a transferência do Seminário para Anápolis/GO em 1962 e, no ano seguinte, para Brodowski/SP. Por sua vez, em 1964, o centro de formação do clero goiano transferiu-se de vez para Goiânia, ante a construção de uma sede adequada para abrigar os seminaristas.

No entanto, mesmo em Goiânia, suas atividades foram novamente interrompidas em 1969, voltando apenas em 1976. Tais oscilações no funcionamento do estabelecimento acabaram resumidas poeticamente por Pedro Mendonça Fleury Curado, consoante transcrição do autor: “Morte e ressurreição são uma constante nesta instituição.”

O sétimo e derradeiro capítulo elenca várias personalidades que estudaram no Seminário Santa Cruz ao longo de seus mais de 160 anos de existência. O extenso rol de vultos da história goiana e brasileira, a exemplo de Eugênio Jardim, João Teixeira Álvares, Joaquim Rufino Ramos Jubé, Leo Lynce e tantos outros, ajuda a comprovar a afirmação anterior de Victor Coelho de Almeida a respeito da dimensão do saber difundido no local: “No gênero, um dos melhores estabelecimentos da América do Sul.”

Por fim, resta indene de dúvida que a obra *Seminário Santa Cruz: o berço da cultura goiana*, da lavra do padre Ronaldo Silva, merece ser lida e analisada atentamente, tornando-se, doravante, fonte de consulta obrigatória para os interessados no tema.

Goiânia, abril de 2023



Prefácio

O Velho Cacique

Jales Guedes Coelho Mendonça²¹²

Na biografia de Getúlio Vargas, o escritor Lira Neto dividiu sua densa investigação em três livros distintos. Antecipando-se à quase instantânea dedução do leitor acerca da existência de um tríplice Getúlio, ou seja, um “revolucionário”, outro “ditador” e um terceiro “democrata”, o autor explica: “Ao contrário do que alguns especulam, Getúlio foi um só, embora ambivalente e contraditório” (*Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder [1882-1930]*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 529).

Em Goiás, Vargas preservou como seu aliado preponderante Pedro Ludovico (1891-1979), sobretudo durante o seu primeiro consulado (1930-1945), a ponto de Ludovico ter sido o único interventor/governador a permanecer ininterruptamente no poder em todo o citado período, superando até Punaro Bley, do Espírito Santo. Na verdade, Ludovico entrou antes de Getúlio e saiu depois dele.

No entanto, a despeito de alguns livros já publicados e de sua própria autobiografia, Pedro Ludovico ainda não

212 Promotor de Justiça, doutor em História/UFG, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Tocantins (IHGT), sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e autor do livro *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança* (Goiânia: UFG, 2. ed., 2018). E-mail: jalescoelhomendonca@gmail.com

mereceu uma biografia completa e bem pesquisada, consoante o padrão utilizado por Lira Neto.

No campo político, Pedro Ludovico iniciou sua participação em 1909, ao comparecer à convenção, na antiga capital estadual, do recém-fundado Partido Democrata, agremiação que congregou também os próceres Leopoldo de Bulhões e Antônio Ramos Caiado, oligarcas que precederam o domínio, igualmente oligárquico, de Ludovico.

Este findou sua presença no cenário político apenas no momento de seu falecimento, em 1979, quando ainda desempenhava papel saliente, embora informal, na oposição goiana, tanto que, em entrevista concedida à imprensa à época, lançara Iris Rezende candidato a governador e seu filho Mauro Borges a senador nas eleições já cogitadas e que ocorreriam pouco mais tarde (1982). Tais candidaturas acabaram confirmadas na sequência, registre-se.

Entre esses dois polos temporais (1909–1979) medeia uma trajetória política impressionante de 70 anos que atravessa uma série de eventos, a saber: duas disputas para deputado federal em 1921 e 1930; duas nomeações para interventor federal em 1930 e 1937; eleição indireta para governador em 1935 pela Assembleia Constituinte Estadual; queda em 1945; eleição direta para governador em 1950 e, afinal, cassação do cargo de senador e perda dos direitos políticos em 1969.

É nessa última posição de “cassado” que se firmou a imagem de Pedro Ludovico para as gerações contemporâneas e sucessoras ao ato de força de 1969. Em outras palavras, prevaleceu a imagem de “vítima” associada sempre à do idealizador de Goiânia.

Ocorre, porém, que, nas décadas de 1930 e 1940, Pedro Ludovico experimentou o outro lado da moeda, isto é, vestiu

o figurino de “cassador” e “ditador”, nos moldes de seu preceptor Getúlio Vargas, perseguindo implacavelmente seus adversários políticos e dissidentes, especialmente após a vitória revolucionária de outubro de 1930 e o triunfo do golpe de Estado de novembro de 1937.

Malgrado ainda inexistir um estudo robusto, é verossímil supor que, proporcionalmente, Goiás fora um dos Estados a mais utilizar o famigerado art. 177 da autoritária Constituição Federal de 1937, a chamada “polaca”. Essa previsão legal autorizava os interventores a aposentarem compulsoriamente qualquer servidor público, mesmo os integrantes do Poder Judiciário. Nessa leva, até o presidente e o vice do Tribunal de Justiça de Goiás foram aposentados em 1938, sem prejuízo de outros magistrados de primeira instância e diversos funcionários estaduais.

Porém, tanto esse papel de “algoz” quanto o de “carrasco-mor” da Cidade de Goiás, no dizer do jornalista Egerineu Teixeira, acabaram soterrados e praticamente desconhecidos da opinião pública, não apenas pelos acontecimentos posteriores supradescritos da década de 1960, mas sobretudo por Ludovico cuidar zelosamente de suas lembranças e memórias. A propósito, atesta essa constante preocupação com a disputa de narrativa a publicação – com o devido patrocínio estatal – do compêndio *Como Nasceu Goiânia*, de Ofélia Sócrates, logo no início da ditadura do Estado Novo.

A rigor, outros capítulos da vida ludoviquista ainda precisam de maiores esclarecimentos, inclusive na seara privada. Como dito, a longeva existência quase nonagenária de Pedro Ludovico ressentia-se de uma biografia detalhada, capaz de desnudar a dupla face de “cassado” e “cassador”, além de zonas de sombra existentes.

Nessa perspectiva, todavia, uma fonte incontornável para o preenchimento dessa lacuna encontra-se no presente livro *O Velho Cacique*, do escritor Luiz Alberto de Queiroz, ora em sua 10ª edição, o que, por si só, já recomenda a publicação. Poucas obras em Goiás conseguiram alcançar tal marca, restando, portanto, patenteados, desde a largada, seus evidentes méritos.

O trabalho apresenta uma série de depoimentos sobre Pedro Ludovico, a exemplo do interessante texto de Bernardo Élis, em que o imortal da Academia Brasileira de Letras (ABL) retrata uma passagem pouco conhecida envolvendo a detenção de seu irmão em 1932.

Ademais, testemunhos de diversos outros personagens são de valor inquestionável, como o prestado pelo historiador Sérgio Paulo Moreira, que conta, com cores vivas, as entranhas da convenção do PSD de 1965, conduzida pelo “velho cacique”.

Além dos depoimentos valiosos, Luiz Alberto de Queiroz fornece ao leitor várias imagens interessantes e alguns documentos preciosos, difíceis de serem encontrados nos arquivos e acervos, o que enriquece sobremaneira a produção.

Jurista por formação e grande pesquisador da História de Goiás, Luiz Alberto de Queiroz já escreveu diversos livros, a começar pelo intitulado *Esperança do Reconhecimento*, lançado em 1981. Agora entrega à sociedade a décima e “última edição”, como ele faz questão de assinalar, do já clássico *O Velho Cacique*.

Acometido ultimamente por problemas de saúde, nossa última mensagem ao escritor Luiz Alberto de Queiroz só poderia ser de gratidão e reconhecimento ao seu hercúleo esforço físico e intelectual.

Goiânia, maio de 2023



Prefácio

Notáveis Vilaboenses

Jales Guedes Coelho Mendonça²¹³

Toda análise depende muito da comparação que se estabelece. No interessante livro intitulado *Rio 2º Distrito Federal: diagnóstico da crise estadual e defesa da federalização* (Jaguatirica, 2021, 302p.), os organizadores da obra, professores Christian Lynch, Igor Souza e Luiz Ramiro Júnior, advogam a tese da transformação do Rio de Janeiro em um segundo Distrito Federal, nos moldes instituídos por alguns países como Alemanha e Chile.

Para justificar a implementação da medida, eles apontam vários fundamentos, a exemplo da conexão entre a atual crise fluminense e a perda do título de capital brasileira em 1960, associada ainda à ausência, segundo eles, de “bônus, reparação ou compensação” ao Rio pela União. Em resumo, aduzem que “o governo federal também não previu à cidade do Rio de Janeiro qualquer espécie de indenização, nem simbólica nem financeira, pelo golpe mortal que lhe vibrava”. Ao longo do trabalho aparecem expressões que qualificam o Rio pós-1960 como “cidade devastada” e outras similares.

213 Promotor de Justiça, doutor em História/UFG, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Tocantins (IHGT), sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e autor do livro *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança* (Goiânia: UFG, 2. ed., 2018). E-mail: jalescoelho@uol.com.br

Não obstante o suposto desamparo aludido, os próprios autores lembram que, mesmo após mais de seis décadas da efetivação da mudança, o Rio de Janeiro ainda hoje possui mais servidores públicos federais civis do que o Distrito Federal (259 mil no RJ contra 181 mil no DF), além de “ser a maior cidade-sede das Forças Armadas da América Latina”, acolhendo inúmeros militares do Exército, Marinha e Aeronáutica. Só a Vila Militar (bairro carioca) “tem mais de 60 mil conscritos”, registram.

Ademais, até hoje, mais de um terço dos órgãos da administração pública federal encontram-se sediados no Rio, bem como várias empresas estatais de grande porte como Petróbras, Eletrobras, BNDES e Eletronuclear.

No campo educacional, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), maior instituição federal do País, mantém-se na cidade maravilhosa e ninguém cogitou deslocá-la para Brasília, onde se construiu, como seria lógico e razoável, outro centro universitário de ponta, a Universidade de Brasília (UnB). De igual forma, o tradicional Colégio Pedro II permanece no mesmo lugar de sua fundação.

Sem embargo, na obra *As lágrimas do Rio: o último dia de uma capital: 20 de abril de 1960* (Martins Fontes, 2012, 264p.), o historiador francês Laurent Vidal noticia, amparado por matéria veiculada no jornal *O Globo* de 12 de abril de 1960, que o presidente Juscelino Kubitschek (JK) assinara na época um decreto concedendo ao novo Estado da Guanabara (sucessor do antigo DF) “a soma excepcional de três bilhões de cruzeiros do orçamento da União para enfrentar os primeiros tempos (ele assinou o decreto diante de todos os representantes da Câmara [do DF])”.

Como já dito acima, toda análise depende muito da comparação que se estabelece. No caso em exame, os respeitados

professores cotejaram a transferência brasileira de 1960 com o processo de reunificação alemã da década de 1990, onde a “pequenina” Bonn foi “regiamente recompensada” pela mudança para Berlim com o recebimento de “1,5 bilhão de euros e o direito de continuar a sediar dois quintos de todos os ministérios, que lá permanecem até hoje”.

No entanto, quando a comparação é confrontada com a experiência mudancista de Minas Gerais, levada a efeito no início da República, vê-se que a condição carioca muda completamente de figura. Após reconhecer o Rio como a capital cultural e simbólica do Brasil, o cientista político Christian Lynch conclui que para o RJ perder tal situação “seria preciso acontecer com o Rio o cataclisma que aconteceu com Ouro Preto no final do século XX: perder a condição de capital, cair num abismo de decadência econômica e no completo esquecimento de tudo e de todos”.

Embora sentencie a situação de Ouro Preto como um “cataclisma” após a inauguração de Belo Horizonte, é sabido, porém, que toda a rede de ensino da antiga capital mineira foi preservada, notadamente a destacada Escola de Minas de Ouro Preto, objeto, aliás, de uma substancial pesquisa do historiador José Murilo de Carvalho. De mais a mais, o espaço urbano da outrora Vila Rica em 1897 já ostentava os serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, energia elétrica e até mesmo transporte ferroviário.

Mas existe ainda um outro exemplo brasileiro não mencionado que merece atenção, até por inspirar a construção de Brasília, no dizer do presidente JK. Ele foi posto em prática na mesma unidade federativa onde o atual Distrito Federal encontra-se situado, ou seja, no Estado de Goiás. Na década de 1930 edifica-se a nova capital (Goiânia), sucessora da

Cidade de Goiás (outrora Vila Boa), esta, hoje patrimônio da humanidade.

A bem da verdade, se o processo mudancista representou para Ouro Preto, nas condições descritas acima, um “cataclisma”, talvez seja difícil encontrar um qualificativo adequado para a Cidade de Goiás. Isso porque, ao final, todos os servidores federais e estaduais foram transferidos para Goiânia, além da completa rede pública de ensino – a única existente no Estado à época –, inclusive o tradicional Lyceu de Goyaz, criado em 1846, e a Faculdade de Direito. Ademais, os consulados também deixaram a cidade e ainda a unidade das Forças Armadas existente (2ª Companhia do 6º Batalhão de Caçadores do Exército), que se incorporou ao comando superior aquartelado em Ipameri/GO.

Dos serviços públicos acima arrolados presentes em Ouro Preto, apenas o de energia elétrica existia na antiga capital goiana. O abastecimento de água e a coleta de esgoto só seriam efetivamente implementados nas décadas seguintes e o sonho do silvo do trem de ferro ecoando nos contrafortes da Serra Dourada nunca passou de uma imagem projetada nos mapas geográficos.

Muito embora a legislação (decreto nº 3.359, de 18 de maio de 1933) e até mesmo a Constituição Estadual de 1935 determinassem o amparo e a proteção à Cidade de Goiás, “resguardando-a da decadência”, a realidade é que a transferência ocorreu sem qualquer compensação ou indenização prometida, consoante extrai-se da simples leitura do decreto nº 1.816, de 23 de março de 1937 – a lei ordinária nunca foi aprovada definitivamente pela Assembleia Legislativa.

Guardadas as devidas proporções, resta evidente que a diferença entre a Cidade de Goiás e o Rio de Janeiro é abissal,

até porque a compensação do governo federal à cidade maravilhosa afigura-se de caráter permanente, já que a presença de inúmeros servidores e órgãos públicos se protraí no tempo há mais de seis décadas, além da manutenção integral da rede educacional e da vigência de uma institucionalidade democrática durante o consulado de JK.

Em relação à Cidade de Goiás, a referida ausência de reparação, como seria humano e natural, gerou ressentimento nos vilaboenses. Como expressão dessa mágoa, Nice Monteiro Daher costumava sintetizar aos seus interlocutores que, a partir da transferência, a “Cidade de Goiás foi se desmanchando”, de acordo com o depoimento do médico Ademir Hamú. Eis, portanto, o mesmo sentido da lição ensinada pelo mestre Paulo Bertran: a mudança “provocou a ruptura do tecido cultural antigo, urdido na velhice de dois séculos pregressos de história”.

E é aí então que aportamos na contribuição do jurista e escritor Antônio Celso Ramos Jubé para assunto em baila. Ao apresentar publicamente o seu mais novo livro, intitulado *Notáveis Vilaboenses*, Jubé, como é usualmente conhecido no meio intelectual de Goiás, joga luz nesse mencionado sentimento de insatisfação e sobressalto que assomou o espírito dos moradores da antiga capital ao verem o declínio da então bicentenária urbe fundada pelo bandeirante Anhanguera.

É o que se extrai, por exemplo, da leitura das biografias de Abner de Amur Curado, Alcide Celso Ramos Jubé e Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (Professor Ferreira), sem prejuízo de permear, explícita ou subliminarmente, outras passagens do trabalho.

A rigor, a valiosa obra de Antônio Celso Ramos Jubé perfaz um conjunto de mais de meia centena de breves

biografias de vilaboenses (de nascimento ou adoção). Apesar de o autor não explicar o critério de sua seleção, certamente pesaram para a escolha das personalidades esquadrihadas o prestígio e a credibilidade delas junto à sociedade, porquanto todas apresentam destaque em determinado segmento da vida social da antiga capital.

De igual modo, várias gerações se interagem nas páginas a seguir, desde o já mencionado consagrado professor Ferreira (1875-1942) – talvez o mais vigoroso intelectual de Vila Boa até hoje – ao jovem e promissor advogado Rafael Fleury, nascido em 1990 e devotado à causa da cultura.

Diversos assuntos são extraídos das biografias, com destaque para aspectos históricos, geográficos, folclóricos, mas sobretudo genealógicos. A propósito, cumpre assinalar que passou da hora de Goiás (re)criar o seu Instituto Genealógico, dando assim continuidade aos densos estudos desenvolvidos por Jarbas Jaime, Claro Godoy e tantos outros.

Membro de tradicional família goiana, integrante do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), atual componente do Conselho Estadual de Cultura, servidor aposentado do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE/GO) e vivamente interessado pelo tema da genealogia, fica consignado, desde já, a sugestão para que o autor agregue pesquisadores à sua inquestionável liderança, considere a ideia e a faça sair do papel.

Desse modo, dará mais uma útil contribuição ao campo intelectual de nossa terra, ora reforçado com o lançamento de outra robusta obra que merece ser lida e detidamente analisada. Lembrando sempre, como dito no início, que toda análise depende muito da comparação que se estabelece.

Goiânia, setembro de 2022



Antecedentes cronológicos do comício presidencial de Jataí, 4 de abril de 1955

Pedro Nolasco de Araújo²¹⁴

A 5 de novembro de 1893, a cidade histórica de Sabará, nas Minas Gerais, presencia o nascimento do político brasileiro, Cristiano Monteiro Machado, filho de Virgílio Machado e Marieta Monteiro Machado.

Anos mais tarde, cola grau, 1918, na Faculdade Livre de Direito da então capital da República, Rio de Janeiro.

De 1922 a 1924, desempenha a atividade de oficial de gabinete do presidente do Estado, Raul Soares.

Ainda em torno de 1924, assume uma cadeira na Assembleia Legislativa das Minas Gerais.

Elege-se prefeito da capital das alterosas, Belo Horizonte, para o interregno de 1926 a 1929.

Dentre as realizações da gestão municipal, Cristiano Machado, de maior relevo, além naturalmente de outras, há o Mercado Central de BH.

Março de 1930, assume uma cadeira na Câmara dos Deputados. Renuncia todavia ao mandato, em setembro desse ano, para ocupar a Secretaria do Interior do governador das Minas Gerais, Olegário Maciel.

214 Membro Titular do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).

Em outubro de 1934, exerceu uma cadeira de deputado federal constituinte pelas Minas Gerais. Já em setembro, 1936, renuncia ao mandato a fim de ocupar a Secretaria de Educação e Saúde Pública no governo de Benedito Valadares.

Filia-se, 1945, ao Partido Social Democrático - PSD, e elege-se deputado à constituinte, 1946, pelas Minas Gerais.

Concorre, 1950, PSD, à presidência da República, tendo Altino Arantes como companheiro de chapa, contrariando a orientação do seu partido, que preferiu apoiar Getúlio Vargas, PTB-PSP.

Tal fase, em que Cristiano se candidata, a contragosto do PSD, fica consagrada como 'cristianização' pessedista.

A 'cristianização' partidária surte um grande efeito em uma cidadezinha longínqua, obscura, perdida nos sertões de Goiás, Jataí, cujos eleitores, majoritariamente pessedistas, sob a liderança do médico, Serafim de Carvalho, votam em peso na chapa Cristiano Machado-Altino Arantes, que, apesar de derrotada, obtém quase 100% dos votos alí, parece que a sua maior vantagem em todo o país.

A 'cristianização' pessedista cai, tempos depois, no conhecimento do ex-governador das Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, que já almejava se candidatar à presidência da República. Quis logo saber quem era o leader pessedista da cidade de Jataí. E quem o informa, salvo melhor juízo, é o seu colega da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, Orsini Carneiro Giffoni: "É o Serafim de Carvalho." E JK retruca: "Ora, o Serafim é meu contemporâneo da Faculdade. E lá, em Jataí, que quero começar a minha campanha presidencial." E telegrafou a Serafim.

O destinatário recebe o telegrama durante uma Missa. Findo o ofício religioso, Serafim lê-o e compartilha a boa nova

com os companheiros pessedistas, entre os quais se achava o Toniquinho, e pede que este leve a correspondência à residência do então prefeito, Luziano de Carvalho, a fim de que este começasse a preparar o comício.

Eis já, adrede preparado para o ensejo, um palanque à praça Diomar Menezes.

O curioso é que a praça homenageia, Diomar, piloto, um herói da segunda guerra, glória da cidade abelha.

Manhã de 4 de abril de 1955. Mais ou menos 12 mil almas, ansiosas, plantadas no campo de pouso de Jataí, assuntam o céu nublado, aguçam o ouvido. De momento a momento, alguém parece distinguir um sinal entre aquelas nuvens, prenhes de água -- que comunicam chuva para logo -- um risquinho qualquer no firmamento, ou ouvir um rumor, de mistura com o gorjeio das aves, com um alarido, um grasnar etc. e tal. Subitamente, um ronco abafado de motores se destaca, se destaca sobre os demais sons, vai aumentando, aumentando, aumentando, e não resta mais dúvida: “É ele. É ele sim.”

E o aeroplano, que conduz JK, prefixo PP-ANY, “...ronceiro e barulhento Douglas DC-3...”, opina Ronaldo Costa Couto, em seu livro “Brasília Kubitschek de Oliveira”, já se mostra lá, na cabeça do campo de pouso, toca o solo e instantes além vai taxiando. Uma nuvem de densa poeira vermelha envolve a aeronave.

Ah, frade Ernetti! Ah, se tivéssemos acesso ao teu ‘chronovisor’, aquela inacreditável máquina do tempo que inventastes, que gravasse, para a posteridade, as cenas do pouso daquele Douglas DC-3 na Cidade Abelha! Ah, se tivéssemos!

Prosseguindo com a aterrissagem do Douglas DC-3, o piloto desliga os motores. A porta se abre e “um passageiro sorridente acena com entusiasmo.” É ele. É ele sim.

Ouvem-se aplausos, e mais aplausos, mal o passageiro se mostra, enfiado naquele terno impecável, lenço branco à lapela, a fim de celebrar a sua chegada.

Cumpridas as formalidades de praxe, parte daquele público, em torno de mil pessoas, encaminha-se às pressas para a praça Diomar Menezes, onde o palanque do prefeito Luziano de Carvalho lhes dá as boas-vindas.

Acho que os compêndios já cuidaram da força das intempéries torcendo o curso da história, e as circunstâncias do comício histórico de Jataí são mais um exemplo.

Mais um exemplo de como um temporal, que ameaça desabar sobre a praça Diomar Menezes, pode ditar o curso da história.

Chuva providencial.

Com efeito, entra a chover, um alarido dos diabos, gente tentando se proteger dos pingos d'água, e aí um popular se lembra do galpão de uma oficina ali pertinho, lugar bem abrigado, onde há uma revenda de veículos da Willys, cujo proprietário é o senhor Lindomar Jajah Zaiden, abaixo, hoje, do Hotel Rio Claro, segundo informa o Dr. Jailton Naves, filho da Cidade Abelha.

O palanque? A carroceria de um depauperado caminhão Bedford.

O espaço não comporta mil pessoas, mas apenas duzentas, que se acotovelam, se espremem, se empurram-empurram naquele ambiente exíguo.

E o orador, JK, pilha de simpatia e mestre da retórica, magnetiza os ouvintes, envolve a assistência em uma aura de otimismo, euforia, entusiasmo, fala de desenvolvimento, implantação de indústrias, construção de estradas, de portos, de aeroportos, usinas e no cumprimento integral da Constituição

Federal. JK abre enfim, como é de seu costume, oportunidade para aqueles que desejassem formular alguma pergunta.

Cumprimento integral da Constituição Federal?

Acha-se previsto, caput do Art. 4, 'Ato das Disposições Constitucionais Transitórias', da Carta Magna de 1946: "A Capital da União será transferida para o planalto central do País."

É aqui que comparece o jovem Antônio Soares Neto, vulgo Toniquinho, 28 anos, que tendo estudado para um concurso, estava afiado sobre as disposições transitórias:

Gostaria de saber, já que Vossa Excelência promete cumprir integralmente a Constituição Federal, se, caso eleito, poria em prática o art. 4 do 'Ato das Disposições Constitucionais Transitórias', que prevê a transferência da Capital da União para o planalto central do Brasil?

O retórico mineiro toma um 'baita' susto, conforme expressão de Toniquinho, reflete alguns segundos, respira, respira profundamente, e retruca:

A pergunta é muito oportuna e feliz, e que isso realmente está consignado na Constituição e a partir deste momento farei dessa ideia o objetivo principal de minha campanha e de minha administração, se eleito for.

Inacreditável que a iniciativa da transferência da Capital federal tenha sido tomada na carroceria de um surrado caminhão.

Goiânia, 10 de maio de 2024.



Resumo das ações do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) entre maio de 2021 e dezembro de 2024

2021

MAIO de 2021

- 05/05: Solenidade de posse da nova diretoria do IHGG (2021-2025), durante a pandemia;
- 06/05: Reabertura do funcionamento do IHGG, com as cautelas necessárias ao período pandêmico;
- 26/05: Palestra (live) da professora Elaine Machado.

JUNHO de 2021

- 07/06: Visita do vereador Anselmo Pereira;
- 21/06: Palestra (live) do poeta Aidenor Aires;
- 23/06: Visita do ex-prefeito de Goiânia Iris Rezende, acompanhado de Agenor Mariano e Paulo Ortegal;
- 23/06: Visita do artista plástico Siron Franco;

- 29/06: Visita do ex-deputado federal Vilmar Rocha, acompanhado de Tasso Mendonça, da Agência Nacional de Mineração;
- 29/06: Visita da secretária municipal de Direitos Humanos, dra. Cristina Lopes, acompanhada da arquiteta Ana Maria Diniz.

JULHO de 2021

- 1/07: Visita da ex-procuradora-geral de Goiânia Anna Vitória Gomes Caiado;
- 01/07: Visita do presidente do Sindicato dos Advogados do Estado de Goiás, Alexandre Ramos Caiado;
- 06/07: Visita do presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Joaquim de Castro;
- 06/07: Palestra (live) do prof. Eguimar Felício;
- 07/07: Visita do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Edson Ferrari, acompanhado do promotor de Justiça Umberto Machado de Oliveira;
- 21/07: Visita do presidente da Casag/OAB, advogado Rodolfo Mota, acompanhado do advogado Diogo Figueiredo;
- 26/07: Visitas do deputado estadual Iso Moreira e do delegado de polícia André Fernandes;
- 26/07: Palestra (live) com a escritora Sônia Ferreira;
- 27/07: Visita do advogado Josserrand Massimo Volpon e auxílio ao IHGG;
- 28/07: Encaminhado ofício do IHGG ao superintendente do Brasil em Goiás, assinado pelo presidente, Jales Mendonça,

e tesoureiro, Pedro Nolasco de Araújo, para a criação de uma unidade do Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) em Goiânia.

AGOSTO de 2021

- 04/08: Visita do empresário José Garrote (Grupo São Salvador Alimentos); do conselheiro do TCE, Kennedy Trindade; da procuradora de Justiça Carla Fleury e do empresário Fábio Soares;
- 09/08: No lançamento do Programa Retomada Cultural, no Teatro Goiânia, o presidente do IHGG, Jales Mendonça, em pronunciamento, reforça a importância do CCBB em Goiânia, na presença do governador do Estado;
- 12/08: Visita do promotor de Justiça Danni Sales e do empresário Samuel Belchior;
- 16/08: No 100º dia de gestão, entra em funcionamento a Hemeroteca Digital do IHGG (hemeroteca.ihgg.org) na internet;
- 16/08: Visita do deputado federal Glaustin da Fokus;
- 17/08: Presidente do IHGG, Jales Mendonça, e o superintendente de Fomento da Secult, Nilson Jaime, se reúnem na sede do Banco do Brasil, em Brasília, com o diretor de Marketing da corporação, Antônio Mourão, e o senador Luiz do Carmo, para tratar da ideia de criação do CCBB em Goiânia;
- 19/08: Visita do advogado Demóstenes Torres e auxílio ao IHGG;
- 19/08: Visita da jornalista Cileide Alves;

- 19/08: Visita do presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), Fernando Chapadeiro, acompanhado das arquitetas Narcisa Cordeiro e Jacira Pires;
- 20/08: Visita do ex-deputado federal Daniel Vilela;
- 23/08: Visita do deputado estadual Delegado Eduardo Prado;
- 25/08: Assinatura do contrato de apoio cultural com o presidente do grupo São Salvador Alimentos (1º da gestão), empresário José Garrote;
- 25/08: Visita do secretário municipal de Educação, vereador Wellington Bessa, acompanhado do deputado estadual Delegado Eduardo Prado;
- 25/08: Visita do servidor do Senado Federal, professor Victor Jardim Amorim;
- 26/08: Visita do presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, deputado Lissauer Vieira.

SETEMBRO de 2021

- 01/09: Palestra (live) com a professora Eleuzenira Menezes;
- 01/09: Visita do advogado Ney Moura Teles e auxílio ao IHGG;
- 02/09: Assembleia Legislativa de Goiás aprova moção de apoio à ideia de criação do CCBB em Goiânia;
- 03/09: Visita da presidente do Conselho Regional de Farmácia - Goiás, Lorena Baía, e do tesoureiro, Leandro Zenon;
- 09/09: Visita do deputado estadual Chico KGL;

- 09/09: Visita da vereadora Sabrina Garcez;
- 16/09: Participação do presidente do IHGG, Jales Mendonça, na “Tribuna Livre” da Câmara Municipal de Goiânia;
- 17/09: Assinatura da parceria do IHGG com a cooperativa de crédito Sicoob Unicentro Br para restaurar a Casa Rosada de Goiânia, primeiro imóvel do Setor Sul (marco desta gestão);
- 18/09: Visita do chanceler da UniEvangélica, professor Augusto Ventura;
- 19/09: Jornal *O Popular* publica a matéria “Goiânia poderá ser a quinta cidade brasileira a receber unidade do Centro Cultural Banco do Brasil”;
- 21/09: Visita do vereador Kleybe Moraes;
- 22/09: Reitor da UFG, Edward Madureira, divulga moção de apoio à ideia do CCBB em Goiânia.

OUTUBRO de 2021

- 05/10: Palestra (live) da arquiteta Narcisa Cordeiro;
- 13/10: Início da montagem dos 28 módulos de estantes deslizantes doadas ao IHGG, em razão do empenho do desembargador Rogério Arédio;
- 24/10: Palestra (live) do desembargador Itaney Campos;
- 29/10: Início das obras de restauração da Casa Rosada de Goiânia.

NOVEMBRO de 2021

- 10/11: Doação ao IHGG da coleção dos jornais *Diário da Manhã* e *Cinco de Março*, por intermediação do jornalista Valterli Guedes;
- 22/11: Palestra (live) da professora Lena Castello Branco;
- 29/11: Palestra (live) do escritor Adalberto Queiroz.

DEZEMBRO de 2021

- 09/12: Palestra (live) do magistrado Abílio Wolney Aires Neto;
- 09/12: Visita do ex-deputado federal Jalles Fontoura de Siqueira, acompanhado do jornalista Jales Naves;
- 20/12: Continuidade das obras de restauração da Casa Rosada de Goiânia.

2022

JANEIRO de 2022

- 04/01: Visita do professor (UFG) Domingos Tiveron Filho, acompanhado de seu filho Gustavo Tiveron;
- 04/01: Visita do escritor Miguel Jorge;
- 07/01: Visita do empresário Leonardo Rizzo, acompanhado da arquiteta Narcisa Cordeiro;
- 09/01: Publicado no *Jornal Opção* o artigo “Casa Rosada de Goiânia: restauração da sede do IHGG inaugura novo modelo de gestão cultural em Goiás”, de Nilson Jaime;

- 14/01: Visita da Comissão de Memória do TJGO, desembargadores Luiz Cláudio Veiga Braga e Itaney Campos;
- 19/01: Visita do jornalista Enzo Lisita;
- 20/01: Visita do procurador de Justiça Eliseu Taveira Vieira;
- 24/01: Visita do presidente da Adial, José Garrote;
- 26/01: Visita da jornalista Cileide Alves;
- 28/01: Visita do advogado Felicíssimo Sena e auxílio ao IHGG;
- 28/01: Visita da artista Patrícia Lobo, autora dos painéis de azulejo do IHGG;
- 31/01: Visita do ex-secretário estadual da Cultura Kléber Adorno.

FEVEREIRO de 2022

- 02/02: Visita do presidente da AGI, Valterli Guedes;
- 04/02: Visita do chanceler da UniEvangélica, professor Augusto Ventura;
- 04/02: Solenidade de inauguração dos 28 módulos de estantes deslizantes doadas ao IHGG, seguida do descerramento da placa em homenagem aos vários colaboradores do feito;
- 07/02: Visita do promotor de Justiça Danni Sales;
- 07/02: Iluminação do painel goianiense (na entrada do IHGG);
- 10/02: Visita do presidente da Unimed, Sérgio Baiocchi Carneiro;

- 10/02: Visita do padre Murah Peixoto Vaz, pároco da Diocese de Ipameri e historiador;
- 11/02: Visita do presidente do Sicoob UniCentro Br, Raimundo Nonato Leite Pinto, às obras de restauração do IHGG;
- 15/02: Visita do secretário estadual de Indústria e Comércio, Joel de Sant'Anna Braga Filho;
- 23/02: Visita do ex-vice-prefeito de Goiânia Agenor Mariano;
- 23/02: Visita dos dirigentes do Sicoob UniCentro Br, Clideonor Gomes Filho e José Humberto Vaz;
- 24/02: Visita do presidente da Academia Goiana de Letras, Ubirajara Galli;
- 25/02: Visita dos promotores de Justiça Lauro Machado Nogueira e Fabiano Naves.

MARÇO de 2022

- 03/03: Visita do promotor de Justiça Eduardo Abdon Moura;
- 04/03: Fixada a data do dia 21 de março para a inauguração da restauração da Casa Rosada e início dos preparativos para a grande festa;
- 07/03: Visita do presidente do TCM, Joaquim de Castro, acompanhado do assessor Marcelo Fonseca;
- 08/03: Visita do ex-deputado federal Vilmar Rocha;
- 08/03: Visita do dirigente da Rádio Interativa, jornalista José Luiz Martins de Araújo;
- 09/03: Assinatura do contrato de apoio cultural com o escritório Demóstenes Torres Advogados Associados;

- 09/03: Visita do promotor de Justiça Carlos Vinícius Alves Ribeiro;
- 11/03: Visita do advogado Breno Caiado;
- 12/03: Rádio Interativa divulga as ações do IHGG;
- 14/03: Visita da filha do ex-presidente Colemar Natal e Silva, Marilda de Castro Coelho, acompanhada de seu filho, Carlos Alberto Coelho Júnior;
- 14/03: Visita do ex-deputado estadual Leão Caiado Filho;
- 15/03: Presidente do IHGG grava para o programa *TBC Memórias*, do jornalista Enzo Lisita, sobre a trajetória da entidade cultural;
- 17/03: Visita da professora de Biblioteconomia/UFG Livia Ferreira de Carvalho;
- 21/03: Inauguração da restauração da Casa Rosada de Goiânia e reforma do prédio administrativo do IHGG, em evento que contou com a presença do governador Ronaldo Caiado e do prefeito Rogério Cruz;
- 21/03: Matéria veiculada no jornal *O Popular*: “Casa Rosada de Goiânia”;
- 21/03: O presidente do IHGG, Jales Mendonça, participa do programa *Papo Cabeça* na Rádio Interativa e fala sobre a entidade;
- 21/03: Abertura da exposição “Vida e obra de Bariani Ortêncio”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 22/03: Os dois vídeos produzidos para o evento de inauguração são publicados na página do Instagram do IHGG;
- 24/03: Visita do professor (UEG) Fábio Santa Cruz;

- 24/03: Visita do presidente da Egressos da UFG, advogado Eliomar Pires;
- 26/03: Visita do promotor de Justiça Umberto Machado de Oliveira;
- 31/03: Assinatura do contrato de apoio cultural com a empresa BaladAPP, do empresário João Carlos Balduino Alla.

ABRIL de 2022

- 01/04: Inauguração do “Café Brasileira Leo Lynce” na Casa Rosada de Goiânia;
- 05/04: Visita do conselheiro do TCE Edson Ferrari;
- 06/04: Visita da superintendente do Patrimônio Histórico da Secult de Goiás, Tânia Aguiar de Mendonça;
- 08/04: Visita do juiz do Tribunal Regional Eleitoral, jurista Márcio Moraes;
- 08/04: Visita dos ex-alunos do Colégio Agostiniano Nossa Senhora de Fátima (turma de 1992);
- 20/04: Visita do deputado federal Jeferson Rodrigues;
- 26/04: Visita do engenheiro Humberto Eustáquio;
- 26/04: Presidente do IHGG participa em Ipameri do lançamento do livro do escritor Geraldo Coelho Vaz intitulado *Ipameri e a família Vaz da Costa*;
- 27/04: Presidente do IHGG, Jales Mendonça, requer oficialmente ao superintendente do Iphan em Goiás o tombamento da Ponte Epitácio Pessoa, no município de Pires do Rio;

- 27/04: Publicado no jornal *Diário da Manhã* o artigo “Jales, o historiador que faz história”, do jornalista Valterli Guedes;
- 28/04: Visita do superintendente do Iphan em Goiás, Allyson Cabral;
- 28/04: Visita do ex-deputado federal Jalles Fontoura.

MAIO de 2022

- 02/05: Visita do procurador de Justiça Maurício Nardini;
- 03/05: Visita do médico Fabrício Nunes Carvalho, acompanhado do diretor do Sicoob UniCentro Br, Diogo Mafia Vieira;
- 03/05: *Jornal Opção* divulga a matéria “Presidente do IHGG pede tombamento da ponte ferroviária de Pires do Rio”;
- 05/05: Assembleia Geral Ordinária - prestação de contas de 1 ano de gestão;
- 19/05: Visita dos artistas plásticos Henrique Manuel e Patrícia Lobo;
- 19/05: Visita do desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga;
- 26/05: Visita institucional do presidente do IHGG ao presidente da Alego, deputado Lissauer Vieira, e outros representantes do segmento cultural;
- 26/05: Visita da presidente da Asmeço, Patrícia Carrijo, acompanhada do juiz Abílio Wolney e do desembargador Luiz Cláudio;
- 30/05: Visita da promotora de Justiça Villis Marra;

- 30/05: Visita do ex-presidente do IHGG, escritor Gilberto Mendonça Teles;
- 31/05: Presidente do IHGG participa em Catalão do lançamento do livro do escritor Geraldo Coelho Vaz intitulado *Ipameri e a família Vaz da Costa*;

JUNHO de 2022

- 02/06: Abertura da exposição “Vida e obra de Gilberto Mendonça Teles”, seguida de palestra do citado acadêmico;
- 06/06: Visita do presidente da OAB/GO, Rafael Lara Martins, acompanhado dos advogados Alexandre Pimentel e Eduardo Cardoso;
- 06/06: Visita do vereador Leandro Sena;
- 06/06: Visita do presidente do grupo Jalles Machado S/A, Otávio Lage Filho;
- 07/06: Realização no IHGG do debate sobre digitalização promovido pela Associação de Arquivologia do Estado de Goiás;
- 07/06: Visita do defensor público-geral do Estado de Goiás, Domilson Rabelo Jr., acompanhado da defensora Bruna Xavier;
- 09/09: Presidente do IHGG, acompanhado do presidente do Icebe, Nilson Jaime, visita em Brasília o fotógrafo Rui Faquini e também a pedra fundamental, edificada em 1922, da então futura capital do Brasil;
- 10/06: O empresário João Carlos Balduíno Ala anuncia o patrocínio de um novo painel de azulejo intitulado “Goiás +300” no 1º andar;

- 15/06: Visita do arquiteto Elder Rocha Lima, acompanhado da professora Graça Fleury;
- 29/06: Realizada, dentro do Projeto Goiás +300, no Centro Cultural Oscar Niemeyer, a execução, pela Orquestra Sinfônica de Goiânia, do poema sinfônico *O Anhanguera*, do músico Hekel Tavares;
- 30/06: Assembleia Geral Ordinária do IHGG.

JULHO de 2022

- 06/07: Sarau das Mulheres no IHGG;
- 07/07: Visita do presidente do IHGG ao jornal *Diário da Manhã*, acompanhado dos presidentes da AGI e do Icebe;
- 11/07: Início da requalificação do 1º andar do prédio administrativo do IHGG, com a troca do piso;
- 18/07: Visita de Tasso Mendonça Júnior, da Agência Nacional de Mineração;
- 20/07: Visita do ex-governador de Goiás Irapuan Costa Júnior.

AGOSTO de 2022

- 02/08: Posse de 18 novos sócios titulares e 11 correspondentes do IHGG;
- 02/08: Abertura da exposição “Vida e obra de Geraldo Coelho Vaz”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 05/08: Visita do promotor de Justiça Danilo Elias;
- 06/08: Em manchete, o jornal *O Popular* informa: “Ponte histórica se deteriora sem proteção”, e acrescenta ter o

IHGG solicitado ao Iphan o tombamento da Ponte Epitácio Pessoa, em Pires do Rio;

- 16/08: Visita do presidente da OCB/GO, Luís Alberto Pereira;
- 17/08: Visita da reitora da UFG, Angelita Pereira de Lima;
- 18/08: Visita do diretor cultural do Tribunal de Justiça de Goiás, poeta Gabriel Nascente;
- 19/08: Visita da diretoria do Instituto Altair Sales;
- 22/08: Entrega da comenda literária Antônio Almeida a Eurico Barbosa, Altair Sales e Geraldo Coelho Vaz, indicados pelo IHGG;
- 24/08: Visita do empresário Leandro Almeida (Kelps);
- 26/08: 1º Chorinho do IHGG;
- 30/08: Visita do promotor de Justiça Vinícius Marçal Vieira;
- 30/08: Início das obras para a instalação de um elevador no 1º andar do IHGG, benefício patrocinado pela empresa BaladAPP.

SETEMBRO de 2022

- 02/09: Visita do procurador de Justiça Fernando Krebs;
- 06/09: Visita do jornalista Euler Belém, do *Jornal Opção*;
- 09/09: Visita do presidente da Associação Goiana do Ministério Público, Benedito Torres Neto;
- 15/09: Visita do presidente do Sicoob UniCentro Br, Raimundo Nonato;
- 21/09: Visita do servidor do Senado Federal professor Victor Amorim;

- 27/09: Visita do jornalista Ulisses Aesse;
- 28/09: Visita dos diretores da CrediCitrus/SP, Walmir Segatto e Fábio Fernandes, acompanhados de dirigentes do Sicoob UniCentro Br.

OUTUBRO de 2022

- 07/10: Evento comemorativo dos 90 anos do IHGG, com apresentação da Orquestra Sinfônica de Goiás;
- 07/10: Palestras dos professores Lena Castello Branco, Nasr Chaul e Nilson Jaime;
- 07/10: Abertura da exposição “Vida e obra de Horieste Gomes”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 07/10: Lançamento da Revista nº 32 do IHGG;
- 07/10: Entrega do título aos novos sócios mantenedores do IHGG, com destaque para o governador Ronaldo Caiado;
- 14/10: Eleição para a nova direção da AGI, no auditório do IHGG;
- 14/10: 2º Chorinho do IHGG;
- 21/10: Visita do presidente da Associação Pró-Sector Sul, advogado Edmilson Moura, acompanhado da prof^ª. Andrea Teixeira.

NOVEMBRO de 2022

- 07/11: Inauguração do elevador do IHGG;
- 09/11: Presença do presidente do IHGG na entrega do Troféu Seriema, do Crea/GO, em homenagem ao professor Altair Sales;

- 15/11: Em manchete, o jornal *O Popular* divulga foto do IHGG com o título: “De portas abertas, a Casa Rosada quer receber mais visitas”;
- 21/11: Início dos preparativos para a montagem da exposição “Dom Tomás Balduino”;
- 21/11: Visita do presidente da SGPA, Gilberto Marques Neto;
- 24/11: Visita do ex-reitor da UFG professor Edward Madureira;
- 25/11: Visita do presidente do IHGG ao Colégio Anchieta, em Silvânia, acompanhado do ex-presidente Geraldo Coelho Vaz.

DEZEMBRO de 2022

- 01/12: Visita do promotor de Justiça Eliseu Belo e do deputado federal Márcio Corrêa;
- 02/12: 5ª Conferência de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de Goiás no IHGG;
- 02/12: Inauguração da 1ª iluminação natalina da Casa Rosada de Goiânia;
- 13/12: Jornal *O Popular* divulga matéria sobre eventos do dia 14/12 com o título: “Luzes e Livros”;
- 14/12: Lançamento do 1º Box da *Coleção Goiás +300* (História, Geografia e Memória e Patrimônio);
- 14/12: Lançamento da exposição “Bispo Dom Tomás Balduino - semeador de esperança”;
- 14/12: 1ª Cantata Natalina do IHGG com a Orquestra Sinfônica de Goiânia;

- 14/12: Matéria do jornal *Diário da Manhã*: “IHGG celebra dezembro com várias ações culturais”;
- 16/12: Visita do ex-prefeito de Goiânia Pedro Wilson;
- 23/12: Artigo do prof. Emiliano Lobo de Godoi: “Nossa História em Cantata”, publicado no jornal *O Popular*.

2023

JANEIRO de 2023

- 03/01: Visita de Jeremias Lunardelli, acompanhado de Valterli Guedes e Sinésio Dioliveira;
- 04/01: Visita do escritor Geraldo Coelho Vaz e de sua irmã à exposição Dom Tomás Balduino;
- 05/01: Início do Projeto “A História chama a escola”, com a parceria estabelecida com o presidente do Conselho Estadual de Educação, professor Flávio Castro;
- 06/01: Visita do jornalista Matheus Ribeiro, acompanhado de Valterli Guedes;
- 06/01: Visita dos presidentes do IHGG e do Sicoob Uni-Centro Br ao Palácio da Instrução, na Cidade de Goiás;
- 07/01: Inspeção do presidente do IHGG, Jales Mendonça, à sede da Usina Jaó, imóvel ao qual solicitara o tombamento à Secult/GO ainda em 2011;
- 10/01: Doação do acervo fotográfico do jornal *Diário da Manhã* ao IHGG, por intermediação do presidente da AGI, Valterli Guedes;

- 11/01: Visita do médico Luiz Carlos Milazzo;
- 18/01: Inauguração do projetor e do telão no Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado, do IHGG;
- 26/01: Visita do grupo Ademaldo Construções.

FEVEREIRO de 2023

- 02/02: Visita da prof^a Luciane Martins de Araújo (PUC-GO), acompanhada do prof. Altair Sales Barbosa;
- 08/02: Início do Projeto “A História chama a escola” - alunos do Colégio Prevest;
- 09/02: Visita do ex-deputado estadual Álvaro Guimarães;
- 11/02: Na Assembleia Legislativa, o presidente do IHGG é convidado para compor a mesa na posse dos novos diretores do Poder Legislativo Goiano;
- 15/02: Projeto “A História chama a escola” - alunos do Colégio Prevest;
- 16/02: Exibição do filme *Dom Tomás Balduino - semeador de esperança*, produzido pelo cineasta Taquinho;
- 16/02: Abertura da exposição “Vida e obra de Altair Sales”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 28/02 Projeto “A História chama a escola” - alunos do Colégio Sesc Cidadania;
- 28/02: Visita dos presidentes da Fecomércio e Sesc, Marcelo Baiocchi e Leopoldo Veiga, respectivamente, ocasião em que o presidente do IHGG sugere a aquisição do imóvel ao lado do Instituto para sua transformação em unidade do Sesc Cultural.

MARÇO de 2023

- 06/03: Projeto “A História chama a escola” - alunos do Sesc Cidadania;
- 06/03: Reportagem da TV Serra Dourada sobre o Projeto “A História chama a escola”;
- 07/03: Artigo do escritor Salatiel Soares Correia no jornal *Diário da Manhã*: “Jales Guedes e Nilson Jaime são os caras da cultura em Goiás”;
- 07/03: Divulgação do vídeo sobre o jornal *O Democrata*, disponível na Hemeroteca do IHGG, produzido por Taquinho;
- 10/03: Jornal *A Redação*: “IHGG recebe estudantes para falar sobre história de Goiás”;
- 15/03: Visita institucional do presidente do IHGG à reitora da UFG, Angelita Lima, para a entrega do Box 1 da *Coleção Goiás +300*, em companhia dos profs. Nilson Jaime e Othaniel Alcântara;
- 20/03: Visita do músico Marcus Biancardini;
- 22/03: Projeto “A História chama a escola” - alunos da Escola Municipal Lions Clube;
- 24/03: Mesa-redonda no IHGG sobre o “Caminho Místico Ambiental do Brasil Central”, coordenado pela arquiteta Narcisa Cordeiro;
- 28/03: Projeto “A História chama a escola” - alunos do mestrado multidisciplinar da UEG, sob a supervisão dos profs. Ademir Luiz e Eliézer Cardoso;
- 29/03: Projeto “A História chama a escola” - alunos da Escola Municipal Lions Clube;
- 30/03: Visita do empresário Jaime Câmara Júnior e Guliver Leão.

ABRIL de 2023

- 04/04: Presidente do IHGG concede entrevista à TV Anhanguera sobre os 85 anos do jornal *O Popular*;
- 05/04: Visita institucional dos presidentes do IHGG e do Icebe ao Instituto Cultural Ítalo-brasileiro “Oswaldo Stival e Edith”, na cidade de Nova Veneza;
- 07/04: Jornal *Diário da Manhã* destaca visita dos presidentes do IHGG e do Icebe ao jornalista Batista Custódio: “Diálogos da História com o Jornalismo”;
- 10/04: Divulgação do vídeo, produzido pelo cineasta Taquinho, sobre o jornal *Cinco de Março*, disponível na Hemeroteca Digital do IHGG;
- 11/04: Jornal *O Popular*: “Santa Dica recebe homenagem no IHGG”;
- 12/04: Assembleia Geral Ordinária - prestação de contas de dois anos de gestão;
- 12/04: Lançamento da *Revista do IHGG* nº 33 (edição comemorativa de 90 anos);
- 13/04: Projeção do filme *Beneditas*, sobre Santa Dica, no IHGG;
- 25/04: Diplomação de Jalles Fontoura como sócio mantenedor do IHGG;
- 26/04: Lançamento do livro *Cerrado - a constelação do meio-dia*, de Altair Sales;
- 28/04: Jornal *A Redação*: “IHGG vai comemorar conquistas de dois anos de gestão”.

MAIO de 2023

- 02/05: Visita do presidente do Vila Nova Futebol Clube, Hugo Jorge Bravo;
- 04/05: Jornal *O Popular*: “Balanco e Comemorações”;
- 04/05: TV Anhanguera: “Guardião da História de Goiás”;
- 05/05: Abertura da comemoração dos dois anos da gestão com apresentação da Orquestra Sinfônica de Goiânia;
- 05/05: Abertura da exposição “Vida e obra de Eurico Barbosa”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 05/05: Exibição do filme *IHGG: balanço de dois anos da gestão (2021-2023)*, produzido pelo cineasta Taquinho;
- 05/05: Inauguração do painel de azulejo “Goiás +300”, confeccionado pelos artistas Henrique Manuel e Patrícia Lobo e patrocinado pelo empresário João Carlos Balduino Ala;
- 08/05: Visita de Osmar Pires, Mauro Pereira, Aidenor Aires e Lurdinha Caixeta;
- 09/05: Presidente do IHGG participa da posse da presidente Elizabeth Caldeira na Aflag;
- 10/05: Lançamento do Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Rosana Araújo;
- 12/05: Indicação do IHGG para o prof. Eguimar Chaveiro receber a Comenda Antônio Almeida;
- 12/05: Assinatura do contrato de apoio cultural com a cooperativa Unimed Goiânia, representada pelo seu presidente Sérgio Baiocchi;
- 16/05: Conclusão da reforma no espaço externo do “Café Brasileira Leo Lynce”;

- 18/05: Presidente do IHGG participa da II Semana da memória do Poder Judiciário Goiano no TRE/GO;
- 19/05: Visita dos irmãos Otávio Lage, Jalles Fontoura e Sílvia Siqueira, acompanhados do jornalista Jales Naves;
- 22/05: Projeto “A História chama a escola” - graduandos do curso de Geografia (UFG), acompanhados pelo prof. Eguimar Chaveiro;
- 22/05: Palestra “Estrutura demográfica da Índia e China” no IHGG, ministrada pelos profs. Fernando Uhlmann (IFG) e João Henrique Stacciarini (UFG);
- 25/05: Projeto “A História chama a escola”- mestrados em Geografia (UEG-Cidade de Goiás), acompanhados pelo prof. Ricardo Assis;
- 30/05: Instalação de telhas térmicas no pergolado do “Café Brasileira Leo Lynce”;
- 30/05: Projeto “A História chama a escola” - alunos do Colégio Estadual Major Alberto Nóbrega.

JUNHO de 2023

- 01/06: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Pedro Galvão;
- 01/06: Visita do empresário Márcio Teixeira, do Grupo Italc, acompanhado do empresário Leonardo Teixeira;
- 04/06: Presidente do IHGG participa da sessão Academia de Letras do Planalto, de Luziânia, e visita a Fazendinha JK;
- 06/06: Projeto “A História chama a escola” - alunos do Colégio Estadual Major Alberto Nóbrega;

- 13/06: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Carlos Elias;
- 16/06: Nova iluminação na fachada da Casa Rosada;
- 21/06: Visita do procurador de Justiça Sergio Abinagem;
- 21/06: Visita da bibliotecária do Congresso dos EUA, Anne Kristoffersen;
- 23/06: 3º Chorinho do IHGG;
- 24/06: Visita do presidente do IHGG à Fazenda Itajá, em Goianésia, antiga propriedade de Jalles Machado de Siqueira;
- 24/06: Diplomação de Otávio Lage de Siqueira Filho como sócio mantenedor do IHGG;
- 26/06: Visita institucional do presidente e tesoureiro do IHGG ao novo superintendente do Iphan/GO, Pedro Wilson;
- 27/06: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Helena Vasconcelos;
- 28/08: Início da troca do piso do auditório do IHGG;
- 30/06: Visita do desembargador Itaney Campos, presidente do TRE/GO;
- 30/06: Debate “Goiás 300 anos - a bandeira do segundo Anhanguera (1722)”, na UEG TV, com a participação de Nilson Jaime, Jales Mendonça, Eliézer Cardoso, Antônio César Caldas e Fábio Santa Cruz.

JULHO de 2023

- 04/07: Término da repintura da Casa Rosada de Goiânia;
- 05/07: Hemeroteca Digital alcança 1.358 edições cadastradas;
- 05/07: Presidente do IHGG prestigia a posse de Pedro Wilson no Iphan/GO, realizada na Cidade de Goiás, e visita, em companhia do presidente da AGI, Valterli Guedes, o artista Amaury Menezes;
- 07/07: Divulgado o vídeo do jornal *A Razão*, periódico inserido na Hemeroteca do IHGG;
- 20/07: Jornal *O Popular*: “Casa da Barbie”;
- 21/07: Jornal da TV Serra Dourada divulga o evento na Casa Rosada que aborda a estreia do filme *Barbie no Mundo*;
- 21/07: Inauguração da reforma do Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado;
- 21/07: Abertura da exposição “Vida e obra de Lena Castello Branco”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 21/07: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Alcione Guimarães;
- 21/07: Palestra “Colonização agrícola em Goiás”, com o professor Sandro Dutra.

AGOSTO de 2023

- 02/08: Visita de Cláudia Lôbo, filha do escritor José Sêneca Lobo;
- 14/08: Visita do presidente da Alego, deputado estadual Bruno Peixoto;

- 14/08: Visita do representante do Ministério da Cultura em Goiás, Milton Gonçalves;
- 15/08: Matéria do jornal *O Popular* divulga a exposição sobre Bariani Ortencio no IHGG;
- 16/08: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - 16 artistas (homenagem ao centenário de Bariani Ortencio);
- 17/08: Diplomação de Felicíssimo Sena como sócio mantenedor do IHGG;
- 18/08: Assinatura do contrato de apoio cultural com a Empresa Jalles S/A;
- 21/08: Entrega da Comenda Literária Antônio Almeida no IHGG;
- 21/08: Lançamento do livro *Bernardo Sayão - caminhos, afetos, cidades*, de Sérgio de Sá;
- 23/08: Visita do promotor de Justiça Sérgio Sousa;
- 29/08: Visita da secretária municipal de Cultura de Goiás, prof^a Goiandira Ortiz;
- 30/08: Visita do promotor de Justiça Eduardo Prego e dos advogados Carlos Oliveira e Carlos Oliveira Júnior.

SETEMBRO de 2023

- 06/06: Visita do advogado Fabiano de Jesus;
- 12/09: Visita do presidente da Associação Goiana do Ministério Público, Benedito Torres Neto;
- 14/09: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - 17 artistas (homenagem a José Mendonça Teles);

- 14/09: Desembargador Wilson Dias, natural de Formosa, presta seu testemunho sobre a Hemeroteca Digital do IHGG;
- 19/09: Lançamento do livro *A hora dos transeuntes*, de Wilson Alves de Paiva;
- 21/09: Abertura da exposição “Vida e obra de Martiniano José da Silva”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 21/09: Lançamento do livro *Racismo na pandemia*, de Martiniano José da Silva;
- 22/09: Visita da deputada estadual Rosângela Rezende;
- 26/09: Página do Instagram do IHGG atinge 3.000 seguidores;
- 29/09: Visita da procuradora de Justiça Ivana Farina.

OUTUBRO de 2023

- 03/10: Lançamento do livro *Joaquim Edson Camargo*, de Maria Augusta Calado;
- 03/10 Jornal *O Popular*: “Homenagem ao mestre”, sobre o lançamento do livro de Calado;
- 04/10: Anúncio da parceria com o Sicoob UniCentro Br para a realização da 2ª Cantata Natalina no IHGG;
- 05/10: Visita do promotor de Justiça Haroldo Caetano;
- 06/10: Lançamento do 2º Box da *Coleção Goiás +300* (Cronistas e Viajantes, Povos Originários e Literatura);
- 06/10: Visita da profª Márcia Duarte Santos (UFMG e IHGMG);

- 09/10: Projeto “A História chama a escola” - alunos do Centro Marista Divino Pai Eterno;
- 10/10: O presidente da CNC, José Roberto Tadros, autoriza, por meio da Deliberação Sesc nº 60/2023, a aquisição do imóvel ao lado do IHGG;
- 10/10: Projeto “A História chama a escola” - alunos da Osceia - Programa Jovem Aprendiz;
- 11/10: Projeto “A História chama a escola” - alunos do Colégio Estadual Major Alberto Nóbrega;
- 11/10: Visita dos empresários Vinícius Kelldrin e Jefferson Komiketo;
- 17/10: Palestra “Memórias desconfortáveis: políticas e representações de conflitos em museus e lugares de memória”, do professor espanhol Xavier Roigé, da Universidade de Barcelona;
- 18/10: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Di Magalhães;
- 18/10: 1º dia do Simpósio - 90 anos de Goiânia no IHGG;
- 19/10: 2º dia do Simpósio - 90 anos de Goiânia no IHGG;
- 19/10: Presidente e tesoureiro do IHGG participam da posse do novo presidente do Sicoob, Diogo Mafia Vieira;
- 20/10: 3º dia do Simpósio - 90 anos de Goiânia no IHGG;
- 26/10: Artigo publicado no jornal *Diário da Manhã* intitulado “IHGG, Icebe e SGHA: os benditos que semeiam livros”, do jornalista Valterli Guedes.

NOVEMBRO de 2023

- 01/11: Casa Rosada é o primeiro imóvel da cidade a receber iluminação natalina em 2023;
- 01/11: Jornal *A Redação*: “Instituto Histórico e Geográfico de Goiás inaugura decoração de Natal”;
- 07/11: Início da montagem da exposição de Jalles Machado;
- 08/10: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - quatro artistas: Demirane Rodrigues, Ionara Novaes, Nelze Bernardes e Solange Soares;
- 09/10: Visita do desembargador Wilson Safatle Faiad;
- 09/10: Hemeroteca Digital do IHGG alcança 5.337 edições cadastradas;
- 15/10: Presidente Jales Mendonça, Nilson Jaime, Pedro Nolasco e Geraldo Coelho Vaz visitam o médico dr. Hélio Moreira, 1º vice-presidente do IHGG;
- 16/10: Visita do promotor de Justiça João Porto ao IHGG;
- 20/11: Entrega do Trófeu Cariama 2023, do Icebe, ao presidente do IHGG;
- 20/11: Diplomação de 20 sócios do Icebe no IHGG;
- 23/11: Jornal *Diário da Manhã*: “Icebe homenageia Jales Mendonça”;
- 27/11: Reunião em Pires do Rio com a prefeita, o superintendente do Iphan/GO e o presidente do IHGG para tratar do tombamento da Ponte Epitácio Pessoa;
- 28/11: Ópera Ana Pedro, dirigida por Miguel Jorge, encenada no IHGG;

- 28/11: Presidente do IHGG prestigia na Alego a solenidade de entrega do título de cidadão goiano ao magistrado Abílio Wolney Aires Neto.

DEZEMBRO de 2023

- 01/12: Posse das acadêmicas Cláudia Machado, Goiana Vieira e Ivana Farina na Aflag, realizada no IHGG;
- 04/12: Presidente do IHGG participa da abertura da Conferência Estadual de Cultura de Goiás;
- 07/12: Visita da promotora de Justiça Daniela Haun;
- 08/12: Jornal *A Redação*: “IHGG terá dia 14 Cantata de Natal e abertura da Mostra sobre Jalles Machado”;
- 08/12: Presidente da Fecomércio, Marcelo Baiocchi grava vídeo anunciando a aquisição do imóvel ao lado do IHGG;
- 08/12: Visita do advogado Wladimir Camargo;
- 09/12: Jornal *O Popular*: a matéria “City tour natalino” inclui a Casa Rosada no roteiro da cidade;
- 11/12: Visita da deputada federal Adriana Accorsi;
- 14/12: 2ª Cantata de Natal do IHGG;
- 14/12: Abertura da exposição “Trajetórias 130 anos de Jalles Machado”;
- 15/12: Na matéria do jornal *O Popular* intitulada “Celebrações e encontros” é mencionada a possível doação do acervo de *O Popular* para enriquecer a Hemeroteca Digital do IHGG;
- 20/12: Reportagem da TV Serra Dourada: “Natal - época de apresentações musicais e iluminações que encantam»;
- 20/12: Divulgação do vídeo retrospectiva IHGG 2023.

2024

JANEIRO de 2024

- 08/01: Criação do movimento de preservação da memória de Bariani Ortencio, com a participação do vereador Anselmo Pereira e de Beto Selva, presidente do Instituto Bariani Ortencio;
- 08/01: Implantação no estacionamento do IHGG de uma estação de recarga para veículo elétrico (vaga verde);
- 09/01: Visita do deputado federal Jeferson Rodrigues;
- 09/01: Visita dos diretores do IHGDF, Lenora Barbo e Jorge Cartaxo;
- 11/01: Visita da prof^a. Thelma Jaime;
- 15/01: Visita do presidente do Vila Nova Futebol Clube, Hugo Jorge Bravo;
- 17/01: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Hudson Curvo;
- 17/01: Abertura da exposição “Vida e obra de Itami Campos”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 24/01: Visita do reitor da UEG, prof. Antônio Cruvinel;
- 25/01: Site da UEG divulga: “Reitor da UEG visita o IHGG”;
- 29/01: Hemeroteca Digital do IHGG alcança 6.328 edições cadastradas;
- 30/01: Visita do médico Waldemar Naves do Amaral, diretor da Faculdade de Medicina (UFG), acompanhado pela prof^a Maria de Fátima Gonçalves;
- 31/01: Hemeroteca Digital do IHGG alcança 12.000 acessos em janeiro de 2024.

FEVEREIRO de 2024

- 02/02: Visita do presidente da Acieg, Rubens Fileti, acompanhado do empresário Malkon Merzian;
- 07/02: Conclusão da reforma das divisórias do 2º andar do IHGG;
- 08/02: Publicado no jornal *Diário da Manhã* o artigo “Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e o empreendedorismo de Jales Guedes Coelho”, de autoria do prof. Giovani Ribeiro Alves;
- 08/02: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Mara Velvet;
- 16/02: IHGG parabeniza a eleição para a presidência do TRE/GO do desembargador Luiz Cláudio Veiga Braga, sócio titular da entidade;
- 19/02: Visita dos promotores de Justiça Juliano Barros de Araújo e Daniela Haun;
- 20/02: Live sobre o futuro livro de jornalismo da *Coleção Goiás +300*;
- 21/02: A Hemeroteca Digital do IHGG é reconhecida como o espaço com maior conteúdo sobre Goiás disponível na internet pela profª de Jornalismo da UFG, Rosana Borges;
- 24/02: Presidente do IHGG, Jales Mendonça lança a ideia da restauração do antigo prédio do jornal *O Popular* na Av. Goiás e sua ulterior transformação em Museu da Imprensa Goiana;
- 28/02: Visita do presidente da Academia Itumbiareense de Letras e Artes, Sidney Pereira de Almeida Neto;

- 29/02: Visita do presidente da Academia Goiana de Letras dos Militares, coronel José Lemos, acompanhado do coronel Divino Alves.

MARÇO de 2024

- 01/03: Visita da diretora executiva do Instituto Rizzo, Gabriela Rizzo;
- 07/03: Conclusão da repintura da Casa Rosada de Goiânia;
- 12/03: Projeto “A História chama a escola” - alunos da Escola Luiz Cesar, de Goianésia;
- 15/03: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Rosy Cardoso;
- 15/03: Diplomação de Marcelo Baiocchi e Leopoldo Veiga Jardim como sócios mantenedores do IHGG;
- 15/03: Diplomação de 50 sócios do Icebe no IHGG;
- 17/03: Matéria divulgada pela Editora Naves na internet: “IHGG quer transformar a Praça Cívica no maior centro cultural de Goiânia”;
- 18/03: Aquisição de um piano elétrico para o Auditório Augusto da Paixão Fleury Curado, do IHGG;
- 18/03: Visita dos delegados de polícia do DF Reinaldo Lobo e Rodrigo Ribeiro;
- 20/03: Jornal *A Redação* publica matéria “IHGG comemora dois anos da restauração da Casa Rosada com homenagens”;
- 20/03: Jornal *Diário da Manhã*: “IHGG comemora amanhã reforma da Casa Rosada”;

- 21/03: Abertura da exposição “Vida e obra de Nasr Chaul”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 21/03: Lançamento do livro *Braços e mentes que construíram Goiânia*, de Horieste Gomes;
- 21/03: Homenagem ao presidente do Sicoob UniCentro Br, Diogo Mafia, pelos dois anos da restauração da Casa Rosada, com descerramento de placa;
- 21/03: Homenagem ao professor Domingos Tiveron (UFG) e Mário Roriz pela doação dos rolos compressores ao IHGG, e a Geraldo Coelho Vaz, pela edificação do monumento;
- 21/03: Lançamento da *Revista do IHGG* nº 34;
- 22/03: Aquisição pelo IHGG de uma caixa de som JBL;
- 25/03: Visita institucional do presidente do IHGG, Jales Mendonça, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro, sendo recebido por seu presidente, Vitorino Chermont;

ABRIL de 2024

- 04/04: Jornal *A Redação*: “Executivo do BID lança livro no IHGG”;
- 05/04: Jornal *A Redação*: “IHGG tem o maior acervo digital de publicações goianas”;
- 05/04: Lançamento do livro *Seja o líder que todos querem ouvir*, de Ricardo Costa V. Silva;
- 10/04: Visita de Ana Paula e Adriana, filhas do ex-governador Iris Rezende;

- 12/04: Projeto “A História chama a escola” - alunos do Sesc Cidadania;
- 12/04: Reportagem do *Jornal do Meio-Dia* divulga a exposição de Jalles Machado;
- 15/04: *Jornal A Redação*: “IHGG comemora 130 anos de Jalles Machado com visita à exposição”;
- 17/04: Lançamento do livro *650 gerações antes dos europeus*, de Altair Sales e Sandro Dutra;
- 17/04: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Lionízia Goyá;
- 19/04: Visita do diretor da TV Cultura, Fábio Chateaubriand Borba, e de Serafim Jardim, diretor da Casa JK de Diamantina/MG;
- 19/04: IHGG informa à secretária estadual da Cultura o retorno ao Estado dos quatro servidores cedidos à entidade;
- 24/04: Visita do promotor de Justiça Tommaso Leonardi;
- 25/04: Artista Di Magalhães presenteia o IHGG com uma obra bico de pena que retrata a casa de Eurídice Natal e Silva;
- 28/04: *Jornal A Redação*: “IHGG lança livro com reflexões sobre os 90 anos de Goiânia e homenageia o jornalista Batista Custódio”.

MAIO de 2024

- 02/05: *Jornal Diário da Manhã*: “Batista recebe homenagem no IHGG”;
- 02/05: Lançamento do livro *Goiânia, 90 anos*, fruto do simpósio realizado no IHGG em outubro de 2023, organizado

por Eliézer Cardoso, Jales Mendonça, Nasr Chaul e Nilson Jaime;

- 02/05: Diplomação de Batista Custódio (*in memoriam*) e Júlio Nasser como sócios mantenedores do IHGG;
- 04/05: Manchete do jornal *Diário da Manhã*: “Sociedade celebra legado de Batista”;
- 04/05: Jornal *A Redação*: “Lançamento de livro sobre os 90 anos de Goiânia reúne personalidades”;
- 06/05: Realização de um reforço nas longarinas do auditório do IHGG;
- 06/05: Limpeza por empresa especializada no piso do 1º andar;
- 06/05: Manutenção do jardim externo;
- 07/05: Assembleia Geral Ordinária - prestação de contas de três anos da gestão;
- 08/05: Projeto “A História chama a escola” - alunos de pós-graduação em História da UFG;
- 10/05: Aquisição de 20 cadeiras avulsas para o auditório;
- 16/05: Abertura da exposição “Vida e obra de Ubirajara Galli”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 16/05: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Wal Curado;
- 16/05: Lançamento do livro *História cultural da imprensa goiana do século XIX*, de Rosana Borges e Marialva Barbosa;
- 16/05: IHGG recebe doação do jornal *Ecos do Tocantins*, feita por Francisco Barros;

- 17/05: *Revista Zelo*: “Presidentes da Asmegeo e do IHGG lançam livro *Os concursos para a Magistratura do TJGO (1937-2024)*”;
- 20/05: Matéria da Editora Naves: “IHGG está com casa organizada e tem nova equipe técnica”;
- 23/05: Visita da procuradora de Justiça Sandra Feitosa;
- 27/05: Projeto “A História chama a escola” - visita dos alunos do Colégio Jalles Machado, de Goianésia;
- 28/05: Visita do ex-governador Marconi Perillo;
- 29/05: Hemeroteca Digital do IHGG alcança 8.000 edições cadastradas.

JUNHO de 2024

- 04/06: Lançamento do livro *Eu no Meio do Ambiente*, de Emiliano Lobo;
- 04/06: *Jornal O Popular*: “Emiliano Lobo de Godoi lança coletânea de artigos sobre meio ambiente”;
- 04/06: *Jornal Diário da Manhã*: “IHGG lança obra de Emiliano de Godoi com reflexões sobre meio ambiente”;
- 04/06: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Cassiano Bento;
- 05/06: Presidente do IHGG participa da abertura do Centenário Marilda de Godoy Carvalho no Arquivo Histórico Estadual;
- 06/06: Palestra “Goiás, da construção da decadência aos limites da modernidade”, do professor Nasr Chaul, no IHGG;

- 07/06: Projeto “A História chama a escola” - visita dos alunos de História da PUC, orientados pela prof^a Simone Schmaltz;
- 10/06: Visita do promotor de Justiça Marcelo André;
- 12/06: Visita da psicanalista Luciene Godoy e da procuradora de Justiça Villis Marra;
- 14/06: Visita do presidente da Unimed Goiânia, Lueiz Canelo, e do diretor da unidade, Frederico Xavier;
- 15/06: Manchete do jornal *Diário da Manhã*: “IHGG volta a ser ponto de encontro dos intelectuais”;
- 17/06: Visita da promotora de Justiça Ana Maria Rodrigues da Cunha;
- 18/06: Visita do juiz de Direito Mateus Milhomem e sua família;
- 19/06: Visita do comunicador José Luiz (Rádio Interativa);
- 21/06: Lançamento do livro *Revolução e Independência no Oitocentismo Goiano*, de Paulo Irineu Barreto;
- 22/06: Visita da advogada e juíza de Direito aposentada Maria Luíza Póvoa;
- 24/06: Visita do presidente da Fieg, Sandro Mabel;
- 27/06: Visita do professor da Universidade de Duke (EUA), Julian Alvarez;
- 28/06: Homenagem da AGI ao jornalista Jales Naves no IHGG;
- 28/06: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Patrícia Lobo;

- 28/06: Lançamento do livro *O Velho Cacique*, de Luiz Alberto de Queiroz;
- 29/06: Jornal *A Redação*: “A prestigiada manhã cultural de sexta-feira do IHGG”.

JULHO de 2024

- 02/07: Visita à exposição de Jalles Machado de Siqueira da família Siqueira;
- 03/07: Seminário “Saberes Sensíveis” (FAV-UFG), organizado pela prof^a Maristela Novaes, no IHGG;
- 04/07: Presidente do IHGG, Jales Mendonça participa da solenidade de posse do novo superintendente do Iphan em Goiás, Gilvane Felipe;
- 05/07: Lançamento do livro *A Coluna Miguel Costa/Prestes em Goiás*, de Horieste Gomes e Francisco Montenegro, seguido de debate sobre a obra;
- 05/07: Abertura da exposição “Vida e obra de Luiz Augusto Paranhos Sampaio”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 08/07: Jornal *A Redação*: “Escritor Luiz Augusto Sampaio expõe sua obra na Casa Rosada de Goiânia”;
- 10/07: IHGG recebe o “Mapa Guia dos Museus de Goiânia”, criado pela museóloga Bárbara Freire;
- 11/07: Visita de Gilvane Felipe (Iphan) e do empresário João Bosco Umbelino;
- 11/07: Matéria na *Revista STG News*: “Cooperativismo: Conheça ações de impacto social do Sicoob UniCentro Br” traz foto da Casa Rosada;

- 12/07: Visita do vereador Fabrício Bonfim;
- 15/07: Entrevista no IHGG do professor Altair Sales com Rosângela Aguiar para o documentário *Proteção do Cerrado*;
- 16/07: Jornal *Diário da Manhã*: “O Velho Cacique tem venda recorde no IHGG”;
- 16/07: Exposição em homenagem a Amaury Menezes na Casa Rosada;
- 18/07: Visita da representante no RJ da Biblioteca do Congresso dos EUA, Maria Lúcia Machado;
- 19/07: Diplomação do presidente da CNC, José Roberto Tardos, como sócio mantenedor do IHGG, pela aquisição do imóvel ao lado do IHGG;
- 19/07: Projeto “A História chama a escola” - visita dos alunos de Geografia (UFG);
- 26/07: Visita da família de Jair Lage Siqueira à exposição do avô, Jalles Machado;
- 31/07: Visita da jornalista Cileide Alves e do ex-procurador-geral de Justiça Adão Bonfim Bezerra.

AGOSTO de 2024

- 01/08: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Ana Carolina Borges;
- 01/08: Lançamento do livro *Poesia com viagem*, de Ana Fernandes;
- 01/08: Lançamento do livro *De Xixá a Itapuranga*, de Antônio Celso Ramos Jubé;

- 03/08: Jornal *A Redação*: “Abertura de mostra sobre art déco reúne convidados no IHGG”;
- 06/08: Indicação de Nilson Jaime, editor-geral da *Coleção Goiás +300*, para receber a Comenda Literária Antônio Almeida, representando o IHGG;
- 07/08: Visita da prof^a Nancy Silva;
- 08/08: Posse no IHGG das acadêmicas Maria Luíza Póvoa, Sônia Teixeira e Jacira Rosa Pires, da Aflag;
- 10/08: Jornal *Diário de Goiás*: “Hemeroteca do IHGG oferece acesso gratuito a 8 mil edições de 105 jornais e revistas de Goiás”;
- 12/08: Jornal *A Redação*: “Professor de História na França fará palestra no Instituto Histórico”;
- 15/08: Visita da delegada de polícia Sabrina Leles e do promotor de Justiça Giordane Naves;
- 15/08: Visita do presidente do IHG-DF, Paulo Castelo Branco, acompanhado de sua diretoria;
- 16/08: Palestra do brasilianista Laurent Vidal, professor da Universidade de La Rochelle (França), com o título “De Brasília até Vila Boa - percursos de um historiador entre a capital mediterrânea do Brasil e a capital atlântica de Goiás”;
- 16/08: Três anos da existência da Hemeroteca Digital do IHGG;
- 20/08: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Randes Silva;
- 20/08: Lançamento do livro *Poesia e Prosa - Histórias de Amaro Leite*, de Izabel do Carmo Araújo;

- 21/08: Visita do promotor de Justiça Francisco Bandeira;
- 22/08: Visita do presidente do IHGG, Jales Mendonça, ao ex-governador Leonino Caiado, acompanhado do cineasta Taquinho e de Nilson Jaime, presidente do Icebe;
- 23/08: Visita do campeão mundial de jiu-jítsu, Matheus Oliveira, patrocinado pela Jalles S/A, à exposição de Jalles Machado;
- 27/08: *Jornal Opção*: “Ademir Hamú lança livro sobre Pedro Gomes no IHGG”;
- 28/08: Lançamento do livro *De Goyaz a Goiás*, de Ademir Hamú.

SETEMBRO de 2024

- 02/09: Visita do professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), professor Daniel Aarão;
- 03/09: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Carlos Elias;
- 03/09: Palestra com professor Daniel Aarão: “60 anos de 1964: anos de ouro ou chumbo?”;
- 03/09: Lançamento do livro do jornalista Renato Dias: *História Vila Nova F.C., maior do Centro-Oeste*;
- 04/09: Visita do brasilianista Roger Friedlein, professor da Ruhr Universität Bochum (RUB) - Alemanha, acompanhado do professor Wanderson Barbosa;
- 05/09: Reportagem do *Jornal do Meio-Dia*: “Hemeroteca Digital: publicações antigas disponíveis na internet”;
- 13/09: Gravação no IHGG do filme sobre a vida de Otávio Lage, pelo cineasta Taquinho;

- 18/09: Visita do promotor de Justiça Danni Sales;
- 20/09: Abertura da exposição “Vida e obra de Aidenor Aires”, na Sala Colemar Natal e Silva da Casa Rosada;
- 20/09: Projeto “Café com Arte na Casa Rosada” - artista Sannatan Gidel;
- 20/09: Lançamento do livro *O menino do alpendre*, de Rômulo Vaz;
- 20/09: Lançamento do livro *Medicina Popular do Centro-Oeste*, de Bariani Ortencio;
- 24/09: Visita do advogado Dyogo Crosara.

OUTUBRO de 2024

- 02/10: Andrea Luisa Teixeira representa o IHGG no título de doutor “honoris causa” a Binômimo da Costa Lima em Jataí.
- 02/10: Visita da Diretora de Museu do IHGG, Maria Terezinha, à biblioteca Irmãos Oriente
- 03/10: Vídeo do vice-presidente Geraldo Coelho Vaz convidando a sociedade para prestigiar os últimos dias da exposição “Trajetórias, 130 anos de Jalles Machado”
- 04/10: reinauguração e abertura da Biblioteca Irmãos Oriente.
- 04/10: Presença do IHGG na homenagem a Narcisa Cordeiro na Casa Cultural Nicolau Lunardelli em Teresópolis
- 05/10: Na Mídia - Jornal A Redação: “IHGG promove debate sobre 200 anos de Constitucionalismo”
- 07/10: Vídeo do aniversário de 92 anos do IHGG

- 08/10: Visita do professor Arno Wehling, Presidente de honra do IHGB
- 09/10: Almoço dos sócios do IHGG no Palácio das Esmeraldas com o Governador de Goiás, Ronaldo Caiado
- 09/10: Palestra e debate com o professor Arno Wehling - Presidente de honra IHGB - ABL “200 anos de constitucionalismo - 1824”
- 09/10: Projeto Café com Arte na Casa Rosada - artista Eldo Dias
- 10/10: Visita da poetisa Leda Selma ao IHGG
- 11/10: Visita do Dr. Nelson Figueiredo ao IHGG
- 12/10: Visita do Dr. Heitor Rosa ao IHGG
- 15/10: Visita do Dr. Getúlio Targino ao IHGG
- 18/10: Visita da professora Nancy Ribeiro ao IHGG
- 22/10: Visita do Arcebispo Dom João Justino acompanhado do Pe. Murah Rannier ao IHGG
- 23/10: Visita da diretoria da Mapfre Seguros e do Sicoob UnicentroBr ao IHGG
- 24/10: NA Mídia - Jornal a Redação: “Arcebispo de Goiânia visita IHGG e propõe parceria pela cultura de goiana”
- 25/10: Visita dos Delegados André Fernandes e Tom Blumer ao IHGG
- 29/10: Repintura do IHGG (Casa Rosada e prédio administrativo) e manutenção do jardim
- 31/10: Palestra com prof. Roger Friedlein (RUB) da Alemanha

- 31/10: Café Com Arte na Casa Rosada - Artista Maria do Carmo
- 31/10: Na Mídia - Jornal a Redação: “Casa Rosada de Goiânia inaugura iluminação de 50 mil lâmpadas”

NOVEMBRO de 2024

- 01/11: Visita do Promotor de Justiça Mário Caixeta e do Procurador do Estado Márcio Potenciano ao IHGG
- 01/11: Inauguração da iluminação natalina da Casa Rosada de Goiânia
- 01/11: Na Mídia - STG News: “Natal 2024: Casa Rosada será iluminada nesta sexta-feira”
- 04/11: Entrevista do arquiteto Fred Assis para a TV Assembleia Legislativa indicando o livro “Goiânia, 90 anos”, lançado em maio deste ano no IHGG.
- 05/11: Na Mídia - O Popular: “Patrimônio vivo, Casa de Bariani Ortencio”
- 05/11: IHGG atinge 4 mil seguidores no Instagram
- 08/11: Assembleia Geral Ordinária no IHGG
- 08/11: Apresentação da Sala de Reuniões Geraldo Coelho Vaz aos sócios do IHGG
- 09/11: Na Mídia - jornal A Redação: “IHGG ganha 40 novos sócios entre titulares e Correspondentes”
- 12/11: Visita do Jornalista Euler Belém, acompanhado da bibliotecária Marilize Gonçalves e do jornalista Adeldo Gonçalves ao IHGG
- 13/11: Visita do Dr. Waldemar Naves do Amaral ao IHGG

- 13/11: Visita do Dr. Paulo Nigro acompanhado do Dr. Diogo Mafia ao IHGG
- 14/11: Quinzena Bernardo Élis no IHGG (Diplomação de novos sócios; entrega do troféu carriama e Debate “o cerrado precisa de fogo”?)
- 15/11: Reportagem do Café brasileira Leo Lynce na TV Anhanguera
- 19/11: Exposição Vida e Obra na Sala Colemar - Homenagens à escritora Elizabeth Caldeira Brito
- 19/11: Café com Arte “O Imaginário na Poética” de Elizabeth Caldeira Brito
- 19/11: Lançamento do Livro “IHGG Positivo” de Elizabeth Caldeira Brito
- 21/11: Fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Tocantins com a participação do IHGG em Palmas.
- 21/11: Na Mídia - Gazeta do Cerrado: “Com 50 cadeiras, Tocantins cria Instituto Histórico e Geográfico para preservar memória e cultura do estado”
- 21/11: Na Mídia - Jornal A Redação: “Tocantins cria IHGT e empossa fundadores”
- 22/11: Na Mídia Jornal A Redação: “Livro resgata a história dos Naves e vai servir de modelo para outras famílias
- 25/11: Na Mídia - Jornal Opção: “Livro faz profunda reflexão sobre a história de Goiânia”
- 27/11: Na Mídia - Jornal Opção: “Morre Martiniano José da Silva, o maior historiador da escravidão em Goiás, aos 88 anos.

- 28/11: Na Mídia - Jornal a Redação: “Itami Campos lança livro sobre questões políticas no IHGG
- 29/11: Na Mídia - Jornal O Popular: “Itami Campos lança livro sobre política e desafios do Brasil recente”
- 29/11: Lançamento do Livro “Brasil: Política e Confrontos Recentes” do professor Itami Campos no IHGG

DEZEMBRO de 2024

- 03/12: Visita dos jornalistas Patrícia Moraes e Euler Belém do jornal Opção ao IHGG
- 03/12: Visita da empresária Lillian Queiroz ao IHGG
- 04/12: Na Mídia - RVC FM: “Exposição no IHGG resgata legado do ex-Governador Otávio Lage de Siqueira”
- 04/12: Visita da Maestrina Katarine ao IHGG
- 06/12: Café Com Arte na Casa Rosada “Abstrato Natureza Poética” - Artista Demirane
- 06/12: Lançamento do Livro “Roque Alves de Azevedo - primeiro poeta catalano de Geraldo Coelho Vaz no IHGG
- 06/12: Inauguração da Sala de Reuniões Geraldo Coelho Vaz no IHGG
- 12/12: Inauguração da Exposição “Centenário Otávio Lage 1924-2024” no IHGG
- 16/12: Cantata de Natal na Casa Rosada de Goiânia - com Coro e Orquestra Sinfônica de Goiânia e o Coral CuidArt da Unimed.

SÓCIOS DO IHGG

PRESIDENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS (IHGG)

Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (*in memoriam*)
07/10/1932 a 14/04/1933

Colemar Natal e Silva (*in memoriam*)
14/04/1933 a 16/03/1956

Zoroastro Artiaga (*in memoriam*)
07/09/1956 a 20/02/1962

Gilberto Mendonça Teles (*in memoriam*)
20/02/1962 a 23/03/1970

Basileu Toledo França (*in memoriam*)
23/03/1970 a 16/03/1973

Colemar Natal e Silva (*in memoriam*)
16/03/1973 a 12/01/1993

José Mendonça Teles (*in memoriam*)
12/01/1993 a 05/04/2005

Aidenor Aires
05/04/2005 a 15/04/2013

Geraldo Coelho Vaz
05/04/2013 a 05/05/2021

Jales Guedes Coelho Mendonça
05/05/2021

Presidente Perpétuo: Colemar Natal e Silva (*in memoriam*)

Presidente *ad vitam*: José Mendonça Teles

Presidente de Honra: Marconi Ferreira Perillo Júnior

SÓCIOS TITULARES

Cadeira nº 1

Patrono: Pedro Ludovico Teixeira
Titular: JOSÉ UBIRAJARA GALLI VIEIRA

Cadeira nº 2

Patrono: Maria Angélica do Couto Brandão (Nhanhá do Couto)
Titular: ANDRÉA LUÍSA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

Cadeira nº 3

Patrono: Francis Castelnaud
Titular: TEREZA CAROLINE LÔBO

Cadeira nº 4

Patrono: Joaquim Xavier de Guimarães Natal
Titular: Vaga

Cadeira nº 5

Patrono: Albatênio Caiado de Godoy
Titular: JALES GUEDES COELHO MENDONÇA

Cadeira nº 6

Patrono: Zoroastro Artiaga
Titular: NILSON JAIME

Cadeira nº 7

Patrono: Arlindo Pereira Cardoso
Titular: ELIZABETH ABREU CALDEIRA BRITO

Cadeira nº 8

Patrono: Luís Antônio da Silva e Souza
Titular: ITANEY FRANCISCO CAMPOS

Cadeira nº 9

Patrono: Antônio Félix de Bulhões Jardim
Titular: HÉLIO ROCHA (*in memoriam*) - vaga

Cadeira nº 10

Patrono: Gelmires Reis
Titular: TIAGO RIBEIRO MACHADO

Cadeira n° 11

Patrono: Honestino Guimarães
Titular: IÚRI RINCON GODINHO

Cadeira n° 12

Patrono: João Capistrano de Abreu
Titular: NELSON LOPES FIGUEIREDO

Cadeira n° 13

Patrono: Pe. Luiz Palacín Gomes
Titular: WOLMIR THEREZIO AMADO

Cadeira n° 14

Patrono: Joaquim Bonifácio Gomes de Siqueira
Titular: AUGUSTO CÉSAR ROCHA VENTURA

Cadeira n° 15

Patrono: Emmanuel Pohl
Titular: LUIZ AUGUSTO PARANHOS SAMPAIO

Cadeira n° 16

Patrono: Auguste de Saint-Hilaire
Titular: BRASIGÓIS FELÍCIO CARNEIRO

Cadeira n° 17

Patrono: Raimundo José da Cunha Matos
Titular: JADIR MORAIS PESSOA

Cadeira n° 18

Patrono: José Vieira de Couto Magalhães
Titular: MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES LIMA

Cadeira n° 19

Patrono: José Martins Pereira de Alencastre
Titular: HÉLIO MOREIRA

Cadeira n° 20

Patrono: Luiz Gonzaga de Faria
Titular: AIDENOR AIRES

Cadeira n° 21

Patrono: José Ferreira de Sousa Lobo
Titular: ELEUZENIRA MARIA DE MENEZES

Cadeira n° 22

Patrono: Sebastião Pompeu de Pina
Titular: JOÃO GUILHERME DA TRINDADE CURADO

Cadeira n° 23

Patrono: Crispiniano Carvalho
Titular: ABÍLIO WOLNEY AIRES NETO

Cadeira n° 24

Patrono: José Lopes Rodrigues
Titular: NEY TELES DE PAULA

Cadeira n° 25

Patrono: Luiz Ramos de Oliveira Couto
Titular: JOSÉ AMAURY DE MENEZES

Cadeira n° 26

Patrono: Jarbas Jayme
Titular: JACIRA ROSA PIRES

Cadeira n° 27

Patrono: Manoel Onofre de Andrade
Titular: BENTO ALVES ARAÚJO JAYME FLEURY CURADO

Cadeira n° 28

Patrono: José Nacim Yazigi Bourhan Helou
Titular: EGUIMAR FELÍCIO CHAVEIRO

Cadeira n° 29

Patrono: Salomão de Vasconcelos
Titular: HELOÍSA SELMA FERNANDES CAPEL

Cadeira n° 30

Patrono: Clifford Evans
Titular: HAMILTON INÁCIO CARNEIRO

Cadeira n° 31

Patrono: Eurídice Natal e Silva
Titular: ADEMIR RIBEIRO HAMU

Cadeira n° 32

Patrono: José Peixoto da Silveira
Titular: RICARDO ASSIS GONÇALVES

Cadeira n° 33

Patrono: Antônio Americano do Brasil
Titular: ELIÉZER CARDOSO DE OLIVEIRA

Cadeira n° 34

Patrono: Amália Hermano Teixeira
Titular: JALES RODRIGUES NAVES

Cadeira n° 35

Patrono: Moisés Augusto de Santana
Titular: PEDRO NOLASCO DE ARAÚJO

Cadeira n° 36

Patrono: Ricardo Augusto da Silva Paranhos
Titular: LUIZ DE AQUINO ALVES NETO

Cadeira n° 37

Patrono: Louis Ferdinand Cruls
Titular: HORIESTE GOMES

Cadeira n° 38

Patrono: Henrique José da Silva
Titular: GETÚLIO TARGINO LIMA

Cadeira n° 39

Patrono: José Honorato da Silva e Souza
Titular: LUIZ CLÁUDIO VEIGA BRAGA

Cadeira n° 40

Patrono: Dom Emanuel Gomes de Oliveira
Titular: GIOVANA GALVÃO TAVARES

Cadeira n° 41

Patrono: Maria Barbosa Reis

Titular: ANTÔNIO CÉSAR CALDAS PINHEIRO

Cadeira n° 42

Patrono: Ministro Jorge Latour

Titular: ANTÔNIO CELSO RAMOS JUBÉ

Cadeira n° 43

Patrono: Cora Coralina (Ana Lins dos Guimarães Peixoto Bretas)

Titular: ALEXANDRE RAMOS CAIADO

Cadeira n° 44

Patrono: Francisco Tosi Colombina

Titular: APARECIDA TEIXEIRA DE FÁTIMA PARAGUASSÚ

Cadeira n° 45

Patrono: Cândido Mariano da Silva Rondon

Titular: HEITOR ROSA

Cadeira n° 46

Patrono: Pe. Manoel Aires de Casal

Titular: ALINE SANTANA LÔBO

Cadeira n° 47

Patrono: Regina Lacerda

Titular: SIMONE CRISTINA SCHMALTZ DE REZENDE E SILVA

Cadeira n° 48

Patrono: Rosarita Fleury (Maria do Rosário Fleury)

Titular: EURICO BARBOSA DOS SANTOS (*in memoriam*) - vaga

Cadeira n° 49

Patrono: Joaquim Teotônio Segurado

Titular: SANDRO DUTRA E SILVA

Cadeira n° 50

Patrono: Gerson de Castro Costa

Titular: MURAH RANNIER PEIXOTO VAZ

Cadeira n° 51

Patrono: Joaquim Alves de Oliveira
Titular: VALTERLI LEITE GUEDES

Cadeira n° 52

Patrono: Pe. Luís Gonzaga de Camargo Fleury
Titular: ROSANA MARIA RIBEIRO BORGES

Cadeira n° 53

Patrono: Brigadeiro Felipe Antônio Cardoso
Titular: SALATIEL PEDROSA SOARES CORREIA

Cadeira n° 54

Patrono: Alcide Celso Ramos Jubé
Titular: OLLIVER MARIANO ROSA

Cadeira n° 55

Patrono: Alfredo de Faria Castro
Titular: NEY MOURA TELES

Cadeira n° 56

Patrono: Altamiro de Moura Pacheco
Titular: LENORA DE CASTRO BARBO

Cadeira n° 57

Patrono: Ático Frota Vilas Boas da Mota
Titular: VICTOR AGUIAR JARDIM AMORIM

Cadeira n° 58

Patrono: Agnelo Arlington Fleury Curado
Titular: WALDEMAR NAVES DO AMARAL

Cadeira n° 59

Patrono: Basileu Toledo França
Titular: THALLES MURILO VAZ COSTA

Cadeira n° 60

Patrono: Benjamin da Luz Vieira
Titular: ELIOMAR PIRES MARTINS

Cadeira n° 61

Patrono: Claro Augusto de Godoi
Titular: FERNANDO LOBO LEMES

Cadeira n° 62

Patrono: Colemar Natal e Silva
Titular: VILMAR DA SILVA ROCHA

Cadeira n° 63

Patrono: Dario Délio Cardoso
Titular: IRAPUAN COSTA JÚNIOR

Cadeira n° 64

Patrono: Eli Brasiliense Ribeiro
Titular: ADÃO FRANCISCO DE OLIVEIRA

Cadeira n° 65

Patrono: João Francisco de Oliveira Godoy
Titular: RILDO BENTO DE SOUZA

Cadeira n° 66

Patrono: Francisco Ferreira dos Santos Azevedo
Titular: DIOGO MAFIA VIEIRA

Cadeira n° 67

Patrono: Dom Fernando Gomes dos Santos
Titular: MARLENE CASTRO OSSAMI DE MOURA

Cadeira n° 68

Patrono: Humberto Crispim Borges
Titular: ROMUALDO PESSOA CAMPOS FILHO

Cadeira n° 69

Patrono: Vasco dos Reis Gonçalves
Titular: MARSHAL GAIOSO PINTO

Cadeira n° 70

Patrono: Jaime Câmara
Titular: CILEIDE ALVES CUNHA

Cadeira n° 71

Patrono: Joaquim Carvalho Ferreira de Azevedo

Titular: MATEUS MILHOMEM DE SOUSA

Cadeira n° 72

Patrono: Ofélia Sócrates Nascimento Monteiro

Titular: THAÍS ALVES MARINHO

Cadeira n° 73

Patrono: Mário de Alencastro Caiado

Titular: OTHANIEL PEREIRA DE ALCÂNTARA JÚNIOR

SÓCIOS EMÉRITOS

Ana Braga +

Ático Villas-Boas +

Altair Sales Barbosa

Augusta Faro Fleury de Melo

Binômimo da Costa Lima

Cristovam Francisco de Castilho

Elder Camargo Passos

Francisco Itami Campos

Geraldo Coelho Vaz

José Mendonça Teles +

José Peixoto da Silveira Júnior

Juarez Costa Barbosa

Lena Castello Branco Ferreira de Freitas +

Luís Antônio Estevam

Licínio Leal Barbosa +

Mari de Nazaré Baiocchi

Maria Augusta Calado de Saloma Rodrigues

Maria Augusta Sant'Anna de Moraes

Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires

Maria do Rosário Cassimiro

Maria Teresinha Campos de Santana

Martiniano José da Silva +

Nasr Nagib Fayad Chaul

Nancy Ribeiro de Araújo e Silva

Ursulino Tavares Leão +

Waldomiro Bariani Ortencio +

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Humberto Crispim Borges +
Gilberto Mendonça Teles +

SÓCIOS CORRESPONDENTES (NACIONAL E DO ESTADO DE GOIÁS)

Adão Divino Batista +
Adilson César
Ana Maria de Almeida Camargo +
Antolinda Baía Borges +
Antônio Oliveira Mello
Antônio Soares Neto - “Toniquinho JK” +
Arno Wehling
Benjamin Pereira Vilela
Bráulio Nascimento
Carlos Gomes de Carvalho
Carlos Granado Vieira de Castro +
Cida Sanches
Consuelo Pondé de Sena
Cybelle Moreira de Ipanema
Daniel Aarão Reis
Djalma Silva +
Domingos Pacífico Castello Branco Ferreira
Dulce Madalena Rios Pedroso
Edmar Camilo Cotrim
Elaine Maria Machado Barbosa
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Eunice Pirkodi Caetano Moraes Tapuia
Euclides Alves Oliveira Souza
Filadelfo Borges Lima
Flomar Ambrosina Oliveira Chagas
Gilson Silva +
Gustavo Neiva Coelho
Hilda Agnes Hübner Flores
Iaperi Soares de Araújo

Itapuan Bôtto Targino
Jayme Lustosa de Altavila
João Alberto Novais Gomes Monteiro
João Asmar +
Jorge Henrique Cartaxo
José Faria Nunes
José Otávio de Arruda Melo
José Luiz Bittencourt +
José Theodoro Mascarenhas Menck
Josemar Bezerra Raposo
Luciano Roriz
Manoel Rodrigues Ferreira
Márcia Maria Duarte dos Santos
Marco Antonio de Faria Galvão
Marcos Antônio de Menezes
Marcos Paulo de Souza Miranda
Marlene Gomes Velasco
Maria Elizabete Costa
Maria Helena de Amorim Romacheli
Mateus Nunes da Silva Brito
Mauro da Costa Lima
Melquíades Pinto Paiva
Osvaldo Rodrigues Póvoa
Padre Ronaldo Silva
Patrícia Constante Jaime
Paulo Castelo Branco
Paulo Nunes Batista +
Pedro Augusto Diniz
Rafael Alves Pinto
Rafael Ribeiro Bueno Fleury de Passos
Ramir Curado
Sidney Pereira de Almeida Neto
Sinvaline Pinheiro
Sonia Maria Ferreira
Stella Leonardos +
Terezy Fleuri de Godoi
Umbelina Frota +
Valdemes Ribeiro Menezes +

Valdir Specian
Valdon Varjão +
Vanessa Hätxu de Moura Karajá
Vera Lopes Siqueira
Victorino Coutinho Chermont de Miranda
Yasmin Jamil Nadaf
Yva Avena +
Zélia dos Santos Diniz
Zilda Pires da Silva
Wellington Aguiar

SÓCIOS CORRESPONDENTES (INTERNACIONAL)

Esteban Alvarado Vera
Jaime Romanini Gainza
Laurent Vidal
Manuel Velásquez Rojas
Maria Esther Robledo
Roger Friedlein
Wellington Castillo Sánchez

SÓCIOS HONORÁRIOS

Antônio de Souza Almeida +
Armando Calheiros Acioli
Eliézer Penna +
Goiana Vieira da Anunciação
Hélio Seixo de Brito Júnior
Jônathas Silva
Jorge de Moraes Jardim
Kleber Adorno
Leonardo Martins Normanha
Lourival Louza Júnior
Luiz José Bittencourt
Maria Abadia Silva
Milca Severino Pereira
Nelson Patriota

Pedro Paulo Montenegro
Pedro Wilson Guimarães
Terezinha Vieira dos Santos+
Waldyr Eduardo Aidar +
Walterdan Fernandes Madalena

SÓCIOS MANTENEDORES

Alexandre Carlos Magno Mendes Pimentel
Anna Vitória Gomes Caiado
Carlos Alberto França
Clidenor Gomes Filho
Demóstenes Lázaro Xavier Torres
Fernando Passos Cupertino de Barros
Felicíssimo José de Sena
Henrique Penna de Siqueira
Jalles Fontoura de Siqueira
Joaquim Alves de Castro Neto
João Carlos Alvarenga Balduino Alla
José Carlos Garrote de Souza
José Roberto Tadros
José Umberto Vaz Siqueira
Josserrand Massimo Volpon
Leopoldo Veiga Jardim
Lorena Quinan de Paula Mendonça
Marcelo Eugênio Carneiro
Marcelo Baiocchi
Otávio Lage de Siqueira Filho
Raimundo Nonato Leite Pinto
Rodrigo Pena de Siqueira
Rodrigo Naves Pinto
Rogério Oliveira da Cruz
Ronaldo Ramos Caiado
Sérgio Baiocchi Carneiro
Sílvia Regina Fontoura de Siqueira
Tatyanny Alves Lima
Zander Fábio Alves da Costa



Em apoio à sustentabilidade e à preservação ambiental, a EDITORA KELPS declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso no parque gráfico da
Editora Kelps, no papel: Off-set 75g/m²,
composto nas fontes: Book Antiqua e Bookman Old Style
Junho, 2025

A revisão final desta obra é de responsabilidade dos autores